

Rafael Mandagaran Gallo

**A PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA DOS ESTADOS UNIDOS DA
AMÉRICA NO NORTE DA ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO (1990-
2011): OS CASOS DO EGITO E DO IRAQUE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia Política. Orientador: Prof. Dr. Ricardo Gaspar Müller.

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Gallo, Rafael Mandagaran

A promoção da democracia dos Estados Unidos da América
no Norte da África): os casos do Egito e do Iraque e
Oriente Médio (1990-2011 / Rafael Mandagaran Gallo ;
orientador, Ricardo Gaspar Müller - Florianópolis, SC,
2016.

226 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. Hegemonia . 3. Abordagem
Neogramsciana . 4. Política Externa dos EUA. 5. Promoção da
Democracia. I. Gaspar Müller, Ricardo . II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a meus pais e à minha esposa: somente com o apoio de cada um deles foi possível concluir essa etapa.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Ricardo Gaspar Müller, pela orientação, compreensão nos momentos difíceis e, acima de tudo, pela sincera amizade.

Agradeço ao professor Dr. Ary Minella pelo apoio, compreensão e amizade.

E, por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro.

RESUMO

A disseminação dos valores democráticos (ideias políticas) no sistema internacional é um elemento constituinte da política externa dos Estados Unidos da América (EUA). Logo, essa “promoção da democracia” EUA tem como marco inicial o início da década de 1920. Na perspectiva neogramsciana, a hegemonia de um Estado no sistema internacional baseia-se em três elementos: o poder material (econômico), a criação de organizações internacionais e a promoção de ideias (ideologia) fundamentais para a criação de consenso. Nesse sentido, torna-se fundamental relacionar o peso dos recursos orçamentários que os Estados Unidos direcionam para a disseminação de valores liberais políticos em determinadas regiões, em especial o Oriente Médio e o Norte da África, com interesses econômicos e geopolíticos. Assim, os casos do Egito e Iraque são significativos pois evidenciam diferentes caminhos nessa “promoção” já que a contextualização histórica desses processos apresentam características distintas, explicitando as variações das ações estadunidenses nos dois casos.

Palavras-chave: Hegemonia; Abordagem Neogramsciana; Política Externa dos EUA; Promoção da Democracia; Egito e Iraque.

ABSTRACT

The spread of democratic values (political ideas) in international system is a constituent element of US foreign policy. The US “democracy promotion” has as starting point the early 1920s. By the Neogramscian approach, the State hegemony consists in three main elements: material power (economic), international institutions and the promotion of ideas (ideology). In this way, it is essential relate the budget resources amount directed to political liberal values spread in Middle East and North Africa to US economical and geopolitical interests. The cases of Egypt and Iraq are significant as evidences that “democracy promotion” have to be historically contextualized, because each the US attitude with one is particularly different with the other.

Keywords: Hegemony; Neogramscian approach; US foreign policy; Democracy Promotion; Egypt and Iraq.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Relação entre Capacidades Materiais, Ideias e as Instituições	111
Gráfico 1 - Promoção da Democracia” como ação governamental EUA	178

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Organizações dos EUA para a Promoção da Democracia no OMNA	183
Quadro 2 - O conteúdo da promoção da democracia	184
Quadro 3 - Garantias institucionais de um regime democrático (poliárquico)	185
Quadro 4 - Recursos do NED no Egito – 1995-1999.....	200

LISTA DE SIGLAS

ACILS	Banco Mundial
BMENA	<i>Broader Middle East and North Africa Initiative</i>
CIPE	<i>Center for International Private Enterprise</i>
DSCA	<i>Defense Security Cooperation Agency</i>
DGU	<i>USAID Democracy and Governance Unit</i>
DRL	<i>Democracy, Human Rights and Labor/ U.S. State Department</i>
ECWR	<i>Egyptian Center for Women's Rights</i>
EOHR	<i>Egyptian Organization for Human Rights</i>
ESF	<i>Economic Support Funds</i>
ETNS	Empresas transnacionais
FIF	<i>Free Iraq Foundation</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMF	<i>Foreign Military Financing</i>
GATT 47	<i>The General Agreement on Tariffs and Trade 1947</i>
GDD	<i>Group of Democratic Development</i>
HRDF	<i>Human Rights and Democracy Fund</i>
IMET	<i>International Military Education and Training</i>
IRI	<i>International Republican Institute</i>
MEPI	<i>Middle East Partnership Initiative</i>
NDI	<i>National Democratic Institute for International Affairs</i>
NED	<i>National Endowment for Democracy</i>
OMNA	Oriente Médio e Norte da África
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PEEUA	Política externa dos Estados Unidos da América

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	25
2	POR UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS	29
2.1	TRANSFORMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX	29
2.2	PÓS-MODERNISMO ENQUANTO CONJUNTO TEÓRICO- METODOLÓGICO: SIMPLES DESCONSTRUÇÃO OU PROPOSTA ANALÍTICA DO MUNDO SOCIAL?	31
2.2.1	Pós-estruturalismo: ceticismo, desconstrução e a impossibilidade de emancipação humana	32
2.2.2	As teorias pós-modernistas: os efeitos da história na produção intelectual	38
2.2.2.1	A tradição francesa: o contexto histórico, a herança pós- estruturalista e os teóricos pós-modernistas radicais	38
2.2.2.2	As demais tradições: o pós-modernismo de Frederic Jameson e David Harvey	43
2.3	GLOBALIZAÇÃO E TEORIA SOCIAL: DA “MODERNIDADE TARDIA” PARA AS TEORIAS DA GLOBALIZAÇÃO	48
2.3.1	A modernidade tardia: reflexividade, individualização e destradiconalização	51
2.3.2	As teorias da globalização: continuidade em um período de descontinuidade histórica?	61
2.4	POR UMA PERSPECTIVA DIALÉTICO-CRÍTICA DOS PROCESSOS HISTÓRICOS CONTEMPORÂNEOS	66
2.4.1	Pela desconstrução de um paradigma que não existe: um olhar crítico sobre as teses de descontinuidade histórica	68
2.4.2	Por uma abordagem histórico-dialética das relações internacionais contemporâneas	73
3	A DISCIPLINA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A ABORDAGEM CRÍTICA NEOGRAMSCIANA: DO ESTADO UNITÁRIO À COMPLEXIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER COMO ESTRUTURAS GLOBAIS	75

3.1	POR UM PANORAMA CRÍTICO DO CAMPO TEÓRICO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: DOS PROCESSOS HISTÓRICOS DO SÉCULO XX	75
3.1.1	A síntese neo-neo enquanto mainstream teórico: a herança estatocêntrica	76
3.1.1.1	Os primórdios do campo teórico das Relações Internacionais: o debate entre o Realismo moderno e o Internacionalismo liberal	76
3.1.1.2	A segunda metade do século XX: o debate entre neoliberais e neorrealistas.....	85
3.1.1.3	A herança positivista e estatocêntrica	89
3.2	PELA VIABILIDADE DE ALTERNATIVAS ANALÍTICAS PARA A APREENSÃO DOS PROCESSOS HISTÓRICOS CONTEMPORÂNEOS: POR UMA ABORDAGEM MATERIALISTA HISTÓRICA	92
3.2.1	Os processos históricos contemporâneos: os imperativos da acumulação capitalista e a configuração das relações de poder.....	92
3.2.2	Relações internacionais como relações transnacionais?	98
3.2.3	Por uma abordagem materialista histórica das Relações Internacionais: a perspectiva neogramsciana.....	103
3.2.3.1	Hegemonia, concepção “ampliada” de Estado e a análise das estruturas globais de poder: a proposta de Robert W. Cox	104
4	O LOCKEAN PATTERN E A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (PEEUA)	113
4.1	O PAPEL DAS IDEIAS NA PEEUA: DO <i>LOCKEAN PATTERN</i> AO EXCEPCIONALISMO	113
4.2	CONTORNOS ANALÍTICO-CRÍTICOS SOBRE O CONCEITO DE POLÍTICA EXTERNA.....	113
4.3	A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: PROLEGÔMENOS.....	118
4.3.1	Ideologia: a apreensão das ideias nas relações sociais	119
4.3.2	Continuidade histórica da PEEUA: do Lockean pattern ao neoliberalismo.....	122
4.3.3	Raízes históricas: a ideologia fundacional estadunidense e a PEEUA (1776 a 1800).....	125
4.3.4	O Destino Manifesto e a PEEUA (1800 a 1898): definindo a ideologia expansionista	132
4.3.5	Do expansionismo do século XIX ao wilsonianismo do século XX.....	139

4.4	A PEEUA E SUA IDEOLOGIA NOS SÉCULOS XX E XXI: UM PANORAMA.....	149
4.4.1	O período do “entreguerras” e a Segunda Grande Guerra (1918–1945)	150
4.4.2	A Old ideology e a PEEUA: de 1945 a 1991	152
4.4.3	De 1991 aos anos 2011	161
5	A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E O ORIENTE MÉDIO: A “PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA” NO EGITO E NO IRAQUE DO GOVERNO CLINTON À PRIMAVERA ÁRABE	166
5.1	POR UMA ANÁLISE MATERIALISTA HISTÓRICA DA PEEUA NO SÉCULO XXI.....	166
5.2	ESTRUTURAS HISTÓRICAS DE PODER: OS EUA E OS IMPERATIVOS DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA	167
5.2.1	Da pax americana ao século XXI	168
5.3	A “PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA” DOS EUA: CONTORNOS HISTÓRICOS	172
5.3.1	Teoria como ideologia: o modelo da “promoção da democracia” dos EUA	179
5.3.2	A Promoção da democracia no Oriente Médio e no Norte da África: considerações iniciais	183
5.4	A “PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA” NO EGITO E NO IRAQUE: HEGEMONIA, IDEIAS E CAPITAL TRANSNACIONAL	188
5.4.1	O caso do Egito	194
6	CONCLUSÃO	211
	REFERÊNCIAS	217

1 INTRODUÇÃO

O debate teórico atual das Ciências Sociais é marcado por diferentes perspectivas metodológicas, onde cada uma reivindica para si um estatuto de legitimidade para o entendimento do mundo social. Nesse movimento, não se pode deixar de lado o fato de que a Ciência é um campo de luta, pois compõe, assim como pode também caracterizar, o contexto sócio histórico no qual está inserida. Dessa forma, o desenvolvimento científico, em especial o teórico, é marcado pelos diferentes conflitos e contradições inerentes aos processos sociais.

Quando o foco de análise recai sobre as teorias que têm como objetivo observar os desdobramentos históricos que podem ser definidos como internacionais, ou seja, que extrapolam fronteiras territoriais nacionais, as diferenças entre as abordagens teórico-metodológicas tornam-se mais evidentes. Um dos temas que permite evidenciar essa distinção é um processo que vem sendo considerado traço característico da história contemporânea: a globalização.

O debate sobre a globalização pode ser definido por dois movimentos: sua definição (ou caracterização) enquanto processo histórico e seus resultados. Pode-se citar como exemplos destes, os desenvolvimentos teóricos no campo das Ciências Sociais, a partir da segunda metade do século XX.

Seguindo essa linha de raciocínio, o desenvolvimento teórico inspirado pelo processo de globalização encerra alguns pontos que merecem uma atenção especial, como a intensificação das teorizações denominadas de pós-modernas e o aparecimento daquelas que promulgam a existência de um contexto histórico novo da modernidade, a modernidade tardia. Pode-se afirmar que ambas possuem como ponto comum a denúncia sobre a impossibilidade de se utilizar categorias de análise “tipicamente modernas” – onde classes sociais e Estado-nação são exemplos – para a apreensão dos fenômenos sociais contemporâneos.

Nesse sentido, o conjunto das perspectivas materialistas da história – o Marxismo – é denunciado pelos enfoques pós-modernistas e “modernistas tardios” como metodologia esvaziada de precisão analítica para a captação dos processos sociopolíticos atuais.

Partindo-se dessa crítica, um dos focos do primeiro capítulo é a defesa da tese de que as abordagens teórico-metodológicas materialistas da história permanecem sendo importantes instrumentais de análise das

relações sociais vigentes, com especial atenção às relações internacionais contemporâneas.

Com o desenvolvimento de novas teorias sociais na segunda metade do século XX, o conjunto teórico-metodológico das Relações Internacionais também passou por transformações.

Apesar dos debates epistemológicos nas Ciências Sociais, as teorias para a apreensão dos desdobramentos internacionais permaneceram seguindo as linhas do positivismo marcado pela explicação e objetividade, tendo por base as premissas da busca e exposição da verdade dos fatos, além da separação entre fenômenos/processos e valores. Em outras palavras, as perspectivas analíticas da disciplina permaneceram seguindo os princípios da neutralidade dos fatos e da busca na identificação de padrões.

Marcada, até então, pelo debate entre realistas e liberais, diferentes abordagens tomaram corpo a partir da década de 1970. Uma mudança significativa no âmbito de seu escopo teórico foi a percepção de que “outros atores”, não apenas os Estados, têm papel significativo nos processos internacionais. Nesse sentido, o termo “relações internacionais” tem seu significado ampliado: engloba outros processos históricos, além das tradicionais relações interestatais.

Por mais que esses novos enfoques estivessem se voltado para uma nova gama de atores, tanto o neorrealismo quanto o neoliberalismo permaneceram ligados ao procedimento de produção científica positivista: o debate entre teorias neorrealistas e teorias neoliberais, também conhecido como a síntese neo-neo (WEAVER apud SMITH, 1997, p. 169), continuaram marcadas pelo ímpeto explicativo dos processos que envolvem Estados, instituições internacionais (Organização das Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional entre outros), organizações não-governamentais e empresas transnacionais, convertendo-se no mainstream metodológico da disciplina a partir dos anos 1980. Contudo, apesar de algumas transformações teórico-metodológicas, as correntes analíticas dominantes da disciplina permaneceram presas à ideia de primazia do Estado enquanto ator central e racional na relação com os demais atores no âmbito internacional.

Mesmo assim, o quadro metodológico da disciplina abre-se para a apreensão da complexidade dos processos sociais contemporâneos. Outras abordagens, além das já mencionadas, começam a se

desenvolver, afastando-se dos temas tradicionais do campo (como questões de segurança, balanço de poder e comércio/economia internacional clássico-liberal), pois partem para a análise das relações entre classes sociais, ações dos Estados, grupos sociais e movimento de ideias. Alguns desses enfoques percebem o Estado e a sociedade civil como um só elemento, como uma unidade de forças sociais.

Partindo-se dessa concepção, o Estado não pode mais ser caracterizado como um ator unitário e homogêneo: a dimensão estatal começa a ser entendida como uma expressão das relações de poder/dominação que ocorrem no contexto social em que está inserida. Alia-se a isso as demais configurações de poder externas ou forças transnacionais como resultado da dinâmica capitalista.

A relevância do Estado faz-se presente como elemento de análise no campo teórico das Relações Internacionais. Todavia, a concepção teórica utilizada para a compreensão do Estado – e sua política externa – será a abordagem neogramsciana das relações internacionais. A justificativa para o emprego desse aparato instrumental parte da ideia de que ele é capaz de captar a complexidade dos processos sociais contemporâneos, já que envolvem forças sociais internas/endógenas assim como as transnacionais.

Segundo a abordagem neogramsciana, as ideias possuem um papel destacado no estabelecimento de relações de dominação. A hegemonia e um Estado ou grupo de Estados depende de um consentimento por meio de conjunto de valores – ou conceitos de controle – que deem a legitimidade para o estabelecimento/manutenção de uma estrutura histórica de poder.

O século XIX foi marcado pela hegemonia dos valores liberais e da democracia protetora no sistema internacional – o Lockean pattern, condicionando complexos Estado/sociedade civil a uma configuração de poder onde a Grã-Bretanha ocupava posição dominante.

Convém lembrar que esse ideário liberal esteve na base da constituição social das colônias inglesas na América do Norte e que, após a independência, esteve intimamente relacionado, fazendo parte da política externa da novo Estado (EUA), ao menos no plano retórico.

Assim, torna-se necessária a revisão da literatura de como a análise de política externa (APE) relaciona as ideias com política externa. Outro ponto fundamental seria a perspectiva da presença das

ideias e concepções que caracterizam o Lockean pattern na PEEUA, do final do século XIX ao início do XXI.

A PEEUA possui um conjunto de valores (core values) que parece orientar as ações dos EUA no contexto internacional. A relevância desses valores, logicamente, merece nota.

Contudo, a apreensão das ideias do Lockean pattern na política externa estadunidense merece uma contextualização histórica que permita relacioná-las a processos sociais que trazem à tona uma configuração de forças, interesses de frações da classe capitalista que se apresentam como fatores determinantes na conduta do aparato estatal dos EUA overseas.

Nesse sentido, torna-se necessário dar um destaque a articulação das ações da PEEUA com os desdobramentos do sistema capitalista, evidenciando a relação entre o Estado, os interesses para manutenção da acumulação capitalista e o estabelecimento de estruturas históricas de poder. O nexu Estado-capital, ou seja, o conjunto das relações entre o conjunto estatal (os elementos institucionais além de seu staff) e os interesses do capital transnacional é o ponto-chave para a compreensão da conduta externa dos EUA.

É por meio dessa linha argumentativa que a “promoção da democracia” realizada pelos EUA será apreendida neste trabalho, tendo como recorte regional o Oriente Médio, em especial, os casos do Egito e Iraque a partir do mandato de Bill Clinton até a Primavera Árabe (2011).

Logo, a premissa da abordagem neogramsciana permite o destaque do papel das ideias no estabelecimento das relações de dominação/poder desde que relacionadas com as relações sociais determinadas materialmente, evitando-se qualquer reificação.

Esse é um cuidado que preserva a concepção dialética dos conceitos gramscianos para a aplicação na análise das relações de poder que envolvem um complexo Estado/sociedade com os demais.

2 POR UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

2.1 TRANSFORMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

O debate teórico atual das Ciências Sociais¹ é marcado por diferentes perspectivas metodológicas, onde cada uma reivindica para si um estatuto de legitimidade para o entendimento do mundo social. Nesse movimento, não se pode deixar de lado o fato de que a Ciência é um campo de luta, pois compõe, assim como pode também caracterizar, o contexto sócio histórico no qual está inserida. Dessa forma, o desenvolvimento científico, em especial o teórico, é marcado pelos diferentes conflitos e contradições inerentes aos processos sociais.

Quando o foco de análise recai sobre as teorias que têm como objetivo observar os desdobramentos históricos que podem ser definidos como *internacionais*, ou seja, que extrapolam fronteiras territoriais nacionais, as diferenças entre as abordagens teórico-metodológicas tornam-se mais evidentes. Um dos temas que permite evidenciar essa distinção é um processo que vem sendo considerado traço característico da história contemporânea: a *globalização*.

O debate sobre a globalização pode ser definido por dois movimentos: sua *definição* (ou caracterização) enquanto processo histórico e seus *resultados*. Pode-se citar como exemplos destes, os desenvolvimentos teóricos no campo das Ciências Sociais, a partir da segunda metade do século XX.

Seguindo essa linha de raciocínio, o desenvolvimento teórico inspirado pelo processo de globalização encerra alguns pontos que merecem uma atenção especial, como a intensificação das teorizações denominadas de *pós-modernas*² e o aparecimento daquelas que promulgam a existência de um contexto histórico *novo* da modernidade,

¹ No presente trabalho, as Relações Internacionais, como disciplina ou campo de estudos, está sendo considerada como parte das Ciências Sociais.

² Convém lembrar que o conjunto teórico-metodológico denominado “pós-moderno” pode ser entendido como um desdobramento da crítica realizada, a partir dos anos 1960, ao paradigma estruturalista francês, em grande parte, por Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Felix Guattari e Michel Foucault (SIM, 2001, p. 3).

a *modernidade tardia*³. Pode-se afirmar que ambas possuem como ponto comum a denúncia sobre a impossibilidade de se utilizar categorias de análise “tipicamente modernas” – onde *classes sociais* e *Estado-nação* são exemplos – para a apreensão dos fenômenos sociais contemporâneos (BAUDRILLARD, 1994; BAUMAN, 1999; BECK, 1998; BECK, BECK-GERNSTEIN, 2002; BECK, GIDDENS, LASH 1997; GIDDENS, 1991; LYOTARD, 1988; SASSEN, 2010; URRY, 2000).

Nesse sentido, o conjunto das perspectivas materialistas da história – o Marxismo – é denunciado pelos enfoques pós-modernistas e “modernistas tardios” como metodologia esvaziada de precisão analítica para a captação dos processos sociopolíticos atuais (BEST, KELLNER, 1997; EAGLETON, 2011; ROSENBERG, 2005; WOOD, FOSTER, 1997; WOOD 1981).

Partindo-se dessa crítica, um dos focos do primeiro capítulo – para não dizer *le motif essentiel* – é a defesa da tese de que as abordagens teórico-metodológicas materialistas da história permanecem sendo importantes instrumentais de análise das relações sociais vigentes, com especial atenção às relações internacionais contemporâneas.

Assim, a estrutura de apresentação dos temas neste capítulo seguirá a seguinte ordem: a primeira seção focará em uma sumarização das concepções basilares das abordagens pós-modernistas e modernistas tardias; em um segundo momento, a atenção centrará na crítica a ambas; e, por último, será apresentada a necessidade da perspectiva dialético-

3 Neste trabalho, modernidade tardia é um termo escolhido para reunir as propostas teóricas que defendem que, o processo de globalização seria o indicador de que se vive em um novo momento da modernidade, distinguindo-se daquela modernidade/modernização que define a sociedade industrial. Mas sua utilização tem apenas como objetivo nomear as concepções que possuem os mesmos princípios epistemológicos, mas não as utilizando enquanto instrumentais analíticos. Como exemplo de tais teorias, pode-se citar a concepção modernidade reflexiva defendida por autores como Ulrich Beck (1998) e Anthony Giddens (1991), onde seu traço característico seria a individualização oriunda do processo de crise do Estado-nação enquanto elemento agregador/organizador da sociedade, indicando a impossibilidade de se utilizar outras categorias analíticas atreladas a esse instituto (como exemplo, a impossibilidade de se aplicar a categoria classe social). Giddens em *Modernidade e Identidade* (2002), por exemplo, utiliza o epíteto alta modernidade. Utilizar-se-á também o termo Teoria da Globalização (GT – sigla do termo em inglês Globalization Theory) como propõe Rosenberg (2000; 2005).

materialista para a compreensão dos desdobramentos históricos objetos desta pesquisa, pois somente a partir de uma perspectiva metodológica que perceba o mundo social enquanto totalidade é que se pode entender as relações sociais complexas da atualidade.

2.2 PÓS-MODERNISMO ENQUANTO CONJUNTO TEÓRICO-METODOLÓGICO: SIMPLES DESCONSTRUÇÃO OU PROPOSTA ANALÍTICA DO MUNDO SOCIAL?

Na segunda metade do século XX, o campo das Ciências Sociais testemunhou um fecundo desenvolvimento teórico. No final dos 1960 e início dos 1970, a academia francesa se transforma em um centro irradiador de perspectivas metodológicas que rompem com o paradigma estruturalista. Os trabalhos de Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Félix Guattari e de Michel Foucault encerram as críticas – e também a rejeição – às perspectivas teóricas marcadamente estruturalistas (ANTONIO, KELLNER, 1994; BEST, KELLNER, 1997; EASTHOPE, 2001; SIM, 2001).

Cabe ressaltar que, no entanto, o conjunto teórico pós-estruturalista possui interesse nos mesmos temas que o estruturalismo, como:

a tese de que a linguística, ou mais exatamente certos aspectos de versões particulares da linguística são de importância fundamental para a filosofia e a teoria social como um todo; a ênfase na natureza relacional das totalidades, ligada à tese do caráter arbitrário do signo e da primazia do significante sobre o significado; a descentralização do sujeito; a preocupação especial com a natureza da escrita e, portanto, com o material textual; o interesse no aspecto temporal como algo constitutivamente integrante da natureza dos objetos e eventos (GIDDENS, 1999, p. 282).

Nesse sentido, tanto o pós-estruturalismo quanto o estruturalismo encerram abordagens assentadas em um modelo heurístico que definirá o que ficou conhecido como tradição francesa (LIZARDO, STRAND, 2009). Logo, torna-se necessário uma atenção mais detalhada acerca da

relação entre o pós-estruturalismo e as teorias pós-modernas desenvolvidas na França, entre os anos 1970 e o início dos anos 1980.

2.2.1 Pós-estruturalismo: ceticismo, desconstrução e a impossibilidade de emancipação humana

As concepções pós-estruturalistas, apesar de sua heterogeneidade, apresentam um solo epistemológico comum, pois partilham de certas características como o ceticismo, a desconstrução e a ilusão de que seja possível a emancipação dos indivíduos em sua concepção moderna (SIM, 2001).

Seguindo essa linha de raciocínio, o conjunto teórico pós-estruturalista vai criticar as abordagens analíticas estruturalistas em pontos específicos como, por exemplo, as certezas culturais incorporadas em seu quadro teórico: “certezas como a crença de que o mundo é intrinsecamente passível de ser conhecido e que o estruturalismo nos fornece uma chave metodológica para decifrar vários sistemas que criaram o mundo ” (SIM, 2001, p. 4). Como retira seus pressupostos teórico-metodológicos da teoria linguística saussuriana, o estruturalismo endossa a ideia de que a linguagem está acima de qualquer sistema, aplicando a ideia de sistemas linguísticos (e a concepção de gramática interna) a sistemas de forma generalizada, como é o caso de Lévi-Strauss na análise das culturas,

o modelo linguístico elaborado por Ferdinand de Saussure criou a base para a análise estruturalista, que é aplicada para sistemas no geral, partindo da pressuposição de que cada sistema possui uma gramática interna que governa suas operações. O ponto crucial da análise estruturalista era a de revelar qual gramática de diversos sistemas, seja se o sistema em questão fosse um mito tribal, a indústria de propaganda, ou mundo da literatura ou o mundo da moda. (...) Assim, para pensadores como Claude Lévi-Strauss, ou os trabalhos iniciais de Roland Barthes, cada detalhe da narrativa era significativo em termos da estrutura do produto final (não existindo elementos aleatórios), fazendo com que as narrativas se encaixassem dentro de gêneros específicos, onde cada situação específica seria apenas uma simples variação do tema central (por exemplo, um dado

mito tribal). Partindo-se dessa perspectiva, um sistema (ou narrativa) torna-se um sistema como qualquer outro e a análise de sua gramática apresenta-se como um exercício analítico previsível, como se alguém soubesse de antemão o que iria encontrar⁴ (SIM, 2001, p. 4-5).

Um dos pontos da crítica de Jacques Derrida ao estruturalismo se dá por meio da concepção de desconstrução, que encerra a ideia de instabilidade da linguagem (EASTHOPE, 2001; SIM, 2001). A desconstrução derridiana pode ser considerada como uma forma de questionamento, “em desfazer, sem nunca destruir, um sistema de pensamento hegemônico e dominante” (DERRIDA, ROUDINESCO, 2004, p. 9). Nesse sentido, a perspectiva desconstrutivista coloca em xeque as oposições binárias sobre as quais a tradição metafísica ocidental está assentada como natureza/cultura, interno/externo, causa/efeito, fala/escrita, língua/fala (DERRIDA, 1995; NORRIS, 1987). A partir desse raciocínio, tem-se a crítica às dicotomias saussurianas, em especial aquela entre língua (*langue*) e fala (*parole*)⁵, presente no aparato teórico-metodológico sobre o qual se debruçavam os estruturalistas (GIDDENS, 1999, p. 283).

⁴ Cf.: “the linguistic model set up by Ferdinand de Saussure formed the basis of structuralist analysis, which applied it to systems in general, making the assumption that every system had an internal grammar that governed its operations. The point of structuralist analysis was to uncover that grammar, whether the system in question was tribal myth, the advertising industry, or the world of literature or fashion. (...) Thus for a thinker like Claude Lévi-Strauss, or the early Roland Barthes, every detail of a narrative was significant in terms of structure of the final product (there being no random elements), and narratives fell into specific genres, of which particular instances were merely variations on a central theme (say, a given tribal myth). From such perspective one system (or narrative) comes to seem much like any other, and the analysis of its grammar becomes fairly predictable exercise, almost if one knew beforehand what one is going to find”.

⁵ Para Saussure (2006) a língua (*langue*) é o objeto de estudo da linguística pois tem um caráter sistemático, já que é uma construção coletiva, enquanto que a fala (*parole*) é uma propriedade tipicamente individual, atestando seu caráter assistemático. Outras dicotomias sobre as quais linguística saussuriana se desenvolve seriam *diacronia* e *sintonia*, *significante* e *significado*, *identidade* e *oposição* (SALUM apud SAUSSURE, 2006, p. XV).

Outro elemento do pensamento derridiano é a noção de *différance*⁶, que não é em si um conceito já que pode assumir diferentes significados, encerrando tanto a diferença (alteridade) quanto um atraso, uma opção em se deixar para depois. Nas palavras de Derrida (1982, p. 6, grifo do autor), refere-se a uma

ação de postergar, levando-se e consideração o tempo a as forças nas operações que implicam em um cálculo econômico, um desvio, uma pausa, um intervalo, uma representação – todos os conceitos que estou tratando aqui podem ser resumidos em uma palavra (...): temporalizar. Diferenciar nesse sentido é temporalizar, é lançar mão, consciente ou inconsciente, da mediação temporal e temporalizadora de um desvio que detém a obtenção ou satisfação de um desejo ou vontade, ou algo que leva o desejo e a vontade para um caminho em que seus efeitos são anulados ou amenizados⁷.

Assim, seguindo essa linha de raciocínio, se há essa possibilidade de cálculo ou de postergar, de temporalizar, tem-se a constatação de que o processo da língua não é algo previsível pois está aberto a operações subjetivas (DERRIDA, 1973, 1995; NORRIS, 1987). Em outras palavras, o significado linguístico é um fenômeno instável (SIM, 2001).

A perspectiva saussuriana afasta o estudo da língua do contingente e contextual, traduzindo a ideia de insustentabilidade da

⁶ O termo que Derrida utiliza é *différance*, um neologismo do termo francês *difference* (diferença) mas que também encerra uma noção de *atraso*, *hiato* (SIM, 2001).

⁷ Cf.: “the action of postponing until later, of taking into account, the taking-account of time and forces in an operation that implies an economic reckoning, a detour, a respite, a delay, a reserve, a representation – all the concepts that I will sum up here in a word (...): *temporalizing*. To differ in this sense is to temporalize, to resort consciously or unconsciously, to the temporal and temporalizing mediation of a detour that suspends the accomplishment or fulfillment of “desire” or “will”, or carries desire or will out in a way that annuls or tempers their effect”.

perspectiva estruturalista para os pós-estruturalistas (GIDDENS, 1999, p. 287).

Soma-se a esse aspecto, a importância que os textos assumem no ethos pós-estruturalista⁸ (SIM, 2001, p. 5) já que é por meio deles que se dá a *différance*, além da escritura englobar todas as outras formas de linguagem (DERRIDA, 1995). Logo, a escrita assume um papel central não apenas para Derrida, mas também para Michel Foucault, pois ele compreende o ato de escrever como uma forma de experiência transformadora, evidenciando o caráter de subjetividade na produção textual (LLUCH, 2013).

Outro traço caracterizador do pós-estruturalismo seria o ceticismo entendido enquanto uma filosofia negativa ou antifundacionalista, pois sua *raison d'être* seria minar outras correntes filosóficas que tratam de uma verdade reveladora – uma verdade final – ou sobre a verdade em si (SIM, 2001). Em outras palavras, o ceticismo coloca em debate a validade dos fundamentos de outras filosofias, na esteira das ideias propostas por Friedrich Nietzsche (GIDDENS, 1999; SIM, 2001; SPENCER, 2001): “no final do século XIX, entretanto, o ceticismo [ceticismo] foi direcionado às conquistas obtidas pelo Iluminismo, por meio da declaração nietzschiana de que Deus está morto, e que a verdade, a moralidade e o conhecimento não passam de simples ilusões”⁹ (GRANT, 2001, p. 29). Pode-se citar Michel Foucault como um herdeiro do pensamento nietzschiano já que, grande parte de sua obra foi desenvolvida na crítica da modernidade e do humanismo – como a declaração de morte do homem (FOUCAULT, 2000) – além do desenvolvimento de novas perspectivas sobre a sociedade, o conhecimento, o discurso e o poder (BEST, KELLNER, 1991; GIDDENS, 1999).

Gilles Deleuze e Félix Guattari também desenvolvem reflexões críticas acerca das ideias de unidade/totalidade, identidade, fundamentos, hierarquia, subjetividade e representação, que integram o corpo das “certezas modernas” (BEST, KELLNER, 1991). Em

⁸ Para Stuart Sim (2001, p. 5) a desconstrução proposta por Derrida é o que dá o tom a todo o desenvolvimento teórico-metodológico do pós-estruturalismo, tendo a instabilidade da linguagem como pano de fundo da crítica ao estruturalismo.

⁹ Cf.: “By the end of nineteenth century, however, criticism was being directed at the hard-won gains of Enlightenment itself with Nietzsche proclaiming that God is dead, and that truth, morality and knowledge itself were mere illusions”.

contraposição aos discursos e instituições modernas, e diferentemente de Foucault¹⁰, Deleuze e Guattari defendem os princípios da multiplicidade e diferença nas práticas cotidianas, políticas e teóricas, partindo da concepção de ser humano como máquina desejante (DELEUZE, GUATTARI, 2010, p.7 e 14). Partindo dessa ideia, está implícita a ideia de fragmentação, que toda a experiência é fragmentada pois se relaciona com os fluxos de desejo:

As máquinas desejantes são máquinas binárias, com regra binária ou regime associativo; sempre uma máquina está acoplada a outra. É que há sempre uma máquina produtora de fluxo, e uma outra que lhe está conectada, operando um corte, uma extração de fluxo (o seio – a boca). E como a primeira, por sua vez, está conectada a uma outra relativamente à qual se comporta como corte ou extração, a série binária é linear em todas as direções. O desejo não para de efetuar o acoplamento de fluxos contínuos e de objetos parciais essencialmente fragmentários e fragmentados. O desejo faz correr, flui e corta. Bolsa de águas e cálculos do rim; fluxo de cabelo, fluxo de baba, fluxo de esperma, de merda ou de urina produzidos por objetos parciais que, por sua vez, produzem outros fluxos também recortados por outros objetos parciais. Todo o ‘objeto’ supõe a continuidade de um fluxo, e todo fluxo supõe a fragmentação do objeto. Sem dúvida, cada máquina-órgão interpreta o mundo inteiro segundo seu próprio fluxo, segundo a energia que flui dela. Mas sempre uma conexão se estabelece com outra máquina, numa transversal em que a

¹⁰ Best e Kellner (1991, p. 22) indicam a diferença no posicionamento teórico de Foucault com a de Deleuze e Guattari: enquanto o primeiro foca na crítica sobre a modernidade como totalidade, estes procuram teorizar criando alternativas às concepções e discursos modernos, por meio da decodificação dos fluxos libidinais iniciados pela dinâmica da economia capitalista (DELEUZE, GUATTARI, 2010). Merece destaque também a relação entre a perspectiva dialética marxista e as ideias de Deleuze e Guattari, pois suas análises se apoiam nas categorias da tradição marxista (BEST, KELLNER, 1991, p. 22). Essa relação é algo que Giddens (1999) não menciona em suas considerações sobre o pós-estruturalismo.

primeira corta o fluxo da outra ou ‘vê’ seu fluxo cortado pela outra (DELEUZE, GUATTARI, 2010, p. 16-17).

Pode-se assim perceber que a concepção de “indivíduo” que o pós-estruturalismo expressa é uma postura crítica em relação a qualquer filosofia ou teoria que “encare a consciência como um princípio sobre o qual se podem fundar as pretensões de conhecimento” (GIDDENS 1999, p. 297). Assim como Foucault decreta o “fim da idade do homem”, Deleuze e Guattari defendem a desconstrução esquizofrênica do ego e do superego em detrimento da dinâmica do inconsciente (BEST, KELLNER, 1991, p. 33). Como afirma Giddens (1999), o pano de fundo dessa noção de ser humano converte-se em uma descentralização do sujeito¹¹. Mas esse processo não possui origem com o pós-estruturalismo, e sim com o advento da psicanálise (BEST, KELLNER, 1997; GIDDENS, 1999; GRANT, 2001; SIM, 2001).

A concepção moderna de emancipação dos indivíduos por meio do agir racional vai de encontro ao aparato analítico dos pós-estruturalistas, pois ele foca na análise das microestruturas das relações de dominação ao invés das macroestruturas modernas (BEST, KELLNER, 1991).

Por mais que o pós-estruturalismo seja uma tradição morta de pensamento¹² como afirma Giddens (1999), ele é a base das teorizações denominadas pós-modernistas¹³, em especial aquelas com origem na França (BEST, KELLNER, 1991, 1997; LIZARDO, STRAND, 2009).

11 A descentralização do sujeito proposta por Giddens (1999) refere-se a ideia de rompimento com a concepção moderna de humanidade pautada na consciência e ações exclusivamente racionais.

¹² Essa afirmação de Giddens (1999, p. 281) se aplica também ao estruturalismo.

¹³ Salienta-se que neste trabalho serão utilizados os epítetos pós-modernista(s) e/ou pós-modernismo apenas para designar o conjunto de teorias com certos traços comuns, não se utilizando os termos pós-moderno(s) e/ou pós-modernidade. Essa medida tem como objetivo evidenciar que o trabalho não se vale das concepções pós-modernistas enquanto instrumentos de análise, indicando a adoção da linha de raciocínio de Perry Anderson em *As origens da pós-modernidade* (1999) assim como também a de Terry Eagleton em *As ilusões do pós-modernismo* (1998).

2.2.2 As teorias pós-modernistas: os efeitos da história na produção intelectual

Para se compreender o conjunto das perspectivas que integram o pós-modernismo, além da necessidade de se levar em conta sua base teórico-metodológica pós-estruturalista, torna-se relevante contextualizá-las, no sentido de articular a experiência histórica com a produção intelectual pós-modernista (ANDERSON, 1999; BEST, KELLNER, 1997).

Convém lembrar que essas teorias estão associadas – em grande parte – à produção intelectual que ocorreu na França, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Dois nomes figuram como ícones desse movimento: Jean Baudrillard e Jean-François Lyotard (BEST & KELLNER, 1991, 1997; EASTHOPE, 2001; GRANT, 2001; LIZARDO, STRAND, 2009; SIM, 2001).

Entretanto, existem outros autores que se colocam ou se intitulam pós-modernistas, porém não estão vinculados à tradição francesa (LIZARD, STRAND, 2009), já que partem de fundamentos epistemológicos diferentes.

No intuito de caracterizar, de forma sintética, as diferentes concepções que integram o pós-moderno, o procedimento metodológico será de se ater, em um primeiro momento, à tradição francesa e, posteriormente, aos representantes das outras que tenham relevância para o desenvolvimento da discussão empreendida por este trabalho.

2.2.2.1 A tradição francesa: o contexto histórico, a herança pós-estruturalista e os teóricos pós-modernistas radicais

As teorias pós-modernistas desenvolvidas na França têm em Jean Baudrillard e Jean-François Lyotard seus teóricos mais emblemáticos (BEST, KELLNER, 1991, 1997).

Além de trazer em seus escritos as ideias pós-estruturalistas, o conjunto teórico formado pelo pensamento desses autores possui como traços característicos o ataque à racionalidade moderna e ao universalismo, enfatizando o relativismo, a diferença, a particularidade e a fragmentação (BEST, KELLNER, 1997; EAGLETON, 1998; SIM, 2001).

De maneira geral, tanto um quanto outro, expressa críticas às categorias das teorias consideradas modernas, já que estas bebem de uma herança iluminista, elemento definidor de uma época histórica que terminou (BAUDRILLARD, 1985; LYOTARD, 2009). Nas palavras de

Antonio e Kellner (1994, p. 127) “de forma mais específica, os pós-modernistas

Nesse sentido, o discurso pós-modernista se debruça na crítica às “certezas culturais do Ocidente” como a emancipação humana através da racionalidade, contra às teorias universalizantes, adotando uma postura cética (EAGLETON, 1998; SIM, 2001): as teorias modernas são definidas como grandes narrativas, isto é, formas ou meios de transmissão do conhecimento marcadas pela “certezas culturais modernas” (LYOTARD, 2009). Nesse sentido, Lyotard defende a tese de que a contemporaneidade é marcada apenas por uma única possibilidade de conhecimento, ou seja, por meio de discursos fragmentários, específicos, o que denominou de pequenas narrativas (LYOTARD, 2009). O foco recai sobre a diferença, sobre a particularidade, na tentativa de se abandonar os discursos modernos de verdade, certeza, universalidade, essência, sistema, além do repúdio às narrativas históricas de liberdade e revolução (BEST, KELLNER, 1997). Seguindo essa linha argumentativa, a época moderna chega a seu fim.

Baudrillard (1985) também defende a ideia de ruptura com a modernidade, por meio de sua tese do fim do social, entendido enquanto a irrelevância do conjunto formado pelas instituições modernas, como a política (e seu papel) e a ciência, em especial a Sociologia, afirmando que o único referencial social existente é a massa

É nesse sentido que a massa é característica de nossa modernidade, na qualidade de fenômeno altamente implosivo, irreduzível a qualquer prática e teoria tradicionais, talvez mesmo irreduzível a qualquer prática e a qualquer teoria simplesmente. (...) Exatamente o inverso, portanto de uma aceção “sociológica”. A sociologia só pode descrever a expansão do social e suas peripécias. Ela vive apenas da hipótese positiva e definitiva do social. A assimilação, a implosão do social lhe escapam. A hipótese da morte do social é também a sua própria morte (BAUDRILLARD, 1985, p. 5-6).

A política perde seu sentido moderno de campo de lutas entre os agentes históricos (BAUDRILLARD, 1985, p. 13). Nas palavras do próprio autor, o único agente sobrevivente é a “maioria silenciosa.

Todos os sistemas atuais funcionam sobre essa entidade nebulosa, sobre essa substância flutuante cuja existência não é mais social mas estatística” (BAUDRILLARD, 1985, p. 13).

Em termos gerais, o conjunto formado pelo pensamento desses autores¹⁴ definem a tradição pós-modernista francesa, evidenciando um traço marcante que seria a tese da ruptura histórica, isto é, uma quebra radical na continuidade da história moderna (ANTONIO, KELLNER, 1994; BAUDRILLARD, 1985; BEST, KELLNER, 1991; 1997; SIM 2001)

Nesse sentido, a tônica das concepções pós-modernistas seria a incompatibilidade dos institutos modernos frente a uma “nova realidade social”, como é o caso das ciências ou teorias sociais, já que sua base epistemológica encontra-se presa às “grandes certezas modernas”.

Na visão de alguns autores, o posicionamento que afirma que a descontinuidade é uma marca da contemporaneidade, pode ser compreendido à luz da contextualização histórica de seus autores: eventos históricos que se desdobraram na França, durante os anos 1960, foram significativos para as concepções pós-modernistas, como é o caso dos acontecimentos de Maio de 1968 e suas consequências no campo político francês (ANTONIO, KELLNER, 1994; ANDERSON, 1999; BEST, KELLNER, 1991, 1997; EAGLETON, 1998).

Além da herança pós-estruturalista, o ceticismo dos teóricos radicais assentou-se sobre os desenvolvimentos do cenário político francês a partir da revolta estudantil, que começa em janeiro de 1968, até a greve geral que paralisou a França em 20 de maio do mesmo ano. O mais significativo é que este movimento foi eminentemente popular, com especial participação dos estudantes e trabalhadores franceses (rurais e industriais), cujas ações se deram de forma independente

Em 20 de maio o país inteiro está paralisado, atingido por uma greve geral - mesmo não tendo os sindicatos e nenhuma outra organização lançado um chamado a esta greve. Fábricas, escritórios, escolas e universidades estão ocupados, a produção e o sistema de transportes paralisados. (...)Dois terços de todos os assalariados participam da greve geral; estudantes

¹⁴ Alguns autores colocam Michel Foucault enquanto autor pós-modernista como é o caso de Best e Kellner (1991) devido à defesa da tese da “morte do homem”.

ocupam as universidades. No momento, o destino de de Gaulle e seu governo está nas mãos do Partido Comunista Francês (Parti Communiste Français - PCF) e da CGT (Confederation Generale de Travail - Confederação Geral do Trabalho) controlada por ele. São eles que garantem a sobrevivência política do presidente Charles de Gaulle e salvam a Quinta República (SCHWARTZ, 2008).

Um processo revolucionário estava se desenvolvendo, podendo determinar o fim do regime gaullista inaugurando um novo momento da sociedade francesa. Nesse sentido, o PCF e a CGT teriam um papel fundamental para a instauração dessa nova experiência histórica.

É sabido, todavia, que o PCF e a CGT tiveram um papel de oposição a esse movimento estudantil e trabalhador, pois encetaram uma oposição hostil por meio de declarações públicas, afirmando seu caráter “baderneiro”. Toda essa contraposição de ambas pode ser entendida como uma reação à exclusão de seu papel no desdobramento de todos esses eventos. (SCHWARTZ, 2008).

Além desse posicionamento público contrário, o PCF acabou desempenhando um papel fundamental nos rumos da política francesa: ao invés de dar apoio ao movimento, ele tentou minar a base de legitimidade das reivindicações dos trabalhadores, culminando no seu apoio ao governo de Charles de Gaulle por meio da assinatura do Pacto de Grenelle¹⁵. Por sua vez, esse acordo entre a CGT, associações patronais e o governo não teve aprovação pelos trabalhadores, sendo rechaçado imediatamente à sua apresentação pública por Georges Séguy (secretário geral da CGT e membro do PCF) e pelo primeiro ministro George Pompidou.

O desenrolar das ações do PCF e da CGT culmina no apoio à decisão de De Gaulle em dissolver o parlamento e convocar novas eleições (SCHWARTZ, 2008). Não é à toa que muitos pensadores e teóricos da esquerda classificam essa atitude, tanto do PCF quanto da CGT, de traição tanto à tradição marxista quanto aos movimentos nascidos no âmago da sociedade francesa (ANDERSON, 1999; BEST, KELLNER, 1991, 1997; EAGLETON, 1998). Em um momento em que

¹⁵ O *Pacto de Grenelle* foi o documento resultante das negociações que ocorreram entre o sindicato (CGT), as associações patronais e o governo, na sede do Ministério do Trabalho em Paris.

a CGT poderia liderar o processo de destituição do estado francês, ela optou em defendê-lo, em uma situação paradoxal já que era “um sindicato de combate, que se construiu contra o estado¹⁶” (DREYFUS, 2015).

No que tange aos pós-modernistas franceses, esse contexto histórico teve um papel fundamental no desenvolvimento de suas perspectivas teóricas já que uma das suas principais críticas contra as teorias modernas é de sua “pretensa” totalidade,

o ataque dos pós-modernistas às teorias clássicas referem-se às possibilidades de se mapear a totalidade social, de fornecer progresso social e permitir uma satisfatória mudança social. Muitos dos críticos pós-modernistas foram marxistas que agora rejeitam o socialismo e, até mesmo, o reformismo do Estado de bem estar social, assim como também fazem críticas ferinas às pretensões de história e emancipação universal do Marxismo¹⁷ (ANTONIO, KELLNER, 1994, p. 127-8).

A crítica às “grandes narrativas” é endereçada, em especial, ao Marxismo (BEST, KELLNER, 1997). Tanto Baudrillard quanto Lyotard foram marxistas e que se frustraram com a postura do PCF em virtude dos acontecimentos de maio de 1968 (BEST, KELLNER, 1991; 1997; GRANT, 2001). De certo modo, esses eventos contribuíram para que o Marxismo na França perdesse sua força e apoio: Lyotard, por exemplo, foi um marxista que deu apoio ao movimento estudantil e trabalhador para a destituição do governo gaullista (GRANT, 2001). Os pós-modernistas radicais franceses, como consequência, abandonam o Marxismo e o radicalismo dos anos 1960 já que a possibilidade de alteração do *status quo* não é factível (SPENCER, 2001).

Logo, todas as teorias que têm em seu interior a ideia de “transformação social”, e suas variantes “emancipação” e “revolução”, são alvos de ataque, indicando que as explicações pautadas em

¹⁶ Cf.: “un syndicat de combat, qui se construit contre l'État”

¹⁷ Cf.: “Postmodernists attack classical theory's claims about mapping the social totality, detecting social progress, and facilitating beneficial social change. Since many postmodern critics are former Marxists who now reject socialism and even welfare state reformism, they advance especially scathing criticism of Marxism's global claims concerning history and universal emancipation”.

concepções estruturais da sociedade que condicionam as ações cotidianas perdem sua validade analítica, restando apenas uma ótica que perceba o mundo social como ambivalente, contingente, incerto (BEST, KELLNER, 1997; GRANT, 2001).

Dessa forma, a tradição francesa se caracteriza como uma crítica às concepções teórico-metodológicas que possuem em seu âmago as ideias de transformação/revolução social. Em outras palavras, procura se embasar em uma postura analítica centrada na *livre agência* dos indivíduos ao invés do foco no peso das estruturas sociais sobre a ação (EAGLETON, 1998).

2.2.2.2 As demais tradições: o pós-modernismo de Frederic Jameson e David Harvey

De forma geral, as concepções pós-modernistas caracterizam-se pelo ceticismo sobre as perspectivas que ensejam mudanças sociais. Esforçam-se em minar as suas bases de sustentação, sua legitimidade enquanto alternativas analíticas. Esse é o eixo norteador da tradição francesa.

Todavia, a tradição estadunidense¹⁸ difere em vários pontos em relação à desenvolvida no contexto francês. O pós-modernismo estadunidense, inicialmente, possui uma matiz estética: devido à vinculação marxista de seus principais autores, como exemplo Frederic Jameson, as tendências econômicas são percebidas segundo categorias originárias do campo das artes: “argumentamos que não é o econômico, nem o social e nem o político que prevalece no discurso estadunidense sobre o pós-modernismo[:] mas sim, o estético¹⁹” (LIZARDO, STRAND, 2009, p. 56).

¹⁸ O termo original é “*American*” (LIZARDO, STRAND, 2009). Em virtude da tradução livre, optou-se pelo epíteto *estadunidense* pois é mais condizente à ideia dos autores no emprego do gentílico escolhido. Salienta-se também que apenas dois autores dessa linha foram destacados. Tal escolha se justifica por considerar que Fredric Jameson e David Harvey encerram questões teórico-metodológicas relevantes à estrutura argumentativa do presente trabalho. Também são representantes dessa tradição: Daniel Bell, Steve Seidman, James Clifford, George Marcus dentre outros.

¹⁹ Cf.: “we argue that it is not the economic, the social, nor the political that prevails in American discourse on the postmodern; rather, it is the *aesthetic*”.

A perspectiva de Jameson não encerra a ideia de que o econômico é percebido enquanto dimensão estética, mas sim que os processos sociais da sociedade capitalista estão presentes nas obras de arte, na produção cultural de maneira geral,

Então, achamos associações estabelecidas entre o estético e o econômico, na forma do que Jameson denomina de ‘sintomas’ estéticos que expressam um estágio particular do capitalismo que agora se manifesta nos objetos artísticos (...). Assim como o mimetismo foi perdido e o fragmentário torna-se mais expressivo nos objetos culturais, também no capitalismo percebemos mudanças como a ‘desterritorialização’ do local assim como o processo da financeirização como o motor principal na geração do lucro. Para Jameson, o estético define os termos do processo histórico que são introduzidos ulteriormente ao longo da história do capitalismo, penetrando no núcleo de tendências similares que, de outra forma, permaneceriam imperceptíveis²⁰ (LIZARDO, STRAND, 2009, p. 57).

Essa caracterização parte da ideia de que o pós-modernismo para Jameson é um movimento estético-iconoclasta já que o campo artístico e da indústria da cultura de massa reproduzem as transformações na configuração produtiva e de geração de valor do capitalismo contemporâneo²¹ (JAMESON, 2002b).

²⁰ Cf.: “Thus, we find associations drawn between the aesthetic and the economic in the form of what Jameson designates aesthetic ‘symptoms’ that express a particular stage of capitalism which is now manifested as those artistic objects (...). Just as mimesis is lost and the fragment becomes more expressive in cultural objects, so too has capitalism realized a ‘de-territorialization’ in location and process with the financial unit now the primary engine of profit. For Jameson, the aesthetic defines the terms of the historical process, and those terms are subsequently introduced alongside history of capitalism to penetrate the core of similar trends there that otherwise remain inconspicuous”.

²¹ Convém lembrar que “capitalismo tardio” diz respeito à tradução errônea de “*late capitalism*”, em exercício no meio acadêmico brasileiro. Todavia, a ideia contida na língua inglesa diz respeito ao “momento presente em que se encontra o capitalismo” (JAMESON, 1991).

Nesse sentido, o pós-modernismo na ótica jamesoniana configura-se como um movimento cultural que engloba tanto os produtos culturais como também o campo da teoria social contemporânea, marcada pela falta de profundidade evidenciando a desvinculação entre a história privada da pública, criando novas temporalidades que são incorporadas nas expressões artísticas (arquitetura, pintura, escultura, cinema entre outros). Além do mais,

o pós-modernismo não é dominante cultural de uma ordem social totalmente nova (sob o nome de sociedade industrial, esse boato alimentou a mídia por algum tempo), mas é apenas o reflexo e aspecto concomitante de mais uma modificação sistêmica do próprio capitalismo (JAMESON, 2002a, p. 16).

Logo, o elemento fundamental desse movimento pós-modernista é a relação íntima entre a produção cultural e as novas tecnologias, as evidências concretas de uma nova configuração da produção capitalista (JAMESON, 2002b). Para Lizardo e Strand (2009, p. 58, grifo dos autores) “Jameson usa o *estético* da forma como ele deve ser empregado: para aumentar nosso entendimento sobre a trajetória do capitalismo²²”.

A relação entre a produção cultural e o econômico também se encontra nas ideias de David Harvey²³, mas colocando um terceiro tema nesse binômio: a *compressão tempo-espaço* (LIZARDO, STRAND, 2009). Para Harvey é a compressão espaço-tempo (aceleração na percepção do tempo e diminuição na percepção do espaço) que faz a mediação entre a cultura pós-modernista e o regime pós-fordista da acumulação flexível, marca do capitalismo contemporâneo (HARVEY, 2002). Nas palavras de Harvey (2002, p. 396) o “pós-modernismo pode ser considerado uma condição histórico-geográfica de certa espécie”, ou seja, um momento da história marcada por

²² Cf.: “Jameson uses the *aesthetic* in precisely the way he says it should be used: to enhance our understanding of the trajectory of capitalism”.

²³ Apesar da nacionalidade inglesa, David Harvey integra a tradição estadunidense em virtude de seus escritos, além de sua considerável permanência na Universidade de Columbia, Nova Iorque.

[p]rocessos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos. Uso a palavra ‘compressão’ por haver fortes indícios de que a história do capitalismo tem se caracterizado pela aceleração do ritmo da vida, ao mesmo tempo em que venceu as barreiras espaciais em tal grau que por vezes o mundo parece encolher sobre nós. O tempo necessário para cruzar o espaço e a forma como costumamos representar esse fato para nós mesmos são indicadores úteis do tipo de fenômeno que tenho em mente. À medida que o espaço parece encolher numa ‘aldeia global’ de telecomunicações e numa ‘espaçonave terra’ de interdependências ecológicas e econômicas (...) e que horizontes temporais se reduzem a um ponto em que só existe o presente (...) temos de aprender a lidar com um avassalador sentido de *compressão* dos nossos mundos espacial e temporal. (...) A experiência da compressão do tempo-espaço é um desafio, um estímulo, uma tensão e, às vezes, uma profunda perturbação, capaz de provocar, por isso mesmo, uma diversidade de reações sociais, culturais e políticas (HARVEY, 2002, p. 219, grifo do autor).

A compressão tempo-espaço não é um processo exclusivo do pós-modernismo. Existiu em outros dois momentos na história da arte: o contexto das revoluções de 1848 e na passagem do século XIX para o XX (HARVEY, 2002). Merece destaque o fato de que essas mudanças na percepção do espaço e do tempo, sendo as obras culturais *respostas estéticas* a esse processo, estão intimamente relacionadas com transformações no processo da acumulação capitalista. Nas palavras de Harvey (2002, p. 298):

as dimensões do tempo e do espaço têm sido sujeitas à persistente pressão da circulação e da acumulação do capital, culminando (em especial durante as crises periódicas de superacumulação que passaram a surgir a partir do século passado [século XIX]) em surtos desconcertantes e destruidores de compressão do espaço-tempo.

No que tange ao pós-modernismo, o estético é a economia e esta, baseia-se na percepção de tempo e espaço; a produção estética pós-modernista antecipa o econômico, o político e as mudanças que estão por vir (HARVEY, 2002).

Um termo comum entre Harvey e a tradição francesa é a questão da fragmentação social: essa nova configuração capitalista permitiu a expansão de serviços de oferta de produtos por meio do comércio computadorizado e da tecnologia empregada nas operações financeiras globalmente interligadas, resultando em uma redução do tempo das operações e também das diferenças espaciais. Esses processos acabam por levar a uma fragmentação social (LIZARDO, STRAND, 2009).

Seguindo a linha de raciocínio, o espaço é fundamental para a caracterização do pós-modernismo, pois as transformações do território parecem ser constantes no sistema histórico capitalista: há uma demanda por uma *paisagem geográfica*²⁴ que permita a acumulação de capital (HARVEY, 2004a, p. 87). Nessa perspectiva, todo esse processo seria fruto de dois movimentos inerentes ao funcionamento do capitalismo: a *aceleração do tempo de giro do capital* (dos diversos tipos) e a *eliminação de todas as barreiras espaciais*. Com isso, a acumulação flexível pós-fordista seria um “processo de produção de desenvolvimento temporal e geográfico desigual” (HARVEY, 2004a, p. 88). O produto de todos esses desdobramentos seria a fragmentação social a que Harvey se refere. Todavia, ela não é a mesma que a tradição francesa propugna: não é um rompimento abrupto, nem uma descontinuidade da história, mas sim um momento para se desenvolver uma nova representação do capitalismo que resgate o senso de ação coletiva, ou seja, que permita uma transformação social crítica (HARVEY, 2002). Jameson (2002a, 2002b) também partilha da ideia de que não há uma descontinuidade na história²⁵, mas que o pós-

²⁴ Essa paisagem geográfica seria um conjunto de “relações espaciais, de organização territorial e de sistemas de lugares ligados por meio de uma divisão ‘global’ do trabalho e de funções” (HARVEY, 2004, p. 87).

²⁵ Jameson refuta a ideia de ruptura como defende Lyotard e Baudrillard: “decidir se o que se encontra diante de nós é uma ruptura ou uma continuidade – se o presente deve ser visto como historicamente original ou como mera repetição do mesmo em nova embalagem – não é algo que possa ser justificado empiricamente, ou defendido em termos filosóficos, uma vez que essa decisão é, em si mesma, um ato narrativo inaugural que embasa a percepção e a interpretação dos eventos a serem narrados” (JAMESON, 2002b, p. 16). No entanto, ele reconhece a importância das concepções de Baudrillard para o

modernismo mostrou-se como um momento de se pensar novas possibilidades de uma compreensão totalizante do mundo social contemporâneo, afastando-se dos esquemas econômicos tradicionais marxistas (JAMESON, 2002b). O que deve ser destacado é que a existência de uma dialética entre ruptura e continuidade no campo da teoria social exprime a necessidade de uma dialética mais ampla que englobe essas perspectivas, ou seja, a *identidade* (continuidade) e *diferença* (ruptura) (JAMESON, 2002a).

Logo, para os dois autores marxistas, apesar da nova configuração contemporânea da dinâmica capitalista, ainda pode-se falar de continuidade histórica, sendo possível assim a utilização de uma perspectiva teórico-metodológica totalizante/universalizante do mundo social. Em sentido mais específico, evidenciam a plena possibilidade de se captar essas novas dinâmicas sociais por meio de um marxismo revisado, um marxismo que deixa de lado o determinismo econômico que caracterizava as análises ortodoxas, que apreenda dialeticamente, por exemplo, a pluralidade de concepções teóricas.

2.3 GLOBALIZAÇÃO E TEORIA SOCIAL: DA “MODERNIDADE TARDIA” PARA AS TEORIAS DA GLOBALIZAÇÃO

De uma forma geral, a abordagem pós-modernista, tanto a de estirpe marxista, quanto a da tradição francesa, encara a contemporaneidade como algo dotado de certa novidade. Se para os franceses, herdeiros do pós-estruturalismo, entrou-se em um momento histórico completamente novo, que rompe com a modernidade (e suas instituições características, em especial a ciência), Harvey e Jameson atestam que a novidade se dá, além do estético, na nova configuração que a acumulação capitalista assume.

No entanto, na visão de Best e Kellner (1997) o pós-modernismo de Harvey e de Jameson pode ser caracterizado como “teorias pós-modernistas moderadas”, já que combina discursos modernos e “pós-modernos”.

Ambos os autores evidenciam que essa abordagem moderada do pós-modernismo está “intimamente relacionada com a globalização e

despertar de seu “sono dogmático canônico” (JAMESON, op. cit., 396). Best e Kellner (1997, p. 26) também reconhecem a utilidade das concepções pós-modernistas dos radicais franceses como um momento de revisão dos métodos e das assunções da teoria social.

com as vicissitudes do capitalismo transnacional ” (BEST, KELLNER, 1997, p. 13, grifo nosso).

Nesse sentido, ambos os autores marxistas utilizam o termo globalização para sintetizar essa nova dinâmica do capital.

Nas palavras de Harvey (2004, p. 80, grifo do autor), a globalização

pode ser vista como um processo, como uma condição ou como um tipo específico de projeto político. [...] Mas proponho começar considerando-a um processo. Vê-la assim não presume que o processo seja constante nem impede de dizer que ele, por exemplo, entrou num estágio radicalmente novo ou chegou a uma condição particular ou mesmo ‘final’. Porém, assumir o ângulo fundado no processo faz com que nos concentremos, em primeira instância, no modo como a globalização ocorreu e está ocorrendo (HARVEY, 2004a, p. 80, grifo do autor).

Assim, tratar da globalização enquanto processo histórico abre a possibilidade de encará-la não apenas em sua dimensão econômica, mas também em sua dimensão política, já que a acumulação flexível pós-fordista, exatamente pelo fato de se caracterizar como uma dinâmica “temporal e geográfica desigual”, encerra relações de poder – ou de dominação – por meio dos papéis e funções executadas por meio de atores socioeconômicos, como o Estado e as classes sociais (HARVEY, 2002, 2004a, 2004b).

Dessa forma, o elemento-chave desse conceito de Harvey refere-se à questão espacial, em específico, à relação entre espaço, território e organização sócio-produtiva, tornando assim a relação entre a acumulação de capital e relações de dominação o cerne desse processo histórico. Logo, não há a defesa da tese de que qualquer luta política seja inócua como postulam os pós-modernistas franceses.

Nessa mesma linha de raciocínio, Jameson²⁶ (2001) percebe a globalização como a nova forma do capitalismo como um

²⁶ Para Jameson (2001) existem quatro caracterizações da globalização: que ela não existe pois ainda se verificam situações e interesses nacionais; que não é um processo recente, pois ocorre desde o Império Romano; que é apenas um

desdobramento somente possível, graças às novas tecnologias, em especial as do campo informacional. O *late capitalism* jamesoniano é multinacional, e, com essa caracterização, as relações sociais sofrem transformações em virtude da *desterritorialização*. É a partir desse pano de fundo que o autor analisa a produção artística; em outras palavras, novas configurações de relações de poder se estabelecem nos diversos campos da vida social.

A ideia de que novas categorias de relações de poder se estabelecem por meio da globalização é defendida também pela geógrafa britânica Doreen Massey já que sua análise se debruça sobre a relação espaço/território e poder. Refletir sobre a globalização significa pensar as transformações do espaço (e também do tempo) e sua relação com estruturas de poder social, o que ela denominou de *geometrias de poder de tempo-espaço* apoiando-se na mesma ideia de Harvey sobre a *compressão espaço-tempo* (MASSEY, 2001, 2005, 2007, 2008). Além do mais, o reconhecimento do espaço é o produto de relações (de produção, sociais) entre diferentes escalas: tanto provenientes das dinâmicas globais quanto das de âmbito estritamente local (MASSEY, 2008).

Essa perspectiva espacial da globalização permite que se apreenda a forma pela qual o espaço, o território, os lugares estão divididos, classificados e controlados sejam expressões de relações de poder²⁷ pois são transformados em parâmetro na organização social. Um exemplo seria a classificação do espaço – ou o conceito – de Estado-Nação, uma concepção eurocêntrica, típica da modernidade, que se transformou em modelo universal de organização e controle do espaço (MASSEY, 2001, 2005, 2007, 2008) e a “maior instituição da modernidade²⁸” (BEST; KELLNER, 1997, p. 14). Então, a vida social tem no Estado sua base, seu fundamento principal para sua organização (HANNERZ, 1992).

Seguindo essa linha argumentativa, pode-se afirmar que um dos principais resultados do processo de globalização seria a erosão da forma de controle e organização social que até então era fundamental ao

processo econômico; e a que defende, ou seja, que a globalização é o elemento definidor do *late capitalism*.

²⁷ Um elemento da perspectiva de Massey (2007, p. 144) que merece destaque é a representação social do espaço como instrumento de poder e não apenas a análise do espaço, do território em si.

²⁸ Cf.: “which was the major institution of modernity”.

desenvolvimento sócio-histórico capitalista: o Estado moderno, ou Estado-Nação (HARVEY, 2004a, 2004b; JAMESON 2001, 2002b; MASSEY, 2005, 2007; ROBINSON, 1998).

Logo, é necessário que a teoria social esteja atenta a essas significativas transformações, corroborando a ideia de Jameson que é hora de se abandonar os “esquemas dogmáticos”.

Corroborando em parte essa ideia, há um coro maior de vozes que reclamam a urgência em se abandonar aparatos teóricos desenvolvidos e voltados à análise de processos originalmente modernos. Muitos teóricos advogam a necessidade de se pensar outros instrumentais metodológicos para a apreensão dessa “nova realidade social”.

Assim, a sequência do debate apresentada neste trabalho percorrerá as alternativas analíticas de alguns desses pensadores, em especial, àqueles que criticam a viabilidade de uma apreensão dialética dos processos históricos contemporâneos; abordagens cujas características permitem sejam classificadas enquanto teorias que ensejam uma “modernidade tardia” e aquelas que se agrupam sob o rótulo de “teorias da globalização” (ROSENBERG, 2005).

2.3.1 A modernidade tardia: reflexividade, individualização e destradicionalização

Em virtude das críticas à utilização do conjunto teórico-metodológico moderno para a compreensão dos processos sociais contemporâneos – com especial nota, às categorias marxianas e ao desenvolvimento da perspectiva marxista – novas concepções teóricas foram elaboradas para seu entendimento.

Um dos principais nomes dessa linha teórica é Anthony Giddens²⁹. Em síntese, a tese giddensiana que merece destaque é a da

²⁹ Autores como Lizardo e Strand (2009) consideram as perspectivas de Anthony Giddens, Ulrich Beck, John Urry, Elizabeth Beck-Gernsheim, Scott Lash e Zygmunt Bauman como teorias “pós-modernistas”, determinando o que denominaram de *tradição inglesa*. Já Rosenberg (2000, 2005) trata-os como representantes das “teorias da globalização”. Não se entrará no mérito, neste trabalho, de qual classificação é mais adequada na utilização de uma ou outra. No entanto, levar-se-á em conta suas concepções devido à sua perspectiva crítica em relação às concepções materialistas da história. Convém lembrar, no entanto, que estes autores, assim como os pós-modernistas marxistas, são os

modernidade reflexiva, isto é, um momento da história marcado pela dinâmica moderna mas que encerra novos processos que evidenciam um certo rompimento devido à percepção de que o Estado perde a primazia/força na organização da vida social. A perda desse papel pelo Estado é fruto da globalização. Como consequência temos a quebra de *tradições* modernas (GIDDENS, 1997) restando apenas ao indivíduo assumir um papel no sentido de tomar decisões – consciência de escolha – sobre suas ações (GIDDENS, 1991; 2002).

Ela [reflexividade] é introduzida na própria base da reprodução do sistema, de forma que o pensamento e a ação estão constantemente refratados entre si. A rotinação da vida cotidiana não tem nenhuma conexão intrínseca com o passado, exceto na medida em que o que ‘foi feito antes’ por acaso coincide com o que pode ser definido de uma maneira proba à luz do conhecimento renovado. (...) A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter (GIDDENS, 1991, p. 39).

Nesse sentido, o atores sociais (os indivíduos) constantemente monitoram suas respectivas ações em termos de alternativas, consequências e probabilidades. De certo modo, o ponto-chave nessa ideia de modernidade reflexiva é a de que se vive em um período caracterizado, predominantemente, como campo da ação dos indivíduos, sendo o conjunto dessas ações tomado como elemento regulador da vida social (GIDDENS, 1996, 2000, 2003).

Em outras palavras, o papel de destaque conferido aos indivíduos pode ser verificada na *teoria da estruturação* onde Giddens “reconstrói a dualidade da estrutura/agência humana” (BERNSTEIN, 1994, p. 19). Nesse sentido, o conceito basilar dessa proposta analítica é o da *dualidade da estrutura*, pois considera que a estrutura refere-se

às propriedades de estruturação que permitem a ‘delimitação’ do tempo-espço em sistemas sociais, às propriedades que possibilitam a existência de práticas sociais discernivelmente semelhantes por dimensões variáveis de tempo e espaço, e lhes emprestam um forma ‘sistêmica’. Dizer que estrutura é uma ‘ordem virtual’ de relações transformadoras significa que os sistemas sociais, como práticas sociais reproduzidas, não têm ‘estruturas’, mas antes exibem ‘propriedades estruturais’, e que a estrutura só existe, como presença espaço-temporal, em suas exemplificações em tais práticas e como traços mnêmicos [mnemônicos] orientando a conduta de agentes humanos dotados de capacidade cognoscitiva [consciência das regras sociais]. (...) As propriedades estruturais mais profundamente embutidas, implicadas na reprodução de totalidades sociais, chamo de *princípios estruturais*. Aquelas práticas que possuem a maior extensão espaço-temporal, dentro de tais totalidades, podem ser designadas *instituições* (GIDDENS, 2003, p. 20, grifos do autor).

Assim, tem-se que por meio da noção de dualidade da estrutura “as propriedades estruturais de sistemas sociais são, ao mesmo tempo, *meio e fim* das práticas que elas recursivamente organizam” (GIDDENS, 2003, p. 30, grifo nosso) ou “como algo que é parte integrante tanto das condições como das consequências [da] ação” (GIDDENS, 2000, p. 1). Seguindo essa linha de raciocínio, é por meio da dualidade da estrutura que se tem a continuidade histórica por meio da reprodução social, pois as ações se dão segundo uma percepção de tempo-espço comum (GIDDENS, 2003). Logo, a teoria da estruturação relaciona a dualidade da estrutura com a motivação, a racionalização e a monitorização reflexiva da ação, o que Giddens denominou de *modelo de estratificação da ação* (GIDDENS, 2000).

Logo, a dimensão espaço-temporal é um importante aspecto na reprodução social. No entanto, Giddens (1991) chama a atenção a um processo definidor da modernidade (tardia), o *distanciamento tempo-espço*: nas formações pré-modernas havia a vinculação entre tempo e espaço, sendo a base da vida cotidiana. Em outras palavras, as relações sociais se dão entre atores locais, que partilham da mesma percepção de

tempo, isto é, uma interação eminentemente local cuja dinâmica de ação baseia-se nas noções compartilhadas do tempo e espaço. Na modernidade tem-se a desvinculação entre tempo e espaço, o que culmina na possibilidade de relações entre atores localmente distantes: “os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena” (GIDDENS, 1991, p. 22).

Assim, com o advento da globalização, o distanciamento entre tempo-espaço se intensifica, culminando no rompimento da reprodução social cotidiana com formas “tradicionais” de organização da vida social; ou seja, algumas instituições modernas referem-se a um tempo e espaço definido e que não corresponde com as dinâmicas do presente. Esse é o caso do Estado-Nação, já que “as sociedades são também entrelaçadas com conexões que perpassam os sistema sociopolítico do estado e a ordem cultural da ‘nação’” (GIDDENS, 1991, p. 19).

O resultado de todos esses desdobramentos é a *destradicionalização*, um “desencaixe”³⁰, das relações sociais cotidianas com as instituições modernas, como o Estado (GIDDENS, 1991, 1997, 1999). Como consequência dessa extrapolação das relações dos limites do Estado, os indivíduos são levados a “estados de incerteza” e “ansiedade” em virtude das escolhas a serem feitas frente ao crescente risco a que estamos sujeitos devido aos processos de alteração da percepção do tempo-espaço em virtude do processo de globalização (GIDDENS, 2002).

Assim, a possibilidade de escolha pelos indivíduos é algo que não era possível na sociedade moderna tradicional. Logo, a contemporaneidade é marcada por processos que levam a uma *ansiedade existencial* em virtude dos vários riscos e incertezas a que se está submetido (GIDDENS, 2002).

Dessa maneira, Giddens (1991) critica as abordagens analíticas modernas, que consideram “sociedade” como sinônimo de “Estado”: este é o argumento sobre o qual ele faz a crítica ao aparato metodológico marxista.

A perspectiva de Ulrich Beck (1997, 1998) partilha das ideias de Giddens sobre os processos contemporâneos: assim como o auto inglês, Beck (1997) defende que as dinâmicas sociais presentes se configuram

³⁰ “Por desencaixe me refiro ao ‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (GIDDENS, 1991, p. 24).

enquanto *modernidade reflexiva*: reflexividade e escolha não são apenas características da ação de sujeitos pós-tradicionais, mas é também da sociedade pós-industrial como um todo (BECK, 1998). Com isso, o pensador alemão apresenta que os processos históricos devem ser apreendidos por um paradigma diferente do modelo da sociedade industrial, o da sociedade do risco.

Dessa forma, os riscos e perigos de hoje diferenciam-se essencialmente dos da Idade Média (que podem parecer exteriormente) pela globalidade de sua ameaça (seres humanos, animais e plantas) e por suas causas modernas. São riscos da modernização [industrialização]. São um produto global da maquinaria do progresso industrial que são sistematicamente agravados com seu desenvolvimento³¹ (BECK, 1998, p. 28).

Um argumento que merece destaque na concepção do autor alemão é de que os processos em voga caracterizam uma totalidade social marcada pelo risco, pela incerteza decorrente dos resultados catastróficos da industrialização, como a poluição, a destruição da natureza, contaminação química e radioativa (BECK, 1998). Além do mais, a reflexividade não apenas se apresenta aos indivíduos (onde os riscos ambientais aumentam sua “ansiedade existencial”, convertendo-se em verdadeiro rompimento com a “segurança ontológica” moderna) mas na sociedade, já que os riscos produzem *situações sociais de perigo*; em outras palavras, a sociedade torna-se reflexiva pois se debruça sobre suas ações enquanto grupo social em virtude das questões ecológico e de integridade física aos indivíduos (BECK, 1998).

Por mais que Beck se dedique em conceber a sociedade de risco, também traz a ideia giddensiana do indivíduo como agente estruturador da vida social por meio do conceito de *individualização* que significa, em poucas palavras, o desarraigamento dos indivíduos das grandes

³¹ Cf.: “Así pues, los riegos y peligros de hoy se diferencian esencialmente de los da Edad Media (que a menudo se les parecen exteriormente) por la *globalidad* de su amenaza (seres humanos animales, plantas) y por sus causas modernas. Son riesgos de la *modernización*. Son un *producto global* de la maquinaria del progreso industrial y son agudizados *sistémicamente* con su desarrollo ulterior”.

narrativas coletivas da ação, como as “categorias modernas” de *classe social* e da *política* concebida como a participação na arena pública organizada pelo Estado: “pela primeira vez na história, o indivíduo está se tornando a unidade básica de reprodução social³²” (BECK, BECK-GERNSHEIN, 2002, p. 22).

Assim, os processos que definem a “alta modernidade” - a individualização e a globalização dos riscos - acabaram por alterar a *vida política* das sociedades contemporâneas, tanto no debate temático (como a questão ambiental entrando na agenda pública) quanto na própria definição de política e dos parâmetros de participação política, pois

(...) o político invade e irrompe além das *responsabilidades e hierarquias formais* [o que é político na sociedade industrial]. Isso é mal compreendido, particularmente por aqueles que claramente comparam a política com o Estado, com o sistema político, com as responsabilidades formais e como as carreiras políticas de tempo integral [estruturas ou elementos do político na modernidade industrial] (BECK, 1997, p. 30, grifos do autor).

Assim, Beck proclama a *reinvenção da política* já que as estruturas políticas da sociedade industrial, que se definem (confundem) com as instituições do Estado, não possuem condições de vislumbrar os fenômenos da alta modernidade³³. Seria necessária a redefinição do que se entende por “político”, sendo algo que teria seus limites além do Estado. Dessa forma, Beck reinventa a política com a noção de *subpolítica*, entendida como ação com vistas a “moldar a sociedade de baixo para cima” (BECK, 1997, p. 35). Aliado à individualização, a participação política –entendida como ação típica da esfera pública na modernidade simples – na alta modernidade compõe o espaço privado: com a institucionalização da individualização, a participação política se

³² Cf.: “the individual is becoming the basic unit of social reproduction for the first time in history”.

³³“Nas palavras do autor, “a constelação política da sociedade industrial está se tornando não política, enquanto o que era não político no industrialismo está se tornando político. Está é uma transformação de categoria do político sem mudanças de instituições e com elites de poder intactas que não foram substituídas por novas” (BECK, 1997, p. 30).

dá nos espaços de ação do indivíduo e não apenas por meio dos partidos políticos, casas legislativas de demais arenas públicas – as estruturas “tradicionais” do que se entendem por “político” na sociedade industrial:

No despertar da subpolitização há oportunidades crescentes de se ter uma voz e uma participação no arranjo da sociedade para grupos que até então não estavam envolvidos na tecnificação essencial e no processo de industrialização: os cidadãos, a esfera pública, os movimentos sociais, os grupos especializados, os trabalhadores no local de trabalho; há até mesmo oportunidades para os indivíduos corajosos "moverem montanhas" nos centros estratégicos de desenvolvimento. Por isso, a politização implica um decréscimo da abordagem da regra central (...). Estas são condições em que os *vários grupos e níveis de tomada de decisão e participação mobilizam uns contra os outros os recursos do estado constitucional*. Isso ocorre não somente na confrontação das instituições e dos grupos de cidadãos, mas também nos conflitos da política nacional e local, entre uma administração com preocupações ecológicas e a velha administração industrial, e assim por diante (BECK, 1997, p. 35-36, grifos nossos).

A concepção de ordem social na alta modernidade proposta por Beck, marcada por novos processos como a *globalização* – em especial a globalização dos riscos – a *individualização* e suas consequências políticas – a *subpolitização da política* – apresenta-se como uma perspectiva analítica que procura compreender a complexidade das relações sociopolíticas contemporâneas, um contexto marcado pelo contato entre “global” e “local” e que se abre para novas reflexões.

Articulando a perspectiva da individualização com a sociedade de risco, que define o momento histórico atual, Beck afirma a existência de um *epochal break*, fato que sinaliza a necessidade de revisão teórica das Ciências Sociais, pois, na visão dele, elas ainda permanecem presas aos modelos teórico-analíticos da “primeira modernidade”, indicando a incorporação do estatismo nas teorias sociais (BECK, BECK-GERNSHEIM, 2002).

Nesse sentido, o conjunto teórico-metodológico social permanece preso a um conceito de sociedade pautado na ideia de *território nacional* (BECK, 1997, 1998; BECK, BECK-GERNSHEIM, 2002). Com novos processos sociais que definem uma organização social distinta, seria necessário então se abandonar o instrumental teórico moderno, cujas categorias estejam presas aos processos da sociedade industrial (ou “primeira modernidade”).

Por mais que essa observação não se destine às categorias marxistas apenas, a crítica é notadamente a elas, acabando por as denominar de “categorias zumbis”³⁴, ou “categorias mortas-vivas” (BECK, BECK-GERNSHEIM, 2002). Como um exemplo dessas “categorias zumbis”, os autores citam *classe social*, base das perspectivas materialistas da história,

Eu realmente penso que classe é um categoria zumbi. Os sociólogos marxistas demonstram que as sociedades capitalistas são estruturas sociais estáveis de desigualdade social, apesar de todas as mudanças que mencionei. Eles evidenciam que as diferenças entre o grupos que ocupam os mais baixos, os intermediários segmentos e os que ocupam o topo da estrutura social não sofreram alteração. Eles assinalam que isso prova que continuamos vivendo em uma sociedade de classes e que as classes permanecem constituindo a dinâmica do capitalismo moderno. Eu defendo a ideia de que o dinamismo do mercado de trabalho apoiado pelo Estado de bem-estar social dissolveu as classes sociais dentro do capitalismo³⁵ (BECK, BECK-GERNSHEIM, 2002, p. 205).

³⁴ Do inglês, “zombies categories”.

³⁵ Cf.: “I do think class is a zombie category. (...) Marxists sociologists argue that capitalist societies, despite the changes I mention, are relatively stable structures of social inequality. They point out that the differences between groups occupying the bottom, middle and top of society haven’t really changed. They argue that this proves we are still living a class society and that class remains the dynamic of modern capitalism. I argue that the dynamism of the labour market backed up by the welfare state has dissolved the social classes within capitalism”.

Nessa mesma linha argumentativa, a figura do Estado, em relação ao seu escopo de ação na organização das relações sociais, também foi alterado pelo processo de globalização e pela individualização, culminando na perda de eficiência analítica dos conceitos que partem da concepção de centralidade social do Estado (BECK, 1997, 1998; BECK; BECK-GERSHEIN, 2002).

John Urry também partilha dessa necessidade de revisão metodológica das categorias sociológicas, pois a contemporaneidade é marcada por dinâmicas sociais marcadas notadamente pela *mobilidade*, ou seja, pelas diversas mobilidades de pessoas, imagens, objetos, informações e de dejetos (lixo) (URRY, 2000). Nessa perspectiva, a mobilidade não se trata apenas de uma questão geográfica, espacial, mas também se refere ao social no sentido de existir uma “complexa interdependência entre essas mobilidades, produzindo consequências sociais³⁶” (URRY, 2000, p. 1).

Da mesma forma que Beck e Giddens, Urry explicita a ideia de que os processos sociais contemporâneos estão intimamente relacionados a mobilidade, elemento possível graças ao processo de globalização. Com isso, as instituições sociais modernas são solapadas por novos fluxos transnacionais de pessoas, capital, imagens, encerrando novas forças sociais que não se desenvolvem no âmbito do Estado-Nação. Assim, o autor também defende a necessidade de uma revisão na metodologia das Ciências Sociais, no sentido de captar os processos que se dão entre fluxos e redes locais e transnacionais (URRY, 2000). Percebe-se que a perspectiva de Urry encerra a ideia de que se vive em um momento histórico inédito, diferente do contexto social da “primeira modernidade” que até então tem sido objeto de análise sociológica a partir de um núcleo formado por *sociedade, soberania, cidadania nacional, governabilidade social* (URRY, 2000).

Outro autor que se pode mencionar como representante da linha teórica da “alta modernidade” é Zygmunt Bauman³⁷. O foco das considerações sobre a proposta analítica feita pelo sociólogo polonês, deter-se-á em sua concepção de que a contemporaneidade é

³⁶ Cf.: “complexes interdependencies between, and social consequences, of, these diverse mobilities”.

³⁷ Tanto Best e Kellner (1997) como Lizardo e Strand (2009) consideram os escritos de Zygmunt Bauman como representante das teorias pós-modernistas. Todavia, como escolha metodológica, neste trabalho optou-se em considerá-lo como um teórico da “modernidade tardia”.

caracterizada por processos “leves”, “fluidos” que transbordam as “pesadas” estruturas modernas, como o Estado. Bauman (2001, p. 9, grifo do autor) , assim, considera as metáforas da “fluidez” e da “liquidez” como “adequadas quando queremos captar a natureza da presente fase, *nova* de muitas maneiras, na história da modernidade”. Partindo de tal ideia, o momento histórico presente é marcado por uma “leveza” diferente dos processos sociais da modernidade industrial, ou, como ele denominou, da “pesada modernidade” (BAUMAN, 2001). No entanto, a “liquidez” nas relações refere-se diretamente à “liquidez” do mercado, isto é, à influência dos fluxos transnacionais do mercado na vida cotidiana que, por sua vez, transformam as relações sociais (LIZARDO, STRAND, 2009). Sendo assim, está implícita a não adequabilidade das perspectivas analíticas da pesada modernidade para a apreensão da dinâmica social em voga.

De certa maneira, Lizardo e Strand (2009, p. 53) percebem certa similaridade nas diferentes concepções dos representantes da “alta modernidade”, concordando com a tese de Pels (2001) de que esses autores teorizam por meio da “economia”, pois os mercados são tomados como “o melhor exemplo de ação coletiva produzida pela escolha individual³⁸”, como no caso da grande variedade de possibilidades de escolhas que os indivíduos podem no estilo de vida, de consumo (BAUMAN, 2001; GIDDENS, 1991). Além do mais,

os mercados são frequentemente definidos (e defendidos) como a base da perspectiva que eles representam ordem *sem* estrutura, ou ordem que aparece naturalmente da operação dos mesmos mecanismos que Giddens e Beck identificam: risco, responsabilidade, orientação para o futuro e reflexividade³⁹ (LIZARDO, STRAND, 2009, p. 53, grifo dos autores).

Os defensores da “modernidade tardia” – ou “alta modernidade”, ou “segunda modernidade”, ou “modernidade pesada” – compartilham

³⁸ Cf.: “markets are probably the best example of collective action produced by individual choice”.

³⁹ Cf.: “markets often defined (and championed) on the basis of the view that they represent order *without* structure, or order that arises naturally from the operation of the same mechanisms that Giddens and Beck identify: risk, responsibility, future-orientation and reflexivity”.

com os pós-modernistas franceses a uma certa ruptura histórica, mas não de forma abrupta. Além disso, com foco na agência humana, esse autores engendram categorias que tentam captar as transformações das relações sociais por uma lente gradual, rejeitando veementemente as perspectivas marxistas, porque colocam em xeque suas reais capacidades para a crítica social (LIZARDO, STRAND, 2009).

2.3.2 As teorias da globalização: continuidade em um período de descontinuidade histórica?

A possibilidade de classificação, distinção entre o conjunto denominando de *teorias da globalização* (ROSENBERG, 2005) com os enfoques *pós-modernistas* e os que postulam uma “alta modernidade” não se constitui em axioma no acompanhamento do desenvolvimento histórico das teorias sociais.

Se Antonio e Kellner (1994), Best e Kellner (1991, 1997) e Lizardo e Strand (2009) consideram as perspectivas teórico-metodológicos modernistas tardios como concepções pós-modernistas da sociedade, Rosenberg (2000, 2005) as percebe enquanto *teorias da globalização*⁴⁰(GT).

Na tentativa de se criar uma espécie de cronologia das abordagens em Ciências Sociais a partir da segunda metade do século XX, não se adotou na íntegra nenhuma perspectiva classificatória; pelo contrário, empregou-se as ideias, as percepções que permitiriam sua contribuição metodológica para este trabalho. Logo, apresentou-se uma costura entre essas divergentes visões no sentido de apreensão dessa criação teórica e metodológica plural como um processo histórico.

Nessa linha de raciocínio, um ponto que merece destaque no debate sobre historicidade das teorias sociais, seria a influência tanto da *tradição estadunidense* quanto da *inglesa* no desdobramento teórico posterior que tem como objeto de análise primordial a globalização. Em outras palavras há uma transposição dos modelos que estruturam ambas as tradições à teorias da globalização (LIZARDO, STRAND, 2009).

Há, assim, uma continuidade histórica no desenvolvimento das teorias sociais, o que de certa maneira se observa na hegemonia da percepção de quais dimensões ou caracterizações da globalização dominam a literatura (em especial, seu aspecto enquanto processo

⁴⁰ Rosenberg (2000, 2005) considera como *teorias da globalização* as perspectivas que integram da tradição inglesa e estadunidense.

econômico e cultural, estético) assim como também a hegemonia dos pensadores britânicos e estadunidenses: as “teorias da globalização tornaram-se domínio de pensadores britânicos e americanos”⁴¹, (LIZARDO, STRAND, p. 64).

As pistas dessa relação podem se dar, por exemplo, por meio das concepções que as teorias da globalização têm sobre o Estado na contemporaneidade em função dos fluxos transnacionais que alteram as relações sociais,

a base real sobre a qual os teóricos da globalização tentaram erigir seus argumentos espaço-temporais foi o crescente volume de relações e fluxos transnacionais no sistema internacional contemporâneo além da ideia de que esses fluxos devem em algum momento qualificar, transformar ou, até mesmo, causar o fim do princípio territorial de soberania política e/ou os seus supostos corolários econômico, sociológico, cultural e filosófico⁴² (ROSENBERG, 2005, p. 15).

De certa maneira, Lizardo e Strand (2009, p. 64) colocam que a dominância do viés econômico nas GT derivam do pressuposto básico apresentado pelos pensadores da “modernidade tardia”, isto é, o pressuposto de que a contemporaneidade é marcada pelas “consequências sociais e institucionais da transição para uma mediação completa pelo mercado no contexto de declínio das amarras tradicionais”⁴³,

Como exemplo, podemos citar a percepção da autora holandesa Sassia Sasken sobre a contemporaneidade. De acordo com sua linha argumentativa, a globalização se apresenta como processo multidimensional, dotado de *multiescalaridade*, ou seja, se dá em

⁴¹ Cf.: “globalization theory has become the province of the British and American thinkers”.

⁴² Cf.: “the real-world basis on which Globalization theorists actually tried to erect their spatio-temporal arguments was the rising volume of transnational flows and relations in the contemporary international system and the end of the territorial principle of political sovereignty and/or its supposed Economic, Sociological, Cultural and Philosophical corollaries”.

⁴³ Cf.: “social and institutional consequences of the transition to complete market mediation in the context of the decline of traditional moorings”.

escalas distintas: a *nacional* e a *não-nacional* ⁴⁴(SASKEN, 2010, p. 11). Com isso, existem relações sociais que não se estabelecem no território – ou escala – nacional: há o estabelecimento de relações sociais *desterritorializadas*, já que se estabelecem entre atores de um nível distinto (global) e que influi, transforma o contexto social local ou nacional. Com isso posto, o Estado entendido como unidade territorial, base exclusiva em que se davam as relações sociais, na contemporaneidade, perde tal estatuto.

Para a autora, compreender o complexo sócio-histórico determinado pela globalização, requer um novo instrumental conceitual, novas categorias de análise, já que o instrumental teórico-metodológico das ciências sociais está centrada no Estado nacional:

As premissas sobre o Estado-Nação como contendor de processos sociais continuam a operar muitos dos temas estudados nas ciências sociais e, de fato, permitem que os cientistas sociais desenvolvam métodos poderosos de análise e os conjuntos de dados necessários. Porém, elas não ajudam a elucidar o número cada vez maior de questões sobre a globalização e a ampla gama de processos transnacionais que aparecem na agenda de pesquisa e teorização das ciências sociais (SASSEN, 2010, p. 9-10).

Percebe-se a corroboração da tese dos modernistas tardios de que os processos sociais contemporâneos “rompem”, de certa forma, com a dinâmica social moderna. Com isso, o imperativo de revisão metodológica é premente.

⁴⁴ Saskia Sassen apresenta dois movimentos como caracterizadores da globalização: “[1] a formação de processos e instituições explicitamente globais, como a OMC, mercados financeiros globais, o novo cosmopolitismo e os tribunais penais internacionais de guerra (...); [2] processos que não ocorrem necessariamente no nível global, mas que creio eu fazem parte da globalização” (SASSEN, 2010, p. 11, grifos nossos). Como exemplos desses processos de segundo tipo, poderiam ser citados as redes e entidades transfronteiriças que conectam diversos processos e atores locais e nacionais (Organizações Não governamentais como exemplo). Convém lembrar que a autora tenta apresentar uma metodologia de análise dos processos sociais na contemporaneidade, o que ela denomina de sociologia da globalização, tendo como um elemento basilar o conceito de cidade global.

Willian Robinson (1998, p. 562, grifos do autor) partilha dessa mesma crítica à limitação conceitual das Ciências Sociais,

Chamo a atenção ao fato de que o ‘quadro de análise pautado no estado-nação’ continua a guiar muitas pesquisas macrosociais mesmo com o reconhecimento dos acadêmicos de que a globalização demanda mudanças fundamentais em nossos referenciais paradigmáticos. Mesmo com as ciências sociais se voltando para os estudos transnacionais, frequentemente acadêmicos falham em reconhecer a verdadeira mudança sistêmica que representa a globalização (...). O estado-nação permanece sendo considerado como a unidade básica de análise, e o transnacionalismo e a globalização são vistas como apenas um novo estágio nas relações *internacionais* ou como estudos comparativos *trans-nacionais*⁴⁵.

Logo, também se verifica a tentativa de se criar um novo instrumental metodológico para a compreensão e explicação dos processos sociais em voga. Robinson propõe, além disso, a necessidade de novos temas de pesquisa social, já que essa “realidade transnacional”⁴⁶ se caracteriza como uma nova ontologia, demandando assim uma nova epistemologia (ROBINSON, 1998, p. 573-574).

⁴⁵ Cf.: “I call for a break with the ‘nation-state framework of analysis’ that continues to guide much macrosocial inquiry despite recognition among scholars that globalization involves fundamental change in our paradigmatic reference points. Even as the social sciences turn toward transnational studies, scholars often fail to recognize the truly systemic change represented by globalization (...). The nation-state is still taken as the basic unit of analysis, and transnationalism and globalization are seen as merely some new stage in *international relations* or in *cross-national comparative studies*”.

⁴⁶ A concepção de Robinson sobre a configuração sócio-histórica transnacional pode ser sumariada como sendo um sistema onde o Estado-nação – forma política de um sistema social que relacionava produção, classes sociais e território – deixa de ser o palco fundamental da mudança social, já que sua base material – produtiva – foi transformada pela globalização. Isso não implica na afirmação de que o Estado enquanto entidade política não seja um importante ator, pelo contrário: o que Robinson afirma é a necessidade de um novo conceito de Estado, mas com uma “base dupla”, o que ele denomina de

É nesse sentido que Robinson desenvolve uma abordagem teórica focada na ideia de um sistema global marcado pelos fluxos transnacionais; em outras palavras, considera a globalização em sua dimensão econômica considerando-a uma “dinâmica estrutural subjacente” e, com isso, elabora uma teoria que articula três processos contemporâneos: a produção transnacional, uma classe de capitalistas transnacionais e o Estado transnacional (ROBINSON, 2007). É a relação interdependente entre essas três dimensões que torna possível a Robinson conceber um sistema global ou sistema capitalista global, em termos muito próximos aos colocados por Sassia Sasken, ressaltando algumas categorias da tradição marxista.

Seguindo a mesma linha de Robinson, Sklair (1995) também advoga a defesa de um modelo analítico “capitalista global”⁴⁷ (SKLAIR, 1999) tomando os fluxos transnacionais financeiros e produtivos como centrais na configuração das relações sociais na atualidade. Todavia, em relação ao Estado-nação discorda da visão dos autores anteriores, já que

a nação-estado, conseqüentemente, é o ponto de referência espacial para a maioria das práticas transnacionais cruciais que contribuem para compor as estruturas do sistema global, no sentido de que a maioria das práticas transnacionais se cruzam em determinados países e estão sujeitas à jurisdição de determinados nações-estado. Mas este não é o único ponto de referência. O mais importante é, certamente, o sistema capitalista global, baseado numa classe capitalista variegada, que inquestionavelmente dita as práticas econômicas transnacionais, e é a mais importante força isolada na luta para dominar as práticas transnacionais políticas e ideológico-culturais (SKLAIR, 1995, p. 19).

combinação – conflation - entre Estado e Sociedade (ROBINSON, 1998, p. 565).

⁴⁷ Sklair (1999, p. 149) defende que existem quatro grupos teóricos que tomam a globalização como objeto de estudo: a abordagem do sistema-mundo, da cultura global, da sociedade global e do capitalismo global, classificando sua proposta analítica neste último.

Sklair (1995, p. 20) reforça a ideia de centralidade do Estado moderno mesmo frente a uma dinâmica capitalista transnacional da contemporaneidade, afirmando ainda que o sucesso de um modelo produtivo está associado ao sucesso do principal Estado que o apresenta e defende. Contudo corrobora a ideia de que se está em um período novo da história, quebrando a definição de “social” como sinônimo de “nacional”.

Sendo assim, é possível verificar certos traços das concepções colocadas pelos teóricos da “pós-modernidade” e da “modernidade tardia” em abordagens que postulam o “ineditismo histórico” colocada por “dinâmicas transnacionais” ou “globais”.

Por mais que se postule a “descontinuidade histórica” no plano teórico, percebe-se uma certa continuidade no desenvolvimento teórico-metodológico das Ciências Sociais. Torna-se evidente que as “teorias” precisam ser apreendidas mediante uma *lógica histórica*⁴⁸, pois elas são também produtos de contradições e conflitos que definem a vida social.

2.4 POR UMA PERSPECTIVA DIALÉTICO-CRÍTICA DOS PROCESSOS HISTÓRICOS CONTEMPORÂNEOS

O debate das páginas antecedentes procurou trazer relevantes pontos de reflexão acerca do desenvolvimento teórico-metodológico das Ciências Sociais a partir da segunda metade do século XX até o início do XXI. De forma alguma pretendeu-se esgotar o assunto. Isso não seria possível no escopo deste trabalho.

Os desdobramentos científicos elencados tiveram como objetivo primordial sustentar uma argumentação que evidencie a viabilidade das abordagens materialistas históricas para a análise dos processos sociais contemporâneos.

Para tanto, foi necessário a apresentação de uma concepção que vem sendo o pano de fundo das críticas aos enfoques marxistas na atualidade: a ruptura histórica do presente com o passado recente. A

⁴⁸ Refere-se a um “tipo diferente de lógica adequado aos fenômenos que estão sempre em movimento, que evidenciam – mesmo num único momento – manifestações contraditórias, cujas evidências particulares só podem encontrar definição dentro de contextos particulares, e, ainda, cujos termos gerais de análise (...) raramente são constantes e, com mais freqüência, estão em transição, juntamente com os movimentos do evento histórico: assim como o objeto de investigação se modifica, também se modificam as questões adequadas” (THOMPSON, 1981, p. 48).

ideia de que vivemos “novos processos sociais”, “nova realidade histórica”, a assunção de um *epochal break* é a justificativa para a declaração que as categorias marxistas só serviam para a análise da sociedade moderna industrial, cabendo ao Estado-Nação o papel central de organizador da vida social.

Assim, as teorias pós-modernistas e modernistas tardias, podendo ser incluídas também as perspectivas pós-estruturalistas, declaram uma quebra paradigmática na prática científica: a impossibilidade ou falha na consecução do projeto moderno configura-se como princípio norteador na confecção de novas abordagens no âmbito da teoria social. Tanto a partir de visões que somente desconstróem outras “narrativas científicas” por meio de uma postura cética e antifundacionalista, deslegitimando-as de seu caráter *explicativo* e *objetivo* na apreensão dos processos sociais, como também daquelas que evocam a concepção de uma contemporaneidade marcada por dinâmicas que ultrapassam os “limites sociais territoriais”, a partir da globalização e sua dimensão transnacional, alterando relações político-sociais em virtude da transformação da percepção do espaço-tempo, torna-se quase que “irrefutável” a aceitação da tese do ineditismo histórico e da contestação de que o conjunto metodológico marxista tem apenas seu espaço na história da teoria social.

Todavia, neste trabalho, adota-se um ponto de vista diferente. Como já explicitado, o próprio desenvolvimento teórico das Ciências Sociais, limitando-se aos autores já comentados, evidencia uma *continuidade histórica*. Não apenas na transmissão de princípios ou bases epistemológicas de uma linha de pensamento a outra(s) subsequente(s); mas especialmente à *contextualização histórica* desses desdobramentos teóricos.

Não se pode esquecer que todo o desenvolvimento científico encerra as relações de poder e de dominação inerentes aos processos históricos nos quais se assenta, trazendo à tona a ideia de que o próprio pensamento teórico é uma ação política ainda mais nos contemporaneidade onde parece haver uma percepção de descolamento entre ciência e política, travestindo-se apenas de instrumento de legitimidade nas relações de poder,

Se fosse absolutamente necessário justificar as intervenções da ciência no campo dos temas mais recorrentes da atualidade, poderíamos invocar ao menos as funções críticas que elas poderiam exercer em tempos como esses, onde as

autoridades políticas evocam a competência e as garantias científicas no sentido de converter problemas políticos em simples escolhas técnicas e onde comentaristas autorizados se utilizam de recursos com uma aparência científica, que parecem ter fundamento racional na ambição sentido de falar em nome da ‘opinião pública’. Em qualquer dos casos, nada impede que possamos esperar que essas contribuições limitadas, passíveis de revisão e negativas à compreensão do presente, possam ser o antídoto para o ceticismo e até mesmo o irracionalismo que tem promovido a falência das grandes profecias [narrativas?]⁴⁹ (BOURDIEU, 1986, p. 3).

Logo, as teorizações sobre as dinâmicas sociais precisam ser analisadas por meio de uma “lente” que evidencie suas contradições históricas.

Assim, o suposto esvaziamento analítico das perspectivas materialistas da história será objeto de crítica, trazendo ao debate argumentos que fazem um contraponto às percepções das linhas teóricas pós-modernista, modernista tardia e da globalização, defendendo a tese de que os processos contemporâneos, em especial as relações internacionais, podem ser plenamente apreendidos enquanto totalidade histórica.

2.4.1 Pela desconstrução de um paradigma que não existe: um olhar crítico sobre as teses de descontinuidade histórica

⁴⁹ Cf.: “S’il fallait à tout prix justifier ces interventions de la science sur le terrain de l’actualité la plus brûlante, on pourrait au moins invoquer les fonctions critiques qu’elles peuvent exercer en ces temps où les autorités politiques s’autorisent de compétences ou de garants scientifiques pour convertir les problèmes politiques en choix purement techniques et où les commentaires autorisés font de plus en plus souvent appel à des ressources d’allure scientifique, qui donnent l’apparence d’un fondement rationnel à l’ambition de parler au nom de ‘l’opinion publique’. Et il n’est pas interdit en tout cas d’espérer que ces contributions limitées, révisables et souvent négatives à la compréhension du présent, puissent servir d’antidote au scepticisme, voire à l’irrationnelisme qu’a favorisés la faillite des grandes prophéties”.

Por mais que seja possível afirmar – ao menos no plano teórico – que a história entra um “novo momento” devido aos processos já mencionados, algumas considerações, por meio de um olhar crítico, merecem uma maior atenção.

De maneira geral, as abordagens que advogam a descontinuidade histórica possuem três grandes ideias: a) crença na transformação da sociedade humana, b) substituição dos sistema de estados soberanos por c) um sistema multilateral dotado de vários níveis de governança global (ROSENBERG, 2005). Todavia, Rosenberg (2002) defende o argumento de que tais pressuposições, em especial, a da dissolução do sistema de Estados dos nacionais – o âmbito do que se denominou na modernidade de internacional – consistem em verdadeiras confusões ou extrapolações de interpretação na observação dos processos históricos contemporâneos. Além do mais, há um hiato na história das teorias sociais com o estudo do internacional, pois a “não integração do internacional nas teorias clássicas do desenvolvimento social há muito tempo tem sido um obstáculo na tentativa de aplicação dessas teorias no campo das relações internacionais⁵⁰” (ROSENBERG, 2005, p. 9).

Com isso, a “descontinuidade histórica” postulada pode ser percebida mais como um resultado de um processo no desenvolvimento teórico das Ciências Sociais do que a leitura de uma realidade histórica em si. Em outras palavras, todo o desenvolvimento teórico pós-modernista, modernista tardio e da globalização traduzem-se mais como um *Zeigeist* da contemporaneidade, um resultado de processos históricos que ainda se dão em lógicas modernas, refutando a ideia de que há uma dissolução da força ou centralidade do Estado. Assim, um olhar mais acurado é necessário para se entender todas as relações que marcam a realidade histórico-social,

o problema é real, mas não insolúvel. É real porque o ‘contexto internacional’ do desenvolvimento social da modernidade não é, nem nunca foi, *externo* à explicação [teorias] dos caminhos desse desenvolvimento. Pelo contrário, com a expansão mundial do processo sócio histórico iniciado pela emergência de uma sociedade moderna capitalista, as relações e as

⁵⁰ Cf.: “non-integration of international into classical theories of social development has long been identified as a stumbling block for attempts to deploy those theories directly in the field of international relations”.

interações *entre* as sociedades têm sido o lugar de diferentes dinâmicas causais cujas operações modificam o desdobramento dos eventos, tanto os domésticos quanto os internacionais, distanciando-se de qualquer coisa que possa ser entendida como um resultado de desenvolvimento isolado e unilinear⁵¹ (ROSENBERG, 2005, p. 9, grifos do autor).

Nesse sentido, Rosenberg também explicita a ideia de que essas teorias não explicam a mudança social, mas sim, são produtos de transformações sócio-históricas, indicando a necessidade de compreender os desdobramentos históricos nos quais a produção teórica se deu. Logo, a discussão se encaminha para a análise de conjuntura, em especial a compreendida entre os anos 1970 e 1990, já que as abordagens que postulam a ideia da descontinuidade partem de suposições que geram em perspectivas que não passam de “confusões sistemáticas sobre os eventos do mundo real”⁵² (ROSENBERG, 2005, p. 10).

Uma dessas suposições, que se transforma em argumento ontológico para esse corpo teórico é a ideia de que “o aumento das conexões transnacionais dos mais diferentes tipos foram, então, o suposto resultado histórico concreto da operação da agência *transformadora* da globalização”⁵³ (ROSENBERG, 2005, p. 16). É como se a houvesse a inversão de “causa” e “efeito”. Giddens, por exemplo, parte da percepção de que a agência humana, e suas transformações, promovem a globalização, sem explicar as mudanças históricas concretas, ou seja, não apresenta uma análise concisa do

⁵¹ Cf.: “The problem is real (...) but not insoluble. It is real because the ‘international context’ of modern social development is not, and never has been, *external* to explaining the course of that development. On the contrary, with the increasingly world wide socio-historical process initiated by the emergence of modern capitalist society, relations and interactions *between* societies have been the site of distinctive causal dynamics whose operations has deflected the movement of events, both domestic and international, substantially away from anything with could have resulted from a linear path of endogenous development alone”.

⁵² Cf.: “systematic misinterpretation of real-world events”.

⁵³ Cf.: “the (...) rise of transnational connections of all kinds was thus the concrete historical phenomenon through which the *transformative* agency of globalization was supposedly operating”.

porquê a dimensão espaço-tempo se modifica (ROSENBERG, 2002, 2005).

Em relação à dissolução do sistema internacional – leia-se sistema dos Estados modernos e questão de sua soberania – por meio do crescente fluxo transacional, em especial o do tipo econômico, todos os seus defensores partem da pressuposição de que o sistema internacional tem sua existência a partir dos Tratados de Paz de Vestfália (1648). Benno Teschke (2003) defende o argumento de que considerar esses tratados de paz como o marco histórico do início das relações internacionais modernas significa negar a complexidade da gama de processos sociais por detrás do longo caminho de desenvolvimento do Estado moderno. Rosenberg (2005) traz à tona que essa pressuposição, equívoca para Teschke (2003), é inerente às perspectivas pós-modernistas, modernistas tardias e da globalização o que dá pistas do porquê da defesa de que se vive em uma época pós-industrial,

resumidas na ideia de um ‘sistema vestfaliano’, essa ideia foi tirada acriticamente da tradição mais ortodoxa das teorias internacionais que, agora estão defasadas frente ao mundo contemporâneo. Nessa ideia de sistema vestfaliano, esses teóricos certamente acharam que uma visão de um passado que podia ser fortemente contrastado com a imagem do presente ‘globalizado’,⁵⁴ (ROSENBERG, 2005, p. 17).

Outro pressuposto que essas abordagens metodológicas encerram, em especial as das tradições inglesa e americana, enviesando toda a apreensão dos acontecimentos sócio-históricos contemporâneos, é separação entre “econômico” e “político” (WOOD, 1981, 1986, 2003; WOOD, FOSTER, 1997). A aparente fragmentação é apenas ideológica, mas que tem um papel de fundamental importância para a manutenção das relações sociais assentadas na expropriação do capital, esvaziando o capitalismo de seus conteúdos sociais e políticos (WOOD, 1981).

⁵⁴Cf.: “epitomized in the idea of a ‘Westphalian System’, it was taken over uncritically from the very tradition of orthodox international theory, which was now held to be outdated in the contemporary world. In this idea of the Westphalian System, the (...) theorists certainly found a vision of the past against which their image of a ‘globalization’ present could be dramatically contrasted”.

Assim, aceitar essa separação no plano teórico significa que ao mesmo tempo em que nega seu componente político, também atesta que a prática científica é uma ação política. Além do mais, essa abstração da separação entre o “político” e o “econômico” foi endossada por autores marxistas,

os marxistas tem, de várias formas, perpetuado a separação conceitual rígida entre o ‘econômico’ e o ‘político’ que tem servido tão bem à ideologia burguesa desde que os economistas clássicos descobriram a ‘economia’ em abstrato, esvaziando o capitalismo de seu conteúdo social e político⁵⁵ (WOOD, 1981, p. 66) .

Um dos grandes problemas dessa perspectiva é de que há uma espécie de ‘naturalização’ do capitalismo, dando uma aparência de “desvinculação” dos processos históricos (WOOD, 1981).

Exatamente por este motivo, Wood (1986) critica o posicionamento de Jameson e Harvey em relação à defesa das teses da “novidade histórica”, por mais que partam dos conceitos e categorias da tradição marxista, pois ambos parecem compartilhar um caráter de efemeridade, de não-historicidade na análise das relações sociais contemporâneas. Não há nada de novo, por mais que se leve em consideração os avanços tecnológicos da contemporaneidade, pois eles “simplesmente permitem que a lógica da velha economia da produção em massa seja ampliada e diversificada⁵⁶” (WOOD, 1986, p. 35)

Não há ruptura histórica. Novos padrões de relações e interações sociais surgem, mas como resultado de processos inerentes ao sistema capitalista (ROSENBERG, 2002, 2005; WOOD, 1981, 1984, 2003).

Best e Kellner (1997) criticam a posição de Jameson por apresentar apenas um discurso que veicula a novidade do momento contemporâneo mas sem uma análise substancial, segundo um enfoque dialético.

⁵⁵Cf.: “Marxists have, in various forms, perpetuated the rigid conceptual separation of the ‘economic’ and the ‘political’ which has served *bourgeois* ideology so well ever since the classical economists discovered the ‘economy’ in the abstract and began emptying capitalism of its social and political content”.

⁵⁶ Cf.: “simply allow the logic of the old mass production economy to be diversified and extended”.

Por fim, as teorias pós-modernistas, modernistas tardias e da globalização, por mais que tragam a válida ideia de revisão do referencial teórico das Ciências Sociais além da tentativa de fazê-la, mostra-se mais próxima do conteúdo das críticas que endereçaram ao marxismo. De fato, evidenciaram a falsidade da tese de ruptura histórica já que se amparam, de certa forma, em concepções tipicamente modernas.

O que resta a comentar é a grande contradição por detrás de toda essa construção teórica e de sua pretensa caracterização enquanto paradigma das Ciências Sociais. Por mais que atestem o esvaziamento do marxismo como instrumental de análise, amparam-se muitas vezes em categorias tipicamente marxistas e marxianas, como as percepção dialética dos processos sociais em Beck, Giddens e Bauman (ANTONIO, KELLNER, 2009; BEST, KELLNER, 1997; ROSENBERG, 2005). Mas a maior contradição de todas é a de que as próprias teorizações, o próprio desenvolvimento científico é um produto da modernidade (EAGLETON, 1998). Por mais que seja possível proferir o discurso de que “não é mais o tempo das grandes narrativas”, por detrás de todo esse esforço teórico há sim uma tentativa de se buscar uma universalidade, de se desvelar uma verdade, por mais que a afirmação de “não existe mais essa possibilidade” seja entoada em alto e bom som. Mas essa assertiva em si não se converteria imediatamente em verdade?

2.4.2 Por uma abordagem histórico-dialética das relações internacionais contemporâneas

Criticar as perspectivas teóricas que tentam deslegitimar o conjunto analítico materialista histórico não significa, todavia, a adoção de um ponto de vista que perceba os processos sociais segundo esquemas economicistas rígidos, como as noções de “base” e “superestrutura” (WOOD, 2003).

O que se critica e se afasta veementemente são as metodologias pautadas em uma espécie de ceticismo epistemológico, que prontamente proferem discursos contra as perspectivas totalizantes, teleológicas e utópicas (WOOD, FOSTER, 1997). Nessa linha de raciocínio, a busca da universalidade tem sofrido várias tentativas no sentido de ser abolida do campo da teoria social.

Logicamente, o desenvolvimento histórico produz novas formas de relações sociais. Mas são produtos e não causas. O dinamismo

inerente ao modo de produção capitalista possibilita novos cenários em virtude das relações entre os diferentes componentes da sociedade. Mas sempre como necessidades à manutenção da acumulação do capital.

Todavia, partilha-se da ideia de que novos processos se desenvolvem e que têm impacto no âmbito doméstico e internacional. Por essa razão é que se adotará enquanto instrumento de análise uma concepção dialética da história, como definido pelo materialismo histórico, pois ela permite a apreensão de contradições e conflitos no grupo de temas e de questões referentes aos objetos deste trabalho.

Quando se fala de “relações internacionais” é prudente que se reflita que estamos falando de uma miríade de processos interconectados, complexos, que vão desde relações específicas de uma determinada comunidade até programas de política externa.

Nesse sentido, uma perspectiva dialético-materialista permite a apreensão desse contexto histórico complexo que combina forças sociais nacionais e internacionais, além de ser capaz de perceber as contradições dos processos sociais e das relações de poder estabelecidas.

Se a escolha de afastar o ceticismo epistemológico ou as abordagens da “ruptura” histórica foi feita, isso significa que se assume então o ponto de vista analítico que percebe a contemporaneidade enquanto totalidade histórica, possível de ser apreendida objetivamente.

3 A DISCIPLINA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A ABORDAGEM CRÍTICA NEOGRAMSCIANA: DO ESTADO UNITÁRIO À COMPLEXIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER COMO ESTRUTURAS GLOBAIS

3.1 POR UM PANORAMA CRÍTICO DO CAMPO TEÓRICO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: DOS PROCESSOS HISTÓRICOS DO SÉCULO XX

Com o desenvolvimento de novas teorias sociais na segunda metade do século XX, o conjunto teórico-metodológico das Relações Internacionais também passou por transformações.

Apesar dos debates epistemológicos nas Ciências Sociais, as teorias para a apreensão dos desdobramentos internacionais permaneceram seguindo as linhas do positivismo marcado pela explicação e objetividade, tendo por base as premissas da busca e exposição da verdade dos fatos, além da separação entre fenômenos/processos e valores. Em outras palavras, as perspectivas analíticas da disciplina permaneceram seguindo os princípios da neutralidade dos fatos e da busca na identificação de padrões (SMITH, 1997; SMITH, 2008).

Marcada, até então, pelo debate entre realistas e liberais, diferentes abordagens tomaram corpo a partir da década de 1970 (BROWN, AINLEY, 2005; BURCHILL et al. 2005; DUNNE, KURKI, SMITH, 2013). Uma mudança significativa no âmbito de seu escopo teórico foi a percepção de que “outros atores”, não apenas os Estados, têm papel significativo nos processos internacionais. Nesse sentido, o termo “relações internacionais” tem seu significado ampliado: engloba outros processos históricos, além das tradicionais relações interestatais (BROWN, AINLEY, 2005; KEOHANE, NYE, 2001; KRASNER, 1999; RISSEN-KAPPEN, 1999; SMITH, 1997).

Por mais que esses novos enfoques estivessem se voltado para uma nova gama de atores, tanto o neorealismo quanto o neoliberalismo permaneceram ligados ao procedimento de produção científica positivista: o debate entre teorias neorealistas e teorias neoliberais, também conhecido como a síntese neo-neo (WEAVER apud SMITH, 1997, p. 169), continuaram marcadas pelo ímpeto explicativo dos processos que envolvem Estados, instituições internacionais (Organização das Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional entre outros), organizações não-governamentais e empresas transnacionais,

convertendo-se no mainstream metodológico da disciplina a partir dos anos 1980 (SMITH, 1997, p. 170). Contudo, apesar de algumas transformações teórico-metodológicas, as correntes analíticas dominantes da disciplina permaneceram presas à ideia de primazia do Estado enquanto ator central e racional na relação com os demais atores no âmbito internacional (SMITH, 1997)

Mesmo assim, o quadro metodológico da disciplina abre-se para a apreensão da complexidade dos processos sociais contemporâneos. Outras abordagens, além das já mencionadas, começam a se desenvolver, afastando-se dos temas tradicionais do campo (como questões de segurança, balanço de poder e comércio/economia internacional clássico-liberal), pois partem para a análise das relações entre classes sociais, ações dos Estados, grupos sociais e movimento de ideias. Alguns desses enfoques percebem o Estado e a sociedade civil como um só elemento, como uma unidade de forças sociais (COX, 1986).

Partindo-se dessa concepção, o Estado não pode mais ser caracterizado como um ator unitário e homogêneo: a dimensão estatal começa a ser entendida como uma expressão das relações de poder/dominação que ocorrem no contexto social em que está inserida. Alia-se a isso as demais configurações de poder externas ou forças transnacionais como resultado da dinâmica capitalista (BROMLEY, 1991; COX, 1986; 1987; 1996; 2007; GILL, 1991; ROSENBERG, 1994; RUPERT, 1995; VAN DER PIJL, 1984; 1998).

Logo, o objetivo deste capítulo será o de explicitar, sinteticamente, a relevância do Estado enquanto elemento de análise para o campo teórico das Relações Internacionais. Para tanto, em um primeiro momento, ater-se-á ao do papel do Estado no debate que ficou conhecido como síntese neo-neo. Na segunda parte, o tema em questão orbitará na apresentação da abordagem Neogramsciana das Relações Internacionais como referencial teórico apto a captar as complexidade dos processos sociais contemporâneos, já que envolvem forças sociais internas/endógenas assim como as transnacionais.

Com isso, tem-se a definição do instrumental metodológico que norteará o objeto de estudo desta pesquisa.

3.1.1 A síntese neo-neo enquanto mainstream teórico: a herança estatocêntrica

3.1.1.1 Os primórdios do campo teórico das Relações Internacionais: o debate entre o Realismo moderno e o Internacionalismo liberal

Tradicionalmente, é considerado como marco inicial do objeto de estudo da disciplina de Relações Internacionais o contexto da Paz de Vestfália (1648), evento que poder ser definido como a assinatura dos tratados de paz no final da Guerra dos Trinta Anos. O fato da assinatura desses acordos pelos Estados europeus do século XVII dá início ao que a literatura chama o início do sistema internacional moderno, pois foi consagrado o princípio de soberania estatal, que acabou parametrizando o comportamento de cada Estado no relacionamento com os demais (TESCHKE, 2003).

No entanto, o estudo das Relações Internacionais institucionaliza-se como disciplina científica somente no ano de 1919, com a criação da primeira cadeira de Relações Internacionais, na Universidade de Gales (University of Wales) em Aberystwyth, Reino Unido, denominada como Cadeira Woodrow Wilson de Política Internacional (BURCHILL et al. 2005, p. 6).

Do ponto de vista histórico, contudo, as relações internacionais podem se caracterizar pelas configurações de poder que se estabelecem entre Estados – seu clássico ator – e, em momento posterior, com outros agentes. Tais relações de poder acabam por estabelecer estruturas internacionais, caracterizando ou criando um sistema internacional: “entendemos que o sistema internacional está constituído por um conjunto de atores, cujas relações geram uma configuração de poder (estrutura) dentro da qual se produz uma rede complexa de interações (processos) de acordo com determinadas regras” (BARBÉ, 2007, p. 151).

Assim, durante a primeira metade do século XX, o desenvolvimento teórico dos estudos internacionais se caracterizou pelo debate entre as teorias com ontologias calcadas no liberalismo político e econômico, o denominando paradigma liberal (metodologias de análise inspiradas no idealismo pacifista, destacando o papel da normatividade na obtenção de uma sociedade internacional cooperativa e pacífica), e por perspectivas pautadas no realismo da filosofia política moderna, o realismo moderno, que entendia que o contexto internacional é anárquico

Realistas baseiam-se no conhecimento de que ‘a anarquia internacional é a causa da guerra’ para que se possa explicar porque os Estados-Nação soberanos se acham, inevitavelmente, em conflito uns com os outros e porque a política de balanço

de poder é a chave para lidar com esse conflito⁵⁷
(WEBER, 2010, p. 2).

Com isso, a apreensão da realidade internacional é determinada, aprioristicamente, pelo comportamento conflituoso dos Estados, além da ideia de que o objetivo primordial de cada Estado é a sua sobrevivência. Logo, a manutenção da segurança nacional é o elemento central das análises realistas (DUNNE, SCHMIDT, 1997, p. 155).

Convém lembrar que, necessariamente, essas concepções repousam sobre dois pressupostos: *i)* de que a política internacional é composta por Estados-Nação soberanos e *ii)* de que não há nada nem ninguém que possa impor interesses diversos àqueles que cada Estado soberano define como seus respectivos *interesses nacionais* (MORGENTHAU, 1999), o que, por consequência, resulta em uma situação de anarquia internacional (WEBER, 2010).

O *balanço de poder* – ou *equilíbrio de poder* – seria uma série de padrões de comportamento entre os Estados com o objetivo de evitar que algum deles imponha seus objetivos e interesses sobre os demais (LEBOW, 2013). Mas a busca desse equilíbrio repousa, basicamente, na análise de cada “ente estatal” faz entre a sua capacidade militar e com as dos demais. Com base nessa comparação, é que se evidencia a importância em estabelecer alianças no sentido de preservar a segurança de cada aliado (BROWN, AINLEY, 2005; DUNNE, SCHMIDT, 1997; WEBER, 2010).

Todavia, o balanço de poder pode tanto evitar a guerra, quanto aumentar as tensões internacionais, como afirma Lebow (2013, p. 64) com base na argumentação de Morgenthau, que

a determinação da universalidade do poder significa que o balanço de poder foi ‘um fenômeno social geral que pode ser encontrado em todos os níveis da interação social. Indivíduos, grupos e Estados inevitavelmente se aliam para se proteger de predadores. No plano internacional, o

⁵⁷ Cf.: “Realists rely upon the knowledge that ‘international anarchy is the permissive cause of war’ to explain why sovereign nation-states inevitably find themselves in conflict with one another and why balance of power politics is the key to managing such conflict”.

balanço de poder possui implicações contraditórias para a paz. Ele deve impedir a guerra se as potências do *status quo* possuírem maior capacidade militar que os desafiantes imperialistas e demonstrar com sucesso sua vontade de ir para guerra em defesa do *status quo*. O balanço pode intensificar tensões e levar à guerra devido sua impossibilidade de avaliar, precisamente quais as capacidades, motivos e determinação dos outros Estados. Quando os líderes visam alcançar a uma margem de segurança e quando múltiplos Estados e a alianças agem dessa forma, eles aumentam as tensões internacionais.⁵⁸

Logo, as teorias realistas da primeira metade do século XX possuem a característica de serem estatocêntricas ou estatistas, já que o “Estado é seu principal ator e a soberania é seu elemento distintivo” e “o significado do Estado soberano está intrinsecamente relacionado com o uso da força” (DUNNE, SCHMIDT, 1997, p. 150). Em outras palavras, o realismo moderno possui como eixo central o Estado soberano como o ator das relações internacionais – logo, atém-se apenas às relações interestatais – com especial atenção à possibilidade de uso da força para a manutenção de sua sobrevivência além da consecução de seus interesses no âmbito externo.

Merece nota, entretanto, que o realismo moderno se desenvolve enquanto uma linha crítica a outro grupo teórico: o *idealismo do entreguerras* (DUNNE, SCHMIDT, 1997, p. 141-142).

Destacando mais uma vez, o contexto histórico da institucionalização da disciplina é o imediato pós-Primeira Guerra

⁵⁸ Cf.: “the universality of the power drive means that the balance of power was ‘a general social phenomenon to be found on all levels of social interaction’. Individuals, groups and states inevitably combine to protect themselves from predators. At the international level, the balance of power has contradictory implications for peace. It might deter war if *status quo* powers outgun imperialist challengers and successfully demonstrate their resolve to go to war in defence of the *status quo*. Balancing can also intensify tensions and make war more likely because of the impossibility of accurately assessing the motives, capability and resolve of other states. Leaders understandably aim to achieve a margin of safety, and when multiple states or alliances act this way, they ratchet up international tensions”.

Mundial. Cronologicamente, as análises de cunho liberal das relações internacionais se deram a partir do período denominado de entreguerras, marcado por um desejo de se evitar outra guerra do mesmo escopo da de 1914. Como afirma Hobsbawm (2006, p. 39-42, grifo nosso),

As potências vitoriosas buscaram desesperadamente o tipo de acordo de paz que tornasse impossível outra guerra como a que acabara de devastar o mundo e cujos efeitos retardados estavam em toda parte. (...) Quanto ao efeito de impedir outra mundial, era evidente que desmoronara absolutamente o consórcio de ‘grandes potências’ europeias que se supunha assegurá-lo antes de 1914. A alternativa, exortada a obstinados politikeiros europeus pelo presidente Wilson, com todo o fervor liberal de um cientista político de Princeton, era estabelecer uma ‘Liga das Nações’ (isto é, Estados Independentes) que tudo abrangesse, e que solucionasse de forma *pacífica* e *democraticamente* (sic) os problemas antes que se descontrolassem, de preferência em negociação pública.

Assim, um movimento de busca de relações pacíficas entre os Estados dominou o discurso no campo da política internacional, embasando-se nas ideias do liberalismo clássico, uma perspectiva que

está associada com analistas clássicos como John Locke, Hugo Grotius e Immanuel Kant. Kant propôs as ‘constituições republicanas’, trocas comerciais incorporadas em ‘leis cosmopolitas’ e um sistema de leis internacionais entre as repúblicas domesticamente governadas pelo estado de direito que daria as condições para uma paz duradoura. A paz não era simplesmente um ideal para Kant. Ele acreditava que o processo natural do auto-interesse poderia impedir que os

indivíduos racionais agissem em trazer uma paz justa⁵⁹ (RUSSET, 2013, p. 95)

Outro elemento caracterizador dessa linha liberal kantiana seria a crença nas “qualidades racionais dos indivíduos”⁶⁰, além da convicção de que os “seres humanos são capazes de cooperar e construir uma sociedade mais harmoniosa e mais pacífica”⁶¹ (RUSSET, 2013, p. 95).

Assim, o que caracteriza o liberalismo internacional é a transposição dessa perspectiva kantiana para a esfera internacional definindo-o como um espaço onde as instituições – com especial nota ao Estado – devem ter suas ações orientadas para a garantia das liberdades individuais (DUNNE, 1997; RUSSET, 2013).

Os *idealistas* do pós-Primeira Guerra Mundial seguem as diretrizes liberais no sentido de se obter relações entre os Estados mais cooperativas e pacíficas. Ao invés de perceber os atores estatais como aqueles que perseguem interesses conflitantes, opta-se em conceber as relações internacionais segundo a ideia de uma harmonia entre os interesses estatais (DUNNE, 1997).

Com isso, os idealistas liberais propunham a necessidade de se obter uma “nova ordem mundial” tendo por base dois aspectos-chave: *i*) que os líderes dos Estados, intelectuais e a opinião pública teriam que acreditar que seria possível o progresso na busca do pacifismo internacional e *ii*) que uma organização internacional deveria ser criada para facilitar os esforços na busca desse contexto internacional pacífico e cooperativo (DUNNE, 1997). Merece destaque o fato de que para os idealistas a guerra era percebida como uma “maneira antiquada e desnecessária de resolução de conflitos entre os Estados”⁶², (DUNNE, 1997, p. 164).

⁵⁹ Cf.: “is associated with classical analysts like John Locke, Hugo Grotius and Immanuel Kant. Kant proposed that ‘republican constitutions’, commercial exchange embodied in ‘cosmopolitan law’, and a system of international law among republics governed domestically by the rule of law would provide the basis for sustained peace. Peace was not simply an ideal to Kant. He believed that natural process of self-interest could impel rational individuals to act as agents to bring a just peace”.

⁶⁰ Cf.: “rational qualities of individuals”.

⁶¹ Cf.: “humans are able to cooperate and construct a more peaceful and harmonious society”.

⁶² Cf.: “was unnecessary and outmoded way of settling disputes between states”.

É com base nessas ideias que é assinado, em 1919, o tratado constitutivo da *Liga das Nações* ou *Sociedade das Nações*, no sentido de se criar uma instituição internacional que promovesse a cooperação internacional, além da obtenção da paz e da segurança internacional por meio da diplomacia e consenso (UNOG, s/d). A Liga das Nações teve inspiração no discurso que ficou conhecido por *Fourteen Points* (Catorze Pontos) proferido por Woodrow Wilson ao Congresso dos Estados Unidos da América em 8 de janeiro de 1918.

Em um clima de busca da cooperação e pacifismo entre os Estados, foi criada a disciplina de Relações Internacionais em 1919, como já citado. Com isso, o desenvolvimento teórico do entreguerras é marcado pelo idealismo/liberalismo até o início dos anos 1930.

Após a crise de 1929, a vertente liberal das Relações Internacionais entra em xequê devido aos movimentos políticos que ocorrem na Europa que acabam dando as condições para a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939). Assim, a possibilidade de promoção de um ambiente internacional pacífico e cooperativo fica comprometida (BURCHILL, 2005). Logo, o aparato teórico realista moderno se desenvolve a partir da década de 1930, como uma resposta crítica à perspectiva teórica liberal/idealista já que, mais uma vez, a guerra se apresenta como uma forma de solução de conflitos entre os Estados (DUNNE, SCHMIDT, 1997).

Muito da crítica dos realistas modernos se deu pelo tema das *alianças*, pois a realização de “alianças públicas e democráticas” entre os Estados propugnadas pelos liberais, foi solapada pela série de alianças secretas que continuavam vigentes no pós-guerra, já que tinham sido elaboradas no âmbito de 1914: nem pela diplomacia, nem pelo consenso seria possível a obtenção da paz e da segurança internacional, pois o Tratado de Versalhes, mesmo imbuído desse liberalismo/idealismo, foi também um instrumento geopolítico na tentativa de reconfiguração da estrutura de poder entre os Estados europeus como destaca Hobsbawm (1995, p. 42):

não é necessário entrar em detalhes da história do entreguerras para ver que o acordo de Versalhes não podia ser a base de uma paz estável. Estava condenado desde o início, e portanto outra guerra era praticamente certa. (...) Os EUA quase imediatamente se retiraram, e num mundo não mais eurocentrado e eurodeterminado, nenhum acordo não endossado pelo que era agora uma

grande potência mundial podia se sustentar. (...) Duas grandes potências europeias, e na verdade mundiais, estavam temporariamente não apenas eliminadas do jogo internacional, mas tidas como não existindo como jogadores independentes – a Alemanha e a Rússia soviética. Assim que uma ou as duas reentrassem em cena, um acordo de paz baseado apenas na Grã-Bretanha e na França (...) não poderia durar

Contudo, por mais que a crítica elaborada pelos realistas modernos aos pensadores da corrente liberal das Relações Internacionais seja válida em virtude de tais eventos históricos (BROWN, AINLEY; 2005) o que merece destaque é seu ponto comum: o elemento central da análise desses dois grupos teóricos é o Estado. Para ambos, ele é encarado como um ator único, homogêneo e racional, uma transposição da concepção de “indivíduo” da filosofia política realista e liberal (SMITH, 1997). Do ponto de vista analítico, as relações internacionais apresentam-se, basicamente, como “relações interestatais”.

Assim, o “núcleo duro” (*hard core*) do realismo refere-se aos pressupostos de que

os atores mais importantes da política internacional são as entidades organizadas territorialmente [estados]; que o comportamento do estado pode ser explicado racionalmente e que os estados procuram poder e calculam seus interesses em termos de poder relativo ao sistema internacional com que se deparam⁶³ (KEOHANE *apud* SCHMIDT, 1998, p. 28)

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial no final da década de 1930, a linha teórica realista adquire uma primazia entre os analistas de relações internacionais, pois em cada evento do entreguerras até 1939 o “realismo pareceu oferecer uma análise do mundo mais precisa e

⁶³ Cf.: “the most important actors in world politics are territorially organized entities; that state behavior can be explained rationally; and that states seek power and calculate their interests in terms of power, relative to the nature of the international system that they face”.

coerente do que as ideias liberais, formando a base da ‘síntese do pós-Guerra’,⁶⁴ (BROWN, AINLEY, 2005, p. 27).

Logo, o debate teórico do imediato pós-Segunda Guerra Mundial foi dominado pela concepção realista das Relações Internacionais,

Após 1945, o realismo tornou-se a teoria de Relações Internacionais dominante, oferecendo uma concepção do mundo que definiu o ‘senso comum’ da matéria. A maioria dos diplomatas [atuantes naquela época] tinham uma visão mais ou menos realista das relações internacionais; eles foram seguidos então por acadêmicos e por formadores de opinião, como escritores e colunistas de jornais e revistas influentes que começaram a trabalhar com essa perspectiva. De forma surpreendente, o realismo permanece até hoje como a teoria dominante das Relações Internacionais⁶⁵ (BROWN, AINLEY, 2005, p. 28)

Com o domínio do realismo, a disciplina na segunda metade do século XX ficou alinhada a uma epistemologia que procura uma *explicação* dos eventos, por meio de suas *descrições* (BROWN, AINLEY, 2005, p. 31), um modo de produção do conhecimento que segue as premissas positivistas já que teorias explicativas tendem a ser teorias fundacionais, pautadas na distinção entre fatos e valores, onde aqueles são tidos como neutros – isentos destes – além de permitir a identificação de regularidades nos processos histórico-sociais (SMITH, 1997). Em outras palavras, “o positivismo envolve um compromisso

⁶⁴ Cf.: “realism seemed to offer a more coherent and accurate account of the world than the liberal ideas, and it formed the basis for the ‘post-war synthesis’”.

⁶⁵ Cf.: “After 1945, realism became the dominant theory of International Relations, offering a conception of the world which seemed to define the ‘common sense’ of the subject. Most practicing diplomats had always held views on international relations which were more or less realist; they were now joined by academics (...) and by opinion-makers more generally, as the leader writers and columnists of influential newspapers and journals came increasingly to work from the same general perspective. To a striking extent, realism remains to this day the dominant theory of International Relations”.

com a uma visão unificada de ciência e a adoção de metodologias das ciências naturais para explicar o mundo social⁶⁶ (SMITH, 2008, p. 11).

3.1.1.2 A segunda metade do século XX: o debate entre neoliberais e neorrealistas

A partir do final dos anos 1960 e durante a década de 1970, o campo teórico das Relações Internacionais foi marcado pelo desenvolvimento de novas abordagens, muito em virtude de transformações socioeconômicas colocadas pela transnacionalização do capital, além do papel que as instituições internacionais vinham desempenhando desde 1945,

Os anos 1970 (...) ofereceram uma visão diferente das relações internacionais baseada nos temas correlatos do transnacionalismo e da interdependência. O transnacionalismo explicita a ideia de que existem outros atores além dos Estados que desempenham um papel central nos eventos internacionais, citando como exemplos as corporações multinacionais e os grupos revolucionários. A interdependência evidencia que o aumento das ligações entre as economias nacionais tornaram-se mais sensíveis e vulneráveis ao que acontece em outros países. Logo, o ambiente internacional não pode ser explicado observando-se somente os Estados. O transnacionalismo e a interdependência desafiam os três premissas do realismo [:] os Estados não são os únicos atores; a distinção entre sociedade doméstica e internacional é cada vez menos evidente que antes; que a política internacional é cada vez menos influenciada por fatores militares e cada vez mais por questões econômicas⁶⁷ (HOLLIS, SMITH, 1991, p. 34-35).

⁶⁶ Cf.: “positivism has involved a commitment to a unified view of science, and the adoption of methodologies of the natural sciences to explain the social world”.

⁶⁷ Cf.: “The 1970s (...) offer a rather different view of international relations, based on the two related themes of transnationalism and interdependence.

Essas novas abordagens que adotam a postura metodológica de considerar outros atores nos processos históricos internacionais referem-se a um conjunto teórico de estirpe liberal, oriundo da tradição do internacionalismo liberal, sendo denominado pela literatura do campo de neoliberalismo institucional (ou simplesmente, neoliberalismo ou neo-institucionalismo) (BROWN, AINLEY, 2005; HOLLIS, SMITH, 1991; KEOHANE, 1989; SCHMIDT, 1998; SMITH, 1997; 2008; WEBER, 2010).

As teorias neoliberais apresentam como traços característicos as mesmas ideias que o liberalismo do início do século XX: as preocupações organizam-se em torno das questões de como se obter a cooperação entre os Estados e também entre os demais atores (BURCHILL, 2005; LAMY, 2014; STERLING-FOLKER, 2013).

Apesar da identificação de outras vertentes que compõem o neoliberalismo (BALDWIN, 1993), é o neoliberalismo institucional que assume uma maior relevância no campo teórico das Relações Internacionais (LAMY, 2014).

Em linhas gerais, as novidades do neoliberalismo em relação ao internacionalismo liberal, além da presença de novos atores, seria a importância das instituições no contexto internacional, sendo definidas como “conjuntos de regras (formais e informais) conectadas e permanentes que determinam comportamentos, constroem atividades e molda expectativas ” (KEOHANE, 1989, p. 3). Assim, elas podem assumir três contornos: a) organizações intergovernamentais formais ou organizações não governamentais transnacionais (organizações formais com um propósito definido), b) regimes internacionais e c) convenções. De acordo com Keohane (1989, p. 4) os regimes internacionais podem ser definidos como “instituições com regras explícitas, acordadas entre os governos que dizem respeito a um conjunto particular de temas nas

Transnationalism makes the point that there are actors other than states, which play a central role in international events, the obvious examples being multinational corporations and revolutionary groups. Interdependence makes the point that the increasing linkages among national economies have made them more than ever sensitive and vulnerable to events in other countries. The international environment therefore cannot be explained by looking at states alone. Transnationalism and interdependence challenge the three assumptions of Realism [:] states are not the only actors; the distinction between domestic and international societies is less clear-cut than before; and international politics looks to be influenced increasingly less by military factors and more and more by economic issues”.

relações internacionais”. Como exemplo, o autor cita regime monetário internacional colocado pelas convenções de Bretton Woods (1944). As convenções seriam instituições informais que permitem o entendimento entre os diversos atores, como se fossem “princípios norteadores” (KEOHANE, 1989).

Com isso, o neoliberalismo coloca dois elementos que acaba indo de encontro com a perspectiva realista pois os Estados precisam observar determinados procedimentos e regras para ação no âmbito externo, além de levar em conta novos atores (KEOHANE, 1989; RISSEN-KAPPEN, 1995). Há no neoliberalismo a pressuposição de que as instituições podem limitar a ação estatal no sentido de busca de soluções ou ações mais cooperativas. Além do mais

as instituições podem influenciar nos entendimentos dos líderes dos Estados no papel que eles devem desempenhar, podendo influenciar também nas expectativas que eles têm em relação às motivações e interesses dos outros Estados. Isto é, as instituições internacionais possuem aspecto constitutivo e de regulação: elas podem ajudar como os interesses são definidos e como as ações são interpretadas (KEOHANE, 1989, p. 6).

Assim, as relações internacionais são compreendidas levando-se em consideração o impacto dos novos atores e das instituições nas relações de poder entre os Estados (KRASNER, 1995; RISSEN-KAPPEN, 1995).

É nessa linha argumentativa que Robert Keohane e Joseph Nye (2001) desenvolvem a teoria da interdependência complexa, um instrumental analítico que tem como uma de suas premissas a ideia de que as sociedades não dependem do aparato estatal para entrar em contato uma com a outra: existem vários canais por meio dos quais as sociedades se relacionam, via atores transnacionais em virtude, por exemplo, do desenvolvimento tecnológico e das transformações na economia capitalista na segunda metade do século XX, ou seja, a globalização (KEOHANE, NYE, 2001).

Em sentido mais estrito, a contemporaneidade é definida como “um estado do mundo” caracterizado por redes de interdependência em distâncias multicontinentais, ligadas mediante fluxos e influências de capitais e bens, informação e idéias, pessoas e força” (KEOHANE e NYE, 2001, p. 229). Essa realidade interdependente – que denominaram

de globalismo – possui quatro dimensões: a) econômica, comumente chamada de globalização; b) militar, referente “a redes de longa distância de interdependência nas quais força e ameaças ou promessas de uso de força são empregadas” ; c) ambiental, caracterizada pelo transporte – em longas distâncias – de materiais nos oceanos e na atmosfera, bem como substâncias biológicas, patogênicas ou não que podem prejudicar a saúde e bem-estar humanos e d) social e cultural, movimentos de idéias, imagens, informação e pessoas, que, por sua vez, contém as demais.

O desenvolvimento teórico do neoliberalismo acabou transformando-o em uma abordagem dominante das Relações Interacionais, retirando a supremacia do realismo (BROWN, AINLEY, 2005).

Todavia, não apenas na tradição liberal houve desenvolvimento teórico. Em 1979 Kenneth Waltz lança a obra *Theory of international politics* inaugurando o que ficou conhecido como teoria neorrealista ou realismo estrutural.

Em linhas gerais, o realismo estrutural considera outros atores que não os Estados. Também leva em conta a relevância do papel das instituições internacionais. Porém, o Estado continua sendo o ator central das relações e com ações que se orientam pela busca do poder. Diferentemente do realismo moderno, não é o Estado que determina a busca pelo poder, mas sim pela estrutura do sistema internacional,

Em um sistema onde não há uma autoridade maior que se coloca acima das grandes potências, e onde não há garantia que nenhum Estado ataque outro, é eminentemente sensato que cada Estado seja poderoso o suficiente para se proteger quando atacado. Em essência, as grandes potências ficam presas em uma gaiola de ferro onde eles têm pouca escolha além de competir uns com os outros pelo poder se quiserem sobreviver (MEARSHEIMER, 2013, p. 78).

Em sentido estrito, os Estados devem “ajustar sua posição no mundo de acordo com a leitura que tem do poder dos demais em relação ao seu próprio poder. O resultado destes movimentos é a emergência de um balanço de poder” (BROWN, AINLEY, 2005, p. 42-43, grifo do autor). Assim, o neorrealismo proposto por Waltz postula apenas dois tipos de sistemas internacionais, o hierárquico (onde diferentes unidades/Estados são organizados mediante uma linha clara de autoridade) e o anárquico, onde eles se relacionam por meio de suas capacidades (poder) (BROWN, AINLEY, 2005).

A proposta do neorrealismo é se afastar da premissa de que o âmbito internacional é determinado pelas ações tomadas pelos Estados

(ou de seus representantes) como se fosse um “indivíduo” racional: a conduta do Estado só pode ser explicada levando-se em consideração unicamente a estrutura do sistema internacional, pois é ela a determinante do comportamento dos Estados (HOLLIS, SMITH, 1991).

Por mais que o neorrealismo entenda que o sistema internacional é composto por atores não-estatais, o papel do Estado ainda é o ponto focal de sua análise teórica, já que sua preocupação é a relação agência-estrutura, ou seja, Estados-Sistema Internacional (WALTZ, 1979).

3.1.1.3 A herança positivista e estatocêntrica

As perspectivas do neoliberalismo e do realismo estrutural marcaram o debate teórico da disciplina das Relações Internacionais a partir dos anos 1980 (SMITH, 1997).

Esse embate que ficou conhecido como debate neo-neo ou síntese neo-neo significou a “fusão das duas abordagens dominantes resultando no núcleo central do campo metodológico da disciplina”. Em outras palavras, “essa síntese vê o neorrealismo e o neoliberalismo institucional ... um conjunto comum de questões e competem uma com a outra para saber qual teoria pode fornecer a melhor explicação” (SMITH, 1997, p. 169)

Tal afirmação se sustenta pelo fato de que os temas e os elementos de análise são comuns, mas com conclusões distintas, como é o caso por exemplo das instituições internacionais,

tanto os neorrealistas quanto os neoliberais reconhecem a profusão de regimes e instituições internacionais que apareceram desde 1945. Contudo, eles diferem no que tange ao significado desses arranjos. [Para os neoliberais] ‘grande parte do debate contemporâneo’ (...) ‘está centrado na validade da afirmação de que os regimes e as instituições internacionais tornaram-se relevantes na política internacional. Os neorrealistas discordam dessa ideia. Eles acreditam que os neoliberais exageram o alcance da capacidade das instituições em ‘reduzir os

efeitos limitantes da anarquia na cooperação interestatal⁶⁸ (BALDWIN, 1993, p. 8).

Diferentemente do desenvolvimento teórico das ciências sociais que foi marcado por rompimentos epistemológicos durante a segunda metade do século XX, o campo científico que se debruçava sobre as questões internacionais ficou preso às perspectivas analíticas de dois conjuntos teóricos que, epistemologicamente, se orientavam pelas ideias de *neutralidade* e *explicação*, isto é, seguiam os procedimentos positivistas de produção científica (SMITH, 1997).

Nos últimos quarenta anos a disciplina acadêmica das Relações Internacionais tem sido dominada pelo positivismo. (...) [O] debate entre neorealismo e neoliberalismo torna-se mais claro quando as duas abordagens são eminentemente positivistas⁶⁹ (SMITH, 2008, p. 11).

Todavia, a crítica sustentada por Smith (1997, 2008), Hollis e Smith (1991) é que ambas orbitam ao redor da premissa de que o Estado é o principal ator das relações internacionais por mais que reconheçam a importância do papel de atores não-estatais/transnacionais.

No momento em que se foca apenas no Estado, automaticamente ignora-se os principais eventos [históricos]. Esse debate parece estar restrito às nações prósperas do ocidente e toma como certo os desdobramentos do mundo globalizado ao invés de colocá-los em debate, como a questão da identidade, do nacionalismo, da economia, da religião e do gênero. Todas essas questões foram excluídas da teoria das relações internacionais segundo as linhas do debate neo-neo⁷⁰

⁶⁸ Cf.: “Both neorealists and neoliberals recognize the plethora of international regimes and institutions that emerged since 1945. They differ, however, with respect to the significance of such arrangements. ‘Much of the contemporary debate’ (...) ‘center on the validity of the institutionalist claim that international regimes, and institutions more broadly, have become significant in world politics’. The neorealists agree that this is an important point of contention. They believe that neoliberals exaggerates the extent to which institutions are able to ‘mitigate anarchy’s constraining effects on inter-state cooperation’”.

⁶⁹ Cf.: “For the last forty years the academic discipline of International Relations has been dominated by positivism. (...) [T]he current debate between neo-realism and neo-liberalism becomes much clearer when it is realized that both approaches are firmly positivist”.

⁷⁰ Cf.: “By focusing on states it automatically ignores major features. It looks very much like a debate restricted to the prosperous nations of the West, and takes for granted many features of this globalized world that theory should in fact call into question, such as identity, nationalism, economics, religion, and

Além disso, o Estado é percebido ainda como um ator “unitário”, “homogêneo” e racional. Invariavelmente, é como se todas as decisões do Estado estivessem pautadas em interesses claros – que variam de acordo com a visão neoliberal e neorrealista – a serem perseguidos no contexto internacional. É a transposição da “escolha racional” dos indivíduos aos Estados, típica do Realismo moderno e do Internacionalismo liberal do início do século XX (SMITH, 2008).

Com isso, o *mainstream* teórico da disciplina toma como *naturais* certas instituições modernas, por exemplo o Estado, deixando de lado as relações sociais específicas por detrás delas, como se estivessem “descoladas” dos processos históricos,

Estados, mercados, indivíduos – exatamente coisas que precisam ser explicadas – já são percebidas como pontos de partida naturais. Concebendo certas estruturas modernas de relações sociais isoladas umas das outras, a divisão de trabalho científica acaba as reificando em atores autossuficientes com suas propriedades características – escondendo tanto a novidade histórica dessas formas assim como as relações sociais que as constituem⁷¹ (ROSENBERG, 1994, p. 4).

Logo, a análise sobre as relações de poder no contexto internacional precisa levar em conta a processualidade histórica por detrás de todos os elementos que o constituem, culminando em sua *desnaturalização* (ROSENBERG, 1994).

Além desse papel, as teorias sociais devem levar em consideração que elas também são frutos de processos sociais específicos e, por

gender. All these kind of questions are excluded from international relations theory as defined by the neo-neo debate”.

⁷¹ Cf.: “States, markets, individuals – precisely the things we need to explain – are already assumed to be natural starting points. By conceptualizing particular structures of modern social relations in isolation from each other, [the scientific] division of labour tends to reify them into self-sufficient actors with their own distinctive properties – hiding both the historical novelty of these forms and the specific social relations which constitute them”.

consequente, não são “neutras”: pelo contrário, as teorias são “sempre para alguém e para algum propósito”⁷² (COX, 1986, p. 207).

Sendo assim, a própria produção científica produz e reproduz relações de poder, trazendo à tona o porquê das abordagens materialistas da história no campo das Relações Internacionais serem teorias marginais, ou, em outros termos, não compõem o mainstream (ROSENBERG, 1994, 2005; SMITH, 1997, 2008; VAN APELDOORN, 2004).

Nessa linha de raciocínio, a concepção de Estado – como objeto de análise – varia de acordo com as diversas teorias da disciplina de Relações Internacionais. Tanto pode ser entendido como ator principal e racional quanto percebido como um processo histórico que encerra processos de poder. A partir da década de 1970, além do conjunto teórico do neoliberalismo e do neorrealismo, outras linhas teóricas foram desenvolvidas para a compreensão dos processos históricos internacionais: esse é o caso das perspectivas materialistas históricas das Relações Internacionais serão o tema de discussão na próxima seção deste trabalho.

3.2 PELA VIABILIDADE DE ALTERNATIVAS ANALÍTICAS PARA A APREENSÃO DOS PROCESSOS HISTÓRICOS CONTEMPORÂNEOS: POR UMA ABORDAGEM MATERIALISTA HISTÓRICA

3.2.1 Os processos históricos contemporâneos: os imperativos da acumulação capitalista e a configuração das relações de poder

Os eventos históricos da segunda metade do século XX evidenciaram uma produção teórica no campo das ciências sociais pautadas em uma discussão de quebra epistemológica. Algumas teorias postulavam – e ainda postulam – a ideia de se passou por uma ruptura histórica, onde o conjunto de relações sociais/instituições modernas estavam/estão em um processo de transformação, indicando a entrada em uma nova época histórica, caracterizada por dinâmicas sociais diferentes das modernas.

Seguindo a perspectiva de Immanuel Wallerstein – o que a campo da disciplina classifica como uma abordagem *neomarxista* (HOLLIS, SMITH, 1991; SMITH 1997, 2008) – o que se observou – e se observa

⁷² Cf.: “for someone and for some purpose”.

– é uma nova forma de acumulação do sistema capitalista, que acaba alterando as relações sociais vigentes, permitindo que se encare as relações internacionais como desdobramentos de um *sistema social*⁷³, o que foi denominado de *capitalismo histórico*

O que distingue o sistema social histórico que estamos chamando de capitalismo histórico é o fato de que, nesse sistema histórico, o capital veio a ser usado (investido) de forma muito específica. Veio a ser usado com o objetivo ou intenção

⁷³ Referindo-se à perspectiva sistêmica de Wallerstein (1976), *sistema social* é caracterizado de acordo com a independência de sua dinâmica interna que se manteria ao longo do tempo se estivesse isento de forças externas. Entretanto, a forma em que se apresenta na história é a de *sistema-mundo*, “um sistema social possuindo limites, estruturas, grupos integrantes, regras de legitimação e coerência. Sua vida define-se pela reconciliação de forças conflitivas que são postas lado a lado pela tensão e que acaba por separar cada grupo que procura eternamente remoldá-lo ou redefini-lo de acordo com seus interesses. Ele possui a característica de um organismo, cujo tempo de vida vai além da mudança de suas características em alguns aspectos e permanecendo estável em outros. Ele pode definir suas estruturas como sendo, em momentos diferentes, fortes ou fracas dependendo de sua lógica interna de funcionamento” (WALLERSTEIN, 1976, p. 347). Cf.: “A world-system is a social system, one that has boundaries, structures, member groups, rules of legitimation, and coherence. Its life is made up of the conflicting forces which together by tension and tear it apart as each group seeks eternally to remold it to its advantage. It has the characteristics of an organism, in that it has life-span over which its characteristics change in some respects and remain stable in others. One can define its structures as being at different times strong and weak in terms of the internal logic of its functioning”. Com tal configuração, o sistema-mundo capitalista ou moderno (WALLERSTEIN, 1976) apresenta-se como *economia-mundo* – sistema-mundo onde não há apenas um tipo único político que se sobrepõe aos demais (império-mundo), mas sim vários incluindo diferentes culturas, com existência, aproximadamente, de 500 anos – desde 1450 até o início do atual século – marcado por uma “peculiaridade”, “o lado político da forma de organização econômica denominada capitalismo. Capitalismo tem sido próspero precisamente pelo fato da economia-mundo possuir, dentro de seus limites, não um mas uma multiplicidade de sistemas políticos” (WALLERSTEIN, 1976, p. 348). Cf.: “(...) the political side of the form of economic organization called capitalism. Capitalism has been able to flourish precisely because the world-economy has had within its bounds not one but a multiplicity of political systems”.

básica de auto-expansão. Nesse sistema, as acumulações anteriores eram ‘capital’ apenas na medida em que eram usadas para acumular mais do mesmo (WALLERSTEIN, 1985, p. 10).

Entretanto, “capitalismo” pode ser definido como o modo de produção específico no qual o capital⁷⁴ – e sua diversidade de formas – é o meio de produção⁷⁵ primordial (BOTTOMORE, 1988), engendrando os antagonismos entre suas *forças produtivas* (meios de produção e força de trabalho) e *relações de produção* – definidas como a “propriedade econômica das forças produtivas” (BOTTOMORE, 1988, p. 157).

Para o filósofo húngaro István Mészáros (2002) o “sistema do capital” é caracterizado mediante sua orientação para a *expansão e acumulação do trabalho excedente*⁷⁶: “um modo de controle sociometabólico e sistema de reprodução social” (MÉSZÁROS, 2002, p. 96) incontrolável e totalizador,

A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe *a mais* poderosa – estrutura “*totalizadora*” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido,

⁷⁴ Bottomore (1988, p. 159) define *capital* como uma relação social, “um fenômeno dinâmico, que percorre um circuito no qual assume formas diferentes em diferentes pontos (...), assume funções especializadas em cada fase do seu circuito”.

⁷⁵ De acordo com Marx, o capitalismo é um modo de produção caracterizado pelo *trabalho assalariado* e “uma das condições históricas do capital é o trabalho livre e a troca de trabalho livre por dinheiro, com o objetivo de reproduzir o dinheiro e valorizá-lo (...). Outro pressuposto é a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação – dos meios e do material do trabalho” (MARX, 1977, p. 65).

⁷⁶ Este processo foi denominado por Karl Marx (1989) de *acumulação específica do capital*.

“totalitário”- do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos (MÉSZÁROS, 2002, p. 96, grifos do autor).

Dessa forma, a totalidade social caracteriza-se por um sociometabolismo próprio do sistema capitalista. Sua incontornabilidade configura-se pela ausência de um controle político efetivo sobre os antagonismos internos⁷⁷, marcada pela perda de controle nas tomadas de decisões sobre os processos no seio de tal ordem,

O capital é um modo de controle que se sobrepõe a tudo o mais, antes mesmo de ser controlado – num sentido apenas superficial – pelos capitalistas privados (...). As perigosas ilusões de que se pode superar ou subjugar o poder do capital pela expropriação legal/política dos capitalistas privados surgem quando se deixa de levar em conta a natureza real entre controlador e controlado. Como um modo de controle sociometabólico, o capital [sistema do capital], por necessidade, sempre retém seu primado sobre o pessoal por meio do qual seu corpo jurídico pode se manifestar de formas diferentes nos diferentes momentos da história (MÉSZÁROS, 2002, p. 98).

⁷⁷ Segundo Mézáros (2002, p.105), tais *antagonismos estruturais* dizem respeito a três aspectos: i) a separação entre *produção* e *controle*; ii) a manutenção da ruptura entre *produção* e *consumo* e iii) a transformação da *produção* enquanto *circulação global*, como no caso da globalização. Com isto, o sistema do capital é *antagonicamente estruturado*.

Sobre a atual condição do capitalismo, dois pontos merecem destaque. O primeiro diz respeito à caracterização deste modo de produção segundo a *crise estrutural*, onde sua *raison d'être* – “a extração máxima de trabalho excedente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 99) – está se tornando cada vez mais de difícil realização, devido aos imperativos estruturais – autolimitação – do próprio Capital⁷⁸. Immanuel Wallerstein (2004, p. 51) também declara o momento de definhamento no qual se encontra tal sistema, atestando sua incontornabilidade: “é como se o incrível e cada vez mais rápido crescimento do sistema capitalista tivesse ficado descontrolado, criando cânceros que espalham metástases por todo o lado”. Outro ponto de concordância entre tais autores é a *transitoriedade* que marca o período histórico sob o escopo da “economia-mundo capitalista”, seguindo as premissas teóricas de Marx (*apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 85-86) nas quais a ordem histórica determinada pelo capitalismo era transitória.

O segundo, relaciona-se ao novo ciclo de expansão do Capital, o que alguns autores denominam de *globalização* – e junto a ideia de *sociedade global* – e outros como *processo de transnacionalização*.

Otávio Ianni (2004, p. 21, grifos nossos) defende a ideia de que essa nova fase do sistema capitalista é marcada por novos processos que encerram novas configurações sociais podendo-se falar em uma sociedade global caracterizada por:

suas implicações *simultaneamente*⁷⁹ econômicas, políticas e culturais, demográficas, religiosas e

⁷⁸ Tal epíteto será sinônimo, no decorrer do presente trabalho, de “Capitalismo”. O Capital sempre conseguiu – até o atual momento histórico – superar os próprios limites devido sua dinâmica enquanto processo de reprodução social: “como sistema de controle metabólico, o capital se torna o mais *eficiente* e *flexível* mecanismo de extração do trabalho excedente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 102-103, grifos do autor).

⁷⁹ O destaque à categoria de *simultaneidade* (MÉSZÁROS, 2002) justifica-se pela necessidade de reforçar a tentativa de Marx em explicar dialeticamente os fatos ocorridos sob o auspício do capitalismo, em especial a “massa de destituídos de propriedade” criada mediante a alienação dos trabalhadores: “para que ela [alienação] se torne um poder ‘insuportável’, isto é, um poder contra o qual se faz a revolução, é necessário que tenha produzido a massa da humanidade como massa totalmente ‘destituída de propriedade’; que se encontre, *ao mesmo tempo*, em contradição com um mundo e riquezas e de cultura existente de fato – coisas que pressupõem, em ambos os casos um grande incremento de força produtiva, ou seja, um alto grau de seu

lingüísticas, constitui-se como uma nova, abrangente e contraditória totalidade, uma formação geo-histórica na qual se inserem os territórios e fronteiras, as ecologias e as biodiversidades, os gêneros e as etnias, as classes sociais e os grupos sociais, as culturas e as civilizações. Uma ‘totalidade’ *simultaneamente* histórica e teórica, ou seja, uma formação social e uma categoria que adquirem predominância crescente sobre umas e outras formações sociais: locais, nacionais e regionais

Esta “sociedade global” é a configuração do momento atual do sistema do capital, o que o mesmo autor denomina de *globalismo*, “uma ampla e profunda transformação geral (...).Tudo se abala mais ou menos radicalmente, de modo desigual e também contraditório” (IANNI, 2004, p. 23). Contudo, esta conceituação apenas indica a configuração do contexto social contemporâneo – tanto em nível “local” quanto “global” – as novas “vestes” deste modo de produção, cuja reprodução social se dá mediante uma ordem metabólica com contradições iminentes.

Este novo movimento de expansão do sistema do Capital, denominado como globalismo segundo Ianni (2004) contém processos e fatores em constante comunicação, permitindo pontos de contato entre componentes locais – entendidas como nacionais – e globais, referentes às práticas pelos diversos atores atuantes nas relações internacionais contemporâneas.

desenvolvimento; por outro lado, este desenvolvimento das forças produtivas (que contém *simultaneamente* uma verdadeira existência humana empírica, dada num plano histórico-mundial e não na vida puramente local dos homens) é um pressuposto prático, absolutamente necessário, porque, sem ele, apenas generalizar-se-ia a escassez e, portanto, com a carência, começaria novamente a luta pelo necessário e toda a imundície anterior seria estabelecida”(MARX, 1996, p. 50, grifo do autor). Ainda seguindo tal linha de raciocínio, concomitantemente ao que foi citado, Marx afirma que o desenvolvimento universal das forças produtivas - o que permite o intercâmbio universal entre os homens – cria a “massa destituída de propriedade”, *simultaneamente* a todos os povos sob a égide do capitalismo.

3.2.2 Relações internacionais como relações transnacionais?

O globalismo de Ianni caracteriza como um “vasto e predominante processo histórico-social, econômico, político e cultural” (IANNI, 2004, p. 28), todavia também é objeto de outros autores no campo das Relações internacionais.

Convém lembrar dos autores neoliberais Keohane e Nye que explicitam, de certa forma, a ideia de simultaneidade dos eventos quando descrevem as interações entre várias dimensões sociais: “de fato, o globalismo social e cultural interage com outros tipos de globalismo, desde o militar ao ambiental, assim como a atividade econômica expressa informações e gera idéias, penetrando em áreas delimitadas geográfica e politicamente” (KEOHANE e NYE, 2001, p. 232).

Em outras palavras, Keohane e Nye reconhecem a interrelação de processos sociais em voga, pois reconhecem que existem:

fluxos de longa distância de bens, serviços, capital e a informação e percepções que acompanham as trocas no mercado. Isso também envolve a organização dos processos que estão relacionados a estes fluxos: por exemplo, a organização da produção com baixos salários na Ásia para os mercados nos Estados Unidos e europeu. De fato, alguns economistas definem globalização em termos estritamente econômicos como ‘a transferência de tecnologia e capital de países com altos salários para os de baixo, resultando no crescimento de um trabalho intensivo no Terceiro Mundo para a exportação. Fluxos econômicos, mercados e organização em firmas multinacionais, tudo acontecendo ao mesmo tempo⁸⁰ (KEOHANE e NYE, 2001, p. 231).

⁸⁰ Cf.: “(...) long-distance flows of goods, services, and capital, and the information and perceptions that accompany market exchange. It also involves the organization of the processes that are linked to these flows: for example, the organization of low-wage production in Asia for the United States and European markets. Indeed, some economists define globalization in narrowly economic terms as ‘the transfer of technology and capital from high-wage to low-wage countries, and the resulting growth of labor-intensive Third World

Todavia, caem na armadilha teórica de achar que existem dimensões isoladas, encerrando a ideia de separação entre o político e o econômico, assim como com os demais campos da vida social (WOOD, 1981, 1986, 2003), além da crítica de que, como representante do grupo teórico dominante das Relações Internacionais, parte para a análise tomando como naturais, ou simplesmente “dadas”, as instituições sociais oriundas de uma sucessão de processos históricos (ROSENBERG 1994, 2005).

Logo, a contemporaneidade está marcada pelas transformações ocorridas no âmbito das relações de produção, seguindo uma lógica de incontrolabilidade da expansão do capital. Nesse sentido, alguns autores percebem certa novidade no processo de globalização como é o caso de Harvey (2002, 2004a, 2004b), Jameson⁸¹ (1991) e Massey (2001, 2005, 2007, 2008) já que postulam a ideia de que as transformações na esfera produtiva, em especial as modificações nas percepções do espaço e do tempo, por sua vez, alteram as demais relações sociais podem auxiliar na apreensão das relações internacionais contemporâneas.

Se o capitalismo na atualidade pode ser caracterizado por uma *acumulação flexível* resultando na *compressão espaço-tempo*, marcado pelo imperativo de expansão, logicamente que novos processos históricos se desdobram, encerrando contradições e conflitos.

Immanuel Wallerstein (2004, p. 66) apresenta a ideia de que esse processo de reorganização produtiva não é novo, no escopo da economia-mundo capitalista. Para tal autor, a globalização existe há cerca de quinhentos anos e que se caracteriza por ser uma *dinâmica de crise* do Sistema do Capital, já que no momento atual – duas últimas

exports’. Economic flows, markets, and organization as in multinational firms, all go together”.

⁸¹ Fredric Jameson (2001) apresenta quatro “posturas” distintas em relação ao debate sobre a caracterização dos novos processos produtivos que denomina de *globalização*: a primeira, remete-se à sua não existência, pois ainda perduram situações e interesses nacionais; a segunda defende a ideia de que a globalização não é um processo recente: já ocorrera na antiguidade, exemplificada pelo Antigo Império Romano, que conquistou vários territórios entrando em contato com diversos povos e culturas; a terceira aceita a diferença histórica, afirmando que hoje as redes mundiais atingiram um grau completamente diferente, ou seja, em uma interdependência econômica sem precedentes; a quarta, defendida por ele, vê o processo como uma nova caracterização do capitalismo – representação do *late capitalism*.

décadas do século XX e início do XXI – do sistema histórico que determina, vigora a impossibilidade de “infundável acumulação de capital”.

Mészáros (2002) também partilha da premissa de que não há originalidade em tal acontecimento: é mais um desdobramento do Capital no intuito de contornar seus limites históricos – oriundos de seus antagonismos – como um sistema de reprodução social que atinge o ponto em que se torna cada vez mais difícil a extração do trabalho excedente e acumulação de capital. Todavia, o autor explicita a organização política que se configura concomitantemente, correspondendo ao “(...) estabelecimento de uma hierarquia de Estados nacionais mais, ou menos, poderosos que gozem – ou padeçam – da posição a eles atribuídas pela relação de forças em vigor na ordem de poder do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 111).

Outros autores, como Sklair (1995, 1999), evidenciam da necessidade de se utilizar um modelo analítico capitalista global para análise das relações de poder para a observação das novas movimentações de capitais financeiro-produtivos, como *práticas econômicas transnacionais* (PTNs),

as PTNs se distinguem analiticamente em três níveis, econômico, político e ideológico-cultural, o que eu presumo constituir a totalidade sociológica. Nas condições concretas do mundo como ele é vastamente estruturado pelo capitalismo global, cada uma destas PTNs é tipicamente, mas não exclusivamente, caracterizada por um instituição principal. A corporação transacional (CTN) é o lugar principal das práticas econômicas transnacionais; o que eu denomino de classe capitalista transnacional é lugar principal de práticas políticas transnacionais; e o lugar principal de práticas ideológico-culturais transnacionais pode ser encontrado na cultura-ideologia do consumismo (SKLAIR, 1995, p. 18).

Todavia, o Estado continua sendo o ponto de “referência espacial para a maioria das práticas transnacionais cruciais que contribuem para compor as estruturas do sistema global” (SKLAIR, 1995, p. 19). Em outras palavras, as PTNs se encontram e se desenrolam no escopo jurídico-legal do Estado (SKLAIR, 1995, 1999).

Na mesma linha, Robinson (1998, 2007) também defende a necessidade de um instrumental teórico que capte as novas dinâmicas sociais devido à transnacionalização do capital, mediante o desenvolvimento tecnológico comunicacional e informacional, a crescente mecanização do processo produtivo, especialmente no último quarto do século XX. Além do mais, o processo de transnacionalização do capital significa novos padrões de acumulação que

se abriram mediante as tecnologias da globalização [pois] demandaram e possibilitaram economias de escala verdadeiramente globais (...). E mais: os capitalistas alcançaram uma mobilidade global em duplo sentido, já que em todo mundo os obstáculos políticos e materiais para movimentar livremente seu capital estão diminuindo dramaticamente. Por meio deste processo, o capital chega a ser crescentemente transnacional⁸² (ROBINSON, 2007, p. 25, grifos do autor).

Assim, o momento histórico contemporâneo é caracterizado por uma fase transnacional do sistema capitalista, marcado por processos sociais como a formação de uma classe transnacional (GILL, 1991; NÖLKE, 2001; NÖLKE, OVERBBEK, VAN APELDOORN, 2007; ROBINSON, 2005, 2007; VAN APELDOORN, 2002, 2004; VAN DER PIJL, 1984, 1998).

Todavia, Van Apeldoorn (2004) atesta que não existe um rigor conceitual no campo teórico das Relações Internacionais em relação ao termo “transnacional”. Em outras palavras, por mais que vertentes teóricas considerem a existência de *relações* e *atores transnacionais*, como é o caso de Keohane e Nye (2001), existe implicitamente a dicotomia entre *atores estatais* e *não-estatais* além da concepção de que o transnacional é um elemento simplesmente dado, “natural”, *ahistórico*, sendo um ponto de partida e não um alvo de análise. Assim, há uma

⁸²Cf.: “se abrieron mediante las tecnologías de la globalización (...) requieren y posibilitan Economías de escala verdaderamente globales (...). Es más: los capitalistas han logrado una movilidad global recién encontrada en doble sentido, en que los obstáculos políticos y materiales para mover libremente su capital en todo el mundo disminuyen dramáticamente. A través de este proceso, el capital llega a ser crecientemente transnacional”.

necessidade de se definir esses processos afastando-se dessas naturalizações,

contrastando com as relações transnacionais segundo a perspectiva liberal e centrada em atores que domina o mainstream teórico, a perspectiva que defendo está pautada em um materialismo histórico que enfatiza a importância das *estruturas* transnacionais (econômicas) ao mesmo tempo chamando a atenção ao papel da *agência de classe*. Desta perspectiva, pode se evidenciar que o mundo das relações internacionais desde seu início está inextricavelmente ligado à expansão da economia mundial capitalista e, assim, *formado e permeado por relações sociais transnacionais*. A ênfase nessas relações não leva a um fim das relações internacionais, mas significa que essas relações [transnacionais] somente podem ser compreendidas em um contexto que não seja nacional e nem internacional, mas que agrupe os dois; isto é o que pode ser chamado de transnacional⁸³ (VAN APELDOORN, 2004, p. 143, grifos nossos).

Nesse sentido, o transnacional é marcado por estruturas que, por meio da contextualização histórica, evidencia forças sociais, como exemplo *classes sociais*, trazendo à tona a discussão *agência-estrutura*.

Por mais que a transnacionalização seja defendida por alguns autores como um processo de erosão do Estado (GIDDENS, 1991, 2002, 2003; SASKEN, 2010), no entanto, ele permanece tendo um papel

⁸³ Cf.: “In the contrast to the liberal and actor-centred perspective on transnational relations dominating the mainstream, the perspective presented here is grounded in a *historical materialism* emphasizing the importance of transnational (economic) *structures*, whilst at the same time reclaiming the role of *class agency*. From this perspective, it is argued that the world of international relations has from the start been inextricably bound up with the expanding capitalist world economy and thus *embedded within and shaped by transnational social relations* growing out of that globalization capitalism. The growth of this relations does not lead to an end of international relations, but means that the latter, in *content* terms, can only be understood in a context that is neither national nor international but instead subsumes both; that is, it is transnational”.

central nas relações sociais contemporâneas, como evidenciado, por exemplo por Wood (2003, 2005) entre outros, pois se encontra intimamente relacionado com o *capital*, trazendo à luz o conjunto de relações de poder e sua processualidade histórica dialética.

Van Apeldoorn, De Graaff e Overbeek (2012, p. 474) compreendem que o Estado tem quatro papéis fundamentais no processo de acumulação no capitalismo transnacional: a) *criação de mercados* (dando condições para a existência dos mercados ou seu reestabelecimento), b) *correção de mercados* (diminuição dos efeitos sociais destrutivos da acumulação além da administração da relação capital-trabalho no intuito de reproduzir o trabalho vivo⁸⁴ ao capital), c) *administração de mercados* (administração/supervisão da acumulação no momento em que o capital privado falha na condução desse processo) e d) *representação externa*, isto é, “a representação de interesses externos do capital ‘doméstico’, indo desde a prática da diplomacia econômica até o uso da força – por meios militares se necessário for – para proteção e promoção dos interesses privados⁸⁵”.

Assim, a compreensão das relações sociais, marcadas pela transnacionalização, demandam um referencial metodológico que seja apto a percebê-las como uma totalidade. É nesse sentido que Robinson (1998) e Sklair (1998) destacam a relevância da perspectiva “neogramsciana”, ou “escola italiana das Relações Internacionais”, formada por autores que partem de categorias gramscianas para a análise das relações de poder no âmbito internacional, com destaque ao trabalho teórico pioneiro do pensador canadense Robert W. Cox.

3.2.3 Por uma abordagem materialista histórica das Relações Internacionais: a perspectiva neogramsciana

No que tange à análise das relações de poder, antes limitadas às interações entre Estados e instituições internacionais, ela deve se desenvolver segundo uma linha teórica que leve em outros atores e

⁸⁴ Referência à distinção que Marx em *O Capital*, Livro 1 (2014) sobre a extração da mais-valia no mento em que o trabalhador produz a mercadoria – o trabalho vivo – e do trabalho morto, presente nas mercadorias produzidas.

⁸⁵ Cf.: “representing the external interests of ‘domestic’ capital, ranging from the practice of economic diplomacy to the forceful protection and promotion of business interests if need be by military means”.

processos sociais, desconsiderados pelas abordagens metodológicas tradicionais do campo das Relações Internacionais.

A captação da complexidade das relações sociais que se desenrolam sob a égide de uma estrutura capitalista contemporâneo é a diretriz de uma abordagem crítica, uma “teoria da história que não se preocupa apenas com o passado mas também processo contínuo de mudança histórica”⁸⁶ (COX, 1986, p. 209).

3.2.3.1 Hegemonia, concepção “ampliada” de Estado e a análise das estruturas globais de poder: a proposta de Robert W. Cox

Seguindo essa linha ontológica, o Estado é percebido não mais como um “ator unitário” e “racional” mas como resultado de um processo histórico, marcado por forças sociais: está é a proposição de Robert W. Cox que inaugura a perspectiva neogramsciana, por meio do seu texto *Social forces, states and world orders: beyond International Relations theory*, publicado originalmente em 1981⁸⁷ no qual sistematiza sua abordagem metodológica por meio da aplicação de categorias do pensamento de Antonio Gramsci (1891-1937), com especial atenção aos escritos que compõem os *Cadernos do Cárcere*⁸⁸, à análise da política internacional contemporânea.

⁸⁶ Cf.: “theory of history in the sense of being concerned not just with the past but with a continuing process of historical change”.

⁸⁷ Originalmente publicado em *Millennium: Journal of International Studies*, V 10, n. 2, p. 126-155, 1981, reeditado em 1986, como parte da coletânea *Neorealism and its critics*, organizada por Robert Keohane, edição utilizada neste trabalho. Outro texto relevante de Cox seria *Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method*, originalmente publicado no ano de 1983 em *Millennium: Journal of International Studies*, V 12, n.2, p. 162-175, republicada em *Approaches to world order* (1996). A versão utilizada neste trabalho é a tradução ao português presente na coletânea organizada por Stephen Gill: *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais* (2007). De acordo com Budd (2013) esses dois textos se caracterizam como a base do pensamento coxiano na análise das relações internacionais.

⁸⁸ O intelectual marxista italiano Antonio Gramsci escreveu uma série de considerações durante seu período de encarceramento, de 1926 a 1935⁸⁸, cujas temáticas vão desde filosofia, educação, literatura até política. Esses escritos foram postumamente organizados sob os esforços de Palmiro Togliatti, seu colega de estudos na Universidade de Turim. Assim, foi publicada uma primeira edição dos textos carcerários sob o título de *Opere di Gramsci*, composta por doze volumes (com diferentes anos de publicação, compreendidas entre 1947 e

Na perspectiva neogramsciana, o Estado não pode ser isolado do conjunto de forças sociais no qual está inserido, isto é, não pode ser apreendido sem se levar em conta a configuração de conflitos, forças e interesses que definem o contexto histórico em que é parte. Logo, o Estado, do ponto de vista formal, não poder ser considerado como categoria analítica, mas apenas quando concebido por uma ótica dialética com os movimentos e processos sociais (RUPERT, 1995) que caracterizam a *sociedade civil*⁸⁹, ampliando sua conceituação

uma tendência recente no debate teórico tem diminuído a unidade conceitual do Estado pelo fato de percebê-lo como uma arena de competição entre entidades burocráticas enquanto outra tem reduzido a importância relativa do Estado por causa da introdução de um leque amplo de atividade privada transnacional e redes transgovernamentais de relações entre fragmentos das burocracias estatais (...). Existe pequenas tentativas dentro das fronteiras da teoria de relações internacionais em considerar o complexo

1971). Essa edição ficou conhecida como *edição temática*, pois não respeitava a cronologia dos escritos, já que era o conteúdo dos apontamentos o parâmetro primordial da sua organização (COUTINHO, 2011, p. 33). Em 1975, foi lançada uma segunda edição, composta por quatro volumes denominada de *Quaderni del cárcere* editada por Valentino Gerratana, essa edição ficou sendo conhecida como *crítica* pois sua organização levou em consideração a ordem cronológica assim como outras versões dos apontamentos carcerários (COUTINHO, 2011, p. 46). Nesse sentido, optou-se no presente trabalho, utilizar os textos dos Cadernos da edição crítica publicada pelas Ediciones Era, 1999.

⁸⁹ O sentido do termo utilizado aqui é o proposto por Gramsci (1999b, p. 357, grifos do autor): “conjunto de organismos chamados, comumente, de ‘privados’”. Cf.: “conjunto de organismos vulgarmente llamados ‘privados’”. De acordo com Coutinho (2011, p. 25, grifos do autor) “para Gramsci (...) ‘sociedade civil’ designa o conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, os parlamentos, as Igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico etc. (...) Gramsci não trata a sociedade civil como uma zona neutra situada ‘para além do Estado e do mercado’. Ao contrário, ele a considera parte do Estado, como uma decisiva arena de luta de classes (...) para conservar ou conquistar hegemonia”.

Estado/sociedade como a entidade básica das relações internacionais. Como consequência, a perspectiva de que existe uma pluralidade de formas de Estado expressando diferentes configurações de complexos Estado/sociedade permanece largamente inexplorada, ao menos em relação ao estudo das relações internacionais.⁹⁰

Evidentemente, essa compreensão é herdada de Gramsci, fruto da união do aparato estatal (*a sociedade política* compreendida como aparelho governamental-coercitivo) e da *sociedade civil*: é máxima gramsciana da “hegemonia couraçada de coerção” (GRAMSCI, 1999a, p. 76).

Convém lembrar que tanto a sociedade política (a aparelho governamental e coercitivo) e a sociedade civil são os dois planos superestruturais das sociedades, locais onde se exerce a *hegemonia de classe*, podendo esta ser entendida como supremacia de uma classe, onde o consenso tem papel fundamental (GRAMSCI, 1999b, p. 357).

Além do mais, a hegemonia é percebida como a junção entre domínio (força) e consenso (aceitação traduzida como liderança intelectual-moral) de uma classe social em um contexto histórico específico,

O critério metodológico sobre o qual se deve basear a análise é a seguinte: a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com

⁹⁰ Cf.: “one recent trend in theory has undermined the conceptual unity of the state by perceiving it as the arena of competing bureaucratic entities, while another has reduced relative importance of the state by introducing a range of private transnational activity and transgovernmental networks of relationships among fragments of state bureaucracies. (...) There has been little attempt within the bounds of international relations theory to consider the state/society complex as the basic entity of international relations. As a consequence, the prospect that there exist a plurality of forms of state, expressing different configurations of state/society complexes, remains very largely unexplored, at least in connection with the study of international relations”.

força armada, e dirige os grupos afins e aliados⁹¹ (GRAMSCI, 1999c, p. 387, grifos no original).

O próprio Gramsci também se refere à *hegemonia* no campo das relações internacionais,

elementos para se calcular a hierarquia de poder entre Estados: 1) extensão do território, 2) força econômica, 3) força militar. O modo através do qual se exprime a condição de grande potência é dado pela possibilidade de imprimir à atividade estatal uma direção autônoma, que influa e repercuta sobre outros Estados: a grande potência é *potência hegemônica*, líder e guia de um sistema de alianças e pactos com maior ou menor extensão⁹² (GRAMSCI, 1999c, p. 47-8, grifos nossos).

Com a noção gramsciana de *Estado ampliado*, as relações internacionais pode ser pensadas como desdobramentos dos processos sociais nacionais,

As relações internacionais precedem ou seguem as relações sociais fundamentais? Indubitavelmente seguem. Toda inovação orgânica na estrutura modifica organicamente as relações absolutas e relativas no campo internacional, através de suas expressões técnico-militares. Até mesmo a posição geográfica de um Estado nacional não precede, mas segue (logicamente) as inovações estruturais, ainda que reagindo sobre elas numa

⁹¹ Cf.: “El criterio metodológico en que hay que basar el propio examen es el siguiente: que la supremacía de un grupo social se manifiesta de dos modos, como "dominio" y como "dirección intelectual y moral". Un grupo social es dominante de los grupos adversarios que tiende a "liquidar" o a someter incluso con la fuerza armada y es dirigente de los grupos afines y aliados”.

⁹² Cf.: “elementos para calcular la jerarquía de poder entre los Estados:1) extensión del territorio, 2) fuerza económica, 3) fuerza militar. El modo como se manifiesta el ser gran potencia es dado por la posibilidad de imprimir a la actividad estatal una dirección autónoma, cuya influencia y repercusión deben sufrir los otros Estados: la gran potencia es potencia hegemónica, jefe y guía de un sistema de alianzas y de acuerdos de mayor o menor extensión”.

certa medida (exatamente na medida em que as superestruturas reagem sobre a estrutura, a política, a economia etc.). De resto, as relações internacionais reagem passiva e ativamente sobre as relações políticas (de hegemonia dos partidos) (GRAMSCI, 1999c, p. 18-9).

Logo, o objetivo de Robert Cox foi o de desenvolver um método de análise para captar *relações de poder globais* – transnacionais – que se apresentam como *estruturas históricas*, “mas evitando reificar o sistema mundial [e]vitando não subestimar o poder estatal, mas dando atenção especial aos processos e às forças sociais e perceber como eles se relacionam com o desenvolvimento dos Estados e da ordem mundial⁹³” (COX, 1986, p. 206).

Seguindo tal linha argumentativa, um elemento fundamental para a análise das relações no âmbito internacional seria a relação entre *forças sociais, formas de Estado e a estrutura da economia política global* (COX, 1986, 2007).

Nesse sentido, os Estados seriam os pontos de contato entre a estrutura econômica global (forças sociais globais) e as configurações de forças sociais locais,

o mundo pode ser representado como um padrão de interação entre forças sociais no qual os Estados desempenham um papel intermediário, porém autônomo, entre a estrutura global das forças sociais e as configurações locais de forças sociais de cada país. Isto poderia ser encarado como uma perspectiva econômico-política do mundo: poder é percebido como algo que emerge de processos sociais⁹⁴ (COX, 1986, p. 225).

⁹³ Cf.: “but beware of reifying a world system. Beware of underrating state power, but in addition give proper attention to social forces and processes and see how they relate to the development of states and world orders”.

⁹⁴ Cf.: “the world can be represented as a pattern of interacting social forces in which states play an intermediate though autonomous role between the global structure of social forces and local configurations of social forces within particular countries. This may be called a political economy perspective of the world: power is seen as emerging from social processes”.

De certa maneira, a concepção do *complexo Estado/sociedade* e sua relação com as estruturas globais de poder permite que uma dimensão vertical das relações de dominação seja destacada, além da tradicional rivalidade entre os Estados, já que

forças sociais não podem ser pensadas como existentes apenas dentro dos Estados. Forças sociais particulares podem ultrapassar as fronteiras do Estado e as estruturas mundiais podem ser descritas em termos de forças sociais da mesma forma que podem ser descritas como configurações do poder estatal⁹⁵ (COX, 1986, p. 225)

Em outras palavras, não há como analisar relações entre Estados sem levar em consideração as forças sociais e consequentemente, as relações de dominação, que ocorrem no plano doméstico.

Logo, no movimento de lançar as bases para uma *teoria crítica das ordens mundiais*⁹⁶: além de defender o papel fundamental do Estado no âmbito internacional, Cox evidencia que alguns Estados exercem um papel protagonista no sistema internacional, estabelecendo ou mantendo configurações de poder, pois criam estruturas de dominação (estruturas históricas), o que pode ser denominado *hegemonia*. Segundo Cox (1986, p. 251, grifos nossos) essa estrutura de dominação acaba

deixando em aberto a questão se o poder dominante é um Estado ou um grupo de Estados ou alguma combinação de Estados e Poder Privado, que por sua vez é sustentado ou mantido, geralmente por um consenso obtido por meio da aceitação de um ideologia e de instituições coerentes com essas estruturas. Então, uma estrutura hegemônica da ordem mundial é aquela

⁹⁵ Cf.: “social forces are not to be thought of as existing exclusively within states. Particular social forces may overflow state boundaries, and world structures can be described in terms of social forces just as they can be described as configurations of state power”.

⁹⁶ Exemplos de ordens mundiais seriam a hegemonia holandesa (século XVI), a inglesa, a *pax britannica*, de 1845-1875 e a estadunidense, a *pax americana*, de 1945-1965, entendidas como três formas hegemônicas do capitalismo (COX, 1987, 2007).

na qual o poder tem, primeiramente, uma forma consensual, que se diferencia de uma ordem não-hegemônica na qual existem poderes rivais que se manifestam e não há poder que estabeleça a legitimidade de sua dominação⁹⁷

Assim, as ideias básicas definidoras da concepção coxiana são sumarizadas por Bieler e Morton (2003, p.1, grifos nossos):

A ênfase [da perspectiva neogramsciana] é colocada na questão da construção da hegemonia, que é inicialmente estabelecida por forças sociais ocupando um papel de liderança dentro de um Estado, e, então, essa liderança é projetada para uma escala mundial. Hegemonia é entendida como uma expressão de um *consenso generalizado* que se manifesta na aceitação de ideias, tendo como base as fontes materiais e as instituições⁹⁸.

Destaca-se o papel do *consenso* no estabelecimento de uma estrutura histórica hegemônica, ou *ordem mundial* (*world order*), por parte de um Estado ou um grupo de Estados. Nota-se que o *consentimento* tem um papel maior do que a *coerção*⁹⁹. Além disso, a construção dessa ordem hegemônica no plano internacional parte da *hegemonia de um determinado grupo social (classe)* dentro desse Estado (BIELER; MORTON, 2003, p.3-4).

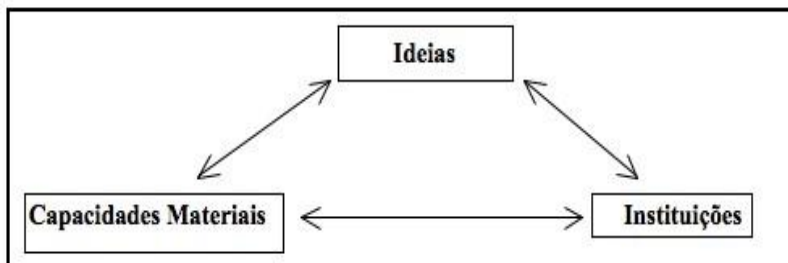
⁹⁷ Cf.: “(...) leaving open the question of whether the dominant power is a state or a group of states or some combination of state and private power, which is sustained by broadly based consent through acceptance of an ideology and of institutions consistent with this structure. Thus a hegemonic structure of world order is one in which power takes a primarily consensual form, as distinguished from a nonhegemonic order in which there are manifestly rival powers and no power has been able to establish the legitimacy of its dominance”.

⁹⁸ Cf.: “Emphasis is placed on the construction of hegemony, which is initially established by social forces occupying a leading role within a state, but is then projected outwards on a world scale. Hegemony is understood as an expression of broadly-based consent, manifested in the acceptance of ideas and supported by material resources and institutions”.

⁹⁹ Isso não significa que ela não se faça presente. Para Cox (2007), a coerção este sempre presente, ou sendo exercida ativamente ou em estado de latência (em uma estrutura internacional hegemônica).

Seguindo a perspectiva teórica neogramsciana, a existência de uma estrutura de poder internacional está relacionada com o *processo de produção*¹⁰⁰, além de outras duas dimensões que garantem essa configuração de *poder material*¹⁰¹: as *ideias* ou “*imagem coletiva da ordem mundial dominante*” e o *conjunto das organizações internacionais* (COX, 1986; 1987); (COX, 2007).

Figura 1- Relação entre Capacidades Materiais, Ideias e as Instituições



Fonte: Cox,(1986; 1987).

Dessa forma, sucessivos Estados têm criado, ao longo da história, Ordens Mundiais¹⁰² que podem ser definidas como estruturas sociais convenientes aos interesses do Estado hegemônico bem como ao *consentimento geral* – tanto a capacidade de criá-lo quanto o consentimento obtido - nos demais Estados que pouco ou nada se beneficiam dessa estrutura (COX, 1987).

Outro conceito retirado do pensamento de Gramsci e utilizado por Robert Cox é o de *bloco histórico*. Como o conceito “ampliado” de Estado (*State/Civil society complex*) é um dos fundamentos para a análise das relações internacionais, assim a ordem mundial poderia ser caracterizada com o conjunto de *estruturas* (as forças sociais) e as

¹⁰⁰ *Processo de produção* deve ser entendido em um sentido amplo, pois abrange a produção e reprodução do conhecimento e das relações sociais, morais e institucionais que são pré-requisitos para a produção de bens físicos (COX, 1987).

¹⁰¹ Decorrente da noção de produção, já que esta encerra todas as lutas e contradições da sociedade.

¹⁰² Um exemplo dessas ordens seriam a hegemonia holandesa (século XVI), a inglesa, a *pax britânica*, de 1845-1875 e a estadunidense, a *pax americana*, de 1945-1965, onde todas as três relacionadas como três formas hegemônicas do capitalismo histórico (COX, 2007).

superestruturas (mediações e instituições mediadoras): “estruturas e superestruturas de um ‘bloco histórico’. Isso significava que o conjunto complexo, contraditório e discordante das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção¹⁰³” (GRAMSCI *apud* COX, 2007, p.111).

Com isso, Cox tenta analisar *como* e de que *forma* as normas, instituições e práticas dominantes se estabeleceram (GILL, 1991; 2007; RUPERT, 1995; VAN DER PIJL, 1984, 1998). A estrutura hegemônica no âmbito internacional poderia se traduzir como um bloco histórico determinado pela liderança sociopolítica de uma certa classe (grupo), que em um primeiro momento exerce hegemonia pautada no consentimento dos demais segmentos no interior de sua própria sociedade, e que, depois, projeta e exerce tal liderança no campo externo, também consentida pela comunidade internacional de Estados e pelos demais atores.

¹⁰³ Na edição dos *Cadernos* utilizada neste trabalho, o trecho citado por Cox é: “A estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, ou seja, que o conjunto complexo e discordante das superestruturas são o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (GRAMSCI, 1999a, p. 309). Cf.: “La estructura y las superestructuras forman un ‘bloque histórico’, o sea que el conjunto complejo y discorde de las superestructuras son el reflejo del conjunto de las relaciones sociales de producción”.

4 O LOCKEAN PATTERN E A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (PEEUA)

4.1 O PAPEL DAS IDEIAS NA PEEUA: DO LOCKEAN PATTERN AO EXCEPCIONALISMO

Segundo a abordagem neogramsciana, as ideias possuem um papel destacado no estabelecimento de relações de dominação. A hegemonia e um Estado ou grupo de Estados, como colocado por Cox (1986, 1987, 2007), depende de um consentimento por meio de conjunto de valores – ou conceitos de controle (VAN DER PIJL, 1984, 1998) – que deem a legitimidade para o estabelecimento/manutenção de uma estrutura histórica de poder.

O século XIX foi marcado pela hegemonia dos valores liberais, assim como da democracia protetora, no sistema internacional, condicionando complexos Estado/sociedade civil a uma configuração de poder onde a Grã-Bretanha ocupava posição dominante.

Convém lembrar que esse ideário liberal esteve na base da constituição social das colônias inglesas na América do Norte e que, após a independência, esteve intimamente relacionado, fazendo parte da política externa do novo Estado (EUA), ao menos no plano retórico.

Nesse sentido, o presente capítulo versará sobre como a literatura sobre *análise de política externa* (APE) relaciona as ideias com política externa. Na sequência, será dado um panorama geral sobre o *Lockean pattern* e sua presença na PEEUA, do final do século XIX ao início do XXI.

4.2 CONTORNOS ANALÍTICO-CRÍTICOS SOBRE O CONCEITO DE POLÍTICA EXTERNA

De acordo com Silva e Gonçalves (2005), *política externa* normalmente confunde-se com *diplomacia*¹⁰⁴. A política externa, contudo, refere-se à atividade – ação – por meio da qual os Estados se relacionam. “Em sentido amplo, representa o canal através do qual as políticas e estratégias internacionais de um Estado são formuladas, executadas e avaliadas” (SILVA e GONÇALVES, 2005, p. 186).

¹⁰⁴ *Diplomacia* caracteriza-se como principal meio pacífico para o exercício da política exterior de um Estado.

Como exemplo de tratamento conceitual ao termo “política externa”, pode-se citar a definição proposta por Karl W. Deutsch (1982), composta por dois elementos: i) manutenção da *independência* e *segurança* (*segurança nacional*) e ii) promoção e manutenção de seus *interesses econômicos*. Entretanto, tradicionalmente, a *segurança nacional* é elemento que possui a primazia na política exterior dos Estados que compõem o sistema internacional. O tema da *segurança nacional*, segundo os teóricos realistas e neorrealistas das RIs, constitui o principal ponto na elaboração e execução da política externa: “a segurança [nacional] é vista como ‘alta política’ (*high politics*), enquanto a economia e outros assuntos sociais são percebidos com uma importância reduzida e, por conseguinte, como ‘baixa política’ (*low politics*)¹⁰⁵” (SARFATI, 2005, p. 39). Para Hans Morgenthau (1999), a condução ou elaboração da ação política de um Estado no contexto internacional estará de acordo com aquilo que é definido enquanto *interesse nacional*, caracterizando-se como poder no âmbito externo

o interesse definido como poder constitui uma categoria objetiva que é universalmente válida, mas não outorga a esse conceito um significado fixo e permanente. A noção de interesse faz parte realmente da essência da política, motivo por que não se vê afetada pelas circunstâncias de tempo e lugar. A afirmação de Tucídides, fortalecida pelas experiências da Grécia antiga, de que ‘a identidade de interesses é o mais seguro dos vínculos, seja entre Estados, seja entre indivíduos’ foi retomada no século XIX pela observação de lorde Salisbury, segundo a qual ‘o único vínculo de união que permanece’ entre as nações é a ‘ausência de quaisquer interesses em conflito’ (MORGHENTAU, 1999, p. 16-7).

Para o autor, o “interesse nacional” de qualquer Estado (desde os grandes até os pequenos) é elaborado segundo dois aspectos: i) *conteúdo lógico e permanente* e ii) *conteúdo determinado pelas “circunstâncias históricas”*. O primeiro diz respeito à defesa das instituições, dos valores culturais sobre os quais repousa determinada sociedade além da proteção do território. Já o conteúdo segundo as “circunstâncias

¹⁰⁵ Tal classificação foi elaborada por Edward H. Carr em sua obra *Vinte anos de crise 1919-1939* (2001) originalmente publicada em 1939.

históricas” diz respeito à ligação do Estado com a conjuntura nacional (MORGENTHAU, 1999). Todavia, Silva e Gonçalves (2005), explicitam a ideia de que o conceito de “interesse nacional” é frequentemente criticado como tautológico, pois “toda a decisão política externa tomada pelo Estado exprimiria, invariavelmente, a defesa dos interesses nacionais (...) todas as decisões por mais contraditórias que possam parecer, sempre são anunciadas como favoráveis ao interesse nacional” (SILVA e GONÇALVES, 2005, p. 117). Apesar da denominação de “tautológico”¹⁰⁶, do conceito de Morgenthau (1999) por Silva e Gonçalves (2005), o *interesse nacional* expressa uma mutabilidade, uma dinâmica característica da totalidade histórica e sua natureza processual.

Todavia, com as transformações teóricas na disciplina que ocorreram a partir dos anos 1970, a definição da “política externa” acabou adquirindo novos contornos. Contemporaneamente, autores como Breuning (2007), Hermann (2001), Hill (2003), Hudson e Vore (1995), Pecequillo (2005), explicitam a ideia de que a política externa apresenta caráter *multidimensional* (econômica, política, cultural, etc.) sem a existência *a priori* de uma hierarquia entre os elementos integrantes dessa ação política no âmbito externo, colocando-se como alternativas à concepção realista.

Esse novo olhar para a política externa baseia-se no argumento de que novas categorias sociais possuem um papel determinante na elaboração e no elenco dos objetivos das políticas de Estado,

é tempo de se reavaliar as teorias e os conceitos que compõem o instrumental das RIs [Relações Internacionais], salvando aqueles que se mostrem úteis, mudando ou descartando aqueles que não são e resolvendo as lacunas na medida em que aparecerem. Desde seu desenvolvimento, a

¹⁰⁶ A classificação de Silva e Gonçalves sobre o conceito de *interesse nacional* de Morgenthau (1999) como “tautológico” merece um cuidado maior. Acredita-se que a conceituação seja *generalista*, mas qualificá-la como tal é partir do pressuposto de que o principal ator das relações internacionais seja o Estado, mas entendido enquanto ente unitário, homogêneo, o que levaria à uma simplificação dos elementos relevantes integrantes do *roll* de temas do campo de pesquisa das Relações Internacionais.

APE107 [Análise de Política Externa] tem examinado como as decisões de política externa são feitas e assumindo que a fonte tanto do comportamento como da grande parte da política internacional são os seres humanos, agindo individualmente ou coletivamente¹⁰⁸ (HUDSON e VORE, 1995, p. 210, grifo nosso).

Logo, a Análise de Política Externa (APE) – *Foreign Policy Analysis* (FPA) – apresenta-se como uma contribuição ao arcabouço teórico das Relações Internacionais pois tem como ideias centrais (*core ideas*)

o conhecimento sobre as particularidades das pessoas envolvidas nas decisões em relação ao desenho da política externa precisa ser incorporado para a compreensão da natureza dessas escolhas; de que essas particularidades precisam ser integradas como instâncias de categorias de variáveis no processo de construção de uma teoria trans-nacional (...); níveis múltiplos de análises, com alcance do mais micro para o macro [social] devem ser incorporados nessa construção teórica; conceitos e teorias de todas as ciências sociais podem contribuir nesse esforço teórico; a compreensão de que o processo de

¹⁰⁷ Cf.: “knowledge about particularities of the people making foreign policy decisions is critical to understand the nature of these choices; information about these particularities needs to be incorporated as instances of larger categories of variation in the process of building cross-national (...) theory; multiple levels of analysis, ranging from the most micro to the macro, should be integrated in the service of such ^{theory} building; concepts and theories from all the social sciences can contribute to this theory-building endeavor; understanding the foreign policymaking process is at least as important, if not more important, than understanding foreign policy outputs”.

¹⁰⁸ Cf.: “it is time to reevaluate the theories and concepts that comprise the IR [International Relations] tool kit, saving those that have proven useful, changing or discarding those that have not, and addressing the gaps that have arisen. (...) From its inception, [Foreign Policy Analysis] FPA has involved the examination of how foreign policy decisions are made and has assumed that the source of much behavior and most change in international politics is human beings, acting individually or in collectivity”

elaboração da política externa é tão importante quanto os seus resultados (HUDSON e VORE, 1995, p. 214).

Nessa linha argumentativa, a relação entre o “doméstico” e o “internacional” coloca-se como sendo dois níveis de análise fundamentais para a compreensão da ação dos Estados no âmbito externo (MARTIN, 2000; MILNER, 1997).

Se Martin (2000) parte da ideia de que são os compromissos, as articulações entre os componentes das instituições políticas nacionais que determinam a ação externa desse Estado, Milner (1997) tece a relação de que os indivíduos que assumem postos de liderança política no plano interno também exercem, simultaneamente, um papel político relevante no contexto internacional¹⁰⁹.

Logo, a viabilidade analítica do conceito de política externa depende de sua capacidade de apreensão dos processos históricos que marcam a complexidade da contemporaneidade, isto é, um contexto que se caracteriza pelas determinações de uma estrutura de poder global, como também das configurações de forças sociais locais: a política externa não pode, então, ser encarada como um evento que orbita ao redor do tema da “segurança nacional” ou do “interesse nacional”.

Tanto o desenho da ação externa, a definição de seus objetivos, quanto a atuação de um Estado precisam ser apreendidos segundo uma perspectiva histórica que traga à luz as relações de poder que se dão nas múltiplas dimensões da vida social.

O que se deve entender por política externa é o conjunto de objetivos e ações implementado por meio de um aparato estatal segundo os interesses de forças sociais dominantes. Por sua vez, essa ação estatal, e logicamente que seus *goals*, está diretamente relacionada com a estrutura de poder global, caracterizada pela existência de uma gama de *players* não-estatais – como as instituições internacionais por exemplo – e por uma *visão de mundo coletiva* (COX, 1986, 2007; GILL, 1991; RUPERT, 1995) que tem como tarefa legitimação para o livre fluxo transnacional de capitais.

¹⁰⁹ Por mais que as autoras partam da concepção de que o doméstico e o internacional são instâncias interdependentes, o foco de ambas é compreender como os Estados cooperam, ou como podem cooperar, por meio de uma plêiade de ações intrincadas, que envolvem decisões tomadas em contextos nacionais e seus resultados no âmbito externo e *vice-versa*.

4.3 A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: PROLEGÔMENOS

Tomando-se como elemento de análise as ações de um Estado que durante aproximadamente vinte anos do século XX exerceu *hegemonia* e quando não, exerceu – e ainda exerce – um papel de supremacia no contexto internacional (COX, 1987; 2007; GILL, 1991; MEAD, 2006; PECEQUILO, 2005) é necessário que se adote de uma perspectiva que as evidencie como desdobramentos de processos sociais ao longo da história.

Partindo de um referencial que permite a compreensão da política externa dos Estados Unidos da América (PEEUA) como processualidade histórica, o foco deste trabalho versará sobre o papel das *ideias* no exercício do poder em nível global.

Tal argumento merece destaque quando autores de outras matrizes teóricas destacam a importância do papel dos *valores* na orientação da PEEUA, como é o caso Walter Russell Mead (2006, p. 20, grifos nossos) quando se refere à existência de quatro “tradições de pensamento”,

Ao longo dos séculos (...) os norte-americanos observaram a política externa sob quarto diferentes prismas, que refletem também quarto diferentes e contrastantes maneiras de ver a política interna. Os *hamiltonianos* veem na forte aliança entre o governo da nação e o setor empresarial a chave para a estabilidade interna e a eficaz atuação externa, e de há muito destacam a necessidade de integrar a nação à economia internacional (...). Os *wilsonianos* acreditam que os Estados Unidos possuem uma obrigação moral e um importante interesse em disseminar os valores democráticos e sociais estadunidenses pelo mundo, criando pacífica comunidade internacional que aceite viver sob o império da lei. Os *jeffersonianos* afirmam que a política externa norte-americana deveria preocupar-se menos em disseminar a democracia no exterior e mais em salvaguardá-la internamente (...). Finalmente, uma grande escola populista, por mim denominada por *jacksoniana*, pensa que o principal objetivo do Governo dos EUA, tanto na política externa quanto na interna, é garantir a

segurança física e o bem-estar econômico do povo estadunidense (...).

Esses quatro “prismas” – referências diretas a quatro personagens históricos estadunidenses¹¹⁰ – é percebido por Mead (2006) como elementos balizadores, orientadores da atuação externa dos Estados Unidos, em outras palavras, como “princípios fundamentais para a definição do interesse nacional e a formulação de políticas, apresentando-se como tendências e temas permanentes e recorrentes das relações internacionais do país” (PECEQUILO, 2005, p. 29).

Embora a literatura sobre PEEUA aceite a concepção de “valores tradicionais”, a partir deste momento, por questões teórico-metodológicas, falar-se-á não apenas em ideias que configuram *conceitos de controle* (VAN DER PIJL, 1984, 1998) mas também em *ideologia*.

Assim, torna-se necessário algumas considerações sobre essa categoria tão expressiva do corpo teórico marxista.

4.3.1 Ideologia: a apreensão das ideias nas relações sociais

De acordo com Raymond Williams (1988) o epíteto *ideologia* tem origem no escrito de Destutt de Tracy (1774-1836), filósofo racionalista francês, denominado *Elements D’Idéologie* no período compreendido de 1801 a 1815, composto de quatro volumes. Com esses escritos, Tracy funda a corrente filosófica dos *Ideólogos*. Na acepção seminal do termo, *idéologie* definia-se como a elaboração teórico-filosófica tendo o pensamento ou as idéias – estados de consciência – como objetos de estudo, com a finalidade de se distinguir esse “novo campo” da antiga metafísica (WILLIAMS, 1988, p. 154). Entretanto, Napoleão Bonaparte (1760-1821) percebendo a inspiração republicana e democrática de tal corrente de pensamento, os princípios do Iluminismo, implicou um sentido pejorativo ao conceito, popularizando-o já que os princípios democráticos acabariam por “desorientar o povo pela sua

¹¹⁰ Mead se refere aos dois “pais fundadores” (*founding fathers*) Alexander Hamilton (1755-1804), primeiro secretário do Tesouro dos EUA, e Thomas Jefferson (1743-1826), terceiro presidente dos EUA, além dos presidentes Andrew Jackson (1767-1845) e Woodrow Wilson (1856-1924).

elevação a uma soberania a qual era incapaz de exercer¹¹¹” (*apud* WILLIAMS, 1988, p. 154). O conjunto desses preceitos Napoleão denominou de *ideologia*. Para Williams (1988), seguindo-se a conotação napoleônica, a sinonímia de ideólogo em *revolucionário* e o conceito proposto por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* (*Die Deutsch Ideologie*) de 1846¹¹² bebia desse sentido. Entretanto, ideologia foi proposta pelos autores alemães como *produção de idéias* ou *formas de consciência*¹¹³

A produção de idéias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens (...). O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como a emanação direta de seu comportamento material. (...) Os homens são produtores de suas representações, de suas idéias etc, mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas. A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida (MARX e ENGELS, 1996, p. 36-7).

¹¹¹ Cf.: “Misled the people by elevating them to a sovereignty which they were incapable of exercising”.

¹¹² O público somente teve contato com a obra concluída em 1936 quando foi lançado em Leipzig e Moscou. Até então, as edições de *A Ideologia Alemã* foram parciais.

¹¹³ A *consciência* é um produto social, fruto da necessidade de “estabelecer relações com os indivíduos que o circundam é o começo da consciência de que o homem vive em sociedade” (MARX e ENGELS, 1996, p. 44). Assim, a consciência se define como uma relação com: a) *Natureza* (aspecto “animal”) e b) *Social* (os demais indivíduos), caracterizando-se como uma dupla relação, resultante do processo de *produção da vida*.

No objetivo de conceber materialmente a história¹¹⁴, expondo “o processo real de produção, partindo da produção material da vida imediata; e em conceber a forma de intercâmbio conectada a este modo de produção e por ele engendrada (...) como o fundamento de toda a história” (MARX e ENGELS, 1996, p. 55), a ideologia é concebida pelos autores como uma “visão distorcida” ou “uma completa abstração” da história, embora seja produto dela. Williams (1988) sintetiza as idéias apresentadas da seguinte maneira: “as formas ideológicas são expressões das – e mudanças nas – condições de produção. Mas também são vistas aqui como formas nas quais os homens tornam-se *conscientes* do conflito que surge das condições de produção e também de suas mudanças¹¹⁵,” (WILLIAMS, 1988, p. 156, grifo no original).

Maurice Dobb explicita que a categoria marxiana *ideologia* remete-se à idéia da *falsa consciência hegeliana*. No entanto, Marx e Engels acabaram por “relativizar historicamente as idéias¹¹⁶,” (DOBB, s/d, p. 13). Assim, ideologia pode ser definida como

ao total de um *sistema* de pensamento ou conjunto coordenado de opiniões e idéias – que formam uma armação – ou a um grupo de um nível mais alto de conceitos conexos destinados a obter noções mais específicas e particulares, análises, aplicações e conclusões. Como tal, a dita palavra estará relacionada geralmente com certas atividades políticas, mas nem sempre de uma maneira simples, óbvia ou direta; e para aqueles que lidam com a discussão em um nível mais alto (ou mais geral) a relação pode não ser sempre

¹¹⁴ Na mesma obra, Marx e Engels caracterizam a “Ciência da História” como subdividida em : história dos *homens* e da *natureza*. Aquela diz respeito à forma pela qual os homens produzem os *meios de vida* para sua existência: “o que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com *o que* produzem, como com o modo *como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção” (MARX e ENGELS, 1996, p. 27-8, grifo no original).

¹¹⁵ Cf.: “the ideological forms are expression of (changes in) economic conditions of production. But they are seen here as the forms in which men become *conscious* of the conflict arising form conditions and changes of condition in economic production”.

¹¹⁶ Cf.: “relatividad histórica de las ideas”.

plenamente consciente e ainda menos explícita. Em sua acepção mais geral uma ideologia constitui ou implica um ponto de vista filosófico, no nosso contexto presente uma filosofia social, sempre que não se atribuir [a ideologia] uma conotação demasiado formal ou metodológica¹¹⁷ (DOBB, s/d, p. 13-4, grifo do autor).

Assim sendo, a ideologia não pode ser caracterizada como processo consciente ou de direta percepção de sua existência, tão pouco separada da concepção material da história, sendo definida como “sistema de pensamento ou conjunto coordenado de opiniões e idéias”, revelando – como explicita Dobb – sua relação com “atividades políticas”. Tal implicação política merece destaque, já que a ideologia possui papel central na política externa estadunidense (HUNT, 1987, p. 13), identificada, entretanto, como “tradição nacional”.

4.3.2 Continuidade histórica da PEEUA: do Lockean pattern ao neoliberalismo

A atuação política dos EUA no sistema internacional parece seguir uma *continuidade*, um padrão de ação ao longo da história, apesar do contexto pós-Guerra Fria ter se caracterizado como um momento de reorientação da PEEUA devido ao fim da bipolaridade e, com isso, a impossibilidade de manutenção da *política da contenção*¹¹⁸. Pecequilo explicita que

¹¹⁷Cf.: “al total de un *sistema* de pensamiento o conjunto coordinado de opiniones e ideas – que forman un *amazón* – o a un grupo de nivel más alto de conceptos conexos destinados a lograr nociones más específicas y particulares, análisis, aplicaciones y conclusiones. Como tal, dicha palabra estará relacionada generalmente con ciertas actividades y políticas, pero no siempre de una manera simple, obvia o directa; y para quienes manejan la discusión a un nivel más alto (o más general) la relación puede no ser siempre plenamente consciente y aun menos explícita. En su acepción más general una ideología constituye o implica un punto de vista filosófico, en nuestro contexto una filosofía social, siempre que no se le atribuya una connotación demasiado formal o metodológica”.

¹¹⁸ A contenção (*containment*) definiu-se como um conjunto de premissas que orientou a PENA na Guerra Fria, no intuito de *conter* a expansão da influência soviética. Voltar-se-á à política da contenção no momento em que se falar, neste trabalho, da PEEUA no século XX.

parece existir mais continuidade do que mudança na política externa norte-americana desde 1989 em seus aspectos gerais, realçando o aspecto da adaptação dessa política a um novo cenário. No Pós-Guerra Fria, apesar da ausência de uma grande estratégia como a da contenção, as diretrizes de ação dos Estados Unidos parecem remontar a períodos passados, destacando-se, como ‘grandes temas’, a preservação da liderança e da estabilidade mundial por meio de uma posição de proeminência, impedindo a emergência de hegemonias regionais e promovendo a expansão dos valores da democracia e do livre mercado com posturas que cultivam elementos liberais e realistas de política externa. Em outros termos, tais diretrizes podem ser encaradas como uma tradução do interesse nacional dos Estados Unidos, visando a garantia de seu lugar no mundo e a preservação de sua segurança (PECEQUILO, 2005, p. 20).

Pecequilo define tal continuidade mediante um *padrão histórico* da PEEUA, um padrão de atuação dos EUA no SI, caracterizado por três momentos distintos: a) a “*fase formativa e evolutiva da nação*”, de 1776 a 1945; b) a *Guerra Fria* (1945 a 1989) e c) o *pós-Guerra Fria* (1989 a 1999). Dessa forma, mesmo num escopo temporal bastante extenso, a autora explicita que “há, ao longo da política externa americana, um alto grau de continuidade entre as prioridades e as estratégias estabelecidas para a orientação de sua ação no mundo, independentemente do período considerado” (PECEQUILO, 2005, p. 28-9). Mesmo com caráter *multidimensional* (econômico, político e estratégico) (HUNT, 1987), (WILLIAMS, 1978), há a manutenção de um *conjunto de idéias*, desde a fundação da república (1776) sendo reincorporadas à política externa americana em diferentes períodos.

Tal conjunto de idéias, a “tradição da nação” de Mead, é denominada por Hunt de *ideologia*, exatamente pela “ausência de autoconsciência” sobre sua constante presença na PEEUA: “o corolário, e em larga medida a consequência, dessa continuidade da ideologia na

política externa americana é a *ausência de uma autoconsciência* dessa ideologia¹¹⁹”(HUNT, 1987, p. 13, grifos nossos).

Pecequillo (2005, p. 31) declara que as ações políticas dos EUA no âmbito externo, ao longo da história, sempre se definiram de modo dual, oscilando entre o *idealismo* e *pragmatismo*:

A oscilação moral/real atravessa todas as fases da política externa norte-americana, da histórica à contemporânea, e é uma dualidade característica no conteúdo das iniciativas externas. Tal dualidade nos fornece como os componentes do padrão histórico, mais um dado específico do caráter permanente das relações internacionais norte-americanas: a mescla de idealismo e pragmatismo.

Exemplo do que foi supracitado, o posicionamento dos EUA no SI, desde sua independência até os dias atuais, resume-se em postura *isolacionista* e *internacionalista*. A primeira, característica da PEEUA do período compreendido pela Independência (1776) até a Guerra Hispano-americana¹²⁰ (1898), diz respeito ao não envolvimento direto dos EUA em questões de política internacional, no intuito de busca de seus interesses que se orientavam pela garantia ou defesa da nova sociedade constituída e regime político instaurado¹²¹. Convém lembrar que o não-envolvimento estadunidense tinha com objetivo assegurar liberdade de ação ou negocial no intuito de alcançar seus interesses. Já a outra, o internacionalismo, refere-se ao envolvimento dos Estados Unidos no plano internacional – como já indica o termo – caracterizando-se como elemento integrante da ação política exterior. Assim, a Guerra Hispano-americana, como marco histórico, encerra o isolacionismo, com ela se tem o início do internacionalismo dos EUA, que se estende à contemporaneidade (PECEQUILO, 2005).

¹¹⁹ “the corollary, and in large measure the consequence, of this continuity in American foreign-policy ideology is the absence of a self-consciousness about that ideology”.

¹²⁰ Guerra entre os Estados Unidos e a Espanha na disputa por Cuba. Bandeira (2006, p. 46) explicita que a guerra é um movimento de expansão fronteiras, já iniciado em 1812 no campo doméstico.

¹²¹ Segundo McDougall (2004, 2008) quatro eram os objetivos da PEEUA nesse período: garantia da unidade nacional; distanciamento da Europa; exploração do equilíbrio de poder e ênfase na diplomacia comercial.

Todavia, entender os motivos do isolacionismo implica em se ater à ideologia original da fundação dos Estados Unidos da América e de seus princípios basilares da ordem social e política. Como explicitado por Marx e Engels (1996), as idéias são produtos do processo histórico, não podendo serem desvinculadas da história dos homens, definida sobre o motor das condições materiais necessárias à vida em sociedade. Assim, torna-se imprescindível recorrer à história para identificar e elencar os elementos ideológicos que integram e alimentam a PEEUA, permitindo delinear os contornos que assumiu o *Lockean pattern* no contexto histórico estadunidense.

4.3.3 Raízes históricas: a ideologia fundacional estadunidense e a PEEUA (1776 a 1800)

A fundação dos Estados Unidos da América, tendo como marco documental a Declaração da Independência de 1776, abarca uma série de componentes - econômicos, políticos, etc. Todavia, dar-se-á ênfase à ideologia ou conjunto de idéias que são criadas no intuito de estabelecimento da nova ordem político-social que influíram na caracterização do que Williams (1978, p. 20) denomina “visão tradicional norte-americana de si mesma e do mundo” – *America's traditional view of itself and the world* – composta por três idéias básicas: a missão de “salvar o mundo” por meio da democracia; sua posição anti-imperialista e a percepção de que “uma combinação única de poder econômico, genialidade intelectual e prática e rigor moral dão condições aos Estados Unidos de vigiarem os inimigos da paz e progresso – e a construção de um mundo melhor – sem erigir um império nesse processo”¹²². Todavia, a fundação dos EUA, envolvendo e baseando-se em idéias e *mitos*¹²³ permitiram a criação de uma

¹²² Cf.: “a unique combination of economic power, intellectual and practical genius, and moral rigor enables America to check the enemies of peace and progress – and build a better world – without erecting an empire in the process”.

¹²³ O historiador norte-americano Ray Raphael apresenta como mitos as construções dos heróis, a excepcionalidade dos *founding fathers* (pais fundadores) – como a deificação de George Washington pelo escritor Mason Locke Weems (1756-1825) na obra *The Life of Washington* (A Vida de Washington) no intuito de unificar a nação – e da própria fundação dos EUA na obra *Mitos sobre a fundação dos Estados Unidos: a verdadeira história da*

“lembrança” coletiva (RAPHAEL, 2006, p. 17) criando uma identificação ao povo estadunidense,

Lentamente, durante mais de um século e meio, os colonos desenvolveram em casa as suas histórias locais. Elas se mantiveram separadas e distintas até que de repente, com um evento cataclísmico, se fundiram. A Guerra Revolucionária forneceu aos americanos as histórias de um passado comum. Este passado, desde então, serviu aos interesses da formação da nação. Durante mais de dois séculos, a tão repetida história de como os Estados Unidos obtiveram sua independência uniu os americanos. Todas as nações gostam de louvar sua origem, mas a origem dos estados Unidos é uma história especialmente irresistível. Os Estados Unidos têm uma ‘fundação’ claramente definida, obra de uma única geração. (...) A história norte-americana, pelo contrário, é simples mas grandiosa. O seu enredo é fácil de acompanhar: os colonos americanos resistiram à opressão britânica, travaram uma guerra, conquistaram a independência e criaram seu próprio governo. Essa estrutura simples e direta pode ser enfeitada como quisermos, mas a trama propriamente dita é clara e eficiente. (...) Cria a

independência norte-americana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, citando como exemplo a *Cavagalda de Paul Revere*, poema escrito pelo poeta Henry Wadsworth Longfellow (1807-1882) sobre a *Midnight Ride* de Paul Revere em 18 e 19 de Abril de 1775, de Boston a Lexington alertando sobre a movimentação das tropas britânicas (“the british are coming!”) nos vilarejos e cidades situadas no trajeto. Revere foi instruído por Joseph Warren (médico e defensor da independência norte-americana) – assim como também William Dewes – para avisar John Hancock (que viria a ser governador de Massachussetts em 1780 e 1787) e Samuel Adams (quarto governador de Massachussetts em 1793) em Lexington, possibilitando a elaboração de uma estratégia para conter o avanço inglês. Revere atingiu seu destino por volta da meia noite. Raphael (2006, p.29) explicita que Longfellow exarcebou o papel de Revere – e sua caracterização enquanto herói revolucionário – pois no contexto histórico da época, toda a sociedade estadunidense encontrava-se num estado de prontidão em relação à ameaça inglesa, culminando em ações semelhantes mas sem importância decisiva em todo o processo de independência.

uma identidade distinta para o povo americano (RAPHAEL, 2006, p. 15-6).

Contudo, o que de fato interessa sobre a fundação dos EUA é sua ideologia referente à significação da independência de 1776 e da construção de uma identidade nacional. Nesse intuito, torna-se relevante destacar os *princípios* nos quais a elaboração da Declaração de Independência teve inspiração:

Com base nas verdades auto-evidentes [observa-se a naturalização de valores liberais como ‘verdades’] de que todos os homens e nações são criados iguais e livres e que possuem os direitos inalienáveis à vida, à liberdade e à procura da felicidade, a Declaração de Independência sinalizou o início da experiência norte-americana livre, republicana e democrática. Segundo a visão dos norte-americanos, todos os homens, e, nesse sentido, nações, têm o direito à sua autonomia e liberdade, não podendo ser dominados e controlados por quaisquer forças externas que ameacem seu desenvolvimento e reprodução (PECEQUILO, 2005, p. 37, grifos nossos).

A experiência ou experimento norte-americano tiveram por valores basilares, como a *liberdade*¹²⁴, a *forma republicana de governo* e o *regime democrático*. Assim, a nação que “nascia livre”, com desdobramentos posteriores – período de 1776 a 1789, duração da Revolução Americana¹²⁵ – assumiam-se como *exceção*, o que a

¹²⁴ Pecequilo (2005, p. 37) também destaca a idéia do “nascer livre” dos EUA, que se caracterizava pela não-contaminação dos problemas e contradições sociais do Velho Mundo (plano interno) assim como também as questões externas, como “ a idéia do isolamento e proteção dos Estados Unidos por vastos oceanos, pela não-proximidade de inimigos imediatos entre seus vizinhos, pela sua auto-suficiência interna e capacidade de expansão, ainda somente potenciais naquele século”.

¹²⁵ De acordo com Colley (2006, p. 370-1) a Revolução Americana resumiu-se na declaração de Independência e as lutas com a Grã-Bretanha para a independência de fato. Todavia, o contexto pré-revolucionário foi de grande movimentação – política e de organização de tropas para a luta armada - nas treze colônias como litígios com as imposições britânicas como o *Stamp Act*, ,

literatura denomina de *excepcionalismo* norte-americano (MEAD, 2006; PECEQUILO, 2005). Hunt (1987) apresenta componentes da “ideologia fundacional” a partir do escrito de Thomas Paine¹²⁶, denominado *Common Sense* (“Senso Comum”), um *widely-read pamphlet* – publicado em Janeiro de 1776 – no qual o autor justifica a necessidade das treze colônias americanas se emanciparem da Grã-Bretanha, apresentando a concepção de exceção, distinção do futuro país mediante o conceito de esferas (*spheres*) ou sistemas (*systems*): “a Inglaterra pertencia ao sistema Europeu e a América¹²⁷ ao seu próprio¹²⁸” (HUNT, 1987, p. 19). Todavia, Paine acrescia um elemento de diferenciação entre os “dois sistemas”, *the commitment to freedom* (“o compromisso com a liberdade”), como destaca Hunt (1987, p. 20).

O Novo Mundo tinha se transformado em ‘o refúgio para os amantes perseguidores da liberdade civil e religiosa’, enquanto na Inglaterra ‘uma corrupta e descrente corte’ abusava da liberdade e em qualquer outro lugar do Velho Mundo, a liberdade era simplesmente negada. Os americanos reconheciam-se, então, como os guardiães da cintilante chama da liberdade. Isso figura em contexto posterior do panfleto de Paine, em sua estonteante conclusão, introduzindo aos americanos a oportunidade sem precedentes em virtude da independência. (...) ‘O nascimento de um novo mundo está ao alcance da mão e uma raça de homens, talvez tão numerosa quanto a da Europa, está por receber sua porção de liberdade

(tributos sobre as impressões de documentos), o *Sugar Act* (sobre o açúcar) (KNOLLENBERG, 1975, p. 11).

¹²⁶ Thomas Paine (1737-1809), inglês de nascimento, foi para as Colônias Americanas em 1774, dois anos antes da Declaração de Independência.

¹²⁷ Leia-se as “treze colônias americanas” ou “colônia inglesa da América do Norte”. Até então, devido ao fato de grande parte da literatura sobre o tema estiver escrito em língua inglesa, onde se apresenta a palavra *America*, a tradução para o português tem sido “Estados Unidos da América” (EUA). Contudo, por não se concordar com tal denominação essa ressalva merece destaque, já que os “Estados Unidos” ainda não existiam no momento histórico de Paine.

¹²⁸ Cf.: “that England belonged to the European system and that America to its own”.

mediante eventos que ocorrerão em poucos meses’.¹²⁹

Com a caracterização do excepcionalismo dos EUA, principalmente pautada nos princípios iluministas e na filosofia individualista de Locke, a fundação dos Estados Unidos acabou por institucionalizar seu nacionalismo (CHÂTELET et al, 2000, p 89), a partir uma gama de idéias no intuito de unir o povo por meio de uma identidade nacional. Michael Hunt (1987, p.23) explicita que essa ideologia está expressa na percepção da “grandeza nacional” – *national greatness* - que os estadunidenses possuem sobre o país.

Wallerstein atesta a que *liberdade* sempre foi o grande pilar de sustentação ideológica da sociedade estadunidense, configurando-se de forma tripartite:

Os novos Estados Unidos da América, nascidos da rebelião contra a metrópole, legitimados por uma Constituição escrita que pretendia ser um pacto social conscientemente elaborado e criava um governo que tinha ‘a anuência dos governados’ – fortalecida por uma Carta de Direitos que explicitava proteções contra esse mesmo governo -, viam-se e eram vistos pelo mundo europeu como um centro irradiador de esperança, racionalismo e possibilidade humana. [1] A liberdade que ele preconizava parecia ser tripla: a liberdade do indivíduo perante o Estado e toda e qualquer instituição social (especialmente a liberdade de expressão); [2] a liberdade do grupo com relação a outros grupos mais poderosos (especialmente a liberdade de culto); e [3] a liberdade do povo como um todo contra o controle

¹²⁹ Cf.: “The New World had become ‘the asylum for the persecuted lovers of civil and religious liberty’, while in England ‘a corrupt and faithless court’ abused liberty, and elsewhere in the Old World liberty was simply denied. Americans were thus marked out as the keepers of the flickering flame of liberty. It was in this latter context that Paine, in the pamphlet’s stirring conclusion, introduced americans to the unprecedented opportunity that independence would present to them. (...) ‘The birthday of a new world is at hand, and a race fo men, perhaps as numerous as all Europe contains, are to receive their portion of freedom from the events of a few months’”.

externo (independência) (WALLERSTEIN, 2004, p. 201, grifos nossos).

A última componente da liberdade tripartida estadunidense, a independência, relaciona-se diretamente à política externa, “conduzindo” a atuação estadunidense no plano internacional entre os anos de 1776 e 1898, resume-se à uma posição isolacionista e *unilateral* (movimentos pautados única e exclusivamente no interesse nacional, sem caráter cooperativo com outros Estados), pois a maneira pela qual as relações internacionais se desenrolavam na época pautava-se em uma estrutura de poder, onde a Grã-Bretanha figurava como Estado hegemônico (*pax britannica*) seguida por outros Estados componentes do *Lockean heartland* (VAN DER PIJL, 1984; 1998) como a França. Deve-se enfatizar que a luta pela independência das colônias americanas – ideologicamente – fundamentou-se no repúdio a esse padrão de relacionamento interestatal, que tinha como diretrizes de ação a divisão internacional do trabalho mercantilista e a competição – tanto comercial quanto por acúmulo de colônias que, além de fornecedoras das matérias-primas, também se mostravam como mercado consumidor e área de domínio de sua metrópole correspondente – no qual o uso da força militar apresentava-se de maneira constante (a própria Revolução Americana é um exemplo). O discurso de George Washington (*Farewell Address*) de 19 de Setembro de 1796 no momento em que deixa a presidência dos EUA, deixa claro tal recusa, indicando qual deveria ser a ação do país no contexto externo,

A grande regra de conduta para nós, em relação às nações estrangeiras, é estender nossas relações comerciais, tendo com elas o mínimo possível de conexões políticas. (...) A Europa tem um conjunto de interesses primários que conosco têm nenhuma ou pouca relação. Daí por que ela está envolvida em frequentes controvérsias, cujas causas são estranhas a nossas preocupações. (...) Nossa situação descolada e distante nos convida e nos permite um curso diferente (...) Por que abandonar as vantagens de situação tão peculiar? Por que sairmos de nosso país para nos mantermos em solo estrangeiros? Por que ligar nosso destino com qualquer parte da Europa, mesclar nossa paz e prosperidade com os meandros da ambição, rivalidade, interesse,

humor ou capricho europeus? Daí nossa verdadeira política de nos manter afastados de alianças permanentes com qualquer parte do mundo externo¹³⁰ (WASHINGTON, 1796).

Dessa forma, há o desenvolvimento de uma postura pacifista, idealista¹³¹, com a ação política pautado na liberdade de ação no âmbito internacional (SCHLESINGER, 1992). Esse idealismo, na verdade ideologia fundacional, acabou por inserir ou determinar, de certa forma, a inserção dos EUA no mundo, mediante uma “missão” ou “destino” de “dar o exemplo” ao resto mundo, já que a sociedade estadunidense “nascia” embasando-se na tríade *liberdade-democracia-república*, o que se denominou de excepcionalismo estadunidense, definido em termos de

uma moral superior como também uma singularidade de sua origem, de seu sistema político, organização social, valores e características culturais e religiosas. Originada na visão puritana do Novo Mundo, a ideia do excepcionalismo estadunidense se desenvolveu juntamente com a evolução do poder dos Estados

¹³⁰Cf.: “The Great rule of conduct for us, in regard to foreign Nations is in extending our commercial relations to have with them as little political connection as possible. (...) Europe has a set of primary interests, which to us have none, or a very remote relation. Hence she must be engaged in frequent controversies, the causes of which are essentially foreign to our concerns. (...) Hence therefore it must be unwise in us to implicate ourselves (...) Our detached and distant situation invites and enables us to pursue a different course (...) Why forego the advantages of so peculiar a situation? Why quit our own to stand upon foreign ground? Why, by interweaving our destiny with that of any part of Europe, entangle our peace and prosperity in the toils of European Ambition, Rivalship, Interest, Humour or Caprice? 'Tis our true policy to steer clear of permanent Alliances, with any portion of the foreign world”. WASHINGTON, G. *Farewell Adress*. 19 de Setembro de 1796. Disponível em: http://www.pbs.org/georgewashington/milestones/farewell_address_read4.html. Acesso em: Novembro de 2006.

¹³¹ Mead (2006) explicita que a PEEUA desse período é caracterizada como uma mescla entre *realismo* (a importância da estabilidade interna – econômica, política, etc – e da manutenção de sua independência) e *idealismo*, significando o excepcionalismo dos EUA em relação aos princípios sobre os quais assenta-se a sociedade estadunidense (*liberdade, democracia e o republicanismo*).

Unidos. Desde explicar a missão dos EUA orientada por deus para conter a corrupção que caracterizava a Europa, o excepcionalismo tem sido utilizado, desde então, em nome de – ou para possibilitar – a liderança dos EUA a partir do movimento de transição geopolítica no final do século XIX¹³² (MCEVOY-LEVY, 2001, p. 23).

Assim, a relação do conjunto de idéias por detrás da independência dos Estados Unidos com os interesses de estabilidade e consolidação interna – mais notadamente econômica e política – explicita os momentos iniciais da PEEUA e a primazia dos temas referentes ao plano interno do “novo país”. O que deve ser enfatizado é o papel de destaque da ideologia em todo o processo histórico de consolidação dos EUA, e, no tocante ao trabalho, e de sua política externa. Com isso, a postura internacional dos EUA de 1776 a 1800 define-se pelo isolacionismo e unilateralismo, buscando consolidar e desenvolver seu contexto interno, simultaneamente em conformidade com a identidade nacional instituída em torno dessa ideologia fundacional. Momento posterior a tal padrão de comportamento político internacional estadunidense será o da expansão das fronteiras domésticas, em que a postura de não-envolvimento começa a esboçar uma certa fissura, alimentada por uma *ideologia expansionista* remetendo-se à “missão estadunidense no mundo” (HUNT, 1987; WILLIAMS, 1978).

4.3.4 O Destino Manifesto e a PEEUA (1800 a 1898): definindo a ideologia expansionista

O período compreendido entre os anos de 1800 a 1850 (Guerra Hispano-americana) marca o processo de expansão das fronteiras domésticas resultando nos cinquenta estados (unidades da federação)

¹³² Cf.: “a moral superiority as well as the uniqueness of its origins, political system, social organization and values and cultural and religious characteristics. (...) Originating in the Puritan vision of the New World, the idea of American exceptionalism evolved in tandem with an evolution in the United States’ power. From explaining the United States’ God-ordained mission to be a reforming counter to European corruptness, exceptionalism has been evoked to account for, or to enable, US leadership during every important period of geopolitical transition since the late nineteenth century”.

que configuram os EUA da contemporaneidade, além do último confronto com a Grã-Bretanha em 1812 no intuito de defesa de seu *status* independente, já que o Império Britânico ia de encontro aos interesses econômicos da nova nação, além do interesse estadunidense de aumentar suas posições ao Canadá (WILLIAMS, 1978). Contudo, convém lembrar que a independência de 4 de Julho de 1776 foi empreendida politicamente pelas treze colônias que se rebelaram contra o domínio britânico – *the British rule* - em 1775¹³³ que eram: Província de *New Hampshire*, Província de *Massachussets Bay*, Colônia de *Rhode Island* e *Providence Plantations*, Colônia de *Connecticut*, Província de *New York*, Província de *New Jersey*, Província da *Pennsylvania*, Colônia de *Delaware*, Província de *Maryland*, Colônia e Domínio de *Virginia*, Província de *North Caroline*, Província de *South Caroline* e Província de *Georgia*.

Com o interesse da nova nação definido em torno da garantia de sua independência e também do desenvolvimento, econômico, e da estabilidade – política e social – internos, a partir de 1800 (e se estendendo até 1850) (ARON, 1975) há o início de uma ação política no plano externo pautada na busca de novos territórios ou aumento de suas fronteiras domésticas, mediante duas formas: *iniciativas diplomáticas* e *luta por terras* (as guerras) (PECEQUILO, 2005, p. 57).

Dessa forma, os territórios da Lousiana (1803), o da Flórida (1821), o Alasca em 1867 foram obtidos mediante respectivamente mediante compra da França, cessão da Espanha e compra da Rússia.

¹³³ O ano de 1775 caracterizou-se como de grande movimento insurrecional nas colônias norte-americanas. Como exemplo, em 9 de Fevereiro, o Parlamento britânico declara a Província de *Massachussets Bay* como “rebelde”, além das batalhas de *Lexington* e *Concord* em 19 de Abril, consideradas como a intensificação das hostilidades entre ingleses e colonos. A insurgência americana configurava-se principalmente como uma luta contra os imperativos ou imposições que a Grã-Bretanha realizava na América do Norte, depois de seu fortalecimento – colocando-a como grande império mundial - devido à vitória da Guerra dos Sete Anos (1754 e 1756-63) que se configurou como uma guerra entre as principais nações européias estendendo-se aos territórios coloniais, tendo como resultado fundamental o enfraquecimento do poder francês. Após a guerra, a Grã-Bretanha resolveu taxar as colônias da América do Norte pela defesa contra a França. Entretanto, a grande reclamação dos colonos é que não havia representação das colônias no Parlamento britânico. Desse episódio surge a frase “*no taxation without representation*” (“sem representação, sem taxação”).

Outros territórios situados à Oeste e Sul foram conquistados, como o Oregon (1859) – domínio britânico – o Texas (em 1845), anteriormente território mexicano e a Califórnia (1850) como resultado da Guerra Mexicana¹³⁴ de 1846 a 1848, como exemplos.

Tal comportamento estadunidense seguia a direção contrária aos “princípios” basilares da República da América do Norte de 1776, explicitando um interesse nacional na expansão de suas fronteiras. Entretanto a contradição que, *a priori*, parece se instaurar em relação a essa *práxis* é desfocada com um novo elemento ideológico: o *Destino Manifesto*.

A expressão “Destino Manifesto” – *Manifest Destiny* – foi cunhada pelo jornalista estadunidense John Louis O’Sullivan em 1845 em seu artigo “Anexação” (*Annexation*) no periódico *The United States Magazine and Democratic Review*, que versava sobre a justificação ideológica para a anexação do território do Texas. O’Sullivan apresenta a idéia desse “destino” quando argumenta sobre o porquê do desejo do México em tomar novamente o Texas, como uma nação, entre as outras (como a Grã-Bretanha) que se colocavam “entre nós e as partes interessadas, em um espírito de hostil interferência conosco, declarando claramente que nossa política é perversa, impedindo de exercermos nosso poder, limitando nossa grandeza nacional e conferindo o cumprimento de nosso destino manifesto em todo o continente como designado pela Providência para o livre desenvolvimento para nos transformarmos em milhões¹³⁵”.

Pecequillo (2005, p. 57-8, grifos do autor) define de forma sintética o Destino Manifesto como:

¹³⁴ A Guerra Mexicana – *Mexican War* – consistiu na disputa entre EUA e o México devido à anexação do território do Texas pelos norte-americanos já que não reconhecia tal secessão, declarando-o como província rebelde e ameaçando obtê-la à força. Instaurou-se o conflito armado entre as duas nações, culminando na derrota do México que por sua vez “cedeu” tanto a Califórnia quanto o Novo México. Os mexicanos denominam esse episódio como *La intervención norteamericana* ou *La Guerra del’ 47* (BAUER, 1974).

¹³⁵ Cf.: “between us and the proper parties to the case, in a spirit of hostile interference against us, for the avowed object of thwarting our policy and hampering our power, limiting our greatness and checking the fulfillment of our manifest destiny to overspread the continent allotted by Providence for the free development of our yearly multiplying millions”.

uma justificativa de racionalização de interesses de poder por meio de uma retórica de fé, escolha e crença, [assim] a doutrina do Destino Manifesto fundamentava a perseguição de objetivos e a expansão do regime político em termos não somente de interesses, mas da importância, e necessidade, da disseminação da experiência norte-americana por meio de ações concretas (...). Em linhas gerais, o Destino Manifesto considerava que a expansão territorial como um direito divino dos Estados Unidos de se espalharem por toda a América do Norte, com o apoio de Deus para a conquista, pois ela possibilitaria levar a *liberdade* e a *democracia* a locais que ainda não existiam. Dotada de um sentido de propósito, a expansão territorial era racionalizada e explicada não por interesses materiais, mas pelo dever que os norte-americanos tinham de espalhar e afirmar seu espírito e visão, sintetizados no par democracia/república. Aí, a combinação de *cruzada* e *interesse*, também característica de toda a política externa norte-americana, encontrou sua primeira expressão.

Assim, o Destino Manifesto combina tanto elementos da excepcionalidade do “experimento norte-americano” – a liberdade, a democracia e a república – quanto a presença divina, a *Providência*, caracterizando a sociedade estadunidense como o “povo eleito de Deus”, como explicita Williams,

A frase ‘Destino Manifesto’ (...) simbolizava a afirmação de que Deus estava do lado dos Estados Unidos, ao invés da modesta afirmação de que era o país que havia se juntado às legiões do Senhor. Como a lógica implicava, o argumento era de que os Estados Unidos eram a ‘mais progressiva’ sociedade cujos cidadãos faziam o ‘uso apropriado do solo’¹³⁶ (WILLIAMS, 1978, p. 60).

¹³⁶ Cf.: “The phrase ‘Manifest Destiny’ (...) symbolized the assertion that God was on America’s side rather than the more modest claim that the country had joined the legions of Lord. As the logic implied, the argument was that America

Além do mais, os pilares do Destino Manifesto podem ser caracterizados como: i) Direito divino à expansão; ii) predestinação geográfica (territórios vizinhos e do exterior – americanos - eram destinados à conquista norte-americana); iii) baseia-se no ritmo natural dos Estados Unidos e iv) expansão percebida como um recompensa do trabalho virtuoso, empreendedor e dedicado do povo estadunidense (HUNT, 1987), (WILLIAMS, 1978).

Hunt (1987) e McEvoy-Levy (2008) trazem à luz a discussão de que o Destino Manifesto foi o componente ideológico da expansão territorial estadunidense, uma “ideologia do crescimento nacional” ou “ideologia expansionista”. A *Doutrina Monroe*¹³⁷ de 1823 é expressão desse momento histórico expansionista estadunidense, tendo como “princípio principal” o repúdio à intervenção de qualquer nação européia nas Américas, como o estabelecimento de novas colônias no continente assim como nas questões internas americanas. Contudo a Doutrina era nada mais, nada menos que uma política unilateral com fins intervencionistas no Caribe, sob a bandeira da *igualdade e cooperação* – o panamericanismo - pois se configurava como uma afirmação da posição norte-americana dentro de seu continente (HUNT, 1987,; MCEVOY-LEVY, 2001).

A contradição existente entre os “princípios”(idéias) e as práticas políticas – ou, em outros termos, a mistura de idealismo e pragmatismo – no seio da nação que “nasceu livre” é explicitada por Michael Hunt reproduzindo argumentações referentes à questão que se deram no congresso norte-americano, mais notadamente os discursos dos senadores Chesselden Ellis (democrata, do estado de *New York*, em 25 de Janeiro de 1845), Lewis Cass (democrata, *Michigan* em 10 de Fevereiro de 1847) e Sidney Breese (democrata, *Illinois* em 14 de Fevereiro de 1848):

As críticas que pesaram sobre a expansão como inimiga da liberdade, gerou respostas passionais,

was the ‘most progressive’ society whose citizens made ‘proper use of the soil’”.

¹³⁷ James Monroe (1758-1831), o quinto presidente norte-americano, em discurso de 2 de Dezembro de 1823 apresenta um conjunto de diretrizes de ação política externa privilegiando o continente americano (o que se denomina de sistema americano) no intuito de criação e garantia de uma esfera de influência, afastando-se do envolvimento com possíveis litígios com as potências coloniais européias .

senão, familiares. Liberdade requeria constante progresso e ‘quase um poder ilimitado de expansão’ insistiu um senador em Fevereiro de 1848 [Sidney Breese] debatendo sobre os objetivos por detrás da Guerra Mexicana. Outro colega partilhou dessa visão. ‘Pela ação solitária – pela incessante ação’ os norte-americanos poderiam preservar a liberdade. ‘Deixe-nos expandir para nossa verdadeiras e apropriadas dimensões e nossa liberdade será eterna; para, no processo, crescer nossa força, e nossa flama crescerá e ficará mais brilhante, iluminando um campo muito mais extenso’ [Lewis Cass]. Para tentar, em outra mão, ‘estabelecer limites segundo a indubitável energia de nossa raça e será uma traição para com a causa da liberdade humana [Chesselden Ellis]. Um Estados Unidos passivo estagnaria e caminharia para o crescimento dos problemas sociais que viriam com uma grande população como a Europa¹³⁸ (HUNT, 1987, p. 31).

Dessa forma, tem-se um contexto ideológico que se adapta às questões definidas enquanto “interesse nacional estadunidense”, agora vindo à tona não como um isolamento político no âmbito internacional, e sim com caráter expansionista, onde o “externo” é relevante: “é fato que, depois de mais de um século de crescimento interno, criando suas próprias fronteiras e se tornando um país continental, moderno e auto-suficiente, passou a expandir-se para o exterior” (PECEQUILO, 2005, p. 62). O padrão isolacionista da PEEUA é quebrado pela Guerra

¹³⁸ Cf.: “Charges by critics that expansion was inimical to liberty drew passionate if familiar responses. Liberty required constant progress and ‘almost unlimited power of expansion’, insisted one Senator in the February 1848 debate over the objectives behind the Mexican War. A colleague seconded his view. ‘By action alone – by ceaseless constant action’ Americans could preserve liberty. ‘Let us expand to our true and proper dimensions, and our liberty will be eternal; for, in the process, it will increase in strength, and the flame grow brighter, whilst it lights a more extensive field’. To attempt, on the other hand, to ‘set bounds to the indomitable energy of our noble race ... would be treason to the cause of human liberty’. A passive America would stagnate and ultimately fall prey to the fate of Europe, where a concentrated population had given rise to great social ills”.

hispano-americana de 1898, a disputa entre Espanha e Estados Unidos por Cuba, então colônia espanhola:¹³⁹

Os Estados Unidos tinham interesses diretos nas ilhas pertencentes à Espanha. Esses interesses não eram meramente econômicos, relacionados com o açúcar, café e tabaco. Eram também estratégicos. O governo americano percebia o domínio de Cuba, da mesma forma que Porto Rico e das Ilhas Virgens, cuja cessão o presidente McKinley buscara obter da Dinamarca com o objetivo de ali estabelecer uma base naval e um depósito de carvão, como fundamental para a segurança das rotas no Golfo do México e a defesa do canal, que projetava abrir no istmo do Panamá (...) Entretanto, embora o Congresso americano juntamente com a declaração de guerra à Espanha, houvesse aprovado a Teller Amendment, pela qual os Estados Unidos renunciavam qualquer intenção de exercer ‘soberania, jurisdição e controle’ sobre Cuba, salvo para o fim de a pacificar, McKinley tratou de apoderar-se de tudo que restava do império espanhol, tanto no Caribe

¹³⁹ Para Williams esse é o marco histórico inicial da “tragédia da diplomacia americana” – *tragedy of american diplomacy*. O autor analisa a ação política dos EUA no âmbito internacional desde o início do conflito até a Crise dos Mísseis de Cuba (1962), tendo a ideologia como importante elemento na busca de interesses econômicos na esfera externa, onde os “assuntos domésticos” (*domestic affairs*) balizavam a definição do interesse nacional, culminando em um resultado trágico, principalmente no uso retórico da democracia de maneira irrestrita para tal fim (daí a ironia do emprego do epíteto “tragédia”). “Se os Estados Unidos não pode aceitar a existência de certos limites sem desistir da democracia e se não puder proceder realçando-a e estendendo-a dentro de tais limites, então o esforço tradicional para sustentar a democracia pela expansão acabará por leva-la à destruição”(WILLIAMS, 1978, p. 312). Cf.: “If the United States cannot accept the existence of such limits without giving up democracy and cannot proceed to enhance and extend democracy within such limits, then the traditional effort to sustain democracy by expansion will lead to the destruction of democracy”. Percebe-se nesse trecho o juízo de valor do autor norte-americano, apesar das críticas à PENA, no tocante à democracia e ao papel dos EUA para sua promoção: devem existir “limites” de ação para tal fim, continuando sua valoração positiva e sendo um princípio extensível ao resto do mundo.

quanto no Pacífico (MONIZ BANDEIRA, 2006, p. 47).

O envolvimento estadunidense, tendo a Doutrina Monroe como plano de atuação, marca a entrada do país em uma nova fase, posterior à do desenvolvimento e estabilidade internos, onde a política externa consistia em apenas mais um instrumento para alcançar os interesses nacionais, pois tanto com a Doutrina Monroe quanto com o reconhecimento da autonomia dos Estados americanos – futura América Latina,

Os Estados Unidos abandonaram sua posição de neutralidade e esboçaram a primeira manifestação de sua influência no hemisfério, afirmando-se como sua maior potência. (...) Outro ponto que a destacar sobre a importância da Doutrina Monroe é que com ela os Estados Unidos perceberam, pela primeira vez, uma associação direta entre a sua segurança e a de outros países” (PECEQUILO, 2005, p. 68)

Esse novo momento histórico da PEEUA, caracterizando-se pelo interesse nos acontecimentos internacionais e seu envolvimento direto, já que há o estabelecimento da relação entre segurança interna norte-americana com o plano externo é denominado de *internacionalismo*. Sendo assim, toda a atuação externa norte-americana no século XX classifica-se como internacionalista, tendo como destaque o diálogo entre tal ideologia – descrita até esse ponto do trabalho – agora em um cenário internacional, afirmando sua presença como *player*, que em um século (1776-1898) desenvolve-se e cresce economicamente e se estabiliza (política e socialmente), fazendo presença na estrutura de poder internacional que, outrora, consistiu numa postura inconciliável com a ideologia da PEEUA.

4.3.5 Do expansionismo do século XIX ao wilsonianismo do século XX

A década de 1890, todavia significou um período de crise econômica de superprodução, trazendo à tona problemas econômicos que deveriam ser “administrados”, implicando em uma atuação mais

efetiva dos EUA nas relações internacionais. Sobre a tal quadro econômico, Williams declara que:

por causa de sua dramática e extensa natureza, a crise de 1890 levantou o espectro do caos e da revolução. Conservadores e reformistas dividiram a mesma convicção de que alguma medida drástica deveria ser tomada, não somente para resolver o problema imediato, mas também para prevenir a recorrência de tais crises. Então, uma política externa expansionista forneceria uma solução e prevenção, tornando-se rapidamente parte integral e vital¹⁴⁰ (...) (WILLIAMS, 1978, p. 29).

Não se pode esquecer que apesar dos EUA – e suas ações externas – serem o foco deste trabalho, o desenvolvimento econômico norte-americano estava ligado a um momento de expansão da ordem capitalista, principalmente entre os anos de 1848 e a década de 1870, pois, para Hobsbawm (1982, p. 49) “foi o período no qual o mundo tornou-se capitalista e uma minoria significativa de países ‘desenvolvidos’ transformou-se em economias industriais”. O mesmo autor afirma que as principais economias da época – os países europeus – estavam num “movimento em direção à total liberdade de comércio”. Entretanto, os EUA caracterizavam-se como um “bastião do protecionismo”, cuja economia baseava-se num modelo industrial dependente do mercado interno, implicando em sua proteção e pobre em exportações (HOBSBAWM, 2015). Tal desdobramento expansionista do modo de produção capitalista – e as tecnologias associadas a ele, como a estrada de ferro, máquinas a vapor etc - acabou por se configurar, com o passar do tempo, em uma conjuntura instável, que toma corpo em 1870,

Com o mundo entrando na década de 1870 (...) o processo de expansão era curiosamente

¹⁴⁰ Cf.: “Because of its dramatic and extensive nature, the Crisis of the 1890s raised in many sections of American society the specter of chaos and revolution. Conservatives and reformers came to share the same conviction that something drastic had to be done, not only to solve the immediate problem, but to prevent the recurrence of such crises. That an expansionist foreign policy would provide such relief and prevention rapidly became an integral and vital part of all (...)”.

catastrófico. Violentas quedas, algumas vezes dramáticas e globais, sucediam booms estratoféricos, até que os preços descessem suficientemente para dissipar os mercados retraídos e limpar o campo de empresas falidas, para que então os homens de negócios recomencessem o investimento e a expansão, renovando desta forma o ciclo [do comércio] (HOBSBAWN, 2015, p. 84).

Assim, as realizações globais do capitalismo industrial acabou por defini-lo em “uma genuína economia mundial e o globo estava transformado (...) de uma expressão geográfica em uma constante realidade operacional. História, dali em diante, passava a ser história mundial”(HOBSBAWN, 1982, p. 85). Bandeira (2006, p. 35) também explicita a especificidade capitalista, definindo-se como “ao longo da história, a única formação econômica com capacidade de expansão mundial”. Partindo-se de tal cenário, o rompimento do padrão isolacionista da PEEUA, cronologicamente coincide com o período denominado por Hobsbawm (1982) de “era do capital”. Com a economia mundial, tendo como marco histórico o ano de 1850, e baseando-se no liberalismo econômico – nas palavras de Wallerstein (2003), *liberalismo centrista* – o comércio internacional era um resultado da expansão do capital, fazendo com que as economias industriais da época empreendessem uma corrida em busca de colônias, processo denominado de *imperialismo*. Bandeira (2006, p. 45, grifos no original), vai ao encontro de Williams (1978, p. 28) sobre a crise ou depressão da economia estadunidense (1890-1893).

A esse tempo, os Estados Unidos já se defrontavam com o problema da *closing frontier*, i.e., o desaparecimento da última fronteira livre no continente e a necessidade de mais terras para atender à demanda de sua crescente população. E a depressão de 1890-1893 levou-os a voltar-se cada vez mais para a Ásia, o que tornava uma base no Pacífico ocidental, bem como o controle das Filipinas, de modo que pudessem disputar os

ricos mercados da China e sudoeste da Ásia¹⁴¹. Muitos *business men* estavam convencidos de que o mercado doméstico não era mais suficiente para absorver sua vasta produção industrial. O crescimento da indústria americana tornou a conquista de mercados no exterior não somente uma possibilidade, mas uma necessidade, duramente sentida.

A mudança da postura da PEEUA tem ligação direta com a expansão do modo de produção capitalista com seus imperativos estruturais dirigindo a ação política externa – não somente dos EUA mas também da Grã-Bretanha e as demais nações que passavam pela Revolução Industrial – onde o crescimento interno da sociedade já não era mais possível. Nesse ímpeto estrutural, a Guerra hispano-americana (1898) foi um desdobramento, implicando em resultados estratégicos e políticos afirmando a presença – domínio – norte-americano no continente americano.

Assim, a partir da presidência de William McKinley¹⁴² (1897-1901) a PEEUA tem como diretriz a expansão ao exterior, pautada na necessidade de se contornar – ou, nos termos de Williams, *administrar* – uma conjuntura socioeconômica de crise, devido à superprodução como resultado do aumento da capacidade produtiva/industrial que por sua vez declara a insuficiência do mercado doméstico no consumo de tal incremento produtivo. A Guerra Hispano-americana somente seria o prelúdio da ativa atuação dos EUA no contexto internacional que caracterizou as relações internacionais do século XX e explicitando a relação direta do conceito de *política externa* com os interesses

¹⁴¹ Essa expansão ao Pacífico, em especial às Filipinas e a anexação do arquipélago havaiano, caracterizam-se também segundo interesses geo-estratégicos, pautados nas idéias do almirante estadunidense Alfred Thayer Mahan (1840-1914) na obra *The influence of seapower upon History 1864-1783* (“A influência do poder marítimo na História 1864-1783”) na qual o domínio dos mares seria exercício de poder efetivo no intuito de expansão das fronteiras e zonas de influência (WILLIAMS, 1978, p. 123).

¹⁴² William McKinley (1843-1901), republicano, foi o 25º presidente estadunidense, assassinado em 1901 na Exposição Pan-americana em Buffalo. Foi considerado o presidente das anexações e conquistas (HUNT, 1987), (WILLIAMS, 1978).

econômicos. Também em 1898 tem-se a *Política das Portas Abertas*¹⁴³ (*Open Door Policy*) que Pecequilo (2006, p. 85) descreve como resultado do “ponto de inflexão que combinava a transformação do perfil das relações internacionais norte-americanas, a conjuntura externa e um interesse específico, no caso a China, objeto de disputa imperial e correndo o risco de, como outros territórios, ser ‘dividida’ entre os países europeus”. Para essa mesma autora, existiram dois *ciclos de reorientações* da PEEUA: o *primeiro*, compreendida entre os anos de 1898 a 1918 – presidência de Theodore Roosevelt (1858-1919)¹⁴⁴ - e o *segundo* entre os anos de 1918 e 1921, no mandato de Woodrow Wilson (1913-21), tendo seu novo contorno em 1945, com a política de contenção (PECEQUILO, 2005, p. 88).

A PEEUA no mandato de Roosevelt caracterizou-se pela definição de diretrizes principalmente no tocante ao continente americano (assuntos hemisféricos), relacionando a segurança nacional com a estabilidade no SI (GADDIS *apud* PECEQUILO, 2005, p. 92). No tocante à posição de liderança dos EUA no “hemisfério”, o *corolário Roosevelt* – o *Big Stick Policy* de 1904 – representava, simbolicamente, o direito de intervenção e interferência nos Estados que compunham o sistema americano, desde que os mesmos não fossem capazes, ou não desejavam, de conduzirem suas políticas de forma “responsável” tendo por resultado a ameaça da estabilidade hemisférica (HUNT, 1987). Resumidamente,

O Corolário e a atuação nas Américas, privilegiaram o papel e o lugar especial dos Estados Unidos no mundo e deviam ser entendidos como um desenvolvimento natural do caminho da expansão do poder norte-americano em seu continente, como também um reflexo imediato das concepções mais gerais defendidas pelo então presidente. Para Roosevelt, a ação

¹⁴³ Foi estabelecida pela *Open Door Note* de Setembro de 1899, divulgado pelo secretário de Estado do governo McKinley, John Hay, declarando o repúdio dos EUA a uma possível partilha da China pelas potências européias e, também que os *business men* estadunidenses (negociadores e empreendedores) deveriam ter liberdade e igualdade de tratamento para sua navegação e comércio dentro da China e inclusive em áreas que estivessem sob domínio de outros Estados (PECEQUILO, 2006, p. 85).

¹⁴⁴ Vigésimo sexto presidente norte-americano entre 1901 e 1909.

norte-americana no sistema deveria orientar-se segundo dois princípios básicos: ordem e estabilidade, dos quais derivavam temas correlatos que estabeleciam prioridades estratégicas e visões de mundo específicas (...) Seguindo essas orientações, em 1904, os Estados Unidos assumiram a responsabilidade pela defesa e condução dos assuntos ‘internos’ dos países do hemisfério, determinando unilateralmente caso necessário, seus fluxos políticos, econômicos e de segurança (PECEQUILO, 2005, p. 88, grifo do autor).

Já no primeiro ano do governo de Woodrow Wilson, a iminência da Primeira Guerra Mundial (1913), resultado direto da expansão da ordem capitalista, com o início na segunda metade do século XIX, culminando no imperialismo do final do mesmo século ao início do XX (HOBSBAWM, 1982), caracterizava o contexto internacional. Dessa forma, o conflito entre a Tríplice Entente – Grã-Bretanha, França, Império Russo (até 1917 devido à Revolução Russa) e Estados Unidos (a partir de 1917) – e a Tríplice Aliança (Império Austro-Húngaro, Império Alemão e o Império Turco-otomano) teve por desfecho a reordenação geopolítica da Europa, provocando o colapso dos principais impérios da época (britânico, alemão, austro-húngaro e turco-otomano) (HOBSBAWM, 2006). Convém lembrar que a tese principal de envolvimento dos EUA no conflito (seminalmente europeu) foi de barrar o expansionismo do império alemão que, apresentando-se como principal potência européia acabaria por desestabilizar – de forma significativa – o sistema internacional, já que agora, para os Estados Unidos, a estabilidade externa está ligada com a segurança interna (nacional) (WILLIAMS, 1978).

A Primeira Guerra Mundial envolveu *todas* as grandes potências, e na verdade todos os Estados europeus, com exceção da Espanha, os Países Baixos, os três países da Escandinávia e a Suíça. E mais: tropas do ultramar foram, muitas vezes pela primeira vez, enviadas para lutar e operar fora de suas regiões. Canadenses lutaram na França, australianos e neozelandeses forjaram a consciência nacional numa península do Egeu (...), e, mais importante, os Estados Unidos rejeitaram a advertência de George Washington

quanto a ‘complicações européias’ e mandaram seus soldados para lá, determinando assim a forma da história do século XX (HOBBSAWN, 2006, p. 30-1).

O fim da Primeira Guerra tem como marco a assinatura do armistício de 11 de Novembro de 1918, caracterizando-se mediante os tratados de *Versalhes* (1919) e de *Saint Germain*¹⁴⁵ (tratado que impedia a união entre Alemanha e a Áustria). Deve-se destacar um desdobramento posterior da assinatura desses Tratados: a criação da *Liga* (ou *Sociedade*) *das Nações*¹⁴⁶, um organismo internacional cujo objetivo seria impedir o surgimento de outras guerras mundiais tendo como o principal incentivador o presidente Woodrow Wilson como sendo o último item de seu pronunciamento – *Fourteen Points Speech* - na sessão de 09 de Janeiro de 1918 do congresso estadunidense: “uma associação geral de nações deve ser criada sob tratados específicos no intuito de promover garantias mútuas de independência política e integridade territorial, de forma igualitária, tanto aos países grandes quanto aos pequenos¹⁴⁷” (WILSON, 1918). Com tal conjuntura, a PEEUA o governo Wilson caracteriza-se por uma ideologia “internacionalista” mediante a qual os EUA declaram abertamente ao mundo a assunção enquanto nação com um projeto de ordem e promoção ativa do experimento (a democracia e a república), o ponto-chave do *wilsonianismo*, “termo para descrever práticas posteriores que enfatizam o internacionalismo, principalmente de natureza ativista e internacionalista, moralista e retórico, enfatizando a centralidade dos

¹⁴⁵ De acordo com Hobsbawn (2006, p. 38), o tratado de Versalhes de 1919 – tecnicamente – é descrito como um tratado sobre o armistício, mas, tecnicamente refere-se apenas à Alemanha. *Saint Germain*, *Trianon*, *Sèvres*, *Neuilly* nomes de parques e castelos nos arredores de Paris se referiram aos acordos bilaterais de paz, respectivamente, com Áustria, Hungria, Turquia e Bulgária.

¹⁴⁶ A Liga das Nações teve seu início oficial em 10 de Janeiro de 1920, com sede em Genebra, Suíça. Contava com a adesão de 42 países, com dezessies europeus, dezesseis latino-americanos, EUA e Canadá, Austrália e Nova Zelândia, cinco asiáticos, além da África do Sul e da Libéria.

¹⁴⁷ Cf.: “A general association of nations must be formed under specific covenants for the purpose of affording mutual guarantees of political independence and territorial integrity to great and small states alike”.

valores democráticos e da liberdade” como disposto no discurso de 1918,

No reconhecimento dessas retificações essenciais de erros e direitos, sentimo-nos intimados a sermos parceiros de todos os governos e povos associados contra aqueles imperialistas. Não podemos estar separados no interesse ou divididos nesse intuito. Estaremos juntos até o fim. Para tais acordos [versando sobre as matérias dispostas nos catorze pontos] devemos lutar e continuar a lutar até que todos os povos e parceiros até que os alcancem; mas não somente porquê desejamos que o certo prevaleça e um desejo de uma paz estável possa ser assegurada apenas removendo o carro chefe das provocações para a guerra [a Alemanha] (...). Nós não temos inveja da grandeza da Alemanha (...). Não devemos dar-lhe com rancor o objetivo ou distinção de aprendizado para o empreendimento da paz como se ela não o merecesse. Não desejamos, de nenhuma maneira, ofender ou bloquear sua influência ou poder legítimos. Não desejamos combatê-la tanto com armas quanto com acordos hostis de comércio se ela associar-se a nós e às demais nações amantes da paz mediante tratados de justiça e lei e, também, de negócios claros, corretos. Somente queremos que ela aceite uma lugar de igualdade entre as outras nações do mundo – um novo mundo neste momento – ao invés de um lugar de supremacia¹⁴⁸.

¹⁴⁸ Cf.: “In regard to these essential rectifications of wrong and assertions of right we feel ourselves to be intimate partners of all the governments and peoples associated together against the Imperialists. We cannot be separated in interest or divided in purpose. We stand together until the end. For such arrangements and covenants we are willing to fight and to continue to fight until they are achieved; but only because we wish the right to prevail and desire a just and stable peace such as can be secured only by removing the chief provocations to war (...). We have no jealousy of German greatness (...). We grudge her no achievement or distinction of learning or of pacific enterprise such as have made her record very bright and very enviable. We do not wish to injure her or to block in any way her legitimate influence or power. We do not

Três temas resumem o wilsonianismo : a democracia, a segurança coletiva e autodeterminação¹⁴⁹ (HUNT, 1987), (WILLIAMS, 1978). O wilsonianismo é a última característica do padrão histórico da política externa estadunidense acrescentando uma nova tarefa: a construção da ordem internacional, onde a ideologia adquire agora uma “versão” internacional, justificando a inserção ativa norte-americana na estrutura de poder mundial, como um imperativo estrutural de uma ordem capitalista, marcada pelo liberalismo econômico onde o imperialismo (a corrida colonial na busca de mercados consumidores *overseas*), que vem à tona a partir da segunda metade do século XIX, é o desdobramento principal. A necessidade ideológica faz-se presente já que,

desde a época da independência, passando pela expansão interna e externa, parece ter sido dotadas as ações norte-americanas de um sentido de ‘missão’, que por vezes esconde, ou traveste motivos variados, interesses de poder. Nesse sentido, é mais bem aceito justificar uma ação em termos da necessidade e da importância de expandir a democracia e a república, do que afirmar que se está prevenindo a ascensão de um rival potencial. Na história norte-americana (...) não é muito ‘popular’ justificar comportamentos

wish to fight her either with arms or with hostile arrangements of trade if she is willing to associate herself with us and the other peace-loving nations of the world in covenants of justice and law and fair dealing. We wish her only to accept a place of equality among the peoples of the world, - the new world in which we now live, - instead of a place of mastery.

¹⁴⁹ O princípio de autodeterminação relaciona-se diretamente com o conceito de *soberania nacional*, onde os povos possuem a primazia para a condução de suas sociedades sem a interferência externa. É o quinto ponto dos “catorze” de Wilson (1918): “Um livre, aberto e imparcial ajuste para todos os clamores das colônias, baseados em uma estrita observância do princípio que determina todas as questões da soberania das populações a quem dizem respeito devem ter o mesmo peso com as equivalentes reivindicações dos governos que se intitulam determinados”. Cf.: “A free, open-minded, and absolutely impartial adjustment of all colonial claims, based upon a strict observance of the principle that in determining all such questions of sovereignty the interests of the populations concerned must have equal weight with the equitable claims of the government whose title is to be determined”.

calcando-os unicamente no poder, devendo haver uma convivência de motivações pragmáticas e ideais [ideológicas] para a ação (PECEQUILO, 2005, p. 91-2).

Desde a independência em 1776 até o final da primeira guerra mundial há a presença de um ideologia imanente à PEEUA, pautando-se sobre o excepcionalismo, tendo como pilares a democracia, a liberdade e a república como princípios a serem promovidos em suas relações internacionais.

Se em momento anterior, apenas “o exemplo deveria ser dado ao mundo” da nação que “nascia livre”, em outro, esses mesmos princípios deveriam ser perseguidos mesmo que a luta/intervenção fizesse-se necessária. A relação entre *política externa* e *ideologia* – no caso estadunidense – é trazida à luz quando se acompanha o desenvolvimento histórico da PEEUA, que, apesar de apresentar uma postura anteriormente “isolacionista” e, posteriormente, “internacionalista”, estava inserida em uma realidade capitalista onde “democracia” e “liberdade”, principalmente, foram utilizadas enquanto “flâmulas de guerra” no intuito de obtenção dos objetivos definidos segundo interesses, em especial os de caráter econômico. Logo, esses interesses configuram-se como um componente definidor, caindo por terra a caracterização da ideologia da PEEUA como uma “tradição nacional” ou “valores tradicionais”, como atesta Mead, pois historicamente, tanto o internacionalismo quanto o isolacionismo, evidenciam que os “valores tradicionais” se adaptam conforme circunstâncias estruturais, onde os conceitos “democracia” e “liberdade” apresentam-se como rótulos já que os meios para a promoção de ambos não necessariamente implicam em posicionamentos e/ou procedimentos democráticos ou libertários.

Além do mais, a ideologia da PEEUA (a fundacional além do Destino Manifesto) componente de seu padrão histórico traz à tona quais os principais temas de que se utilizou para o estabelecimento, ou não, de relações dos EUA no âmbito internacional. Percebe-se que a ideologia foi alterada de acordo com os interesses dos Estados Unidos em uma estrutura capitalista que se definia pelo imperialismo do século XIX. O rompimento do isolacionismo, cujos elementos ideológicos são evidenciados, por exemplo explicitados no discurso de “adeus” (*farewell*) de Washington, pelo internacionalismo é suplantado por uma nova ideologia, agora expansionista (WILLIAMS, 1978), a do Destino Manifesto, já que a economia capitalista industrial norte-americana (e a necessidade da expansão) chocava-se com as premissas da nação isolada

das disputas de poder, próprias dos europeus. Esse movimento de “conveniência ideológica” acaba exemplificando a percepção marxiana das relações estabelecidas no seio das sociedades de acordo com os princípios do capitalismo: a ideologia como mediação no estabelecimento de relações de dominação, poder, tanto no nível doméstico quanto internacional.

4.4 A PEEUA E SUA IDEOLOGIA NOS SÉCULOS XX E XXI: UM PANORAMA

Com o advento do século XX, a atuação estadunidense no plano internacional externalizou o desejo de um maior espaço para a obtenção de seus interesses, reunidos e organizados segundo o conceito de “interesse nacional”. As mudanças paradigmáticas da PEEUA, como descrito no capítulo 2 do presente trabalho, apresentam como “pano de fundo” uma ordem própria de um modo de produção que, desde a segunda metade do século XIX, impôs a necessidade de ultrapassar as fronteiras nacionais tendo por resultado a corrida imperialista empreendida pelas potências européias capitalistas, culminando na Primeira Guerra Mundial em 1913 (HOBSBAWM, 2006, 2015). A partir de 1898, com a Guerra Hispano-americana, tem-se a presença efetiva dos EUA no cenário externo, tendo como objetivo inicial a criação de uma zona de influência, a América Latina, reivindicando o papel de liderança hemisférica. O passo inicial para tal intento foi o de afastar e conter a presença européia nas Américas, *a priori*, parametrizando-se segundo interesses geopolíticos (HUNT, 1987), (PECEQUILO, 2005). Cuba foi o exemplo significativo, já que era colônia espanhola que desejava emancipar-se. Assim, a inserção norte-americana em tal episódio marca a postura “internacionalista” de sua política externa, e coincidindo - “ironicamente” - com a conjuntura econômica própria dos países capitalistas industriais da época, cujos contextos domésticos apresentavam superprodução tanto industrial quanto agrícola.

Com o que foi disposto no capítulo anterior, todas as ações ou posicionamentos de política externa dos EUA, desde sua fundação até o início do século XX, tiveram a necessidade de legitimação perante a sociedade. Dessa forma, a ideologia mereceu destaque sendo importante componente da PEEUA. A relação das *idéias* com a *produção material da vida*, nos termos marxianos, vem à tona com a transição do

“isolacionismo” para o “internacionalismo” ou como afirma Kissinger (1996) dos EUA passando de *beacon* para *crusader*¹⁵⁰.

Com isso, a ideologia apresentou-se como um instrumento no intuito de estabelecer relações de dominação tanto na expansão das fronteiras – as anexações territoriais durante todo o século XIX – quanto na criação de uma zona de influência própria.

Seguindo tal orientação “internacionalista”, a atuação externa norte-americana no século XX fundamentou-se na importância do “internacional” para os assuntos domésticos, já que a segurança nacional estaria assegurada com a estabilidade do SI. Assim, uma breve descrição de seus principais acontecimentos merecem destaque pois se configuram como desdobramentos de um processo histórico em continuidade, e, sendo assim, relevantes para o objeto de estudo do presente trabalho.

Assim, elencar-se-á esses fatos históricos em três períodos: i) o período compreendido entre 1918 a 1945, ii) o de 1945 a 1991 e iii) o pós-1991.

4.4.1 O período do “entreguerras” e a Segunda Grande Guerra (1918–1945)

Após a Primeira Guerra Mundial, os EUA se apresentam como nova potência a participar da estrutura de poder internacional, ocorrendo a transferência “do eixo de gravitação econômica e política da Europa para os Estados Unidos” (MONIZ BANDEIRA, 2006, p. 88), provocando a criação de uma organização com o objetivo de manter a estabilidade entre as nações do globo, e estabelecer e assegurar a paz nas relações internacionais, a Sociedade ou Liga das Nações, como mencionado no capítulo anterior.

Todavia, a conjuntura econômica norte-americana na década de 1920 encaminhou-se a uma crise de superprodução, culminando na quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929, significando também a erosão do arcabouço ideológico do liberalismo econômico, ou clássico como atesta Eric Hobsbawm (2006, p. 91 e 113):

¹⁵⁰ De acordo com as premissas de Kissinger (1996) os EUA deixam de ser um “farol” (*beacon*), um exemplo a guiar todas as nações segundo os valores democráticos e republicanos – o experimento norte-americano – para uma atuação externa sob a égide de tais valores, caracterizando-se como um “cruzado medieval” (*crusader*).

Mesmo os orgulhosos EUA, longe de serem um porto seguro das convulsões de continentes menos afortunados, se tornaram o epicentro deste que foi o maior terremoto global medido na escala Richter dos historiadores econômicos – a Grande Depressão do entreguerras. Em suma: entre as guerras, a economia mundial capitalista pareceu desmoronar (...). De todos os fatos da Era das Catástrofes [a crise sistêmica da economia capitalista; a Grande Depressão], os sobreviventes do século XIX ficaram talvez mais chocados com o colapso dos valores e instituições da civilização liberal cujo progresso seu século tivera como certo, pelo menos nas partes ‘avançadas’ e ‘em avanço’ do mundo.

O surgimento de regimes totalitários pela Europa (Alemanha e Itália) na mesma década e sua consolidação no poder apresenta-se como um desdobramento da crise do capitalismo, caracterizando-se, por exemplo, a impossibilidade da regulação ou manutenção da estabilidade internacional mediante a Liga das Nações tendo os EUA como grande regente, segundo a proposta de Woodrow Wilson e seus “Quatorze Pontos”.

Os objetivos de manutenção da estabilidade do SI e “prevenção do surgimento de hegemonias regionais em qualquer continente e de qualquer caráter” (PECEQUILO, 2005, p. 103) por parte da PEEUA mostraram-se difíceis de serem conseguidos devido ao contexto histórico que se apresentava. Assim, os Estados Unidos mantiveram um isolamento estratégico em relação à Europa, observando-se uma atuação externa efetiva no hemisfério americano, inclusive com a presença de tropas impondo a liderança hemisférica pela coerção, pela força, como nos casos de Honduras e no “conselho” do presidente Calvin Coolidge (1872-1933)¹⁵¹ ao presidente mexicano Plutarco Calles, ambos em 1924:

Preservando esse senso de responsabilidade, Coolidge enviou os marines [tropa de elite] a Honduras em 1924 porque, de acordo com a frase do Departamento de Estado, ‘uma condição de

¹⁵¹ Foi o 30º presidente sendo de autoria da frase de que os EUA era *patron of tranquility abroad* (promotores da tranqüilidade no exterior) (WILLIAMS, 1978, p. 152).

anarquia parece querer se desenvolver'. No mesmo ano, a administração [de Coolidge] também aconselhou formalmente o recém eleito presidente mexicano Plutarco Calles cujo reconhecimento sobre a continuação da proteção e respeito às vidas e propriedades estadunidenses era incerto. Esse aviso direto serviu somente para fortalecer os grupos no México que desejavam levar a diante medidas que limitavam a intervenção e a influência econômica estrangeiras¹⁵² (WILLIAMS, 1978, p. 153).

Todavia, no intuito de preservar de sua hegemonia continental, os Estados Unidos lançam a Política da Boa Vizinhança (*Good Neighbour Policy*) tendo como princípio diretor a *cooperação*, caracterizando-se como uma renúncia às intervenções nas Américas, reconhecendo a soberania das nações latino-americanas.

Até sua entrada na Segunda Guerra, após o ataque japonês ao arquipélago havaiano, em especial o Porto “Pearl” (*Pearl Harbor*), a ação externa norte-americana pautou-se no destaque ao hemisfério americano, afirmando e garantindo sua posição de liderança.

4.4.2 A Old ideology e a PEEUA: de 1945 a 1991

A Segunda Guerra Mundial foi um marco histórico para as relações internacionais dos Estados Unidos. Suas consequências sobre o SI, como a instauração da ordem bipolar, após as conferências de *Potsdam* e *Yalta*¹⁵³, significando a emergência dos EUA no contexto

¹⁵² Cf.: “In keeping with that sense of responsibility, Coolidge sent Marines into Honduras in 1924 because, in the phrase of the State Department, ‘a condition of anarchy seems likely to develop’. In the same year, the administration also formally advised Plutarco Calles, the newly elected Mexican President, that recognition was contingent upon continuing protection and respect for American lives and property. That blunt warning served only to strengthen the groups in Mexico that wanted to push ahead with measures limiting foreign economic penetration and influence”.

¹⁵³ Ambos os acordos foram celebrados em 1945 e versaram sobre a bipartição política do mundo: a zona sob a influência norte-americana e outra soviética. A separação do mundo em *Leste* (URSS) e *Oeste* (EUA) ocorreu de maneira *lato sensu* na Conferência de Yalta (Criméia) entre 4 e 11 de Fevereiro com Franklin Delano Roosevelt (EUA), Josef Stálin (URSS) e Winston Churchill (Reino

internacional como “a primeira superpotência nuclear na história mundial¹⁵⁴”, um posicionamento efetivo e bem definido após 15 anos de entraves tanto no âmbito doméstico quanto externo. São dois os obstáculos que marcaram a história estadunidense antes de 1945: um padrão administrativo instaurado na presidência de Herbert Hoover (1874-1964) – 31º presidente estadunidense – que se mostrou problemático para lidar com a “política das portas abertas”, a diretriz da PEEUA e o âmbito doméstico em crise (Grande Depressão); o segundo como sendo a necessidade de um consenso interno¹⁵⁵ nos EUA frente à realidade de crise do capitalismo e o surgimento, por outro lado, de modelos “revolucionários” como os regimes totalitários na Alemanha e Itália, além da presença da União Soviética (WILLIAMS, 1978, p. 163-4).

Incontestemente a condição de supremacia político-econômico-militar pós-1945, a PEEUA caracterizou-se pela inserção de dois vetores de ação externa:

Depois da Segunda Guerra Mundial, embora passando por um processo de ajuste para a sua readequação ao novo sistema e à nova condição de poder norte-americano dentro dele, todos esses componentes e prioridades do padrão histórico mantiveram-se fundamentais na elaboração da agenda externa, evoluindo em duas novas direções: a construção da ordem e a contenção. Partindo de um processo cumulativo de tradições,

Unido). A conferência de Potsdam – 17 de Julho a 2 de Agosto – versou sobre a futura administração da Alemanha após a derrota na guerra, e sua divisão em uma parte Oriental (República Democrática da Alemanha) sob controle soviético e a Ocidental (República Federal da Alemanha) sob controle dos EUA e da Inglaterra. Os acordos foram celebrados entre Josef Stálin, Winston Churchill e o recém-empossado presidente Harry Truman.

¹⁵⁴ Cf.: “the first nuclear superpower in world history”.

¹⁵⁵ Sobre a necessidade de consenso, Williams (1978, p. 164) argumenta que “a decisão chave tomada pelos líderes americanos, e aceita pelo resto da nação, envolveu um acordo *bipartisan* preservando a existência do sistema capitalista corporativo governado segundo as práticas de existência da democracia constitucional”. Cf.: “the key decision made by American leaders, and accepted by the rest of the nation, involved a bipartisan agreement to preserve the existing system of corporate capitalism governed according to the existing practices of constitutional democracy”.

tais direções, que conformam o padrão contemporâneo da política externa, promoveram um salto qualitativo na estratégia norte-americana em sua fase de maior potência global. Buscando inspiração no passado, respondendo aos dilemas da época e projetando uma visão de futuro, a construção da ordem e a contenção representaram a passagem definitiva dos Estados Unidos para a idade ‘adulta’ de suas relações internacionais, caracterizada pela hegemonia e pelo internacionalismo (PECEQUILO, 2005, p.125, grifos do autor).

Com isso, ater-se-á a esses dois novos elementos da PEEUA, principais diretrizes da atuação externa norte-americana.

No tocante à *construção da ordem*, os acordos de Bretton Woods¹⁵⁶ destinados à estabilidade *econômica* mundial com a posterior subserviência, mesmo sendo organismos internacionais, à política externa estadunidense (HOBSBAWM, 2006), (MONIZ BANDEIRA, 2006, 2013). A ajuda econômica dos EUA com o *Plano Marshall*¹⁵⁷ para recuperar a capacidade produtiva européia, e para o Japão, com o *Plano Colombo*¹⁵⁸. Outra organização internacional criada foi a Organização das Nações Unidas (ONU) com a Carta de San Francisco de 1945 e com início das discussões para sua criação na Conferência de

¹⁵⁶ De acordo com Silva e Gonçalves (2005, p. 11) a Conferência Econômica de Bretton Woods realizada “entre 1 e 22 de julho de 1944, num hotel da pequena cidade norte-americana de Bretton Woods, em New Hampshire, (...) reuniu representantes de 44 países, inclusive a antiga União Soviética, com a finalidade de criar as instituições que formariam os pilares da nova ordem econômica internacional do pós-guerra e estabelecer seus princípios”. As instituições a que se referem os autores são o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento). Ruggie (1996) traz à tona a idéia de que tanto o FMI quanto o Banco Mundial são versões contemporâneas da Política das “Portas Abertas”.

¹⁵⁷ O Plano Marshall foi “um projeto [econômico] maciço para a recuperação européia, foi lançado em junho de 1947. Como complemento, teve um braço “estratégico-militar”: a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949” (Cf. HOBSBAWM, 2006, p. 237-238).

¹⁵⁸ Versão do Plano Marshall com o objetivo de ajuda econômica ao Japão no pós-guerra.

Dumbarton Oaks¹⁵⁹. Com isso, e mais os acordos de Potsdam e Yalta – e a conseqüente bipolaridade – a PEEUA caracterizou-se como o conjunto de ações na busca da construção de uma ordem organizada em torno dos interesses dos EUA, juntamente com as demais nações por meio da promoção da democracia e do liberalismo econômico (MCEVOY-LEVY, 2001; WILLIAMS, 1978).

Sendo assim, a PEEUA – mantendo seu padrão histórico no qual a ideologia é componente constituinte – todo o contexto que se apresentou, a partir do término da Segunda Guerra Mundial pode-se afirmar que *institucionalizou* o poder político-econômico-militar no mundo. Como resultado de ações efetivas, confirmava-se a hegemonia estadunidense no plano externo e sua assunção como novo líder, segundo uma *hegemonia liberal* (IKENBERRY, 1998/99, p. 65), definida como “um sistema abrangente que confundia a política doméstica e internacional ao criar um elaborado sistema político transnacional e transgovernamental com os Estados Unidos no centro do sistema”.

Organizando a ordem internacional de acordo com seus interesses, uma nova preocupação emergia para os EUA: a URSS que se apresentava no pós-guerra como potência vencedora e, portanto, fortalecida politicamente. A ameaça comunista parecia um perigo iminente e precisava ser *contida*: em 12 de março de 1947 cria-se a *Doutrina Truman*¹⁶⁰. Na verdade, essa Doutrina esboçou as diretrizes de

¹⁵⁹ A *Dumbarton Oaks Conference* ou *Washington Conversations on International Peace and Security Organization* (Conversações de Washington sobre a Paz Internacional e a Organização da Segurança) foi realizada em Agosto de 1944 na capital estadunidense, na mansão Dumbarton Oaks, com a participação de representantes estadunidenses, do Reino Unido, da URSS e da República da China.

¹⁶⁰ A Doutrina Truman tornou-se pública no discurso proferido ao Congresso em 1947 no qual o presidente estadunidense afirma o papel dos EUA no mundo (como o defensor da liberdade e da estabilidade do SI). TRUMAN, H. *President Harry Truman's Address before a Joint Session of Congress, 1947*. Cf.: <http://www.yale.edu/lawweb/avalon/trudoc.htm>. Acesso em outubro de 2006. Merece destaque também que o contexto interno norte-americano no momento de elaboração da Doutrina Truman foi caracterizado também pela intensificação da caça aos comunistas e simpatizantes instituída pelo mccarthismo do fim dos anos 1940 até o final da década de 1950. Tendo como fundador o senador Joseph Raymond McCarthy (*Wisconsin*), o mccarthismo instituiu uma censura

ação norte-americana no contexto externo, a *política da contenção*¹⁶¹ (*containment*), e deu início à Guerra Fria. Pecequillo (2005, 141) a *Cold War* foi “produto da percepção de incompatibilidade, mas também como resultado de confrontos de interesse reais entre duas superpotências que, de fato, haviam se tornado os dois pólos principais no sistema depois da Segunda Guerra Mundial”. A inter-relação entre os princípios de *contenção* e de *construção da ordem* do pós-guerra é explicitada por Moniz Bandeira (2006, p. 152-3).

Em 12 de março de 1947, Truman anunciou que os Estados Unidos estavam dispostos a dar assistência política, econômica e, acima de tudo, militar aos ‘povos livres’, isto é, a qualquer governo anticomunista (*não* importava se *democrático* ou *ditatorial*) ameaçado por uma insurreição, invasão estrangeira ou mesmo pressões diplomáticas (...) E lançou o *European Recovery Programme*, que tomou o nome do secretário de Estado americano, George Marshall, com o objetivo de fornecer maciça ajuda econômica à Europa. (...) A doutrina do *containment* só seria mais viável e eficaz se os Estados Unidos colaborassem com a recuperação econômica da Europa, de modo a superar a ameaça revolucionária.

político-ideológica por meio das Comissões Senatoriais de Operações Governamentais e as Subcomissões de Investigação.

¹⁶¹ A política da contenção – *containment* – teve como criador George Frost Kennan (1904-2005), diplomata norte-americano por meio do “artigo X”, ou *The Sources of Soviet Conduct* (As fontes da conduta soviética) publicado no periódico *Foreign Affairs* na edição de Julho de 1947. Recebeu a denominação de “artigo X”, pois quem o assinava era o “Sr. X”, pseudônimo de Kennan. Segundo o artigo, a fonte do poder soviético provinha da “ideologia” e “circunstâncias”: a forma pela qual os líderes soviéticos chegavam ao poder era uma herança de como surgiu tal poder no momento da Revolução; e as circunstâncias ou formas de exercício desse poder pelos dirigentes da URSS em três décadas. KENNAN, G. F. *The Sources of Soviet Conduct*. In: *Foreign Affairs*, Julho de 1947. Cf.: <http://www.foreignaffairs.org/19470701faessay25403/x/the-sources-of-soviet-conduct.html>. Acesso em Outubro de 2006.

Assim, a contenção possuiu como meios a ajuda política, econômica e estratégica no intuito de conter o avanço da URSS, já que em 14 de abril de 1950, o Conselho de Segurança Nacional (*National Security Concil*) emitiu a NSC-68, um relatório elaborado para definir os objetivos e programas para a segurança nacional estadunidense (*United States objectives and programs for national security*) que previa a utilização desses meios e do componente ideológico no combate à “ideologia comunista”, de modo que novamente a democracia e a liberdade¹⁶² apresentam-se como eixos, idéias e valores a serem perseguidos e implementados pelos EUA no SI (MCEVOY-LEVY, 2001).

A ideologia – ou os “valores fundamentais” – é um importante elemento no embate entre as duas potências do pós-guerra. Michael Hunt (1987, p. 151-3) descreve a interação entre a “velha ideologia” – old ideology, a “ideologia fundacional” no presente trabalho – e o novo contexto, onde a liderança estadunidense da ordem internacional torna-se um imperativo para a nova geração de policymakers

Para a nova geração de formuladores de política [externa] a compreensão de que a velha ideologia estava fortalecida por duas novas formulações. Uma enfatizava as lições históricas que validavam a visão da velha ideologia. Tais lições, as quais guiaram os formuladores de política na década de 1940 e também após, migraram da mitologia histórica, segundo a teoria do grande ciclo. Seus proponentes olharam ao passado com nostalgia onde se fazia presente a promessa de um Estados Unidos que se movia para uma política externa madura e afirmativa que assegurava os ideais nacionais e o crescimento do poder nacional. A outra recente formulação subestimava a velha ideologia, pois a caracterizava como geopolítica.

¹⁶² Cf. em especial destaca-se o item II, intitulado “*Fundamental Purpose of the United States*” (Finalidade Fundamental dos Estados Unidos) que reafirma sua ideologia fundacional: “na essência, a finalidade fundamental é assegurar a integridade e vitalidade de nossa liberdade livre, a qual foi fundada sob a dignidade e o valor individual”. *United States Objectives and Programs for National Security, NSC-68*. Washington: National Security Concil, 1950. Cf.: <http://www.fas.org/irp/offdocs/nsc-hst/nsc-68.htm>. Acesso em novembro de 2006.

A velha ideologia, então, duplamente reforçada, desenhou a política da Guerra Fria e inspirou a mais importante expressão de tal política, a doutrina da contenção. A ideologia foi definida para advogar a favor da contenção já que uma temática estava em jogo: a sobrevivência da liberdade no mundo. A ideologia também foi definida para o líder da ameaça à liberdade: o comunismo soviético, o qual os Estados Unidos possuíam a obrigação de combater.¹⁶³

A *teoria do grande ciclo*, utilizada pelos *policymakers* estadunidenses, defendia a crença de que algo deveria ser feito para assegurar a ordem ou estabilidade internacional para que não se repetisse o que ocorreu na Primeira e Segunda Guerra Mundiais. Para se evitar outro conflito mundial, os EUA deveriam assumir sua posição de mantenedor da paz, da democracia e da liberdade. Dessa forma, seguindo-se o raciocínio dessa teoria, “uma volta ao isolacionismo após a Segunda Guerra *certamente* levaria a outro conflito global¹⁶⁴” (HUNT, 1987, p. 152, grifo do autor). Além do mais, a concepção do grande ciclo partia do pressuposto de que o SI estava dividido por Estados democráticos e, portanto, “amantes da paz” (*peace-loving states*), com a liderança estadunidense, e os não democráticos, representados por atitudes agressivas e hostis no plano externo e políticas domésticas repressivas, tendo como principal exemplo a URSS.

¹⁶³ Cf.: “For this generation of policymakers the grip of the old ideology was strengthened by two new formulations. One emphasized historical lessons that validated the old ideological vision. Those lessons, which were to guide policymakers in the 1940s and after, flowed from a historical mythology known as the great-cycle theory. Its proponents looked back with nostalgia to the high promise of the First World War, when the United States had moved toward mature, assertive foreign policy in keeping with national ideals and growing national power (...) The other fresh formulation undergirding the old ideology was geopolitics (...) The old ideology, thus, doubly reinforced, shaped Cold War policy and inspired the most important expression of that policy, the doctrine of containment. Ideology defined for the advocates of containment the issue at stake: survival freedom around the world. That ideology also defined the chief threat to freedom: Soviet communism – which the United States had an incontestable obligation to combat”.

¹⁶⁴ Cf.: “a retreat to isolationism after World War II would be certain to precipitate yet another global conflict”.

Sendo assim, a PEEUA guiou-se pelas premissas da contenção, durante a segunda metade do século XX, apesar das distintas fases da Guerra Fria¹⁶⁵ até seu fim, em 1989 (PECEQUILO, 2005, p. 207). A contenção apenas possuiu ressalvas como padrão de ação da PENA na *Détente* – afrouxamento das tensões entre as duas potências que ditavam a ordem bipolar – na presidência democrata de Jimmy Carter (1977-81), quando houve um certo repúdio ao comportamento dos Estados Unidos, o que promoveu a demanda de um retorno aos “compromissos morais”, como a promoção da democracia. Hunt afirma que a ação externa dos EUA na administração de Carter criou um abismo (*gulf*) com a de Nixon (HUNT, 1987).

No que tange à PEEUA no governo Carter, convém lembrar as crises internas como a dicotomia política entre dois importantes membros de seu *staff*: enquanto Cyrus Vance – Secretário de Estado – esforçava-se para continuar as negociações sobre o plano SALT¹⁶⁶, seguindo as instruções do presidente, Zbigniew Brzezinski, Consultor de Segurança Nacional (*National Security Adviser*), desejava uma política

¹⁶⁵ Convém lembrar que a Guerra Fria, segundo Pecequilo (2005), pode ser subdividida em cinco fases: Confrontação (1947-62), subdividindo-se em *Inicial* ou *Formativo* (47-55) e *Evolutivo* (1955-62); *Coexistência Pacífica* (1963-69); *Détente* (1969-79); *Confrontação Renovada* (1979-1985) e *Retomada do Diálogo* (1985-89). Não obstante, a criação da contenção se deu na fase da Confrontação, especificamente no período Inicial, com a presidência de Dwight Eisenhower (1953-61) transformando-a de uma política anti-soviética a uma política anticomunista, e de estratégia defensiva/preventiva para ativa (WILLIAMS, 1978, p. 245). As diferenças ou variações nas formas pelas quais os EUA buscavam a contenção da URSS, têm como exemplos o *brinkmanship* (a ameaça nuclear como pressão política contra a União Soviética) característico do governo John F. Kennedy (1961-63) bem delimitado no incidente de Cuba – a Crise dos Mísseis de 1962; e o *policy linkage*, estratégia de ação da PENA, criada na administração Richard Nixon (1969-74), tentativa de submissão soviética mediante a superioridade econômica norte-americana por meio das trocas comerciais internacionais.

¹⁶⁶ Os planos SALT (*Strategic Arms Limitation Talks*) referiam-se aos acordos de controle de armas, em especial os mísseis balísticos intercontinentais, entre a URSS e os EUA, compostos por duas rodadas: a primeira, denominada de SALT I, com o início das negociações em 1969 (Helsinki) e fim em 1972, com a assinatura do tratado entre Leonid Brezhnev (URSS, 1964-82) e Gerald Ford, (1974-77), na cidade de Vladivostok (URSS), seguida pelo SALT II, cujas conversações começaram em 1972, concluídas com a assinatura em 18 de junho de 1979, entre Carter e Brezhnev em Viena, Áustria.

de confrontação com a URSS, tendo como retórica os temas da autodeterminação e os direitos humanos (HUNT, 1987, p. 185). No final de 1979, no entanto, houve uma volta ao confronto, já que no mesmo ano percebia-se o *military build-up*¹⁶⁷ soviético. Dessa forma, a PEEUA assume uma orientação hegemônica, um confronto permanente, onde os preceitos do presidente Carter – os direitos humanos e individuais – são utilizados como pretexto para o enfrentamento, segundo as premissas de contenção da União Soviética.

O mandato de Ronald Reagan (1981-89) tem início na fase de Confrontação Renovada (1981-85). Sua principal medida no tocante às relações interestatais entre as potências rivais, o *military build-up* americano¹⁶⁸, elemento fundamental da estratégia para a superação da URSS e eliminação da vulnerabilidade militar norte-americana. Pecequilo (2005, p. 207) considera que esse plano estratégico foi uma das causas do fim da Guerra Fria, pois “ao tentar acompanhar o ritmo da corrida armamentista imposta pelos Estados Unidos, a União Soviética descobriu que não possuía nem recursos nem tecnologia para fazê-lo novamente, devendo abrir mão da disputa”. Mantém-se também com Reagan¹⁶⁹ a idéia do excepcionalismo americano, a *old ideology* ou ideologia fundacional, na PEEUA combinada à sua superioridade militar e nuclear, resultando um fortalecimento do poder e da “missão” norte-americana no mundo (HUNT, 1987; MCEVOY-LEVY, 2001; PECEQUILO, 2005).

Com o fim da Guerra Fria – tendo por marco a queda do Muro de Berlim em 1989 – e a desarticulação da URSS, o princípio que sempre

¹⁶⁷ O *military build-up* refere-se a medidas tomadas pelos governos com o objetivo de aumentar a capacidade para produzir armas ou aumento da tropa, logística e etc., lógica que perdurou durante toda a Guerra Fria. O *build-up* é um retorno à corrida armamentista empreendida pelos EUA e a URSS. Após esse incremento bélico, a URSS invade o Afeganistão, o que provocou uma reação da parte dos EUA, como um embargo aos soviéticos e a perda do esforço por parte do executivo norte-americano na busca da ratificação pelo Senado do acordo SALT II (HUNT, 1987, p. 186).

¹⁶⁸ O exemplo emblemático do *military buildup* estadunidense é o programa Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE), também denominado programa “Guerra nas Estrelas”.

¹⁶⁹ Convém lembrar a célebre referência de Reagan à URSS de “Império do Mal” (*Evil Empire*) remetendo a uma concepção maniqueísta do mundo, onde o “Bem” diria respeito ao mundo capitalista, democrático e o “Mal” o bloco socialista (GALLO, 2004, p. 71-73).

orientou a PEEUA, a contenção, revelou-se anacrônico, pois se desenhava um novo contexto se apresentava que exigia dos EUA a reformulação de sua política externa.

4.4.3 De 1991 aos anos 2011

A partir do desmembramento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a PENA – regida pela idéia de conter a expansão soviética – não mais se adaptava a esse novo contexto. Os anos de 1990 representaram a vitória do liberalismo – ou liberalismo centrista e sua mais “nova” forma, o neoliberalismo – sobre o socialismo. As transformações do capitalismo¹⁷⁰, a perda da liderança econômica mundial¹⁷¹, além das alterações políticas no âmbito internacional, o fim do “mundo bipolar”, definiram o cenário pós-Guerra Fria. O imperativo de reajuste das ações no exterior não se restringiu aos EUA: tanto as políticas quanto as prioridades externas das demais nações também precisaram ser revistas.

No que se refere à PENA, seu padrão internacionalista parecia estar ameaçado, pois houve dissenso no campo político estadunidense, com o retorno à postura isolacionista como estratégia hegemônica. Assim, “os partidários da corrente isolacionista pregavam o *slogan* da ‘America first’, com a retirada das tropas estacionadas no exterior, na Europa e na Ásia [prática oriunda da contenção], a diminuição considerável dos gastos com defesa e uma maior atenção à competição econômica representada na Guerra Fria nessas mesmas regiões”

¹⁷⁰ Transformações apresentadas no primeiro capítulo do presente trabalho, como os processos de globalização e transnacionalização, por meio do conceito de globalismo (IANNI, 2004), (KEOHANE e NYE, 2002), implicando a quebra do monopólio estatal nas relações internacionais.

¹⁷¹ Pecequillo (1995, p. 247) apresenta a idéia de que os EUA perdem a liderança na economia internacional. Para Ornelas (2002, p. 99) a década de 1990 foi o momento no qual ocorreu um processo de renovação dessa liderança mediante a exitosa atuação das ETNs norte-americanas. O mesmo autor explicita que é nesse período que essas empresas tiveram sucesso em suas atividades, em especial as industriais, controlando “porções essenciais da atividade econômica mundial, dando uma base material para a expansão estadunidense nas outras dimensões da hegemonia (militar, política e cultural)” (ORNELAS, 2002, p. 102). Cf.: “porciones esenciales de la actividad económica mundial, dando una base material a la expansión estadounidense en las otras dimensiones de la hegemonía (militar, política y cultural)”.

(PECEQUILO, 2005, p. 258). Percebe-se a preocupação com a performance dos EUA na economia internacional, que foi uma das armas utilizadas contra a URSS (*policy linkage* do *policymaker* Henry Kissinger, secretário de Estado da administração Nixon). Os EUA partem para uma política externa unilateral – tradição primordial da PEEUA segundo Williams (1978) – todavia, nas estruturas cooperativas, multilaterais, criadas no contexto do pós-1945 com o objetivo de construção da ordem internacional. Contudo, no plano da política internacional um dos reajustes da PEEUA foi a substituição da “ameaça vermelha” pelos *rogue states*, os “estados imprevisíveis”, “não confiáveis” (aos interesses estadunidenses) como a Líbia, o Irã, o Iraque e a Iugoslávia¹⁷².

A política externa tanto no mandato republicano de George Bush (1989-93) quanto nos dois do democrata William “Bill” Clinton (1993-2001), a estabilidade do SI como pré-requisito para a segurança interna, tema constante do engajamento externo, manteve-se intacto como também a ideologia da “missão” dos EUA em promover a democracia mediante a defesa do “livre mercado global” (MCEVOY-LEVY, 2001). Essa continuidade também é explicitada por Moniz Bandeira (2006, p. 556).

¹⁷² A substituição da ameaça soviética por outros inimigos é descrita por Clarke (1995, p. 4) como “síndrome da superpotência restante” devido à incapacidade em lidar com um cenário em que o desempenho econômico norte-americano é superado por outros Estados – não se faz presente mais a liderança econômica dos EUA – e a ameaça de *forças transnacionais*, entendidas enquanto ameaças providas do terrorismo e do narcotráfico (MONIZ BANDEIRA, 2006, p. 482). Não se pode esquecer de desdobramentos como a longa guerra entre o Irã e o Iraque iniciada em meados de 1980, onde o Irã era o *rogue state*, já que vinha de uma revolução religiosa islâmica, com a ascensão ao poder dos aiatolás, que depôs o xá Rêza Palevi, um dos “pilares estratégicos” dos EUA na região que concentra as maiores reservas de petróleo no mundo. No caso da Líbia, o golpe de Estado de Muammar Al-Qadhafi em 1º de Setembro de 1969 derrubou Muhammad Al-Sousi (Idris I) e “pretendia organizar o que chamou de *Jamhiyyat* (Estado das massas), uma espécie de democracia direta, baseada no poder do povo, ‘sem substituto nem representação’”(BANDEIRA, op. cit, p. 463), como disposto no *Livro Verde*. Ao mesmo tempo, Qadhafi teve uma postura anti-americana – tendência característica na década de 1970 dos governos do Oriente Médio, com exceção de Israel, Emirados Árabes, Arábia Saudita e Kuwait.

Clinton não alterou, essencialmente, a política internacional, desenvolvida por George Bush, e optou pelo *assertive multilateralism* [multilateralismo afirmativo], i. e., o uso da força armada pelos Estados Unidos, caso a diplomacia coercitiva não obtivesse resultado (...) na ONU (...) em que tiranias e regimes democráticos não se diferenciavam. De acordo com tal diretriz, os Estados Unidos, liderando outros sócios da OTAN, efetuaram o bombardeio contra as forças da Sérvia, na Iugoslávia, em 1994 e 1995. E Clinton ordenou, em setembro de 1994, a *Operation Uphold Democracy* [Operação Apoiar a Democracia], invadindo o Haiti, após o Conselho de Segurança da ONU (31/7/1994) aprovar o uso de '*all necessary means*' ['todos os meios necessários'] a pretexto de restaurar a ordem democrática naquele país, intervenção esta de importância estratégica, baseada na U. S. National Strategy of Engagement and Enlargement. Ele [Clinton] nunca descartou a possibilidade de uma intervenção unilateral, caso os Estados Unidos sentissem seus interesses ameaçados.

Além disso, o presidente Clinton, em discurso proferido na Universidade de Oklahoma (*Second Inaugural Address*) em 20 de janeiro de 1997, evidencia a *old ideology*, o Destino Manifesto e a caracterização dos EUA como um *beacon* orientando o resto do mundo:

Devemos manter nossa velha democracia sempre jovem. Guiados pela antiga visão da terra prometida, vamos estabelecer os sinais de uma terra com uma nova promessa (...). Então, em uma comoção e triunfo, a promessa eclodiu no palco mundial fazendo desse século o Século Americano. (...) A América transformou-se no mais poderosa força industrial, salvando o mundo da tirania, de duas guerras mundiais e uma longa Guerra Fria; e tem alcançado, continuamente através do globo milhões que, como nós, têm desejado as bênçãos da liberdade (...) Nesses quatro anos [primeiro mandato de Clinton, de 1993 a 1997] temos sido tocados pela tragédia,

animados pelo desafio, fortalecidos pelo que foi alcançado. A América permanece como a única nação indispensável ao mundo¹⁷³ (CLINTON, 1997).

Dessa forma, a ideologia se reproduz na PEEUA ao longo da história norte-americana. A *old ideology* – o conjunto formado pela ideia da excepcionalidade da experiência norte-americana (“democracia”, a “república dinâmica” e a “liberdade”) mais o Destino Manifesto – foi adaptada em seu conteúdo realimentando a PEEUA no intuito de justificar, legitimar as diferentes ações dos Estados Unidos, mesmo quando o horizonte histórico se apresentava antagônico a esse conjunto ideológico marcado pelo *Lockean pattern*.

As atuações externas estadunidenses foram descritas levando-se em consideração os principais elementos definidores de seu contexto, ou, em outras palavras, o momento histórico característico dos EUA segundo uma ordem sociometabólica inerente ao modo de produção capitalista, com seus antagonismos estruturais e contradições resultantes, assim explicitando a processualidade e totalidade da história.

Nesse sentido, alguns autores como Moniz Bandeira (2006; 2013), Ramonet (2003) e Hobsbawm (2006) atestam de que a contemporaneidade é marcada por uns novos processos históricos – que se desdobram – com especial atenção, a partir da queda do Muro de Berlim e da União Soviética.

No que tange à PEEUA, nesse novo processo de expansão do capitalismo, a transição da política externa dos EUA do pós-guerra Fria

¹⁷³Cf.: “We must keep our old democracy forever young. Guided by the ancient vision of a promised land, let us set our sights upon a land of new promise (...) Then, in turmoil and triumph, that promise exploded onto the world stage to make this the American Century. (...)America became the world's mightiest industrial power; saved the world from tyranny in two world wars and a long cold war; and time and again, reached out across the globe to millions who, like us, longed for the blessings of liberty (...)In these four years, we have been touched by tragedy, exhilarated by challenge, strengthened by achievement. America stands alone as the world's indispensable nation”. CLINTON, W. *Second Inaugural Address to the University of Oklahoma Center of Law*. 20 de Janeiro de 1997. Cf.: <http://www.law.ou.edu/ushistory/clinton2.shtml>. Acesso em Novembro de 2006.

para o início do século XXI foi marcada pela ausência de um “inimigo a combater” – lógica da política da contenção – e por uma conjuntura caracterizada pela transnacionalização do capital. Pecequillo (2005, p. 246) traz à tona as necessidades de adaptação da PEEUA a esse novo cenário e enfatiza a perda de liderança na competição econômica internacional. Com a desarticulação da URSS, houve a hegemonia do liberalismo centrista, que de acordo com Wallerstein (2003, p. 443) é a “metalinguagem auto-evidente do sistema mundial”. Dessa forma “a Guerra Fria não era um jogo a ser vencido, mas um minueto a ser dançado (...) [e] suprimiu o último sustentáculo da hegemonia e da prosperidade dos Estados Unidos: o escudo soviético” (WALLERSTEIN, 2004, p. 196).

Logo, a PEEUA no mandato de George Walker Bush toma os contornos da “Guerra ao Terror” (*War on Terror*) em momento posterior aos ataques de 11 de setembro de 2001: um “novo inimigo” foi “achado” (ONEA 2013). O unilateralismo da postura dos EUA nos mandatos de Bush filho somente segue outro eixo com a eleição de Barack Obama que, de certa forma, encerra a doutrina da “Guerra ao Terror”, retirando as forças militares do Iraque, explicitando o discurso do multilateralismo em relação à atuação dos EUA.

Porém, a ideologia do excepcionalismo permanece na PEEUA de Obama, atestando a necessidade de liderança dos Estados Unidos nas questões internacionais (ONEA, 2013), explicitando o papel que o *Lockean pattern* tem na vida político-social estadunidense.

5 A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E O ORIENTE MÉDIO: A “PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA” NO EGITO E NO IRAQUE DO GOVERNO CLINTON À PRIMAVERA ÁRABE

5.1 POR UMA ANÁLISE MATERIALISTA HISTÓRICA DA PEEUA NO SÉCULO XXI

A PEEUA possui um conjunto de valores (*core values*) que, como afirma Mead (2006), parece orientar as ações dos EUA no contexto internacional. A relevância desses valores, logicamente, merece nota.

Contudo, a apreensão das ideias do *Lockean pattern* na política externa estadunidense merece uma contextualização histórica que permita relacioná-las a processos sociais que trazem à tona uma configuração de forças, interesses de frações da classe capitalista que se apresentam como fatores determinantes na conduta do aparato estatal dos EUA *overseas*.

Nesse sentido, o presente capítulo versará sobre a articulação das ações da PEEUA com os desdobramentos do sistema capitalista, evidenciando a relação entre o Estado, os interesses para manutenção da acumulação capitalista e o estabelecimento de estruturas históricas de poder. O nexos Estado-capital, ou seja, o conjunto das relações entre o conjunto estatal (os elementos institucionais além de seu *staff*) e os interesses do capital transnacional é o ponto-chave para a compreensão da conduta externa dos EUA (DE GRAAFF, VAN APELDOORN, 2010; VAN APELDOORN, DE GRAAFF, 2010, 2012; VAN APELDOORN, DE GRAAFF, OVERBEEK, 2012).

É por meio dessa linha argumentativa que a “promoção da democracia” realizada pelos EUA será apreendida neste trabalho, tendo como recorte regional o Oriente Médio, em especial, os casos do Egito e Iraque a partir do mandato de Bill Clinton até a Primavera Árabe (2011).

Logo, a premissa da abordagem neogramsciana permite o destaque do papel das *ideias* no estabelecimento das relações de dominação/poder desde que relacionadas com as relações sociais determinadas materialmente, evitando-se qualquer reificação.

Esse é um cuidado que preserva a concepção dialética dos conceitos gramscianos para a aplicação na análise das relações de poder que envolvem um complexo Estado/sociedade com os demais.

5.2 ESTRUTURAS HISTÓRICAS DE PODER: OS EUA E OS IMPERATIVOS DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

De forma sucinta, as estruturas históricas de poder que caracterizam o sistema internacional, como a *pax britannica* do século XIX, são desdobramentos da relação dialética entre hegemonia, bloco histórico e Estado “ampliado”.

A formação de uma ordem mundial britânica teve como eixos a necessidade da expansão capitalista – em outros termos, a expansão para a manutenção da acumulação – e um conjunto ideológico que a legitimasse: o Lockean complex como a expressão do domínio de uma forma de Estado no sistema internacional. A um conjunto de Estados que adotaram o Lockean pattern e, logicamente, o modo de produção capitalista, permitiu a formação de uma estrutura de poder global, onde a hegemonia britânica se sustentava por um bloco histórico mundial (COX, 1987, 2007). Essa estrutura foi a marca da história das relações internacionais durante grande parte do século XIX.

Todavia, essa configuração de poder foi suplantada na passagem do século XX, sendo possível argumentar que as Grandes Guerras foram os indicadores de transformações históricas significativas, pois, de um lado, tem-se um processo de crise do capitalismo liberal clássico desde as últimas décadas do século XIX, culminando na Quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929; de outro, há a indicação de que uma reconfiguração nos polos de poder do Lockean heartland (HOBSBAWM, 1995; VAN DER PIJL, 1984, 1998).

A “Grande Guerra”, denominada assim até 1939, representou uma mudança geopolítica significativa entre os Estados europeus, indicando um certa quebra com a estrutura de poder global da *pax britannica*.

É nesse contexto que os Estados Unidos da América se afirmam como potência industrial e, com isso, mesmo após a crise de 1929 corrigida pelas medidas keynesianas do *New Deal*, tem-se então um novo momento sobre a produção capitalista marcado pela internacionalização da produção e do consumo em massa (o fordismo) e o desenvolvimento de uma nova concepção de liberalismo, o que Van Der Pijl (1984, 1998) denominou de *liberalismo corporativo* – ou *neoliberalismo* para Cox (1987) e Rupert (1995) – ou, até mesmo de *capitalismo estatal* para outros autores da escola de Amsterdã (DE GRAAFF, VAN APELDOORN, 2010; OVERBEEK, 2004; VAN

APELDOORN, DE GRAAFF, 2010, 2012; VAN APELDOORN, DE GRAAFF, OVERBEEK, 2012).

A internacionalização do *American-style liberal capitalism* – uma configuração de forças sociais que dão o contorno do complexo Estado/sociedade civil estadunidense – teve nas instituições internacionais do imediato pós-Segunda Guerra Mundial um importante apoio no sentido de se criar uma visão hegemônica do liberalismo corporativo no contexto internacional (RUPERT, 1995), dando as condições para o estabelecimento de uma estrutura de poder global com um ideário legitimador distinto do liberalismo da *pax britannica*. Uma nova ordem mundial se estabelece demandando um conjunto ideológico que legitima a acumulação capitalista sob a ótica das forças sociais dominantes estadunidenses: a *pax americana*.

5.2.1 Da pax americana ao século XXI

O período do imediato pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado pela criação de instituições internacionais que tinham como premissa a ordenação do sistema internacional, em especial, o sistema econômico-financeiro internacional (BRETT, 1985; COX, 1986, 1987; GILL, 1991, 2007; HOBSBAWM, 1995; RUPERT, 1995; SOLOMON, 1999).

Convém destacar, além da criação de um organismo mundial no sentido de evitar novos conflitos armados, a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, a institucionalização do modelo do liberalismo corporativo por meio do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e GATT 47¹⁷⁴.

Na perspectiva proposta por Cox (1986, 1987) a construção da ordem hegemônica dos EUA do pós-Segunda Guerra Mundial assentou-se nas instituições internacionais permitindo a disseminação dos valores/ideias legitimadores da expansão capitalista segundo interesses de forças, frações de classe, grupos de interesse dominantes do contexto social estadunidense.

¹⁷⁴ “GATT 47” (*The General Agreement on Tariffs and Trade*) refere-se ao *Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio* de 1947 assinado por Austrália, Brasil, Burma, Canadá, Ceilão, Chile, China (antes da Revolução), Cuba (antes da Revolução), EUA, França, Holanda, Índia, Líbano, Luxemburgo, Nova Zelândia, Noruega, Paquistão, Reino Unido, Rodésia do Sul, Síria e Tchecoslováquia.

A criação do bloco histórico pelos EUA – a *pax americana* – significou a hegemonia do complexo Estado/sociedade estadunidense, marcado por elementos do *Lockean pattern* mas também com *conceitos de controle* distintos, já que privilegia o setor das grandes corporações industriais (COX, 1987; HARVEY, 2004; RUPERT, 1995) além do setor financeiro DE GRAAFF, VAN APELDOORN, 2010; OVERBEEK, 2004; VAN APELDOORN, DE GRAAFF, 2010, 2012; VAN APELDOORN, DE GRAAFF, OVERBEEK, 2012).

Por meio das instituições internacionais, a forma de Estado estadunidense acabou por se apresentar como forma hegemônica, tendo como uma de suas características principais a relação Estado-capital, marcada pelo *capital orientado para a transnacionalização* (*transnationally oriented capital*)

Enquanto que o conceito de ‘capital transnacional’ está acima de tudo associado com a era contemporânea da globalização, a transnacionalização do capital tem uma história mais longa, intimamente relacionada com o domínio global do capitalismo estadunidense. Embora possamos chamar somente de capital ‘transnacional’ se grande parte de ativos de uma unidade (isto é, um firma) não está localizada não apenas fora do país natal, mas disperso em várias jurisdições nacionais, podemos citar as grandes corporações que emergiram primeiramente nos EUA no final do século XIX, que já se orientavam na busca de expandir capital, tendo como exemplo os investimentos significativos que fizeram na Ásia e na América Latina. Assim, podemos entender que a noção de capital orientado para a transnacionalização é uma parte do capital que procura se expandir fora de seu mercado doméstico no sentido de sustentar lucratividade; transnacional refere-se, então, mais a uma estratégia do que um estado de coisas alcançado¹⁷⁵

¹⁷⁵ Cf.: “While the concept ‘transnational capital’ is above all associated with the contemporary era of globalization, the transnationalization of capital has much a longer history, which is intimately bound up with the global rise of American capitalism. Although we may arguably call capital only ‘transnational’ if within a single unit (i.e. a firm) a large part of its assets are not

(VAN APELDOORN, DE GRAAFF, 2012, p. 595, grifos dos autores).

Nesse sentido, pode-se falar de que a expansão do capital das grandes corporações estadunidenses se mostra como um traço característico do modelo capitalista estadunidense, o que demandou novas diretrizes de política externa: convém lembrar que é exatamente na passagem do século XIX para o XX que a PEEUA rompe com uma postura isolacionismo nas questões internacionais, adotando, então, diretrizes de ação intervencionistas.

Logo, expansão do capital para outros contextos nacionais demandou uma atuação do aparato estatal estadunidense, onde a política externa acaba se tornando um veículo para a consecução de uma estratégia de uma fração de classe, em especial, um elite corporativa transnacional (STEIL, LITAN, 2006; VAN APELDOORN, DE GRAAFF, 2012, VAN DER PIJL, 1998)

Com isso, a *pax americana* se pautou na internalização pelos demais Estados do modelo transnacional capitalista parametrizado pelos interesses das corporações transnacionais estadunidenses por meio da aceitação dos princípios de uma economia de “livre mercado”, estipulados por instituições internacionais como FMI e Banco Mundial. Merece destaque também merecendo o papel que os Planos Marshall e Colombo tiveram na construção de uma hegemonia de de reconstrução da Europa e Japão, respectivamente após a Segunda Guerra Mundial (COX, 1997; GILL, 1991, 2007; RUPERT, 2005).

Com exceção do bloco Socialista, a participação dos demais Estados na economia internacional se dava por meio da adoção de medidas por parte dos governos nacionais no sentido de viabilizarem o livre fluxo dos capitais transnacionais. Logo, a hegemonia dos EUA, a criação de uma estrutura de poder global marcada pelos interesses do capitalismo corporativo amparou-se na ideia do desenvolvimento

only located outside the home country but also dispersed over many national jurisdictions, the modern large corporations which emerged first in the US at the end of nineteenth century were from the start seeking expansion abroad and making significant investments in Latin America and Asia in particular. More generally, then, we may understand the notion of *transnationally oriented capital* as that part of capital that seeks to expand outside its domestic market in order to sustain profitability: transnational here thus refers to a strategy rather necessarily an already achieved state of affairs”.

econômico por meio da adoção de “economias de livre mercado”, tanto do ponto de vista financeiro como do comercial.

Todavia, com a crise financeira e do setor petrolífero nos anos 1970, encerra-se a ordem mundial estadunidense – em outras palavras, sua hegemonia – demandando um novo conjunto ideológico que fornecesse a legitimidade necessária para a expansão dos capitais transnacionais em frente a um contexto de diminuição do crescimento econômico em face aos anos 1950 e 1960 (SOLOMON, 1999).

É nesse contexto que o *neoliberalismo disciplinador* (GILL, 1991, 2002) ou o *hiperliberalismo* (COX, 1987; RUPERT, 1995) é utilizado como elemento que tenta garantir, ideologicamente, a continuação dos interesses de classe ou fração de classe dominantes na *pax americana*. A partir de então, a filosofia implementada pelos governos Margareth Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos EUA, apesar de diferirem em alguns aspectos, balizavam-se por um “princípio simples: tirar o governo das costas dos cidadãos e fazer a ‘magia do mercado’ prevalecer”¹⁷⁶, (SOLOMON, 1999, p. 13, grifos do autor).

Os anos 1980 e 1990 foram anos de reestruturação das instâncias garantidoras para o livre fluxo de capitais, com intuito de expansão da acumulação ou, em outras palavras, para o aumento da lucratividade dos detentores desses capitais (BRETT, 1985; SOLOMON, 1999).

A ideologia do livre mercado, da cooperação entre as economias pelo livre fluxo de capitais, deu o tom da PEEUA com especial destaque aos anos 1990. Com a passagem do século XX para o XXI, percebe-se uma continuação de ações orientadas segundo esse ideário, valendo-se de instituições internacionais e fóruns multilaterais no intuito de construção de uma hegemonia estadunidense no pós-Guerra Fria.

Convém lembrar a contradição presente de que, por mais que se volte à noção do Estado do Liberalismo Clássico – cerne da ideologia hiperliberal – o Estado permanece sendo um ator central para o constrangimento de outros Estados, já que o objetivo por detrás de todas as práticas políticas estadunidense seria a de estabelecer relações de poder.

Com isso, os princípios do neoliberalismo disciplinador e o conjunto de reformas econômicas que os demais Estados devem adotar,

¹⁷⁶ Cf.: “simple tent: get the government off the backs of the people and let ‘the magic of the market place’ prevail”.

possui um componente ideológico que é objeto da PEEUA: *a promoção do regime democrático* em contextos nacionais específicos (ROBINSON, 1996).

5.3 A “PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA” DOS EUA: CONTORNOS HISTÓRICOS

O interesse estadunidense de “promover a democracia” a outros contextos nacionais tem como marco simbólico inicial as palavras do presidente Woodrow Wilson (1913-1921) em seu discurso *Fourteen Points* ao Congresso sobre o papel dos Estados Unidos no contexto do pós-Primeira Guerra Mundial: “uma missão para a democracia (...) e fazer do mundo um lugar livre” (BARACANI, 2010, p. 304)¹⁷⁷. Com o final da Segunda Guerra Mundial, a bipolarização do mundo, a promoção do regime democrático apresenta-se como dimensão da política da contenção¹⁷⁸. Este é o caso da *United States Agency for International Development* (USAID) criada no governo de John F. Kennedy em 1961 com o objetivo principal de dar assistência às nações no intuito de alcançarem os desenvolvimentos econômico e social (USAID, 2011). O foco principal da USAID até a década de 1980 era a promoção do desenvolvimento econômico, capitalista pautado nas diretrizes do “livre mercado”. A defesa e “promoção da democracia” seria um elemento secundário, uma forma para se obter o desenvolvimento econômico capitalista (BARACANI, 2010), ou, em outras palavras, uma dimensão do exercício da hegemonia estadunidense. Na mesma linha argumentativa, McFaul (2010, p. 19) afirma que nas “três primeiras décadas de existência da ajuda externa [realizada pelos EUA] ela teve seu foco no desenvolvimento social e econômico, não na promoção da democracia”¹⁷⁹.

¹⁷⁷ A perspectiva de “promoção da democracia” de forma idealista por Wilson foi denominada de *wilsonianismo* e, a partir de então, sempre tem aparecido — ao menos em sua forma retórica — na política externa dos Estados Unidos (GALLO, 2007).

¹⁷⁸ A *política da contenção*, o segundo momento da política externa dos EUA no pós-Segunda Guerra Mundial (o primeiro seria a construção da *ordem internacional*) se caracterizava pela contenção da influência da União Soviética no mundo e pela manutenção da liderança estadunidense no mundo. O foco principal da USAID até então era a promoção do desenvolvimento econômico.

¹⁷⁹ Cf.: “the first three decades of AID’s existence, its principal focus remained social and economic development, not democracy promotion”.

Já para Carothers (2009, p.21, grifos nossos) essa foi a “primeira onda” da “promoção da democracia” no exterior pelo governo estadunidense,

Embora as autoridades estadunidenses começaram a perceber a ajuda como uma ferramenta para promover a democracia no exterior, a relação ajuda-democracia foi em grande parte indireta: esperava-se que a ajuda trouxesse o desenvolvimento econômico, que por sua vez era esperado para fomentar a democracia. (...) Na medida em que os programas de ajuda dos EUA nos anos 1960 tentaram moldar instituições governamentais nos países em desenvolvimento, eles se concentraram no fortalecimento da administração pública. Nos novos estados que emergem com a descolonização da África, Ásia e Oriente Médio, as autoridades estadunidenses responsáveis pela ajuda externa procuraram focar na construção de capacidades administrativas [tanto do ponto de vista formal quanto de gerenciamento] pois, no geral, as instituições estatais eram frágeis. Esses programas – tendo como principais temas o orçamento público, desenvolvimento de projetos e gestão de pessoal, e outras questões básicas, comuns de gestão pública não tinham um foco específico nas instituições democráticas. Eles visava aumentar as capacidades técnicas dos governos e muitas vezes foram realizadas com regimes não democráticos.¹⁸⁰

¹⁸⁰ Cf.: “Although U.S. officials began to view foreign aid as a tool to promote democracy abroad, the assumed aid-democracy link was largely indirect: aid was expected to produce economic development, which in turn was expected to foster democracy. (...) To the extent that U.S. aid programs of 1960s tried to shape government institutions in developing countries, they focused on strengthening public administration. In the many new states emerging with the decolonization of Africa, Asia, and the Middle East, U.S. aid officials sought to build up the administrative capabilities of what were typically fragile, inexperienced state institutions. These programs, which focused on budgeting, project-development, and personnel management, and other bread-and-butter

Todavia, é no governo de Ronald Reagan (1981-1989) que a “promoção da democracia”¹⁸¹ começa a receber uma maior atenção – até então os programas para esse fim correspondiam a uma parcela insignificante da ajuda externa estadunidense (CAROTHERS, 2009; MCFAUL, 2010) – em virtude da criação do *National Endowment for Democracy* (NED) uma organização não-governamental com o objetivo de “promover a democracia no exterior” mas por meios não governamentais (CAROTHERS, 2009; MCFAUL, 2010; SHARP, 2006). No entanto, convém lembrar que a aprovação pelo Congresso dos EUA da criação do NED foi concomitante à rejeição de outro projeto, o *Project Democracy*: um programa composto de uma série de atividades – como conferências internacionais sobre a democracia, intercâmbios pra colocar estrangeiros em contato com a “democracia estadunidense”, programas de tradução de livros – focando em países comunistas, pois ainda se estava sob o crivo da Guerra Fria (CAROTHERS, 2009; MCFAUL, 2010).

O Congresso estadunidense rejeitou o *Project Democracy*, mas aprovou o NED – oficialmente fundado em dezembro de 1983 – concedendo-lhe um orçamento de US\$ 18 milhões para o início de suas operações. Merece destaque o fato de que o NED, mesmo sendo uma ONG independente, recebe um orçamento de anual de aproximadamente US\$ 30 milhões. Além do mais, o NED, atualmente se subdivide em uma série de institutos/centros: *Center for International Private Enterprise* (CIPE), com o objetivo de promover políticas econômicas de “livre mercado” em outros países mas com um tom de que isso somente é possível por meio das “instituições democráticas” (CIPE, 2013), afiliado à Câmara de Comércio dos EUA; *American Center for International Labor Solidarity* – tem como foco o apoio à sindicatos “independentes” pois são fundamentais à “democracia” (ACILS, 2013);

organizational issues, had no specific democratic focus. They aimed to increase governments’ technical capacities and were often carried out with nondemocratic regimes”.

¹⁸¹ Percebe-se na argumentação de Carothers (2009), assim como na de McFaul (2010), a percepção de separação entre “esfera política” e “econômica” (WOOD, 1981, 1997, 2003) como algo “naturalizado” pois consideram que a “promoção da democracia” teria como alvo as instituições políticas apenas não se relacionando com a expansão do capital em pleno processo de transnacionalização, um traço do *Lockean pattern*. Com essa ressalva, todavia, a relevância de ambos os autores sobre o tema em debate revela-se, sobretudo, pelo significativo conjunto de dados históricos.

International Republican Institute (IRI) – Partido Republicano, e o *National Democratic Institute for International Affairs* (NDI). Notadamente percebe-se que o NED é uma organização bipartidária já que estão presentes em seus quadros o Partido Republicano e o Partido Democrata. Tanto o IRI quanto o NDI possuem objetivos comuns já que se concentram na

proteção de processos democráticos em outros países por meio de programas de promoção de eleições livres e idôneas, apoiando partidos políticos, desenvolvendo educação cívica e fortalecendo parlamentos¹⁸² (CAROTHERS, 2009, p. 32).

Durante os anos de atividade compreendidos entre sua fundação e a queda do Muro de Berlim, o orçamento anual do NED esteve sempre ameaçado pela possibilidade de cortes por parte do Congresso (MCFAUL, 2010; ROBINSON, 1996).

Embora com essa ameaça presente, o período Pós-guerra Fria marcou um novo momento da “promoção da democracia”, já que no governo de George H. W. Bush (1989-1993) há a definição da promoção de democracia como um objetivo central da PEEUA (BARACANI, 2010; HUBER, 2008; SCHMID; BRAIZAT, 2006).

No governo de William Clinton (1993-2001) há o lançamento da “doutrina do alargamento democrático”, onde a expansão do ideário neoliberal sob a bandeira do “livre mercado” ficou intimamente relacionada com a “necessidade de instituições democráticas”. Essa orientação foi concretizada por meio da criação da *USAID Democracy and Governance Unit* (DGU) em 1994 cujo objetivo era a “promoção da democracia” por meio de uma estratégia pragmática com vistas à consecução dos interesses dos EUA no sistema internacional (HUBER, 2008).

Logo, há um aumento significativo no orçamento dessas organizações e agências, o que permitiu um aumento na criação de programas que até então estavam focados na América Latina e, a partir de então, alarga-se para Leste europeu e para o Oriente Médio e Norte

¹⁸² Cf.: “fostering democratic processes in other countries, through programs for promoting free and fair elections, bolstering political parties, developing civic education, and strengthening parliaments”.

da África (OMNA) (CAROTHERS, 2009; MCFAUL, 2010; ROBINSON, 1996; SCHMID; BRAIZAT, 2006).

Carothers (2009) e McFaul (2010) concordam com a ideia de que os anos 1990 foram marcados por uma “explosão” da “promoção da democracia” pelos EUA. Um evento que corrobora essa perspectiva é a criação no âmbito do Departamento de Estado (SD) uma sessão denominada *Democracy, Human Rights and Labor Bureau* (DRL), culminando em 1998 na autorização do congresso estadunidense na criação de um fundo específico necessário para a realização dos programas, o *Human Rights and Democracy Fund* (HRDF).

Com o governo republicano de George Walker Bush (2001-2009) a promoção da democracia, bem como sua política externa, tomam um caminho diferente da administração anterior em virtude dos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001: os ataques às torres do World Trade Center e ao Pentágono foram os eventos que possibilitaram a “guerra o terror”, que pode ser caracterizado como o principal eixo retórico de um posicionamento unilateral no sistema internacional, rompendo com o discurso multilateral para o exercício da hegemonia no sistema internacional da administração anterior (MONIZ BANDEIRA, 2006, 2013; ONEA, 2013, PECEQUILO, 2005).

Por outro lado, o impacto desses acontecimentos nas relações internacionais levou alguns autores a afirmarem a crise da hegemonia estadunidense no sistema internacional (WALLERSTEIN, 2004, 2002; ARRIGHI, 2007).

Contudo, após o redirecionamento da PEEUA por meio da NSS de 2002, tem-se um aumento significativo no orçamento destinado às agências “promotoras da democracia” (CAROTHERS, 2009; MCFAUL, 2010). Se em 2001 o orçamento do NED era de US\$ 40 milhões, em 2008 passou para US\$ 100 milhões (NED, 2016). No caso da DRL, as receitas de financiamento passam de US\$ 7,2 milhões em 1998 para US\$ 207 milhões em 2010 (DRL, 2016).

Ainda no governo Bush filho há a criação da *Middle East Partnership Initiative* (MEPI) e da *Broader Middle East and North Africa Initiative* (BMENA) . Tanto a BMENA quanto a MEPI são iniciativas inseridas no contexto do Departamento de Estado dos EUA. Destaca-se o papel da USAID como vetor de aplicação, por meio de seus programas, das medidas e estratégias criadas pela MEPI e BMENA. A MEPI tem como diretriz de ação o apoio – seja financeiro-material ou tecnológico/instrução – a segmentos/grupos/forças sociais dos países da OMNA interessados em

obter o desenvolvimento de sociedades prósperas, participativas e pluralistas na região do OMNA. Nesse sentido, MEPI estabelece parcerias com organizações não-governamentais locais, regionais e internacionais, além do setor privado, instituições acadêmicas e governos¹⁸³ (MEPI, 2016).

Já a BMENA refere-se a uma iniciativa que envolve mais a cooperação internacional entre governos, já que

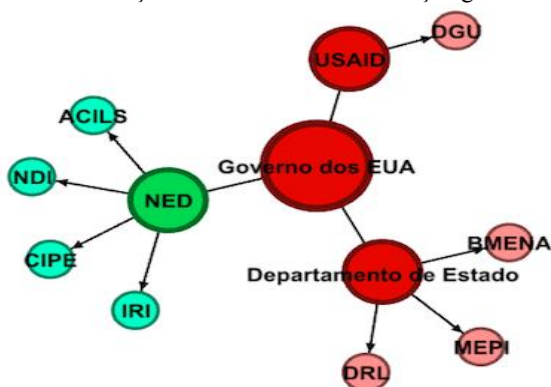
A BMENA representa uma genuína cooperação entre os governos e nações do G8 e da União Europeia, setor de negócios e a sociedade civil da região no sentido de fortalecer a liberdade, a democracia e a prosperidade a todos¹⁸⁴ (BMENA, 2011a).

Convém destacar que, implícito no trecho supracitado, encontra-se as ideias que caracterizam o *Lockean pattern* como a separação público/privado, a separação entre política e economia além da relação sempre presente entre “democracia” e “prosperidade”.

¹⁸³ Cf.: “to foster the development of pluralistic, participatory, and prosperous societies throughout the MENA region. To do this, MEPI partners with local, regional and international non-governmental organizations, the private sector, academic institutions, and governments”.

¹⁸⁴ Cf.: “the Broader Middle East and North Africa (BMENA) Initiative represents genuine co-operation between the G8 and European nations and the governments, business and civil society of the region, in order to strengthen freedom, democracy and prosperity for all”.

Gráfico 1 - Promoção da Democracia” como ação governamental EUA



Fonte: Bastian, Heymann, Jacomy, (2009).

Desde a sua criação em 2002 até 2016, a MEPI já destinou mais de US\$ 530 milhões para mais de 600 projetos em 17 países da OMNA (MEPI, 2016).

Em relação à BMENA, projetos na região (até janeiro de 2011) chegaram à soma aproximada de US\$ 1,6 bilhões em programas que vão desde o desenvolvimento de “mídia independente”, “institucionalização do Estado de Direito” (*rule of law*), desenvolvimento da participação política (entendido como “representatividade dos regimes democráticos” e “construção de consensos”, aumentar a governança por parte dos cidadãos das ações dos governos, promoção dos direitos humanos, acesso à justiça, direitos às comunidades de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros da região, além do empoderamento da mulher, o desenvolvimento de negócios e do setor privado segundo os princípios da economia de “livre mercado” além dos programas na área da educação com ênfase no desenvolvimento de “lideranças empreendedoras” (BMENA, 2011b).

O conjunto dos recursos destinados à “promoção da democracia” na região evidencia a importância que ela possui aos interesses das forças sociais dominantes estadunidenses.

Com isso, faz-se necessário compreender de que forma a “promoção da democracia” na OMNA — entendida enquanto prática política relaciona-se com uma estrutura histórica de relações de poder construída na segunda metade do século XX pelos Estados Unidos da América. Nesse sentido, a contemporaneidade é marcada por certa supremacia dos EUA desde o final da Guerra Fria até o momento atual. Não se pode esquecer, logicamente, o papel dos principais países

europeus ocidentais (em especial, os membros da OCDE) de apoio a tal ordem, tanto no passado (Guerra Fria) quanto no presente (AUGELLI; MURPHY, 2007).

Nesse sentido, essa “promoção da democracia” poderia se apresentar como uma estratégia de dominação, convertendo-se em uma forma de construção de hegemonia, segundo o sentido proposto pela abordagem neogramsciana, no conjunto complexo das relações transnacionais contemporâneas.

5.3.1 Teoria como ideologia: o modelo da “promoção da democracia” dos EUA

A argumentação, até então desenvolvida neste trabalho, tem procurado relacionar o conjunto de ideias políticas de inspiração liberal, elemento caracterizador do *Lockean pattern* com o imperativo de expansão de capital, com especial nota ao inglês, tendo como desdobramento a *pax britannica*.

Desde a fundação dos EUA nota-se que o ideário liberal tem papel de destaque em seu desenvolvimento desde o século XVIII. A separação entre “econômico” e “político”, do “público” e “privado”, do *rule of law*, observância dos direitos individuais pelo Estado e do modelo democrático protetor (HELD, 1995) são as tônicas da ideologia do excepcionalismo estadunidense, convertendo-se em pontos de partida para a captação de processos históricos que nos quais ação externa estadunidense se desenrola.

A perspectiva da formação de uma ordem mundial (COX, 1986, 1987, 2007) proporciona um ponto de vista que permite a compreensão das relações internacionais como uma totalidade dialética, marcada pela processualidade histórica. Nesse sentido, o momento da *pax britannica* apresenta-se como bloco histórico que encerra relações de poder desdobrando-se em uma estrutura de poder marcado pela hegemonia do *Lockean complex*.

O término da ordem mundial britânica representou a mudança na configuração de poder entre os Estados europeus: a Primeira e a Segunda Guerra Mundial marcaram o período de transição do pólo de poder do Reino Unido para os EUA.

Convém lembrar, no entanto, que além da ideologia comum do liberalismo, os EUA no século XX, rompendo com o seu isolacionismo, desenvolveram uma ação externa intervencionista (AUTORES 3 chap) mas em meio a uma estrutura histórica de poder.

Assim, falar sobre a “promoção de democracia” dos EUA implica no questionamento de qual “concepção de democracia” está no centro dessa ação externa estadunidense.

Logo, o conjunto da literatura que se atém à “promoção da democracia” no OMNA, elenca estratégias, conteúdos e volume de orçamentos que os EUA destinam a esse fim.

De forma sucinta, esse rol de textos se apresenta basicamente como artigos ou *papers*, que tentam apreender e sistematizar as maneiras e conteúdos pelas quais a “promoção da democracia” estadunidense se realiza. O que se percebe nesses textos foi uma certa similitude, principalmente no que tange à perspectiva teórica, já que partem das premissas de um autor de referência no estudo da “promoção da democracia” dos EUA, Thomas Carothers, dando maior destaque ao *the external project method*, um conceito que o autor apresenta como *modus operandi* no sentido de implementação da assistência à democracia realizada pelos EUA em outros países – ou, em outras palavras, a *democracy aid* dos EUA é, em grande parte, desenvolvida e administrada de acordo com um método conhecido, no qual os indivíduos do país “assistido” providenciam auxílio, fazendo parte do processo que, no geral, se caracteriza por cinco etapas:

[1] a organização que fornece a ajuda levanta as necessidades e oportunidades para a assistência à democracia em cada país escolhido, [2] quando uma necessidade ou oportunidade é identificada, a organização desenha um projeto de assistência (usando tanto pessoas de sua estrutura ou de consultores estadunidense); ou a organização de ajuda solicita propostas de projetos para os grupos dos EUA, tanto àqueles de promoção da democracia quanto às empresas de consultoria com fins lucrativos, [3] a organização responsável pela assistência fornece recursos para organizações estadunidenses intermediárias – geralmente, tanto um grupo de promoção da democracia sem fins lucrativos quanto um grupo de consultoria de desenvolvimento com fins lucrativos – para desenvolver o projeto, [4] as organizações intermediárias são responsáveis pela supervisão e desenvolvimento do projeto, geralmente enviando um gerente de projeto – ou um time inteiro – aos países assistidos, além de enviar também especialistas para dar suporte

técnico e treinamentos. Essas organizações intermediárias trabalham em cooperação com organizações locais parceiras, [5] o projeto termina após dois ou três anos e a organização intermediária deixa o país. A organização de auxílio contrata um grupo estadunidense de consultoria para a elaboração de um relatório de avaliação¹⁸⁵ (CAROTHERS, 2009, p. 257-8).

Assim, Carothers sistematiza o *modus operandi* estadunidense para a promoção da democracia, fato que resulta de seu envolvimento em programas de assistência à democracia em diversos países, tanto por meio de instituições públicas quanto privadas (CAROTHERS, 2009). O que merece destaque é sua transformação em referência no campo acadêmico: como uma estratégia ou metodologia de cunho prático – as concepções de Carothers – se coloca como conceito analítico para a apreensão dos desdobramentos históricos?

Tal questionamento resulta, por exemplo, da reprodução de suas ideias em HUBER (2008), mas apresentando-se como premissas da análise: a autora segue a mesma descrição utilizada por Carothers (2009, p. 6) na distinção entre *promoção da democracia* e *assistência à democracia*: enquanto esta se refere à implementação de programas e projetos, por meio de instituições públicas, privadas e organizações não-governamentais (ONGs) juntamente com um orçamento para esse fim, aquela diz respeito tanto à *condicionalidade política negativa* – as reprimendas e sanções internacionais – quanto aos *meios militares*, ou

¹⁸⁵ Cf: “[1] the aid organization assesses the needs and opportunities for democracy assistance in a chosen recipient country, [2] once a particular need or opportunity has been identified, the aid organization designs an aid project (using either its own staff or American consultants); or the aid organization asks for proposals for projects from American groups, either democracy promotion groups or for-profit consulting firms, [3] the aid organization gives funds to a U.S. intermediary organization – usually either a nonprofit democracy group or a for-profit development consulting group – to carry out the project, [4] the intermediary directs and carries out the project, often placing expatriate project manager, or a whole project team, in the recipient country and bringing expatriate experts for training and technical assistance. The intermediary works in collaboration with one or more local partners-organizations in the recipient country, [5] the project ends after two or three years. The intermediary organization leaves the country. The aid organization hires a different American consulting group to do a brief retrospective evaluation”.

seja, a *invasão armada*¹⁸⁶. Huber (2008, p. 43) parte da diferenciação entre *promoção da democracia e assistência à democracia* realizada por Carothers. No entanto, a autora valora tal distinção, afirmando que a assistência à democracia (*democracy assistance* - DA) é uma “*medida positiva de política externa*” (um instrumento ativo) enquanto a promoção da democracia (*democracy promotion* - DP) seria uma *medida negativa de política externa*. Assim, Huber (2008, p. 45) define a DA e a DP como instrumentos de política externa.

Nesse mesmo sentido, Baracani (2010) também toma como referência as concepções de Carothers, embora não aplique a distinção entre *democracy assistance* e *democracy promotion*. Por mais que não utilize fielmente os conceitos de Carothers, Baracani chega aos mesmos resultados que Huber (2008) na caracterização da “promoção da democracia” dos EUA, tendo por parâmetros o *conteúdo* (o que é promovido na região em questão, ou seja, o que se entende por democracia), as *estratégias* e os “países recipientes” (*recipient countries*).

Tanto o estudo de Huber quanto o de Baracani apresentam pontos comuns, especialmente sobre a classificação/levantamento do tipo de estratégias utilizadas: os EUA possuem uma abordagem mais “equilibrada”, combinando medidas que partem do fortalecimento de instituições político-governamentais dos países alvos, fazendo com que a dinâmica institucional democrática se espalhe pela sociedade de maneira geral – tanto de forma direta, por meio de políticas públicas por exemplo, quanto indireta (*top-down approach*) aliada a uma abordagem focada na própria “sociedade civil” (*bottom-up approach*) (HUBER, 2008; BARACANI, 2010).

Além das formas de aplicação dos programas, soma-se a questão do fluxo monetário – orçamento – para o desenvolvimento de tais programas ou ações mais diretas de “promoção da democracia.”¹⁸⁷

¹⁸⁶ Merece destaque o fato de que a utilização de força armada por meio dos *big players* – como os EUA, no caso de Carothers – é percebida como último recurso, mas não significa que não seja desejada. Além disso, durante a leitura, a impressão que se tem é que há uma certa eufemização na forma de se referir ao uso da força militar em outros países, pois apresenta-se como mais um “instrumento de promoção da democracia”, portanto aceitável e legítimo.

¹⁸⁷ Por meio das observações de ambas as autoras, a pluralidade de atores na implementação da promoção da democracia é notável: existem as instituições governamentais – no caso dos EUA, o Departamento de Estado, agências como a USAID, além de organizações não-governamentais dos EUA e próprias dos

5.3.2 A Promoção da democracia no Oriente Médio e no Norte da África: considerações iniciais

No que tange à região da OMNA, os atores governamentais envolvidos nesse processo são: USAID/DGU, Departamento de Estado/DRL, além da MEPI e da BMENA (BARACANI, 2010) (HUBER, 2008). Todavia, Sharp (2006) coloca outros elementos como indica o Quadro 1:

Quadro 1- Organizações dos EUA para a Promoção da Democracia no OMNA

<i>NED</i>	<i>The National Endowment for Democracy</i> é uma organização semiprivada, sem fins lucrativos, criada em 1983 para fortalecer as instituições democráticas no mundo por meio de ações <i>não governamentais</i> .
<i>NDI</i>	<i>The National Democratic Institute for International Affairs</i> é uma organização sem fins lucrativos, criada pelo NED, para “fortalecer” e “promover” a “democracia” ao redor do globo.
<i>IRI</i>	<i>The International Republican Institute</i> é uma organização sem fins lucrativos, fundada pelo NED para promover a “democracia”, a “liberdade”, o “autogoverno” e o “ <i>rule of Law</i> ”.
<i>MEPI</i>	<i>The Middle East Partnership Initiative</i> é um programa do Departamento de Estado para a promoção do “desenvolvimento político, econômico e educacional” no Oriente Médio.
<i>USAID</i>	<i>The United States Agency for International Development</i> é uma agência federal independente que auxilia o “desenvolvimento econômico e político aos países do mundo”.

Fonte: Sharp, (2006).

Contudo, o debate sobre o *conteúdo* dessa promoção, ou seja, *que democracia é promovida* está apresentado no Quadro 2:

países alvos. Também fazem-se presentes parceiros locais, como membros da sociedade civil ou diferentes escalões do Estado etc. (HUBER, 2008; BARACANI, 2010). O que se percebe é a complexidade de atores envolvidos, motivo pelo qual as autoras optam por analisar ações institucionais governamentais, já que relacionam a DP com política externa, tendo como indicador principal a análise do fluxo orçamentário para os “países recipientes”. Este trabalho adotará tais parâmetros para a análise dos casos escolhidos.

Quadro 2 - O conteúdo da promoção da democracia

HUBER (2008)	BARACANI (2010)
• <i>Rule of Law (Estado de Direito);</i>	• <i>Eleições Livres e justas;</i> • <i>Partidos Políticos Nacionais fortes;</i>
• <i>Direitos Humanos;</i>	• <i>Constituição democrática;</i>
• <i>Eleições livres, justas e transparentes;</i>	• <i>Poder Judiciário independente e efetivo;</i>
• <i>Voto universal;</i>	• <i>Legislativo competente e representativo;</i>
• <i>Processo político competitivo;</i>	• <i>Governos locais responsivos;</i>
• <i>Mídia livre e independente;</i>	• <i>Forças armadas pró-democráticas;</i>
• <i>Sociedade Civil mais consciente de seu papel no que tange à responsividade e accountability dos governos;</i>	• <i>ONGs ativas (desempenham um advocacy);</i> • <i>Cidadãos politicamente educados;</i>
• <i>Estruturas de governança eficientes, responsivas e que permitam a accountability.</i>	• <i>Mídia forte e independente;</i> • <i>Sindicatos fortes e independentes</i>

Fonte: Huber, (2008); Baracani, (2010).

Com base no supracitado, as autoras mapeiam o conteúdo ou modelo que define a promoção da democracia na região, permitindo uma visualização de que “valores” são promovidos pelos EUA. A promoção do *Rule of Law*, eleições livres, instituições estatais democráticas e fortalecimento da sociedade civil (na acepção liberal do termo) são os eixos da democracia promovida *overseas*. Deve-se salientar que os Direitos Humanos encerram uma série de direitos como os civis e políticos – valores como liberdade de expressão, oposição pública entre outros, a base do Estado liberal e do modelo da democracia protetora – além da proteção dos direitos de minorias socioculturais e respeito ao sistema internacional de proteção dos direitos humanos (como a observância das Convenções e Tratados Internacionais).

Apenas tomando por base o que foi colocado pelas autoras, percebe-se que o que se entende por “democracia” é muito próximo à concepção de Robert Dahl: a *oposição pública* ao governo é um traço característico do processo de democratização, tendo a organização em partidos políticos e eleições livres e idôneas como meios para a realização de uma oposição dos cidadãos perante aqueles que exercem o poder (DAHL, 2012). Além do mais, dois elementos-chave dos regimes democráticos seriam a *responsividade dos governos à preferência de*

*seus cidadãos e a igualdade política entre os mesmos*¹⁸⁸. Para tanto, existiriam condições – o que o autor denomina de *garantias institucionais* – para a existência de um regime democrático, como indica o quadro infra citado:

Quadro 3 - Garantias institucionais de um regime democrático (poliárquico)

- *Liberdade de formar e aderir a organizações;*
- *Liberdade de expressão;*
- *Direito de voto;*
- *Direito de líderes políticos disputarem apoio – disputa de votos;*
- *Fontes alternativas de informação;*
- *Elegibilidade para cargos políticos;*
- *Eleições Livres e Idôneas;*
- *Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência.*

Fonte: Dahl, (2012, p. 27).

No entanto, Dahl, ao invés de utilizar o termo democracia¹⁸⁹, refere-se aos regimes políticos onde tais condições e garantias existam como *poliarquias*,

poliarquias podem ser pensadas então como regimes relativamente (mas incompletamente) democratizados, ou, em outros termos, as poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública (DAHL, 2012, p. 31).

Com isso, o conteúdo do que é promovido pelos EUA é semelhante ao conceito de poliarquia, pois comparando-se o quadro 2

¹⁸⁸ Mais especificamente, todos os cidadãos devem ter garantias de: “1) formular suas preferências, 2) de expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e coletiva e 3) de ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou a fonte da preferência” (DAHL, 2012, p. 26).

¹⁸⁹ O sentido do conceito de *democracia* para Dahl (2012) refere-se apenas ao ideal normativo, cabendo à poliarquia a classificação dos regimes políticos democráticos que de fato existem.

com o 3 percebe-se o esforço na construção de uma ordem político-institucional liberal, fortalecendo o Estado de Direito (*Rule of Law*), como a concepção tripartite do poder, a “educação política” transformando os membros da “sociedade civil” em “cidadãos com a capacidade de constituírem uma *oposição* ao governo”, estabelecendo a relação de que quanto maior a “oposição pública” (que pressupõe a inclusão dos cidadãos na “vida política”) maior seria o “grau de democratização” desse regime.

Fato que merece destaque seria a pergunta inicial de investigação de Dahl (2012)

Dado um regime em que os opositores do governo não possam se organizar aberta e legalmente em partidos políticos para fazer-lhe oposição em eleições livres e idôneas, que condições favorecem ou impedem sua transformação num regime no qual isto seja possível? (DAHL, 2012, p. 25).

Esse questionamento poderia ser apreendido como uma intenção prática do autor no sentido da democratização de regimes não democráticos (não poliárquicos) em poliárquias.

Robinson (1996, p. 49, grifos do autor) afirma que a “promoção da democracia” promovida pelos EUA durante a segunda metade do século XX refere-se, na verdade, à promoção do modelo poliárquico,

[o] que os formuladores de políticas querem dizer com ‘promoção da democracia’ é a promoção da *poliarquia*, um conceito desenvolvido nos círculos acadêmicos estadunidense e intimamente relacionados com a comunidade de formulação de políticas dos EUA pós-Segunda Guerra Mundial. Poliarquia refere-se a um sistema no qual um pequeno grupo domina e onde a participação da massa no processo decisório está confinada à escolha de uma liderança em eleições cuidadosamente controlada pelas elites competidoras. A suposição pluralista é de que as elites responderão aos interesses gerais da maioria por meio das ‘dimensões gêmeas’ da poliarquia, a ‘contestação política’ e a ‘inclusão política’, como um resultado da necessidade daqueles que governam em obter a maioria dos votos. A

democracia é limitada à esfera política, orbitando [apenas] em torno do processo, método e procedimento na seleção dos ‘líderes’. Esta é uma definição *institucional* de democracia¹⁹⁰

Nessa mesma linha argumentativa, Guillermo Johnson (2013, p. 111) explicita a ideia de que a essa definição institucional ou formal de democracia caracteriza-se “pela existência de uma esfera política separada, na qual as condições extraeconômicas (política, jurídica e militar) não interferem diretamente no poder econômico e no poder de apropriação, de exploração e de distribuição”.

Contudo, apesar de Robinson (1986) ter como casos de estudos¹⁹¹ diferentes do de Johnson (2013) de Huber (2008) e Baracani (2010), percebe-se que é possível a identificação de uma concepção geral de democracia defendida pelos EUA como política externa.

Todavia, metodologicamente, a análise das relações de poder em dimensão transnacional não pode tomar unicamente o exame do modelo de democracia: a observação das práticas político-econômicas dos EUA na região é o eixo norteador da pesquisa. Nesse intuito, analisar a “promoção da democracia” relaciona-se diretamente com o modelo econômico-produtivo no qual os EUA possui papel de destaque, de liderança, consistindo como base da estrutura de poder internacional (RUPERT, 1995).

¹⁹⁰ Cf.: “What policymakers mean by ‘democracy promotion’ is the promotion of *polyarchy*, a concept which developed in US academic circles closely tied to the policymaking community in the United States in the post-World War II years. Polyarchy refers to a system in which a small group actually rules and mass participation in decision-making is confined to a leadership choice in elections carefully managed by competing elites. The pluralist assumption is that elites will respond to general interests of majorities, through polyarchy’s ‘twin dimensions’ of ‘political contestation’ and ‘political inclusiveness’, as a result of the need of those who govern to win a majority of votes. Democracy is limited to political sphere, and revolves around process, method and procedure in the selection of ‘leaders’. This is an *institutional* definition of democracy”.

¹⁹¹ Enquanto Robinson tem como estudos de caso a “promoção da democracia” dos EUA nas Filipinas, Chile, Nicarágua e Haiti, Johnson analisa as relações de poder do processo de democratização da América Latina, com destaque ao caso brasileiro.

5.4 A “PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA” NO EGITO E NO IRAQUE: HEGEMONIA, IDEIAS E CAPITAL TRANSNACIONAL

Compreender os eventos históricos contemporâneos que se desdobram no OMNA demanda uma ótica que os percebam como processos sociais relacionados à expansão dos Estados europeus no século XIX.

O enfraquecimento do Império Otomano se dá concomitantemente à presença europeia na região, não apenas por meio da presença militar e econômica, mas também pelos “modelos”, “valores sociais”, o conjunto ideológico da configuração das forças sociais europeias, com especial destaque às inglesas,

o século XIX foi a era em que a Europa domino o mundo. Os surgimento da produção fabril em larga escala e as mudanças nos métodos de comunicação – o advento dos vapores, estradas de ferros e telégrafos – levaram a uma expansão do comércio europeu. Isso foi acompanhado por um aumento no poderio armado dos grandes estados europeus; a primeira grande conquista de um país de língua árabe foi a da Argélia pela França (1830-47). Os estados e sociedades muçulmanos não mais podiam viver num sistema estável e autossuficiente de cultura herdada; precisavam agora gerar a força para sobreviver num mundo dominado por outros. O governo otomano adotou novos métodos de organização e administração militar, e novos códigos modelados nos da Europa, e assim fizeram os governantes das províncias praticamente autônomas do Império, o Egito e a Tunísia (HOURANI, 2001, p. 269, grifos nossos).

Logo, para apreender os acontecimentos que marcam a contemporaneidade da região deve-se levar em conta os processos históricos relacionados com a criação de uma estrutura de poder global marcada pelos interesses da expansão do capital inglês e de seus conceitos de controle como é o caso do *Lockean pattern*.

Além do mais, as relações de dominação estabelecidas não apenas se deu na obtenção dos interesses capitalistas na região mas também a formação de “uma nova aliança de interesses entre governos

reformadores, mercadores estrangeiros e uma elite nativa de terratenentes e mercadores empenhados no comércio com a europa” (HOURANI, 2001, p. 269). Todavia, a transformação dos contextos sociais de Egito e Tunísia, além de Marrocos e Líbia, culminou posteriormente no controle total europeu.

Contudo, merece destaque a importância da OMNA ao desenvolvimento da economia capitalista,

O Oriente Médio [e o Norte da África] ao longo da história tem ocupado o centro do palco da política internacional. Ele vem sendo infinitamente disputado, convertido em ponto estratégico nas maiores rotas comerciais do mundo e frequentemente utilizado como plataforma de lançamento de potências regionais expansionistas, tendo o Império Otomano como exemplo. O Oriente Médio não pode ser deixado de lado; e está é sua maldição e sua benção. Sua importância geopolítica [e seus recursos naturais] atraem recursos e tratamento especial das potências estrangeiras, mas também atraem interferência, intromissão e invasão¹⁹² (RICHARDS, WATERBURY, 2008, p. 2).

É sabido a importância da região no que tange aos recursos naturais como as jazidas mineiras, com especial destaque às reservas de petróleo: uma multiplicidade de autores atestam que esse é o ponto que precisa ser o eixo da análise de qualquer desdobramento econômico-político na região, atestando seu protagonismo na política internacional (BROMLEY, 1991; CECENÁ, 2002; HALLIDAY, 2005; HARVEY, 2004b; MANN, 2006; MONIZ BANDEIRA, 2006, 2013; OWEN, 2000; RICHARDS, WATERBURY, 2008).

O interesse dos EUA na região, que toma corpo na segunda metade do século XX, relaciona-se com a transformação do petróleo

¹⁹² Cf.: “The Middle East throughout history has been center stage in world politics. It has been endlessly fought over, converted as strategic real estate on the world’s major trade routes, and occasionally used as the launchpad for homegrown expansionist powers, the latest of which was the Ottoman Empire. The Middle East will not be left alone; that its curse and its blessing. Geopolitical significance draws resources and special treatment from outsiders powers, but it also draws interference, meddling, and occasionally invasion”.

como base energética da estrutura industrial estadunidense no final da Primeira Guerra Mundial.

Por volta de 1919, um novo padrão de estrutura industrial tinha emergido [nos EUA] que nos anos seguintes faria pressão sobre as empresas da Standard para que obtivessem uma parte cada vez maior nos negócios. Estes movimentos, juntamente com as mudanças nas demandas dos consumidores por produtos oriundos do refino do petróleo e com uma segunda onda de fusões nos anos 1920 [entre as indústrias], foram adaptadas à estrutura industrial básica que existia desde 1911¹⁹³ (WILLIAMSON apud BROMLEY, 1991, p. 91).

Todavia, a indústria do petróleo que começa a se desenvolver com maior força após a Primeira Guerra, converte-se em uma indústria oligopolística, marcada pelo domínio da Standard Oil Company, propriedade da família Rockefeller, muito em virtude da organização da cadeia produtiva assentada na economia de escala no refino, redução dos custos de transporte (anteriormente marítimo e, mais tarde, transformado na propriedade de oleodutos) e a centralização do controle da circulação por meio de uma posição monopsonica¹⁹⁴ exercida por uma pequena parcela das maiores refinarias (BROMLEY, 1991; OLIEN, OLIEN, 2000).

Convém lembrar que a mudança da PEEUA do isolacionismo para o intervencionismo ocorre no mesmo momento, ou seja, a necessidade de expansão de capital industrial pautado em uma demanda por produtos derivados do petróleo (BROMLEY, 1991).

Além do mais, essa configuração da indústria estadunidense é a base da ideologia – ou conceito de controle – do liberalismo corporativo

¹⁹³ Cf.: “By 1919, a basic pattern of industry structure had emerged, which in the succeeding years would be filled in intensively, as the various Standard firms pressed for more vertical depth and began to compete among themselves for greater shares of the business. These moves, coupled with shifts in consumer demand for refined petroleum products and a second merger wave in the late 1920s, were all moulded and adapted to the basic outline of industry structure that existed at the end of 1911”.

¹⁹⁴ Estrutura de mercado em que existe apenas um comprador de uma mercadoria, no caso, o petróleo.

(VAN DER PIJL, 1984, 1998) ou do neoliberalismo (COX 1987; RUPERT, 1995). Olien e Olien (2000) evidenciam que essa ideia da “centralidade do petróleo” no capitalismo estadunidense é acompanhada, também no início do século XX, pelo temor do esgotamento das reservas do óleo fóssil após sua exploração durante as últimas décadas do século XIX, já que se trata de um recurso não renovável. Nesse sentido, essa preocupação é levada pelo setor petrolífero ao governo dos EUA,

um papel maior do governo seria provavelmente necessário – já que a época era de assuntos econômicos externos – para que todos os participantes da indústria, de prospectores a distribuidores, que dependiam da produção doméstica de óleo não perdessem oportunidades. Essas questões implicavam no reforço da ação governamental nos assuntos da indústria petrolífera. Também implicavam na ideia de que se a nação ainda não está com suas reservas petrolíferas esgotadas, isso certamente aconteceria no future¹⁹⁵ (OLIEN, OLIEN, 2000, p. 120-121).

Desde então, a relação entre petróleo e governo dos EUA têm sido uma relação marcada pela busca de novas reservas petrolíferas ao redor do mundo além de garantia da expansão do capital industrial do setor (BROMLEY, 1991; OLIEN, OLIEN, 2000).

Logo, a busca por petróleo estrangeiro e mais barato – o que se converteria em maior lucro para as empresas do setor¹⁹⁶ – fez com que o capital investido antes na América latina fosse deslocado para o Oriente

¹⁹⁵ Cf.: “a greater role for government would probably be necessary, this time in foreign economic affairs, and all those industry participants, from prospectors to distributors, who depended on domestic oil production would lose opportunities. All these questions implied an enhanced role for government in petroleum industry affairs. They also implied if the nation was not yet running low on oil, it would do so in future”.

¹⁹⁶ Com a dissolução da Standard Oil, as principais empresas estadunidense do setor são *Exxon* (ex-*Standard Oil of New Jersey*), *Mobil* (ex-*Standard Oil of New York*), *Socal* (ex-*Standard Oil of California*) e *Gulf* e *Texaco*. A literatura chama de “Sete irmãs” o conjunto dessas empresas estadunidenses além da *British Petroleum* e da *Royal Dutch/Shell* (holandesa).

Médio, especialmente no período entre 1919 e 1935 (BROMLEY, 1991).

Nesse sentido, o OMNA figura como região de vital importância aos interesses da PEEUA devido às reservas de óleo fóssil, com maior ênfase no pós-Segunda Guerra Mundial. Desde então, a presença estadunidense e suas estratégias para a consecução de seus interesses têm variado de país para país, desde combatendo ditaduras até colocando no poder ditadores, seja por meio de ações como reformas econômicas e políticas por meio de um rol de organismos internacionais até a invasão militar unilateral (CECEÑA, 2002; HALLIDAY, 2005; HARVEY, 2004b; MONIZ BANDEIRA, 2006, 2013).

Além do mais, o complexo militar-industrial¹⁹⁷ tem desempenhado um papel de destaque no fluxo de capitais a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. A força do setor tem origem no período após a crise de 1929,

assim como Hitler procedeu na Alemanha, Roosevelt, depois da crise de 1929, tratara de reanimar a economia dos Estados Unidos por meio do militarismo, ou seja, da produção de material bélico. De modo a fomentar a produção, adiantava às empresas privadas, das quais o governo dos Estados Unidos adquiriu cerca de 95 a 97% dos armamentos, o dinheiro necessário para a ampliação das fábricas, o estabelecimento de novas plantas industriais, o emprego de milhares de trabalhadores, o desenvolvimento de novas fontes de suprimento de centenas de matérias-primas requeridas, bem como de meios de transportá-las rapidamente (MONIZ BANDEIRA, 2006, p. 114).

Desde então, a relação entre o setor e o governo tem sido marcada por uma intrincada rede, orientando muitas vezes a PEEUA, onde a necessidade de intervenções militares parece ter o objetivo de prover a expansão desse setor do capital estadunidense, ou seja,

¹⁹⁷ De acordo com Moniz Bandeira (2006) o complexo militar-industrial dos EUA tem origem na década de 1880-1890 por meio de demandas do governo para fortalecimento da Marinha.

O militarismo constituía, então, o meio privilegiado de realização do excedente econômico, i.e., da acumulação de capital, fundamental ao seu crescimento e à sua expansão. Desde o século XX, tornava-se, portanto, necessário alimentar continuamente a indústria bélica e os grandes negócios, nos quais os militares e industriais se associavam, forjando um clima de ameaças, um ambiente de medo, de modo a compelir o Congresso a aprovar vultosos recursos para o Pentágono e outros órgãos vinculados à defesa (MONIZ BANDEIRA, 2006, p. 212).

Nesse sentido, somente podemos apreender historicamente o conjunto de conflitos no OMNA e o papel dos EUA, durante a segunda metade do século XX e início do século XXI, por meio desse movimento de expansão capitalista, ou, em outras palavras, de acordo com a necessidade de se garantir os interesses da classe/fração de classe capitalista estadunidense utilizando-se do aparato estatal.

Logo, os eventos da contemporaneidade não podem deixar de serem percebidos por meio de uma configuração histórica de forças sociais tendo como desdobramento uma estrutura de poder global.

Assim, a “promoção da democracia” da PEEUA no OMNA não pode ser analisada isoladamente, e sim por meio de sua contextualização histórica, no sentido de apreensão de *contradições*, pois como afirma Carothers (2009, p. 45):

Em mais de uma dúzia de países, particularmente no Oriente Médio, na Ásia e na antiga União Soviética, os interesses dos EUA, desde o petróleo até as bases da força aérea, tiveram menos peso em sua ação de apoio a regimes democráticos, provando que interesses e ideais ainda colidiam. A promoção da democracia torna-se mais regular, mais aceita enquanto política estadunidense do que nas décadas anteriores, o que gerou um maior

apoio à democracia, mas ela é dificilmente um interesse que supera todos os outros.¹⁹⁸

É essa contradição entre *interesses* e *ideais* que orientará a análise da “promoção da democracia” estadunidense nos casos do Egito e do Iraque.

5.4.1 O caso do Egito

A partir de dezembro de 2010, uma série de revoltas e protestos populares contra regimes autoritários¹⁹⁹ ocorreu nos países do Norte da África²⁰⁰ e do Oriente Médio²⁰¹. Essa “onda” de desdobramentos tem

¹⁹⁸ Cf.: “In more than a dozen countries, particularly in the Middle East, Asia, and the former Soviet Union, US interests from oil to air-force bases have led the United States to support less than democratic regimes, proving that interests and ideals still collide. Democracy promotion has become a more regular, accepted element of US policy than in previous decades, engendering greater democracy aid, but democracy is hardly an interest that trumps all others”.

¹⁹⁹ Segundo Gause III (2011) os regimes políticos dos países da região são caracterizados como autocráticos, contrastando com o modelo institucional de democracia

²⁰⁰ O evento inicial das revoltas na região ocorreu na Tunísia – a denominada *Revolução de Jasmin* que tem como marco simbólico o ato de autoimolação do jovem Mohamed Bouazizi em 17 de dezembro de 2010. Tal ato iniciou uma série de protestos por parte da população tunisiana, culminando na renúncia do General Zine al-Abidine Ben Ali em janeiro de 2011, que estava no poder há 24 anos. Os protestos no Egito têm início em Janeiro de 2011 culminando na deposição de seu chefe do Executivo, o Brigadeiro Hosni Mubarak, após 30 anos no poder, no dia 25 do mesmo mês. A queda do regime do coronel Muammar Al-Gaddafi, na Líbia, somente ocorre no mês de outubro de 2011, após 8 meses de conflito civil. A Argélia e o Sudão são outros dois países onde também ocorreram protestos populares contra seus respectivos regimes políticos.

²⁰¹ É o caso da Síria, Jordânia, Iêmen e Bahrein. O caso da Síria, cuja revolta teve início em meados de março, tem merecido destaque já que a repressão dos protestantes tem sido uma das mais sangrentas, acreditando-se que mais de 1300 pessoas já tenham sido assassinadas pelo governo de Bassar Assad. **Irmão de Assad comanda repressão de rebeldes na Síria.** Gazeta do Povo, 08-06-2011.

Disponível em:
www.gazetadopovo.com.br/m/conteudo.phtml?tl=1&id=1134914&tit=Irmão-de-Assad-comanda-repressao-a-rebeldes-na-Siria. Acesso em: 10 agos. 2011.

sido denominada de Primavera Árabe²⁰². A perspectiva de que essas transformações sejam indicadores de um processo inicial rumo à “democratização” toma corpo, já que o motor desses movimentos populares foi a luta contra o elemento característico dos regimes políticos árabes-muçulmanos: “a persistência de líderes não democráticos”²⁰³ (GAUSE III, 2011). A movimentação popular da praça Tahrir, no Cairo, ocorrida nos dois primeiros meses de 2011 configurou-se como um dos eventos centrais da “Primavera Árabe”.

Apesar da importância do papel das populações civis²⁰⁴, tanto do ponto de vista de sua capacidade de organização quanto de sua resistência armada em alguns casos (a Líbia e a Síria, por exemplo), deve-se levar em conta a relação desses eventos com a estrutura de poder no plano internacional, composto por interesses entre Estados, organizações internacionais governamentais e não governamentais, classes e frações de classe. Além do mais, a compreensão dessa “revolução egípcia”, no entanto, demanda a compreensão dos processos sociais – econômico, políticos e culturais – ocorridos nas duas décadas anteriores (ROCCU, 2013).

Um breve panorama da história recente do Egito evidencia que durante o século XX várias transformações sociais ocorreram, com especial destaque às mudanças políticas: apesar de fazer parte do império otomano no século XIX, a presença do capital europeu, especialmente o inglês, foi o começo para a interferência política da Grã-Bretanha no Egito, muito em virtude da dívida contraída pelo Egito na construção do Canal de Suez (HOBSBAWM, 2015; HOURANI, 2001).

Até a presente data, o conflito contra o regime político de Damasco permanece sendo a tônica na região.

²⁰² Alguns autores vêm caracterizando esses desdobramentos como uma “onda” à maneira pela qual Samuel Huntington descreveu os três momentos de “democratização no mundo” que tem alterado a estagnação política, econômica e ideológica da região em um curto espaço de tempo (BEHR, 2011, p. 5).

²⁰³ Cf.: “undemocratic rulers”.

²⁰⁴ Anderson (2011) apresenta algumas diferenças entre a caracterização dos protestos. Na Tunísia, por exemplo, as revoltas ocorreram do interior do país para a capital, sendo caracterizadas pelo movimento dos trabalhadores que sempre sofreu repressão pelo regime autoritário. Já no Egito, o movimento foi organizado principalmente pela população urbana, jovem e cosmopolita. No caso líbio, grupos desorganizados armados das províncias orientais começaram a insurgência revelando clivagens regionais e tribais que existem há décadas.

Apesar da significativa da influência britânica durante a passagem do século XIX para o XX, a monarquia egípcia só foi derrubada em 1914 com a deposição de Abbas II, culminando na transformação do Egito em protetorado militar britânico. Desde então, uma série de movimentos de cunho nacionalista desenvolveram-se. O combate inglês a esses movimentos apenas alimentou o desejo pela independência: o Reino Unido concedeu independência, desde que se instalasse uma monarquia parlamentarista, com a promulgação de uma nova constituição. No entanto, em 1924, o monarca egípcio Fuad I fecha o parlamento e impõe uma constituição que concede totais poderes à monarquia.

Esse contexto político mantém-se até 1952 quando o monarca egípcio é deposto por um movimento militar. Apesar da manutenção da monarquia, o governo estava nas mãos de uma junta militar. Em 1953 é proclamada a forma republicana de governo no Egito, tendo como primeiro presidente o General Muhammad Nagib (1901-1984).

Todavia, a tensão entre a linha liderada por Nagib e por outro general, Gamal Abdel Nasser (1918-1970) escalou para o conflito armado, resultando na ascensão de Nasser ao poder, sendo presidente em 1956, abolindo qualquer tipo de representação política. Somente com sua morte em 1970 é que assume Anwar el-Sadat (1918-1981) ficando no poder de 1970 a 1981, sendo sucedido por Hosni Mubarak (1928-) que ficou no poder até 2011 (HOBBSAWM, 1995, 2013; OWEN, 2000).

Durante a segunda metade do século XX até 2011, o Egito foi marcado por regimes políticos ditatoriais, autocracias militares.

A relação do Egito em seu período autocrático, além de todas as questões geopolíticas como a questão do Estado de Israel e a Guerra dos Seis Dias, com os EUA foi intensa. A revolução de 1952 foi vista com “bons olhos”, embora com precaução, pelos EUA. Pode-se citar, como exemplo, a criação de um fundo para a construção da represa de Assuã, uma das realizações do governo Nasser (ALTERMAN, 2002).

Ainda de acordo com Alterman (2002) o fato que fez com que os EUA diminuíssem a ajuda financeira para esse fundo foi a compra de armas que Nasser fez de países do bloco soviético, em especial da Tchecoslováquia em setembro de 1955 além da nacionalização do Canal de Suez: o livre acesso da frota estadunidense na utilização do canal sempre foi um dos interesses dos EUA na região (*CRS Report RL 33003*, 2013)

Nesse sentido, a relação dos EUA com o Egito torna-se ambígua entre 1956 a 1979 (ALTERMAN, 2002). Então, a partir da assinatura do

Tratado de Paz entre Egito e Israel, os EUA começam a desenvolver uma relação bilateral de “promoção da democracia” e de crescimento econômico (capitalista), tendo três eixos: a *ajuda militar*, a *ajuda econômica* e a *para a democracia* (CRS Report RL 33003, 2013).

A ajuda militar dos EUA ao Egito, entre 1948 e 2011, totalizou US\$ 71,6 bilhões, merecendo destaque o fato de que desde 1987, até os dias de hoje, o governo egípcio recebe o montante aproximado US\$ 1,3 bilhões por ano: “desde 1979, o Egito tem sido o segundo maior país recebedor da assistência externa [militar] dos EUA, perdendo apenas para a Israel na região” (CRS Report RL33003, 2013, p. 7).

Todavia, esses recursos ao Egito se dão, primordialmente, por meio de três programas: *Foreign Military Financing* (FMF), *Economic Support Funds* (ESF) e o *International Military Education and Training* (IMET) (CRS Report RL33003, 2013).

O FMF faz parte do programa de Transferência de Armas e Comércio de Defesa, sob o escopo da Agência de Cooperação de Defesa e Segurança (DSCA) do Departamento de Defesa dos EUA. É o Departamento de Estado que decide qual país será ser alvo de financiamento seja por meio de parcerias, por fornecimento de recurso direto ou como empréstimo não demandando contrapartida posterior ao tesouro estadunidense (DSCA, 2016).

O IMET é um programa também da DSCA no sentido de criar parcerias por meio da educação de membros das forças armadas de outros países, focando no treinamento militar segundo as premissas estadunidenses (DSCA, 2016). Em 2001, gastou um total US\$ 1,12 milhões; em 2004, US\$ 1,37 milhões; em 2009, US\$ 1,31 milhões (USAID, 2001a, 2004, 2009)

O ESF é um programa de financiamento da USAID destinado a “países parceiros” que tenham as seguintes ações em contrapartida: *desenvolvimento do setor privado* – reformas políticas necessárias para o investimento privado doméstico e estrangeiro; *desenvolvimento do comércio e do investimento* (diminuição das barreiras ao livre comércio e investimento, apoio a liberalização do comércio e acesso dos países em desenvolvimento à Organização Mundial do Comércio); *privatizações*, no caso egípcio, especialmente no que tange à agricultura, mercado de terras, serviços municipais e empreendimentos estratégicos na infraestrutura produtiva e no setor financeiro; *reforma fiscal* (reforma e reestruturação de tributos e programas para redução dos gastos do Estado); *reforma do setor financeiro* – mercados de capital e bancário – envolvendo reformas na regulação dos capitais, desestatizando e

permitindo o livre fluxo de capitais; *desenvolvimento agrícola* e dos *microempreendimentos* (USAID CONGRESSIONAL BUDGET JUSTIFICATION, 2001, 2005, 2011).

No Egito, segundo as fontes consultadas, os interesses estadunidenses orbitam mais na criação de uma estrutura que permita a livre circulação de capitais, dando segurança aos investidores com capital aplicado no país do que ao redor da “promoção da democracia”. Um dos pontos principais seria a necessidade de privatização do setor financeiro como aponta o relatório *Investment Banking Services for Egypt* de 1999 elaborado pela USAID em conjunto com uma consultoria privada, o *International Business and Technical Consultants Incorporated* (IBCTI) por meio uma parceria denominada de *Investment Banking Project Team*, deixando evidente que os principais *players* locais do setor financeiro egípcio deveriam ser envolvidos no processo do livre fluxo de capitais estrangeiros,

Durante Outubro e Novembro de 1999 os consultores do IBCTI sondaram muitas das empresas incluídas no registro pré-qualificado de banqueiros e de promotores de investimentos, aprovado em momento anterior pelo Escritório de Empreendimentos Públicos [órgão do governo egípcio responsável pela privatização do setor bancário]. O objetivo deste esforço foi explorar a atitude de um grupo local experiente de promotores de investimento [investment promoters – IPs] em relação à sua participação no processo de privatização. A percepção dos oficiais responsáveis pela privatização do setor é de que seria desejável e que deveria ser encorajada a participação desses investidores locais em ajudar a presença de investimentos estrangeiros. Muitos deles [investidores egípcios] parece possuir um conhecimento aprofundado sobre a política nacional e as condições peculiares de seu país para a privatização. Em geral, suas visões devem ser menos pessoais e orientadas em menor grau pelo meio profissional local e mais motivadas pelo genuíno interesse em um desenvolvimento futuro

do setor privado da economia egípcia²⁰⁵
(INVESTMENT BANKING SERVICES FOR
EGYPT, 1999, grifos nossos).

A promoção da democracia pelos EUA no Egito figuram como uma preocupação não significativa em relação à temática da “segurança” – armamentos e financiamento – (US\$ 1,4 bilhões em 2011) do ponto de vista orçamentário.

A USAID compila os dados de toda a “ajuda externa” realizada pelos EUA, inclusive os recursos referentes ao NED, MEPI, DRL e DGU. Assim, os programas de “promoção da democracia”, entendidos como desenvolvimento do “livre mercado”, do fluxo de capitais, da promoção do *rule of law*, do empoderamento das mulheres e da juventude, entre outros, encontram-se na inclusos em um valor que abarca não apenas as ações de “promoção da democracia” mas também de programas para o desenvolvimento econômico, da agricultura e de saúde.

A soma final dos recursos totais ao Egito – exceto os recursos provenientes pelo FMF do Departamento de Estado – em 2011 foi de US\$ 234,6 milhões de dólares (USAID 2011). Em 2009, esse o montante foi de US\$ 330,6 milhões; em 2004, o montante de todos os programas das agências estadunidenses ao Egito foi de US\$ 720 milhões, tendo um maior destaque aos programas para crescimento da economia/setor privado e de infraestrutura (US\$ 318 milhões e US\$111 milhões, respectivamente) (USAID, 2009). Em 2001, o montante total foi de aproximadamente US\$ 400 milhões (USAID, 2001a). Em todos

²⁰⁵ Cf.: “During October and November, 1999 the consulting staff of International Business and Technical Consultants, Inc. (IBTCI), canvassed many of the firms included on a register of pre-qualified investment bankers and promoters compiled and approved at an earlier date by the Public Enterprise Office. The purpose of this effort was to explore the attitude of a locally experienced cohort of investment promoters (IPs) toward the processes of participation in the Egyptian privatization. The perception exists among officials responsible for implementation of privatization, that participation of investment promoters in aid of inward investment is desirable and should be encouraged. Many of them appeared to possess in-depth knowledge of national politics and the conditions peculiar to privatization in their country. In general, (...) their views to be less subject to individual or professional bias and, rather, more motivated by concern for and genuine interest in the further development of the Egyptian private-sector economy”.

os anos, o valor destinado ao Egito pelo Departamento de Estado (FMF) manteve-se na faixa entre US\$ 1,2–1,3 bilhões, não se percebendo maiores alterações nos valores dentro do período considerado.

No processo de coleta de dados referentes à “promoção da democracia” durante a década de 1990, observou-se que em 1991, 1992 não existiram recursos destinados a programas no Egito por parte do NED (NED ANNUAL REPORT, 1991, 1992). Em 1993 houve a destinação de US\$ 93,67 mil para o estabelecimento de um centro de informações sobre negócios e de distribuição de materiais para “uma ampla audiência de formadores de opinião na sociedade egípcia”²⁰⁶, sob-responsabilidade do CIPE (NED ANNUAL REPORT, 1993, p. 43). Já no ano seguinte, o montante foi de US\$ 45 mil para a *Organização Egípcia de Direitos Humanos* (*Egyptian Organization for Human Rights*) com o objetivo de encorajar a reforma da legislação egípcia de acordo com os tratados internacionais sobre direitos, além de promover o *rule of law* e a observância da independência do poder judiciário (NED ANNUAL REPORT, 1994). Até 1999, os recursos destinados à “promoção da democracia” podem ser sumarizados na tabela a seguir.

Quadro 4 - Recursos do NED no Egito – 1995-1999

(Continua)

ANO	RUBRICA/PROGRAMA/DESCRIÇÃO	MONTANTE (EM MIL)
1995	CIPE – recurso para o Centro Egípcio de Estudos Econômicos para a organização de programas de treinamento de técnicas de reportagem sobre questões econômico-políticas para jornalistas;	US\$ 56,58
1996	(a) <i>Egyptian Organization for Human Rights</i> (EOHR) – monitoramento e publicação de práticas que ferem os direitos humanos, além de promover a publicação de livros, materiais e realizar eventos (seminários e <i>workshops</i>) sobre direitos humanos; (b) <i>Group of Democratic Development</i> (GDD) – programa de observação das relações entre o parlamento (a Assembleia do Povo) com o processo eleitoral;	(a) US\$ 40,00 (b) US\$ 40,00

²⁰⁶ Cf.: “a wide audience of opinion leaders in Egyptian society”.

Quadro 5 - Recursos do NED no Egito – 1995-1999

(Continua)

ANO	RUBRICA/PROGRAMA/DESCRIÇÃO	MONTANTE (EM MIL)
1996	(c) <i>Ibn Khaldoun Center for Development Studies</i> – para promover padrões democráticos de eleições durante o pleito de 1996; (d) NDI – recurso para a EOHR no sentido de monitorar o pleito de 1996; (e) NDI – produção de material e treinamento de educadores da comunidade para monitoramento das eleições além de dar apoio à <i>Associação Egípcia de Mulher Votantes</i> para a realização de uma campanha para registrar o voto das mulheres votantes;	(c) US\$ 20,86 (d) US\$ 24,10 (e) US\$ 100,02
1997	(a) CIPE – recurso para o Centro Egípcio de Estudos Econômicos para a organização de workshops com 25 repórteres econômicos egípcios ²⁰⁷ ; (b) <i>Egyptian Center for Women's Rights (ECWR)</i> – elaboração de programas de treinamento para o aumento da consciência das mulheres de sua igualdade legal, por meio de ajuda jurídica, além de ações para o monitoramento da violência contra as mulheres e também publicação de panfletos sobre ajuda jurídica para as mulheres dos bairros pobres do Cairo; (c) GDD – programas para fortalecer os representantes eleitos com suas bases e para a elaboração de guias de aconselhamento político para os parlamentares; (d) NDI – continuação de programas educacionais para disseminar informação sobre votação, consciência cívica e o encorajamento para a participação política popular por meio do voto;	(a) US\$ 48,40 (b) US\$ 30,00 (c) US\$ 40,00 (d) US\$ 117,12

²⁰⁷ O objetivo do programa é “aumentar o conhecimento da política econômica atual e de sua reforma, além do aprimoramento de técnicas de reportagem” (NED ANNUAL REPORT, 1997, p. 55). Cf.: “increasing knowledge of Egypt’s current economic policy and reform issues and improving reporting skills”.

Quadro 6 - Recursos do NED no Egito – 1995-1999

(Conclusão)

ANO	RUBRICA/PROGRAMA/DESCRIÇÃO	MONTANTE (EM MIL)
1997	(e) NDI – na mesma linha que o anterior, mas focando no aumento da participação popular no pleito eleitoral municipal de 1997;	(e) US\$ 112,95
1998	a) CIPE – desenvolvimento de um maior nível de aprimoramento aos jornalistas econômicos egípcios além de se elaborar um relatório sobre jornalistas econômicos e outros que estejam envolvidos com a elaboração da política econômica nacional; (b) ECWR – mesma descrição de 1997; (c) EOHR – programas para monitoramento dos direitos humanos no Egito, além da organização de fóruns sobre direitos humanos e democracia no intuito de reunir ONGs, ativistas de direitos humanos, especialistas jurídicos e intelectuais; (d) GDD – mesmo que 1997; (e) NDI – elaboração de programas por meio da ECWR para aumentar a conscientização democrática e sobre a importância da participação política;	(a) US\$ 60,50 (b) US\$ 33,00 (c) US\$ 40,00 (d) US\$ 50,00 (e) US\$ 311,08
1999	(a) <i>Cairo Institute for Human Rights Studies</i> – jornal sobre direitos humanos de distribuição gratuita para membros do governo egípcio, formuladores de políticas, universidades, organizações de direitos humanos, embaixadas, organizações internacionais e ONGs; (b) CIPE – desenvolvimento de programas para a conscientização do papel das mulheres na economia egípcia; (c) ECWR; (d) EOHR; (e) GDD;	(a) US\$ 40,00 (b) US\$ 72,56 (c) US\$ 40,00 (d) US\$ 40,00 (e) US\$ 57,00

Fonte: Ned Annual Report, (1995, 1996, 1997, 1998, 1999).

Sob a rubrica da “promoção da democracia”, em 2001 os recursos do NED US\$ 183 mil: US\$ 30 mil para o ECWR, US\$ 25 mil para a *Associação para os Direitos Humanos e Ajuda Jurídica*, US\$ 65 mil

para o Centro de Estudos Sudanese do Cairo, US\$ 35 mil para o Centro de Direitos Humanos e de Amparo a Prisioneiros e US\$ 28 mil para a EOHR (USAID, 2001a).

Já em 2004, o total de recursos destinados pelo NED foi de US\$ 747,38 mil, sendo que 79% (US\$ 591,12 mil) foram para as atividades do CIPE (USAID, 2004).

No ano de 2009 o NED aplicou US\$ 1,42 milhões no total, enfatizando mais a questão do “fortalecimento da sociedade civil”, da juventude e das mulheres, contrastando com US\$ 2,5 milhões em 2010 (USAID, 2009, 2010).

Em relação a DRL, em 2009 foi destinado o montante de US\$ 1,61 milhões (US\$ 750 mil para o programa *Fortalecimento do trabalho para a defesa dos direitos humanos e para a construção da democracia*; US\$ 385 mil para atuação de ONGs para representação judicial de vítimas de violações dos direitos humanos e US\$ 477,12 mil para programa de participação das mulheres e da juventude no processo de representação política)

Os valores referentes à MEPI aparecem em 2006 com o total de US\$ 675,11 mil não sendo mais discriminados nos anos posteriores (USAID, 2006).

O caso egípcio permite então corroborar a concepção proposta por Naomi Klein (2007) de *disaster capitalism complex*: o papel central que o complexo industrial-militar tem na política estadunidense e na utilização do aparelho estatal para promover seus interesses. Além do montante dos recursos enviados por meio do FME, um relevante indicador, não se pode esquecer que junto com os recursos vão também os *suppliers*, fornecedores de equipamentos e armamentos do Departamento de Estado (DSCA, 2016).

O caso do Iraque

A compreensão do caso da atuação dos EUA em relação ao Iraque toma outros contornos em comparação com o caso egípcio.

Logicamente, que as particularidades do caso iraquiano necessitam de uma contextualização histórica, em especial depois os ataques de 11 de setembro de 2001.

Fato relevante é a eleição de George Walker Bush como presidente dos Estados Unidos da América em 2001.

Wallerstein (1995, 2004) e Pecequillo (2005) atestam que o fim da Guerra Fria possibilitou a expansão e o crescimento dos *neoconservadores*, ou *neocons*, políticos do partido republicano que após a queda do Muro de Berlim desejavam uma postura agressiva no

âmbito internacional para assegurar e alcançar os “interesses norte-americanos”:

remanescentes da Era Reagan, e responsáveis por suas políticas neoliberais na economia (corte de impostos, encolhimento do Estado de Bem-Estar, aumento dos gastos em defesa), endurecimento e militarização no setor externo, balizados por uma retórica messiânica e religiosa, os neoconservadores tiveram sua trajetória ascendente deste período dos anos 1980 interrompida pelos governos seguintes de Bush pai e Clinton. Minoritários dentro do partido republicano, os neoconservadores foram afastados da linha de frente da política, mantendo sua organização e influência em setores como o energético e o militar (PECEQUILO, 2005, p. 360).

Apesar de conturbada – e contestada – a vitória de Bush representou a ascensão dos *neocons* ao poder, identificados como representantes de dois grupos de interesse bem delimitados: o setor petrolífero e o complexo militar-industrial (HARVEY, 2004b; KLEIN, 2007; MONIZ BANDEIRA, 2006, 2013; WEDEL, 2009).

Assumindo a presidência em 2001, Bush empossou algumas personagens que se desenvolveram durante os últimos anos da Guerra Fria, denominados de *hard-liners* (os linha-duras) (MONIZ BANDEIRA, 2006, 2013): Dick Cheney, como vice-presidente; Donald Rumsfeld, como Secretário de Defesa; Paul Wolfowitz, membro do Departamento de Defesa; Condoleezza Rice, especialista em assuntos relacionados à Rússia e Leste europeu – que participou do governo de Bush “pai” e de empresas do setor de defesa e energético – Conselheira de Segurança Nacional e Collin Powell, como secretário de Estado – entretanto em posição secundária, pois era considerado “pomba moderada republicana” pelos *hard-liners* ou “falcões neoconservadores”²⁰⁸. Essa configuração da Administração Bush

²⁰⁸ As designações “falcões” e “pombas” tornaram-se clássicas da PEEUA, aparecendo pela primeira vez no momento da Guerra com a Grã-Bretanha (1812-1814). O motivo para conflito, além das querelas comerciais, foi a conquista de territórios no Canadá. Os “falcões” seriam todos os que apóiam uma política externa ativa, agressiva e de intervenção – os adeptos das guerras como

repercutiu de imediato na comunidade internacional, pois deixava clara a ligação da presidência com os setores armamentista e energético (WEDEL, 2009).

Não obstante, os eventos de 11 de Setembro de 2001 acabaram por acelerar as intenções da PEEUA segundo os interesses da administração *neocon*,

Ramonet (2003, p. 63) descreve as consequências dos atentados à política externa estadunidense,

Atacados pela primeira vez em casa, no santuário de sua própria metrópole e de modo particularmente mortífero, os Estados Unidos decidiram reagir, alterando a política internacional. Temendo, inicialmente, uma réplica precipitada e impulsiva, o mundo suspendeu o fôlego. Entretanto (...) os Estados Unidos conseguiram manter o sangue frio e souberam aproveitar a emoção internacional e a solidariedade expressas por quase todas as chancelarias (com notável exceção do Iraque) para reforçar sua hegemonia planetária.

Pecequillo (2005, p. 391) argumenta que a PEEUA “antes mesmo do 11 de Setembro a América vivia um momento unipolar (...) os atentados legitimaram esse padrão, validado pelos falcões neoconservadores que passam, com mais confiança e agressividade, a definir a nova agenda internacional”. A “Guerra contra o Terror” foi proclamada em 06 de Outubro de 2001 e preparou a invasão do Afeganistão, realizada no dia seguinte. Segundo Bandeira (2006, p. 641-2), essa “Guerra” se caracterizou pelo “ressurgimento” de um “inimigo a combater”, na velha fórmula da contenção: o terrorismo.

No caso do Afeganistão, os EUA demonstraram uma ação externa unilateral: “os Estados Unidos apresentam uma clara escolha a cada nação: ou estão com o mundo civilizado ou estão com os terroristas²⁰⁹”. E caso as nações não escolhessem o “mundo civilizado”,

meios para obtenção do interesse nacional – e as “pombas”, os que não desejavam tal postura.

²⁰⁹ Cf.: “The United States is presenting a clear choice to every nation: Stand with the civilized world, or stand with the terrorists”. BUSH, G. W. *Radio Address of the Presidente to the Nation*. 06 de Outubro de 2001. Cf.:

então “pagariam um preço caro²¹⁰”. Após a ameaça à comunidade de Estados, o “passo seguinte” foi a invasão do território afegão para destituir o regime Talebã, que apoiava o terrorismo, e capturar Osama Bin Laden, líder da Al-Qaeda, grupo responsável pelos acontecimentos de 11 de setembro. Todas as decisões legitimadas²¹¹ em grande parte pelo impacto provocado pelos atentados²¹².

Em continuação a uma PENA agressiva e unilateral, tem início a invasão ao Iraque em 20 de março de 2003, sem apoio da comunidade internacional (RAMONET, 2003, p. 63) com exceção do Reino Unido, Austrália e Portugal.

Se a invasão ao Afeganistão teve apoio internacional e ao Iraque não, o ponto comum aos dois eventos – além de ambos serem caracterizados como uma luta antiterror²¹³ - de que é o fato de que as duas regiões são importantes reservas energéticas, sendo a Ásia Central (Afeganistão) rica em gás e o Iraque – o Oriente Médio de maneira geral – com uma grande jazida petrolífera (MONIZ BANDEIRA, 2006, 2013). Segundo Ceceña (2002, p. 172),

O Oriente Médio, junto com a área euro-asiática e da Ásia Central, concentram 75% dos recursos mundiais. (...) Geograficamente, a localização dos depósitos e de fontes geradoras de energia se convertem então em um dado fundamental para a orientação da política internacional [política externa] dos Estados Unidos e rege em grande medida seus movimentos de logística militar.²¹⁴

<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2001/10/20011006.html>. Acesso em Junho de 2005.

²¹⁰ Cf.: “there will be a heavy price”.

²¹¹ Convém lembrar que o ataque foi realizado pela *Força de Assistência para a Segurança Internacional* (*International Security Assistance Force*), com o apoio da OTAN.

²¹² Merece destaque o fato de que o “11 de setembro” foi também denominado o “dia da infâmia”, expressão para lembrar o ataque japonês a *Pearl Harbor*, estopim para a entrada norte-americana na Segunda Guerra Mundial.

²¹³ Paul Wolfowitz associou Osama Bin Laden a Saddam Hussein, tentando imputar a este a ação conjunta aos ataques terroristas de 11 de setembro (PECEQUILO, 2005, p. 377).

²¹⁴ Cf.: “Medio Oriente, junto con el área eusoasiática y de Asia Central, sigue concentrando el 75% de los recursos mundiales. (...) Geograficamente, la

O petróleo é um dos temas de segurança nacional da PEEUA (PECEQUILO, 2005), e como seu controle possibilita a manutenção da posição de destaque da economia estadunidense (CECEÑA, 2002, p. 171), esse expediente serviu como principal motivo para a invasão do Iraque. Ornelas (2002, p. 99) argumenta que as ETNs estadunidenses tiveram grande êxito na economia internacional, configurando um processo de renovação de sua dominância, fundamental à hegemonia norte-americanas, pois “as empresas industriais [transnacionais] desse país controlam porções essenciais da atividade econômica mundial, dando uma base material para a expansão estadunidense nas outras dimensões para a hegemonia²¹⁵” (ORNELAS, 2002, p. 102).

As ETNs estadunidenses detêm 40% das vendas totais além de 39% do lucro total obtido. Contudo, a base de preocupação dos EUA é a diversidade – presença de diferentes agentes – do setor petrolífero atual, como exemplos, as ETNs petroleiras do Brasil, México e Venezuela corresponderam a 8% das vendas totais e quase 10% dos lucros totais – representando mais de 40% do total de empresas além de 27% das vendas totais.

Esta diversidade dos principais agentes da atividade petroleira deve ser considerada como uma das razões profundas que levam o Estado estadunidense a buscar novas fontes de provisão. No meio de uma exitosa transformação de sua liderança econômica, os agentes hegemônicos constataam que a indústria petroleira é uma fonte potencial de instabilidade²¹⁶ (ORNELAS, 2002, p. 103).

localización de yacimientos y de fuentes generadores de energía se convierte entonces en un dato fundamental para la orientación de la política internacional de Estados Unidos y rige en gran medida sus movimientos de logística militar”.

²¹⁵ Cf.: “las empresas industriales de ese país controlan porciones esenciales de la actividad económica mundial, dando una base material a la expansión estadounidense en las otras dimensiones de la hegemonía”.

²¹⁶ Cf. : “Esta diversidad de los principales agentes de la actividad petrolera debe ser considerada como una de las razones profundas que llevan al estado estadounidense a buscar nuevas fuentes de aprovisionamiento. En medio de una exitosa transformación de su liderazgo económico, los agentes hegemónicos constatan que la industria petrolera e una fuente potencial de inestabilidad”.

Possuindo a segunda maior reserva mundial (11%) e com um “petróleo de excelente qualidade e fácil e barato de extrair (...) substituir Saddam por um leal Estado vassalo daria obviamente aos EUA e à sua indústria petrolífera um controle maior das fontes de petróleo do mundo” (MANN, 2006, p. 282).

Além da relevância geoestratégica²¹⁷ e econômica, a questão “petróleo” já é tema constante da PEEUA, como bem atesta Harvey (2004, p. 26):

para todo o conceito de controle global elaborado durante a Segunda Guerra Mundial, era fundamental o controle do Oriente Médio, considerado parte do antigo Império Britânico, e absolutamente essencial para o controle econômico, militar e político do globo – não sendo o motivo menos importante o fato de ser ele o repositório da maioria das reservas de petróleo comprovadas do mundo. Os Estados Unidos iniciaram então uma longa série de operações declaradas e encobertas na região durante a década de 1950, tendo a principal sido a derrubada em 1953 do governo iraniano democraticamente eleito de Mossadegh, que nacionalizara companhias de petróleo de propriedade estrangeira. O sucesso das iniciativas norte-americanas foi claro. Entre 1940 e 1967, empresas dos EUA aumentaram seu controle das reservas de petróleo do Oriente Médio de 10% a algo próximo de 60%, ao mesmo tempo em que as reservas sob controle britânico caíram de 72% em 1940 a 30% em 1967.

Por mais que “dentro da estratégia de construção da hegemonia, as iniciativas e as visões das grandes corporações tenham predominado” (ORNELAS, 2002, p. 104), a presença do Estado continua fundamental (DE GRAAFF, VAN APELDOORN, 2010; HARVEY, 2004b; MÉSZÁROS, 2002; VAN APELDOORN, DE GRAAFF, 2010, 2012;

²¹⁷ Ornelas (2002, p. 105) defende a tese de que a intervenção no Afeganistão, assim como a do Iraque, serviram para conter e debilitar o avanço da China na região, uma estratégia para impedir o acesso a recursos essenciais para a consolidação econômica e geoestratégica chinesa.

VAN APELDOORN, DE GRAAFF, OVERBEEK, 2012), sendo o caso do Iraque um exemplo do processo histórico capitalista contemporâneo, onde a expansão sob a forma do capital transnacionalizado é um imperativo estrutural, expressando suas contradições em dimensão global.

Nesse sentido, os dados referentes à “promoção da democracia” por meio dos organismos do governo dos EUA, indica que em 2001, o envio de recursos ao Iraque totalizaram um montante de US\$ 180 mil, sendo que US\$ 151,75 mil foram destinados para atividades realizadas pelo NED na região, via Departamento de Estado: *formação da organização kurda de direitos humanos* (US\$ 22 mil); *recurso para a Fundação Iraque Livre* (US\$ 59,75 mil); iii) *Centro cultural Badlisy* (US\$ 30 mil) e para *Sociedade Americana para os Kurdos* (US\$ 40 mil) (USAID CONGRESSIONAL BUDGET JUSTIFICATION, 2001; USAID, 2001b).

A *Fundação Iraque Livre – Free Iraq Foundation* (FIF) – é uma organização sem fins lucrativos (ONG) fundada em 1991 nos EUA com o objetivo de promover a democracia, direitos humanos e a sociedade civil no Iraque (FIF, 2016). Durante a década de 1990, a FIF recebeu um fluxo regular e constante de recursos do NED: em 1991, US\$ 56,92 mil; em 1993 US\$ 90 mil; 1994, US\$ 111, 36 mil; 1995, US\$ 115 mil; 1996, US\$ 105,6 mil; 1997, US\$ 90 mil; 1998, US\$ 112 mil e, em 1999, US\$ 59,75 (NED ANNUAL REPORT, 1991, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999).

As ações principais da FIF transitavam em torno da promoção “do conceito da democracia liberal entre os iraquianos, tanto os residentes no Iraque quanto os no exterior²¹⁸” (NED ANNUAL REPORT, 1998, p. 62).

Outras iniciativas e ações receberam recursos como em 1992, a criação de uma organização para os direitos humanos, em especial na região kurda no norte do Iraque, com um montante de US\$ 45 mil; em 1994 e 1995 o *Iraqi Research and Documentation Project* – criação de uma base de dados sobre a política e o governo do Iraque – com montantes de US\$ 15 mil e US\$ 30 mil, respectivamente; a *criação da Sociedade Americana para os Kurdos* em 1999, com um valor de US\$ 55 mil (NED ANNUAL REPORT, 1992, 1994, 1995, 1999).

²¹⁸ Cf.: “the concept of liberal democracy among Iraqis, living in Iraq and abroad”.

Em 2003, os recursos dos EUA para a região somaram aproximadamente US\$ 3,7 bilhões, sendo que US\$ 1,2 bilhões foram destinados à reconstrução e reorganização da infraestrutura econômica após a invasão: US\$ 502 milhões saíram do Departamento de Defesa para o Departamento de Exército indicando a responsabilidade do exército estadunidense na restauração da produção de petróleo iraquiana (USAID 2003). Em 2005 os recursos destinados ao Iraque foram de US\$ 8,7 bilhões, sendo que aproximadamente US\$ 6 bilhões saíram diretamente do gabinete executivo da presidência dos EUA para a aplicação por parte do Departamento de Defesa. Grande parte dos recursos – aproximadamente 80% – diz respeito ao desenvolvimento da infraestrutura econômica, civil e militar além do valor de US\$ 727,345 milhões apenas para a infraestrutura da indústria do petróleo (USAID CONGRESSIONAL BUDGET JUSTIFICATION, 2005).

No que tange à promoção da democracia após a invasão, percebe-se a atuação destacada pelo Departamento de Defesa por meio de atividades desenvolvidas pelo Corpo de Engenheiros dos EUA, com foco na educação para o *accountability*, além da implementação de sistemas para a modernização bancária: essas ações colocadas sob a rubrica da *democracy assistance* perfizeram o total de US\$ 8,81 milhões de dólares (USAID, 2005). A própria DGU aplicou um total de US\$ 1,66 milhões em programas relacionados ao tema de “promoção da democracia” no Iraque. Além do mais, US\$ 288,060 mil foram destinados ao NED para aplicação por meio do IRI. No que tange ao DRL, foram aplicados US\$ 48,84 milhões em programas para os direitos humanos, além de US\$ 4,22 milhões para programas de empoderamento das mulheres (USAID, 2005).

Em 2009, em pleno mandato de Barack Obama, o total de recursos destinados foi de US\$ 5,69 bilhões de dólares, sendo que US\$ 2,9 bilhões para assuntos relacionados à segurança interna, e US\$ 1,3 bilhões destinados para ao governo e para sociedade civil: US\$ 674 milhões para o desenvolvimento do sistema jurídico-legal (nos moldes do *rule of law*), US\$ 456 milhões para o desenvolvimento de uma administração pública que siga os preceitos da *accountability* e da transparência. Também foram aplicados recursos para o desenvolvimento de programas que incentivem a participação popular segundo os preceitos dos regimes poliárquicos (US\$ 58 milhões), eleições “livres” (US\$ 8,5 milhões), direitos humanos (US\$ 5,2 milhões) e fortalecimento do legislativo e de partidos políticos (US\$ 7,2 milhões).

6 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar o papel das ideias como elementos de legitimação de relações de poder, em especial, as que se estabelecem ou que caracterizam as interações entre os diversos agentes históricos no âmbito internacional.

O caminho tomado, no entanto, começou da crítica teórica feita à perspectiva materialista histórica no seio das Ciências Sociais. Por mais que novos processos históricos se desdobrem na atualidade, não implica dizer que apreendê-los não seja possível por meio das categorias analíticas elaboradas pelo pensamento marxiano e pelo conjunto de autores marxistas.

A constante crítica à apreensão materialista histórica da complexidade social contemporânea somente pode ser entendida como uma expressão e configuração de poder que é o próprio campo científico: a ciência não é ahistórica.

Mais do que simplesmente uma “ideologia” – como colocam seus críticos – o materialismo histórico permanece com sua plena capacidade de evidenciar relações de poder que, de fato, se apresentam muitas vezes como “abordagens teóricas”.

Não se pode esquecer que muitas teorias são ideologias, pois partem de “princípios” muitas vezes, descontextualizados historicamente. Um dos principais elementos que pode exemplificar esse argumento é o pressuposto da separação entre “político” e “econômico”.

Tal clivagem, logicamente, parece se colocar como um pressuposto imperioso no desenvolvimento das análises sobre o “mundo social”. Perder o sentido da totalidade das relações que marcam o cotidiano das sociedades parece ser o eixo da “ação social”, inclusive da reflexão teórico-metodológica.

Para a compreensão dos processos históricos contemporâneos não se pode deixar de lado a concepção de que eles se dão sobre configurações de poder estabelecidas.

Fala-se sobre o “local” e o “global”: é a ideia do “mundo conectado” via tecnologias informacionais. Como se a dimensão de “território nacional” fosse um “evento”, um “fenômeno”: se foi fruto do acaso, nada mais simples do que substituir a ideia do “nacional” pelo “global”.

A realidade histórica, todavia, traz à tona da complexidade dos dias atuais. Não há a clareza conceitual que as teorias fornecem para a

compreensão da “ação individual” em tempos de “novas narrativas”. Vive-se então o império do “individualismo metodológico”?

Se sim, parece que o ideário liberal, com o indivíduo como centro da vida social, apresenta-se como a ideologia dominante. A preocupação torna-se premente não por esse domínio na sociedade, mas sim na reflexão, no pensamento teórico crítico: pode-se levantar a questão de que se a prática teórica do individualismo metodológico não tenha se tornado a única realidade possível, algo que começa como uma escolha epistemológica e que se torna em “realidade objetiva” (por mais que se afirme que não há mais a possibilidade de se falar objetividade: uma das “grandes narrativas”).

Nesse sentido, a tese sobre a “ruptura histórica”, como defendem alguns autores críticos do materialismo histórico, apresenta-se como objetividade, como realidade absoluta, já que se vive em um novo contexto, marcado pela “descontinuidade”.

O exame analítico da problemática proposta por este trabalho, destaca, principalmente, dois pontos: a continuidade de uma ideologia de uma estrutura de poder do século XIX, ou seja, a continuidade do ideário liberal – o Lockean pattern – da ordem mundial inglesa e sua presença na PEEUA; ou como uma retórica de dominação como os casos do Egito e do Iraque: a “promoção da democracia” veste-se como instrumento de poder para a legitimação de ações de expansão de capitais transnacionais por meio de um Estado nacional.

Notadamente, o “Estado” permanece uma categoria central à análise sociológica desde que se evite concepções reificadas: não se pode falar em diminuição do papel estatal, por exemplo, nas relações internacionais.

O caso do Iraque é bastante emblemático: a necessidade da expansão do capital militar-industrial e petrolífero demandou uma atuação definitiva do aparato estatal estadunidense, corroborando a tese de que o “Estado” é parte, um desdobramento de forças sociais que se dão em determinado contexto histórico.

Se no Iraque a invasão militar foi utilizada – o Estado como agente garantidor da acumulação capitalista – no Egito, a ação foi diferenciada. Os mesmos interesses de uma fração de classe capitalista – militar-industrial – exigiu uma estratégia estatal pautada em um envio direto de recursos para aquisição de equipamento bélico pelas forças armadas egípcias.

A “promoção da democracia” no caso egípcio, evidencia um papel não tão expressivo – do ponto de vista quantitativo – da necessidade da instauração imediata das instituições “poliárquicas”. Um

ponto que merece destaque é que mesmo Mubarak rejeitando a adoção de medidas de “liberalização política”, como o papel das ONGs, exigidos pelos EUA, o auxílio à aquisição bélica permaneceu inalterado no período de tempo compreendido por esta pesquisa.

No caso iraquiano, logicamente que a retórica de “liberar o Iraque” era o mote para a destruição de um Estado e construção de uma nova sociedade segundo interesses específicos de segmentos do capital estadunidense.

Olhar para a população de Bagdá após 2003 e poder afirmar que é possível que esses indivíduos tenham “livre escolha” para a construção de suas “biografias/narrativas” adquire um ar de sandice.

Ao se afirmar que “não é mais possível falar em continuidade histórica”, abre-se à questão de como explicar as estruturas de poder globais que condicionam os mais diferentes contextos sócio-históricos.

Por exemplo, a tentação de se perceber a “Primavera Árabe” de 2011 como um “despertar do mundo árabe” à “realidade democrática”, uma nova “onda de democratização” (utilizando a expressão de Samuel Huntington) é premente.

Contudo, adotando-se uma concepção de Estado que o relacione tanto às forças sociais como a uma hierarquia de poder entre Estados, abre-se à possibilidade de captação da complexidade das relações sociais contemporâneas, pois permite que se compreenda que o território nacional não é mais o único – mas continua sendo relevante – parâmetro da análise histórica, e que os novos que se apresentam são frutos da necessidade de expansão da acumulação do capital.

Perder de vista a objetividade dos processos históricos, é abraçar as ideologias que “naturalizam” a totalidade da vida social em dimensões “política” e “econômica”.

Não é à toa que a disciplina das Relações Internacionais possui como teorias dominantes exatamente aquelas que “naturalizam” a separação do “político” do “econômico”, onde a esfera “pública” é separada da “privada”: nada de estranho para um campo acadêmico que se institucionaliza na Grã-Bretanha (1919) e que, com a reconfiguração da estrutura internacional de poder no pós-Segunda Guerra Mundial, tem na academia estadunidense um espaço para seu desenvolvimento teórico-metodológico.

Logo, falar ou utilizar o conceito de “política externa” implica em duas considerações fundamentais: primeira, se por meio de sua utilização é aceita a naturalização da ideologia da clivagem entre “político” e “econômico”; segundo, se é empregada uma concepção de

“política externa” que abarque a totalidade dialética dos processos sociais contemporâneos.

Essa escolha teórico-metodológica não apenas rompe com o mainstream do campo das Relações Internacionais, mas também permite que se apreenda a complexidade e objetividade das relações de poder.

Somente assim torna-se possível captar contradições que se tornam evidentes como a deposição, em julho de 2013, de Mohammed Morsi, um presidente eleito segundo as instituições democráticas/poliárquicas tão defendidas pela PEEUA. Curiosamente, por mais que a Irmandade Muçulmana, movimento do qual Morsi era uma das lideranças, tivesse formalizado a sua organização como partido político para a participação nas eleições após a queda de Mubarak, sua ascensão e permanência no poder político foi objeto de preocupação por parte da cúpula das forças armadas egípcias. A elaboração de uma nova constituição para o Egito – um dos traços da democracia protetora, ou seja, a fundação de uma “nova ordem política” por meio da promulgação de uma “nova carta política” – não se caracterizou como um “onda de democratização” na região. Pelo contrário: a “nova ordem política” foi deposta. Os militares, mais uma vez, assumem o poder e o exercem com base na tradição autocrática.

Com os dados coletados no que diz respeito ao caso egípcio, percebe-se a significativa relação entre o aparelhamento bélico das forças armadas por meio de recursos enviados via FMF (DSCA/Departamento de Defesa EUA). Em termos quantitativos, US\$ 1,3 bilhões/ano, desde 1987, converte-se em relevante indicador dos interesses dos EUA no Egito. Os dados referentes à “promoção da democracia”, comparativamente, são muito menos expressivos que os montantes destinados via FMF. Convém lembrar que esse recurso permaneceu constante desde 1987, independente de quem ocupava a cadeira do executivo federal dos EUA: tanto em governos “mais democráticos” (Clinton e Obama) aos neocons (G. W. Bush), o fluxo de recursos tem se mantido inalterado.

No caso iraquiano, durante os anos 1990, a “promoção da democracia” foi tímida, concentrando-se no envio de recursos, via NED principalmente, para questões referentes à população curda.

Contudo, após a invasão de 2003, os montantes tornam-se mais significativos, onde a construção de um novo Estado deveria se pautar pelos conceitos de controle que definem o Lockean pattern. Um ponto que merece destaque é que essa “promoção da democracia” está intimamente relacionada com o interesse estadunidense na reserva e

produção petrolífera iraquiana, pois como indicam os dados, a missão de restaurar a produção do óleo fóssil foi dada ao exército estadunidense.

Tal fato permite afirmar que relações sociais “locais”, ou as forças sociais “locais”, estão em contato com forças sociais de outros contextos, configurando estruturas de poder/dominação.

No caso das relações internacionais, a continuidade histórica faz-se presente de maneira imperiosa: o conceito de complexo Estado/sociedade civil permite que se perceba como as estruturas históricas de poder entre os Estados traduzem-se em hegemonia de classe ou domínio de classe.

Defender a ideia de que a atualidade caracteriza-se como “ruptura histórica” é negar o peso das estruturas históricas de poder nos diversos contextos sociais, simplificando, reduzindo, a complexidade dos processos históricos que caracterizam o modo de produção capitalista

REFERÊNCIAS

ALTERMAN, Jon B. **Egypt and American foreign assistance 1952-1956**. Londres: Palgrave Macmillan, 2002.

ANDERSON, Lisa. Desmystifying Arab Spring: Parsing the Differences Between Tunisia, Egypt, and Libya. In: **Foreign Affairs**, Maio/Junho de 2011.

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

ANTONIO, Robert; KELLNER; Douglas. Postmodern Social Theory: contributions and limitations. In: DICKENS, David; FONTANA, Andrea. **Postmodernism and Social Inquiry**. Nova Iorque: Guilford Press, 1994; p. 127-152.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as nações**. 2 ed. Brasília: UnB, 1986.

ARRIGHI, Giovanni. As três hegemonias do capitalismo histórico. In: **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007, p. 227-273.

AUGELLI, Enrico; MURPHY, Craig. Gramsci e as Relações Internacionais: uma perspectiva geral com exemplos da política recente dos Estados Unidos no terceiro mundo. In: **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007, p. 201-226.

BALDWIN, David A. Neoliberalism, neorealism and world politics. In: BALDWIN, David A. **Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1993, p. 4-25.

BARACANI, Elena. U.S. and EU strategies for promoting democracy. In: **The Foreign Policy of the European Union: assessing Europe's**

role in the world. Washington: Brookings Institution Press, 2010, p. 303-318.

BARBÉ, Esther. **Relaciones Internacionales.** 3 ed. Madrid: Tecnos, 2007.

BASTIAN Mathieu; HEYMANN, Sebastien; JACOMY, Mathieu. **Gephi: an open source software for exploring and manipulating networks.** International Association for the Advancement of Artificial Intelligence: Conference on Weblogs and Social Media, 2009. Disponível em: <<https://gephi.org/publications/gephi-bastian-feb09.pdf>>. Acesso em março de 2015.

BAUER, Karl J. **The Mexican War, 1846-1848.** Lincoln: Nebraska University, 1992.

BAUDRILLARD, Jean. À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas. Brasília: Brasiliense, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.** São Paulo: UNESP, 1997, p. 11-71.

_____. La sociedade del riesgo: hacia una nueva modernidad. Barcelona: Paidós, 1998.

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. Individualization: institutionalized individualism and its social and political consequences. Londres: Sage, 2002.

BERNSTEIN, Richard. Social theory as critique. In: HELD, David; THOMPSON, John B. **Social theory of modern societies: Anthony Giddens and his critics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 19-33.

BEST, Steven; KELLNER, Douglas. **Postmodern theory: critical interrogations**. Londres: Macmillan, 1991.

_____. **The Postmodern turn**. Londres: The Guilford Press, 1997.

BIELER, Andreas; BONEFELD, Werner; BURNHAM, Peter; MORTON, Adam D. **Global restructuring, state, capital and labour: contestign neo-Gramscian perspectives**. Londres: Palgrave-Macmillan, 2006.

BIELER, Andreas; MORTON, Adam D. Theoretical and Methodological Challenges of neo-Gramscian Perspectives in International Political Economy. In: **International Gramsci Society**. Janeiro 2003. Disponível em: <http://www.internationalgramscisociety.org/resources/online_articles/articles/bieler_morton.shtml>. Acesso em: julh. 2013.

Broader Middle East and North Africa Initiative. Departamento de Estado dos EUA, 2011^a.

Broader Middle East and North Africa Initiative: fact sheet. Departamento de Estado, 2011b. Disponível em: <<http://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2011/01/154626.htm>>. Acesso em: jan. 2016.

BONEFELD, Werner. Social constitution and the spectre of globalization. In: **Global restructuring, state, capital and labour: contestign neo-Gramscian perspectives**. Londres: Palgrave-Macmillan, 2006; p. 45-67.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BOURDIEU, Pierre. La science et l'actualité. In: **Actes de la recherche en sciences sociales**. v 61, 1986, p. 2-3.

BRETT, E. A. The world war economy since the war: the politics of uneven development. Londres: Macmillan, 1985.

BREUNING, Marijke. **Foreign Policy Analysis: a comparative introduction**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2007.

BROMLEY, Simon. **American hegemony and world oil**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press; 1991.

BROWN, Chris; AINLEY, Kirsten. **Understanding international relations**. 3 ed. Londres: Palgrave, 2005.

BUDD, Adrian. Class, states and international relations: a critical appraisal of Robert Cox and neo-Gramscian theory. Londres: Routledge, 2013.

_____. Gramsci's Marxism and international relations. In: **International Socialism: a quarterly review of socialist theory**. Issue 114, 2007. Disponível em: < <http://isj.org.uk/gramscis-marxism-and-international-relations>>. Acesso em: jan. 2016.

BURCHILL, Scott et al. **Theories of International Relations**. 3 ed. Nova Iorque: Palgrave-Macmillan, 2005.

BURNHAM, Peter. Neo-Gramscian hegemony and the international order. In: **Capital & Class**. V. 15, n. 3, 1991, p. 73-92.

BUSH, George W. **Radio Address of the Presidente to the Nation**. 06 de Outubro de 2001. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2001/10/20011006.html>>. Acesso em: Junh. 2013.

CAROTHERS, T. **Aiding democracy abroad: the learning curve**. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2009;

CARR, Edward H. **Vinte anos de crise 1919-1939**. 2 ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

CECEÑA, Ana E. La Batalla de Afganistán. In: **La Guerra Infinita: hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 2002, p. 167-188.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evélyn. **História das Idéias Políticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CLARKE, Jonathan. Rethoric before reality. In: **Foreign Affairs**, v. 74, n. 5, 1995, p. 2-7.

CLINTON, William. **Second Inaugural Address to the University of Oklahoma Center of Law**. 20 de Janeiro de 1997. Disponível em: <<http://www.law.ou.edu/ushistory/clinton2.shtml>>. Acesso em: nov. 2015.

COLLEY, Linda. The difficulties of empire: present, past and future. In: **Historical Research**. v. 79, n. 205. Oxford: Blackwell, 2006, p. 367-381.

CONGRESS RESEARCH SERVICE: **Report RL 33003**. Washington: 2013. Disponível em: <<http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/crs/rl33003.pdf>>. Acesso em: jan. 2016.

COX, Michael; IKENBERRY, G. John; INOUCHI, Takashi. **American democracy promotion: impulses, strategies, and impacts**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

COX, Robert W. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In: **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007, p. 101-123.

_____. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. In: KEOHANE, Robert. **Neorealism and its critics**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1986, p. 204-254.

_____. Production, power and world order: social forces in the making of history. Nova Iorque: Columbia University Press, 1987;
COX, Robert W; SINCLAIR, Timohty. **Approaches to world order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

COUTINHO, Carlos N. (org.). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011;

DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. 1. ed. 2ª reimpressão. SP: USP, 2012.

Defense and Security Cooperation Agency, 2016. Disponível em: <<http://www.dsca.mil/programs/foreign-military-financing-fmf>>. Acesso em: fev. 2016.

DE GRAAFF, Naná; VAN APELDOORN, Bastiaan. Varieties of US post-Cold War imperialism: anatomy of a failed hegemonic project and the future of US geopolitics. In: **Critical Sociology**, V. 37, n. 4, 2010, p. 403-427.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

_____. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. Différance. In: **Margins of philosophy**. Chicago: Chicago University Press, 1982, p. 3-27.

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elizabeth. **De que amanhã...diálogos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004;

DEUTSCH, Karl W. **Análise de Relações Internacionais**. Brasília: UnB, 1982.

DOBB, Maurice. Teorías del valor y de la distribución desde Adam Smith. Ideología y teoría económica. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1975.

DREYFUS, Michel. 120 ans de la CGT. In: **L'Humanité**. Setembro de 2015. Disponível em <<http://www.humanite.fr/michel-dreyfus-la-cgt-un-syndicat-de-combat-qui-se-construit-contre-letat-584414>>. Acesso em: jan. 2016.

Democracy, Human Rights and Labor/U.S. State Department. Washington: DRL, 2016. Disponível em: <<<http://www.state.gov/j/drl/democ/index.htm>>>. Acesso em: jan. 2016.

DUNNE, Tim. Liberalism. In: BAYLIS, John ; SMITH, Steve. **The globalization of world politics: an introduction to international relations**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1997, p. 165-180;
 DUNNE, Tim; SCHMIDT, Brian. Realism. In: BAYLIS, John ; SMITH, Steve. **The globalization of world politics: an introduction to international relations**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1997, p. 141-161.

DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. **International Relations Theories: discipline and diversity**. 3 ed. Oxford: Oxford University Press, 2013.

EASTHOPE, Antony. Postmodernism and Critical and Cultural Theory. In: **The Routledge Companion to Postmodernism**. Londres: Routledge, 2001, p. 15-27.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Why Marx was right**. New Haven: Yale University Press, 2011.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FREE IRAQ FOUNDATION. 2016. Disponível em: <<http://www.iraqfoundation.org>>. Acesso em: fev. 2016.

GALLO, Rafael M. Política Externa e Ideologia: a contradição entre a “missão civilizatória” estadunidense para a invasão do Iraque de 2003 e seus fundamentos liberais políticos. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política: Florianópolis, UFSC, 2007.

GAUSE III, F. Gregory. *Why Middle East studies missed the Arab Spring: the myth of authoritarian stability*. In: **Foreign Affairs**. Julho/Agosto de 2011.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernidade reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997, p. 73-133.

_____. **Dualidade da estrutura: agência e estrutura**. Oeiras: Celta Editora, 2000.

_____. Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção da cultura. In: **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p. 281-319.

_____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. Novas regras do método sociológico: uma crítica positiva às sociologias interpretativas. 2 ed. Lisboa: Gradiva, 1996.

GILL, Stephen. **American hegemony and the trilateral comission**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

_____. Economic globalization and the internationalization of authority: limits and contradictions. In: **Geoforum**, V. 23, n. 3, 1992, p. 269-283.

_____. Epistemologia, ontologia e a “escola italiana”. In: **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007, p. 65-99.

GRAMSCI, Antonio. Cuadernos de la cárcel: edición crítica del Instituto Gramsci, a cargo de Valentino Gerratana. Tomo 3 [cadernos 6, 7 e 8]. Cidade do México: Ediciones Era, 1999^a.

_____. **Cuadernos de la cárcel: edición crítica del Instituto Gramsci, a cargo de Valentino Gerratana**. Tomo 4 [cadernos 9, 10, 11 e 12]. Cidade do México: Ediciones Era, 1999^b.

GRAMSCI, Antonio. **Cuadernos de la cárcel: edición crítica del Instituto Gramsci, a cargo de Valentino Gerratana**. Tomo 5 [cadernos 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19]. Cidade do México: Ediciones Era, 1999c.

GRANT, Iain H. Postmodern and politics. In: **The Routledge Companion to Postmodernism**. Londres: Routledge, 2001, p. 28-40;

HABERMAS, Jürgen. **A modernidade: um projeto inacabado?**. Lisboa: Nova Vega, 2013.

HALLIDAY, Fred. **The Middle East in international relations: power, politics and ideology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

HANNERZ, Ulf. **Cultural complexity: studies in the social organization of meaning**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1992;

HAMENSTÄDT, Ulrich. A dialectical approach to International Relations: bridging philosophy and methods in neo-Gramscian IPE. In: **Spectrum Journal of Global Studies**. V. 2, n. 3, 2012.

_____. In the shadows of the dialectic method: building a framework upon the thoughts of Adorno and Gramsci. In: **Spectrum Journal of Global Studies**. V. 6, n. 1, 2014, p. 1-17.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 11 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. A globalização contemporânea. In: **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004a, p. 79-103.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004b.

HELD, David. **Modelos de democracia**. Belo Horizonte: Editora Paidéia, 1995.

HERMANN, Margaret G. How decision units shape foreign policy: a theoretical framework. In: **International Studies Review**, v. 3, n. 2, 2001, p. 47-81.

HILFERDING, Rudolf. **El capital financeiro**. Técnos: Madrid, 1963.

HILL, Christopher. **The changing politics of foreign policy**. Nova Iorque: Palgrave, 2003.

HOBSBAWM, Eric. **A era do capital: 1848-1875**. 23. ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2015.

_____. **A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLIS, Martin; SMITH, Steve. **Explaining and understanding international relations**. Oxford: Clarendon Press, 1991.

HOURLANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HUBER, Daniela. Democracy assistance in Middle East and North Africa: a comparison of US and EU policies. In: **Mediterranean Politics**. Vol. 13, n. 1, março de 2008, p. 43-62.

HUNT, Michael. **Ideology and US Foreign policy**. New Heaven: Yale, 1987.

IANNI, Otavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IKENBERRY, J. G. Institutions, strategic restraint and the persistence of America postwarorder. In: **International Security**. V. 23, n. 3: 1998/99, p. 43-78.

IRMÃO DE ASSAD COMANDA REPRESSÃO DE REBELDES NA SÍRIA. **Gazeta do Povo**, 08-06-2011. Disponível em: <www.gazetadopovo.com.br/m/conteudo.phtml?tl=1&id=1134914&tit=Irmão-de-Assad-comanda-repressao-a-rebeldes-na-Síria>. Acesso em: 10 agos. 2011.

JAMESON, Fredric. A singular modernity: essay on the ontology of the present. Londres: Verso, 2002a.

_____. Notas sobre a globalização como questão filosófica. In: **Lugar global e lugar nenhum**. São Paulo: Hacker, 2001, p. 11-39.

_____. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. 2 ed. São Paulo: Ática, 2002b.

JOHNSON, Guillermo A. A quimera democrática na América Latina: o Brasil sob o império. Dourados: Editora UFGD, 2013;

KENNAN, George F. The Sources of Soviet Conduct. In: **Foreign Affairs**, Julho de 1947.

KEOHANE, Robert. **International institutions and state power: essays in international relations theory**. Boulder: Westview Press, 1989.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and interdependence**. 3 ed. Nova Iorque: Longman, 2001.

KISSINGER, Henry. A. **Diplomacia**. Lisboa: Gradiva, 1996.

KLEIN, Naomi. **The shock doctrine: the rise of disaster capitalism**. Nova Iorque: Metropolitan Books, 2007.

KNOLLENBERG, Bernhard. **Growth of the American Revolution: 1766-1775**. Nova Iorque: Free Press, 1975.

KRASNER, Stephen. Power politics, institutions, and transnational relations. In: RISSEN-KAPPEN, Thomas. **Bringing transnational relations back in: non-state actors, domestic structures and international institution**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 257-279.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LEBOW, Richard N. Classical realism. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. **International Relations Theories: discipline and diversity**. 3 ed. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 59-76.

LIZARDO, Omar; STRAND, Michael. Postmodernism and Globalization. In: **Protosociology: an international jornal of interdisciplinary research**. V. 26, Junho 2009, p. 36-72.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 26 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

LLUCH, Ester J. Foucault: la escritura como experiencia de transformación. In: **Vite dai Filosofi: filosofia e autobiografia**. Lo Sguardo: Rivista di Filosofia, v. 1, n. 11, 2003, p.199-211.

MACFAUL, Michael. **Advancing democracy abroad**: why we should and how we can. Nova Iorque: Rowman & Littlefield Publishers, 2010.

MANN, Michael. **O Império da Incoerência**: a natureza do poder americano. São Paulo: Record, 2006.

MARX, Karl. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (grundrisse) 1857-1858. v. 1. 16. ed. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1989.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **O Capital**: livro 1. São Paulo: Boitempo editorial, 2014.

_____. **O Capital**: livro 3, volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MASSEY, Doreen. **For space**. Londres: Sage, 2008.

_____. Imaginando a globalização: geometrias de poder de tempo-espaço. In: **Revista Discente Expressões Geográficas**. Florianópolis, n. 3, p. 142-155, 2007.

_____. Power-geometry and a progressive sense of place. In: BIRD, Jon; BARRY, Curtis; PUTNAM, Tim et al. **Mapping the futures: local cultures, global change**. Londres: Routledge, 2005, p. 60-70.

_____. **Space, place and gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001.

MCDUGALL, Walter A. **Freedom just around the corner: a new American history 1585-1828**. Nova Iorque: HarperCollins Publishers, 2004.

MCEVOY-LEVY, Siobhán. American exceptionalism and US foreign policy: public diplomacy at the end of the Cold War. Londres: Palgrave-Macmillan, 2001.

_____. **Throes of democracy: the American Civil War era 1829-1877**. Nova Iorque: HarperCollins Publishers, 2008;.

MEAD, Walter R. Uma orientação especial: a política externa norte-americana e sua influência no mundo. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2006.

Middle East Partnership Initiative, Departamento de Estado dos EUA, 2015. Disponível em: <<http://mepi.state.gov>>. Acessado em agosto de 2015.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIGUEL, Luis F. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. In: **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)**. N. 59. São Paulo: 1º semestre de 2005, p. 5-42.

MONIZ BANDEIRA, Luiz A. **A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra do Iraque**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

NATIONAL ENDOWMENT FOR DEMOCRACY ANNUAL REPORT 1991. Disponível em: <<http://www.ned.org/publications/annual-reports-1984-2004/>>. Acesso em: mar. 2016.

NATIONAL ENDOWMENT FOR DEMOCRACY ANNUAL
REPORT 1992. Disponível em:
<<http://www.ned.org/publications/annual-reports-1984-2004/>>. Acesso
em: mar. 2016.

NATIONAL ENDOWMENT FOR DEMOCRACY ANNUAL
REPORT 1993. Disponível em:
<<http://www.ned.org/publications/annual-reports-1984-2004/>>. Acesso
em: mar. 2016.

NATIONAL ENDOWMENT FOR DEMOCRACY ANNUAL
REPORT 1994. Disponível em:
<<http://www.ned.org/publications/annual-reports-1984-2004/>>. Acesso
em: mar. 2016.

NATIONAL ENDOWMENT FOR DEMOCRACY ANNUAL
REPORT 1995. Disponível em:
<<http://www.ned.org/publications/annual-reports-1984-2004/>>. Acesso
em: mar. 2016.

NATIONAL ENDOWMENT FOR DEMOCRACY ANNUAL
REPORT 1996. Disponível em:
<<http://www.ned.org/publications/annual-reports-1984-2004/>>. Acesso
em: mar. 2016.

NATIONAL ENDOWMENT FOR DEMOCRACY ANNUAL
REPORT 1997. Disponível em: <
<http://www.ned.org/publications/annual-reports-1984-2004/>>. Acesso
em: mar. 2016.

NATIONAL ENDOWMENT FOR DEMOCRACY ANNUAL
REPORT 1998. Disponível em:
<<http://www.ned.org/publications/annual-reports-1984-2004/>>. Acesso
em: mar. 2016.

NATIONAL ENDOWMENT FOR DEMOCRACY ANNUAL
REPORT 1999. Disponível em:
<<http://www.ned.org/publications/annual-reports-1984-2004/>>. Acesso
em: mar. 2016.

NATIONAL ENDOWMENT FOR DEMOCRACY: **history**. Washington: NED, 2016. Disponível em <<http://www.ned.org/about/history/>>. Acesso em: mar. 2016.

NÖLKE, Andreas. **Transnational economic order and national economic institutes**: comparative capitalism meets international political economy. Colônia: Max Planck Institute for the study of societies, 2011.

NÖLKE, Andreas; OVERBEEK, Henk; VAN APELDOORN, Bastian. Marketization, transnationalization, commodification, and the shifts in corporato governance regulation: a conclusion. In: **Transnational politics of corporate governance**. Londres: Routledge, 2007, p. 177-219.

NORRIS, Christopher. Deconstruction, postmodernism and philosophy of science: some epistemo-critical bearings. In: **Cultural Values**, v. 2, n. 1, 1998, p. 18-50;.

_____. **Derrida**. Cambridge: Harvard University Press, 1987.

_____. Structuralism. In: **The Oxford companion to Philosophy**. 2 ed. Oxford: 2005, p. 898.

OLIEN, Roger M; OLIEN Diana D. **Oil and ideology**: the cultural creation of the American petroleum industry. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2000.

ONEA, Tudor A. **US foreign policy in the post-Cold War era**. Londres: Palgrave-Macmillam, 2013.

ORNELAS, R. Las Empresas Transnacionales y el Liderazgo Económico Mundial: balance y perspectivas. In: **La Guerra Infinita**: hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: CLACSO, 2002, p. 97-112.

OVERBEEK, Henk. Transnational class formation and concepts of control: notes towards a genealogy of the Amsterdam project in international political economy. In: **Journal of international relations and development**. V. 7, n. 2, 2004, p. 113-141.

OVERBEEK, Henk. Transnational historical materialism: theories of transnational class formations and world order. In: PALAN, Ronen. **Global political economy: contemporary theories**. Londres: Routledge, 2000, p. 168-183.

OWEN, Roger. State, power and politics in the making of the modern Middle East. 2 ed. Londres: Routledge, 2000.

PECEQUILLO, Cristina. S. **A política externa dos Estados Unidos**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

PELS, Dick. Three spaces of social theory: towards a political geography of knowledge. In: **Canadian Journal of Sociology**, n 26, v1, 2001, p. 31-56.

RAMONET, Ignacio. **Guerras do Século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2003.

RUGGIE, John. G. **Winning the Peace**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1996.

RISSEN-KAPPEN, Thomas. Bringing transnational relations in: introduction. In: RISSEN-KAPPEN, Thomas. **Bringing transnational relations back in: non-state actors, domestic structures and international institution**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 3-33.

ROBINSON, William. I. Beyond nation-state paradigms: globalization, sociology, and the challenge of transnational studies. In: **Sociological Forum**. V 13, n. 4, p. 561-594, 1998.

_____. Gramsci and globalisation: from nation-state to transnational hegemony. In: **Critical review of international social and political philosophy**. V 8, n. 4, 2005, p. 1-16.

_____. **Una teoría sobre el capitalismo global: producción, clases y Estado en un mundo transnacional**. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2007.

ROCCU, Roberto. **The political economy of the Egyptian revolution: Mubarak, Economic reforms and failed hegemony.** Londres: Palgrave-Pivot, 2013.

ROSENBERG, Justin. Globalization Theory: a *Post mortem*. In: **International Politics**. Londres, n. 42, 2005, p. 2-74.

_____. **The empire of civil society: a critique of Realist Theory of International Relations.** Londres: Verso, 1994.

ROSENBERG, Justin. **The follies of Globalization Theory.** Londres: Verso, 2000.

RUPERT, Mark. Alienação, capitalismo e sistema inter-Estados: rumo a uma crítica marxista/gramsciana. In: **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007, p. 125-156.

_____. Marxism. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. **International Relations Theories: discipline and diversity.** 3 ed. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 153-170.

_____. **Producing hegemony: the politics of mass production and American global power.** Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

RUSSET, Bruce. Liberalism. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. **International Relations Theories: discipline and diversity.** 3 ed. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 94-113.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização.** São Paulo: Artmed, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHMID, D.; BRAIZAT, F. The Adaptation of EU and US Programmes to the local political context in Jordan and Palestine and their relevance to grand geopolitical designs. *EuromescoPaper*, n. 50, 2006.

SCHMIDT, Brian C. **The political discourse of anarchy**: a disciplinary history of international relations. Nova Iorque: State University of New York Press, 1998.

SCHNEIDER, Mark. Structuralism. In: **Blackwell encyclopedia of sociology**. Londres: Wiley-Blackwell, 2007, p. 4856-4859.

SCHWARTZ, Peter. **1968**: a greve geral e a revolta estudantil na França. 2008. Disponível em: <https://www.wsws.org/pt/2008/jun2008/port-j23_prn.shtml>. Acesso em: nov. 2015.

SHARP, Jeremy. **U.S. Democracy promotion in the Middle East**: the islamist dilemma. Congressional Research Service Report for Congress: Washington, junho de 2006. Disponível em: <<http://www.history.navy.mil/library/online/democ%20in%20middle%20east.htm>>. Acesso em: jan. 2014.

SILVA, Guilherme; GONÇALVES, Williams. **Dicionário de Relações Internacionais**. Barueri: Manole, 2005.

SIM, Stuart. Postmodernism and Philosophy. In: **The Routledge Companion to Postmodernism**. Londres: Routledge, 2001, p. 3-14.

SKLAIR, Leslie. Competing conceptions of globalization. In: **Journal of World-Systems Research**. V. 2, p. 143-163, 1999.

_____. **Sociologia do sistema global**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SMITH, Steve. New approaches to international theory. In: BAYLIS, John ; SMITH, Steve. **The globalization of world politics**: an introduction to international relations. Nova Iorque: Oxford University Press, 1997, p. 165-189.

SMITH, Steve. Positivism and beyond. In: BOOTH, Ken; SMITH, Steve; ZALEWSKI, Marysia. **International theory**: positivism and beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 11-44.

SOLOMON, Robert. **The transformation of the world economy**. 2 ed. Londres: Macmillan, 1999.

SPENCER, Lloyd. Postmodernism, modernity and the tradition of dissent. In: **The Routledge Companion to Postmodernism**. Londres: Routledge, 2001, p. 158-169.

THE CONSTITUTION OF THE UNITED STATES OF AMERICA. Disponível em: <http://www.senate.gov/civics/constitution_item/constitution.htm>. Acesso em: abr. 2015.

STEIL, Benn; LITAN, Robert E. Financial statecraft: the role of financial markets in american foreign policy. New Haven: Yale University Press, 2006.

TESCHKE, Benno. **The myth of 1648**: class, geopolitics and the making of modern international relations. Londres: Verso, 2003.

THE UNITED NATIONS OFFICE AT GENEVA (UNOG). **League of Nations**. Disponível em: <[http://www.unog.ch/80256EDD006AC19C/\(httpPages\)/DC4AA21261EF9EE4C1256F31002C7B73?OpenDocument](http://www.unog.ch/80256EDD006AC19C/(httpPages)/DC4AA21261EF9EE4C1256F31002C7B73?OpenDocument)>. Acesso em: mai. 2016.

THOMPSON, Edward P. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRUMAN, H. **President Harry Truman's Address before a Joint Session of Congress, 1947**. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/20th_century/trudoc.asp>. Acesso em: dez. 2015.

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT: **Congressional Budget Justification**, 2001. Disponível em: <<https://www.usaid.gov/>>. Acesso em jan. 2016.

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT: **Congressional Budget Justification**, 2005. Disponível em: <<https://www.usaid.gov/>>. Acesso em: jan. 2016.

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT: **Congressional Budget Justification**, 2011. Disponível em: <<https://www.usaid.gov/>>. Acesso em: jan. 2016.

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT: **Foreign aid explorer – Egypt**. 2001a. Disponível em: <<https://explorer.usaid.gov/>>. Acesso em: fev. 2016.

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT: **Foreign aid explorer – Egypt**. 2004. Disponível em: <<https://explorer.usaid.gov/>>. Acesso em: fev. 2016

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT: **Foreign aid explorer – Egypt**. 2006. Disponível em: <<https://explorer.usaid.gov/>>. Acesso em: fev. 2016.

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT: **Foreign aid explorer – Egypt**. 2009. Disponível em: <<https://explorer.usaid.gov/>>. Acesso em: fev. 2016.

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT: **Foreign aid explorer – Egypt**. 2010. Disponível em: <<https://explorer.usaid.gov/>>. Acesso em: fev. 2016.

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT: **Foreign aid explorer – Egypt**. 2011. Disponível em: <<https://explorer.usaid.gov/>>. Acesso em: fev. 2016.

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT: **Foreign aid explorer – Iraq**. 2001b. Disponível em: <<https://explorer.usaid.gov/>>. Acesso em: fev. 2016.

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT: **Foreign aid explorer – Iraq**. 2003. Disponível em: <<https://explorer.usaid.gov/>>. Acesso em: mar. 2016.

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT: **Foreign aid explorer – Iraq**. 2005. Disponível em: <<https://explorer.usaid.gov/>>. Acesso em: mar. 2016.

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT: **Foreign aid explorer – Iraq**. 2009. Acesso em Março de 2016. Disponível em: <<https://explorer.usaid.gov/>>. Acesso em: mar. 2016.

UNITED STATES OBJECTIVES AND PROGRAMS FOR NATIONAL SECURITY, NSC-68. **Washington**: National Security Council, 1950. Disponível em: <<http://www.fas.org/irp/offdocs/nsc-hst/nsc-68.htm>>. Acesso em: nov. 2015.

URRY, John. **Sociology beyond societies**: mobilities for the twenty first century. Londres: Routledge, 2000.

VAN APELDOORN, Bastiaan. Transnational capitalism and the struggle over European integration. Londres: Routledge, 2002.

_____. Theorizing the transnational. In: **Journal of International Relations and Development**. V. 7, n. 2, 2004, p. 142-176.

VAN APELDOORN, Bastiaan; DE GRAAFF, Naná. Corporate elite networks and US post-Cold War gran strategy from Clinton to Obama. In: **European Journal of International Relations**. V. 20, n. 1, 2014, p. 29-55.

_____. The limits of open door imperialism and the US State-Capital nexus. In: **Globalizations**. V 9, n. 4, 2012, p. 593-608.

VAN APELDOORN, Bastiaan; DE GRAAFF, Naná; OVERBEEK, Henk. The reconfiguration of state-capital nexus. In: **Globalizations**. V 9, n. 4, 2012, p. 471-486.

VAN DER PIJL, Kees. **The making of an atlantic ruling class**. Londres: Verso, 1984.

_____. Transnational classes and international relations. Londres: Routledge, 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Após o liberalismo**: a busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. As agonias do liberalismo: as esperanças para progresso. In: **O mundo depois da queda**. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 31-50.

_____. **O capitalismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

_____. **The modern-world system I: capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the sixteenth century**. Nova Iorque: Academic Press, 1976.

WALTZ, Kenneth. **Theory of international politics**. Reading: Adisson-Wesley Publishing Company, 1979.

WASHINGTON, George. **Farewell Address**. 19 de Setembro de 1796.

WEBER, Cynthia. **International relations theory: a critical introduction**. 3 ed. Londres: Palgrave, 2010.

WEDEL, Janine. **Shadow elite: how the world's new powerbrokers undermine democracy, government, and the free market**. Nova Iorque: Basic Books, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **Keywords: a vocabulary of culture and society**. Glasgow: Fontana Press, 1988.

WILLIAMS, William. A. **The Tragedy of American diplomacy**. 2. ed. Nova Iorque: Dell, 1978.

WILSON, Woodrow. Fourteen Points Speech. 08 de Janeiro de 1918;

WOOD, Ellen M. The separation of the economic and the political in capitalism. In: **New Left Review**, 1981, n. 127, p. 66-95.

_____. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **The empire of capital**. Londres: Verso, 2005.

WOOD, Ellen M; FOSTER, John B. In: **Defense of History**: Marxism and the postmodern agenda. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1997.